

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

JOSÉ CARLOS SANTOS

**“EU CRESCO COM O MINERVA E O BRASIL CRESCE TAMBÉM”. O PROJETO MINERVA
PELA RADIOBRÁS: A EXPERIÊNCIA EM SERGIPE (BRASIL - 1970 / 1985)**

Porto Alegre
2016

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

JOSÉ CARLOS SANTOS

**“EU CRESCO COM O MINERVA E O BRASIL CRESCE TAMBÉM”. O PROJETO
MINERVA PELA RADIOBRÁS: a experiência em Sergipe
(Brasil - 1970 / 1985)**

Porto Alegre
2016

JOSÉ CARLOS SANTOS

**“EU CRESCÇO COM O MINERVA E O BRASIL CRESCE TAMBÉM”.
O PROJETO MINERVA PELA RADIOBRÁS: a experiência em Sergipe
(Brasil - 1970 / 1985)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Doutor em Educação.

Orientadora: Profa Dr^a Maria Helena Camara Bastos

Porto Alegre
2016

Ficha Catalográfica

S237e SANTOS, JOSÉ CARLOS

“Eu cresço com o minerva e o Brasil cresce também”. O Projeto Minerva pela Radiobrás : a experiência em Sergipe Brasil (1970 / 1985) / JOSÉ CARLOS SANTOS . – 2016.

233 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Camara Bastos.

1. Projeto Minerva via Rádio. 2. Recepção. 3. Educação Popular. 4. Regime Militar. 5. Meios de comunicação de massa. I. Bastos, Maria Helena Camara. II. Título.

JOSÉ CARLOS SANTOS

**“EU CRESCO COM O MINERVA E O BRASIL CRESCE TAMBÉM”.
O PROJETO MINERVA PELA RADIOBRÁS: a experiência em Sergipe
(Brasil - 1970 / 1985)**

Tese apresentada Ao programa de pós-graduação em educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisitos para obtenção do grau de Doutor em Educação.

Orientadora profa. Dra. Maria Helena C. Bastos

Aprovada em 14 de setembro de 2016

Banca Examinadora

Dr^a Maria Helena Camara Bastos (Orientadora)
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS

Dr^a Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Dr^a Mônica de La Fare
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS

DR^a Flávia Obino Corrêa Werle
Universidade do Rio dos Sinos UNISINOS

Dr^a Luciane Sgarbi Grazziotin
Universidade do Rio dos Sinos UNISINOS

“Tudo que o homem não conhece não existe para ele. Por isso o mundo tem, para cada um, o tamanho que abrange o seu conhecimento.”

(CARLOS BERNARDO GONZÁLEZ PECOTCHE)

“A cada poucas centenas de anos ocorre na história ocidental uma transformação significativa. Atravessamos o que eu chamo de ‘limite’. Em poucas décadas, a sociedade se reorganiza – muda sua visão de mundo, seus valores básicos, sua estrutura social e política, suas artes, suas instituições fundamentais. Cinquenta anos depois, há um novo mundo. E as pessoas jovens, então, nascidas não conseguem nem imaginar o mundo em que seus avós viveram e no qual seus próprios pais nasceram”.

(PETER F. DRUCKER)

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, profa. Dra. Maria Helena Camara Bastos, pela compreensão no desenvolvimento deste Estudo. Fico grato pela sua disposição em me orientar nos caminhos desta tese.

Agradeço a Universidade Tiradentes, pela oportunidade e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pela acolhida.

À banca: Agradeço à profa. Dra. Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, profa. Dra. Mônica de La Fare, profa. Dra. Flávia Obino Corrêa Werle, pelas contribuições, na composição das bancas de qualificação e defesa, recentemente, à Prof^ª Dr^ª Luciane Sgarbi Grazziotin por contribuir na banca de defesa.

À Ortência Maria dos Santos, amiga de longínqua data, pela contribuição.

Aos professores que ministraram as disciplinas do doutorado pelas possibilidades de aprendizagem. Meus agradecimentos à profa. Dra. Betinna Steren, profa. Dra. Cleoni Fernandes, profa. Dra. Isabel Carvalho, profa. Dra. Leda Lisia, profa. Dra. Valdevez, profa. Dra. Tárzia, profa. profa. Dra. Maria Helena C. Bastos, ao prof. Dr Marcos Vilela, ao Prof. Dr. Juan Mosqueira, pelas contribuições no processo de construção de conhecimentos e o acesso às novas teorias.

Aos funcionários da Secretaria Estadual de Educação em Sergipe, pelos momentos em que abriram seus preciosos arquivos para a coleta de fontes, ao INEP pelos arquivos disponibilizados, ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe pelo acesso aos jornais, à Secretaria Municipal de Educação de Aracaju e a Prefeitura Municipal de Aracaju, representados respectivamente pela então Secretária de educação Tereza Cristina Cerqueira da Graça e o Prefeito Edivaldo Nogueira, pela dispensa para desenvolver esta pesquisa.

Aos dirigentes e coordenadores da Unit e da PUCRS, em especial ao prof. Me. Ihanmarck Damasceno, à profa. Dra. Ester Fraga, à profa. Dra. Ada Augusta, à profa. Dra. Dinamara Feldens, ao prof. Dr. Marcos Vilella e à profa. Dra. Isabel Carvalho pela iniciativa e implementação do Doutorado.

Às colaboradoras da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da PUCRS e da Unit, pela atenção e cooperação.

Aos amigos e colegas que cursaram este doutorado, pelas parcerias e experiências vividas ao longo desse tempo. Agradeço a Betisabel Villar, Rita de Cássia, Sylvania e Tereza Cristina pela jornada de estudos, pelas consultas e o apoio recebido de vocês. A Hugo, Leonardo, Ana Beatriz, Ana Cristina, Evandro, Igor e Lívia pela oportunidade de convivência. Sucesso a todos! Agradeço de forma muito especial à Marilene, pelas discussões, audições e amizade. Sucesso minha cara!

RESUMO

Esta pesquisa aborda Projeto Minerva via Rádio, um programa de Educação a Distância, como curso preparatório, transmitido no período de 1970 a 1989, com o intuito de preparar jovens e adultos para prestarem o exame supletivo de 1º e 2º graus. Sua veiculação teve início no ano de 1970, por força de portaria interministerial, originada durante o Governo do presidente Emilio Garrastazu Médici. O programa, transmitido diariamente, em cadeia nacional por todas as emissoras de rádio, por determinação do Estado Brasileiro, em horário específico. Os programas são gerados na Rádio MEC, retransmitido em cadeia Nacional, pelas demais emissoras. O objetivo de pesquisa é analisar o Projeto Minerva em Sergipe, as contribuições que este programa trouxe para a educação no Estado e no Brasil. A pesquisa é feita com apoio metodológico, ancorada na micro-história de Carlos Ginzburg que tem como base o método indiciário. Apresenta as contribuições da tecnologia no processo, citando um histórico do rádio, de sua descoberta a chegada ao Brasil, os usos que se fez desta ferramenta desde a década de 1930, além de apresentar a radiodifusão no Brasil e em Sergipe, bem como o Sistema de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação. A estrutura do Projeto Minerva é composta por um conjunto de instituições federais, estaduais e municipais, onde cada ente tem uma função no processo. Dois elementos chamam a atenção para sua importância no processo: a figura do Monitor e a tecnologia do rádio, sem estes, o processo se torna inviável. Entretanto no quesito organização e administração do projeto, destacam-se a estrutura, o treinamento de profissionais, a disseminação das aulas, o currículo, o papel do Monitor e, por fim, a utilização dos exames supletivos como avaliação dos alunos. Outro ponto importante é a análise do programa número seis, no qual consta uma aula com a disciplina de Língua Portuguesa, com foco na gramática, e uma aula de Estudos sociais, enfatizando que cada programa irradiava duas disciplinas. A abordagem do estudo perpassam dois conceitos apresentados como categoria de análise: a recepção, segundo Pierre Bourdieu(1997), com foco nas “ideias feitas” e a política educacional, visitando os estudos de José Wilington Germano(2011). As fontes que compõem a pesquisa, além da bibliográfica, são: entrevistas, documentos armazenados nas bibliotecas do INEP, jornais locais e Diários Oficial da União. A conclusão é que o Projeto Minerva foi uma ação da política educacional do Governo Militar na década de 1970, com intuito de combater a baixa escolaridade no País, mas sua origem é anterior, remontando a década de 1930, formada por uma compilação de outros programas que se utilizaram igualmente da radiodifusão para promover o ensino da classe social menos favorecida no Brasil. Podemos avaliar o projeto sob alguns aspectos, contudo uma avaliação de resultados da sua metodologia se mostra ténue, pois o exame supletivo é aberto todos que queiram prestar o referido para obter certificação em grau de instrução equivalente. Assim os candidatos ao exame não são exclusivos do Projeto Minerva, entretanto algumas mudanças podem ser percebidas no processo, como mostra esta pesquisa.

Palavras Chave:

Projeto Minerva via Rádio. Recepção. Educação Popular. Regime Militar. Meios de comunicação de massa.

ABSTRACT

This research addresses Minerva Project Radio via a Distance Education program, as a preparatory course, transmitted in the period 1970-1989, in order to prepare young people and adults to provide the supplementary exam of 1st and 2nd degree. His placement began in 1970, under ministerial decree, originated during the government of President Emilio Medici Garrastazu. The program, broadcast daily on national television by all radio stations, as determined by the Brazilian State in specific time. The programs are generated on Radio MEC, retransmitted in national chain, the other stations. The research goal is to analyze the Minerva Project in Sergipe, the contributions that this program has brought to education in the state and in Brazil. The survey is conducted with methodological support, anchored in the micro-story of Carlo Ginzburg that is based on the evidentiary method. Presents the contributions of technology in the process, citing a radio history, its discovery the arrival in Brazil, the uses that made this tool since the 1930s, and present broadcasting in Brazil and Sergipe, and the System Educational Broadcasting of the Ministry of Education. The structure of the Minerva Project consists of a set of federal, state and municipal institutions, where each one has a role in the process. Two elements draw attention to its importance in the process: the figure of the Monitor and the radio technology without these, the process becomes unworkable. However in the category organization and administration of the project, we highlight the structure, training professionals, the spread of classes, the curriculum, the role of Monitor, and finally, the use of supplementary courses exams as student assessment. Another important point is the review of number six, which contains a class with the discipline of Portuguese Language, focusing on grammar, and a lesson in social studies, emphasizing that each program radiated two disciplines. The study approach pervade two concepts presented as a category of analysis: the reception, according to Pierre Bourdieu (1997), focusing on "preconceived ideas" and educational policy, visiting the studies of Joseph Wilington Germano (2011). The sources that make up the research, in addition to the literature, are: interviews, documents stored in INEP libraries, local newspapers and Daily Official of the Union. The conclusion is that the Minerva Project was an action of the educational policy of the military government in the 1970s. with a view to combating low education in the country, but its origin is earlier, dating back to the 1930s, consists of a compilation of other programs that also used the broadcast to promote the teaching of the lowest social classes in Brazil. We can evaluate the project in some ways, yet a results assessment methodology shown tenuous because the supplementary examination is open all who want to provide said for certification equivalent level of education. Thus the candidates for the examination are not unique to Minerva Project, though some changes can be seen in the process, as this survey shows.

Keywords:

Minerva Project via Radio. Reception. Popular Education. Military Regime. Mass Media.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Jornal Gazeta de Sergipe– Projeto Minerva tem 572 concludentes em Aracaju.....	87
Figura 2: Notícia - Projeto Minerva retorna	100
Figura 3: Notícia Foi iniciado treinamento para Monitores do sistema radio-educativo.....	107
Figura 4 – Fluxograma representando a ordem de treinamento profissional (criação do autor)	111
Figura 5- Notícia - Mobral e Projeto Minerva vão trinar Monitores.....	114
Figura 6 – Notícia: Projeto Minerva Inicia aulas pelo rádio.	123
Figura 7 – Notícia Programação atual do Projeto Minerva.	125
Figura 8 - Introdução – análise do material bruto – Projeto Minerva.	156
Figura 9 - Partituras – abertura do jornal Nacional – tema da vitória	134

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade Brasil (1940/2010)	83
Gráfico 2 - Estrutura de programação - aulas estrutura por quantidade e tempo. 1ª fase	120
Gráfico 3- Percentual das disciplinas Irradiadas pelo Projeto Minerva 1ª Fase.	121
Gráfico 4- Percentual das disciplinas da 1ª fase do Projeto Minerva.	122
Gráfico 5 - Estrutura da programação das aulas por quantidade, minuto e hora - 2ª fase	126
Gráfico 6 - Percentual das disciplinas irradiadas pelo Projeto Minerva - 2ª fase.	127
Gráfico 7 - Percentual das disciplinas irradiadas pelo Projeto Minerva 2ª fase.	128
Gráfico 8- Percentual das disciplinas Irradiadas por tempo. PMR 1ª fase.	129
Gráfico 9 - Percentual das disciplinas Irradiadas por tempo. PMR 2ª fase.	130
Gráfico 10 - Alunos aprovados, reprovados e faltas em Matemática e Língua Portuguesa.	164
Gráfico 11 - Comparativo entre Língua Portuguesa e Matemática no exame supletivo	165
Gráfico 12 - Comparativo aproveitamento - Língua Portuguesa e Matemática - Exame supletivo. ...	174

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demonstrativo da distribuição das aulas do PMR 1ª Fase	119
Quadro 2 - demonstrativo da distribuição das aulas do PMR - 2º Fase	124

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa de Emissoras Situadas no Estado de Sergipe	63
Mapa 2Território Sergipano	63

LISTA DE APÊNDICE

Apêndice 1 – Termo de consentimento livre esclarecido.....	183
Apêndice 2 - Roteiro de entrevistas.....	184
Apêndice 3- Roteiro de entrevista com alunos	187
Apêndice 4 - Roteiro de entrevista com Monitor	188

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Ata supletivo Aleatória.....	190
Anexo 2 - Cronologia do Rádio no Brasil	191
Anexo 3 - Resposta de consulta à EBC, sobre PMR	196
Anexo 4 - Carta documento Biblioteca Nacional sobre PMR.....	202
Anexo 5 - Termo de convênio SRE /MEC – SEC.....	203
Anexo 6 - Música Saudade da Bahia - Dorival Caymmi	204
Anexo 7 - Decreto que Cria o INPS	205
Anexo 8- Solicitação de documentos no INEP_ Lei de acesso a Informação.....	215
Anexo 9 – Artigo 99, base da promoção social.....	218
Anexo 10 - Portaria 408/70	219
Anexo 11 - Portaria interministerial 568_80	221
Anexo 12 - Decreto Cria o movimento de educação de base em Sergipe.....	222
Anexo 13 - Decretos que criam as escolas Radiofônicas	223
Anexo 14- DOSP_1978_09_Poder Executivo_pdf_19780905_24 – Calendário escolar do Projeto minerva 1978.....	224
Anexo 15 - DOU dispõe sobre o Meb em Sergipe	225
Anexo 16 - – Regulamento do SRE.....	227
Anexo 17 - DOU - Regulamenta o exame de madureza	229
Anexo 18 - Suspensão do Projeto Minerva	230
Anexo 19- Termo Aditivo – Projeto Minerva Secretaria de Educação e Cultura de Sergipe	231
Anexo 20 - Tomada de preços SRE Projeto Minerva	232
Anexo 21 - Tomada de preços para cópia em série dos programas culturais do Projeto Minerva.....	233

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BG – BackGround

CODENO – Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste

CES – Centro de Estudos Supletivos

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda.

DOP – Departamento Oficial de Propaganda.

DOU – Diário Oficial da União

DPDC – Departamento de Propaganda e Difusão Cultural.

EAD – Educação a Distância

EBC – Empresa Brasil de Comunicação.

FM – Frequência Modulada

FNEP – Fundo Nacional de Ensino Primário

JGS – Jornal Gazeta de Sergipe

IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e Estatística

IHGS – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social.

LDB – Lei de Diretrizes e base da Educação

MEB – Movimento de Educação de Bases.

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização.

PMR – Projeto Minerva via Rádio

SAR – Sistema de Assistência Rural

SEED – Secretaria Estadual de Educação.

SEC – Secretaria de Educação e Cultura

SIRENA – Sistema de Radio Educativa Nacional

SIRESE – Sistema de Rádio Educativo do Estado de Sergipe

SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

SRF – Serviço de Radiodifusão Educativa.

UDN – União Democrática Nacional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....	21
2. A RÁDIO NO BRASIL E EM SERGIPE: a escola dos que não tinham escola	32
2.1 O RÁDIO NO BRASIL	34
2.2 A RÁDIO DIFUSÃO EDUCATIVA.....	52
2.3 O RÁDIO EM SERGIPE	60
2.4 SISTEMA DE RÁDIO EDUCATIVO DE SERGIPE – SIRESE	64
3. O PROJETO MINERVA VIA RÁDIO.....	68
3.1 ANTECEDENTES.....	77
3.2 A ESTRUTURA NOS ESTADOS.....	86
3.3 O RADIOPOSTO.....	101
3.4 MONITORES.....	105
3.5 O TREINAMENTO PROFISSIONAL	111
3.6 A DISSEMINAÇÃO DO PROJETO MINERVA VIA RÁDIO EM SERGIPE.....	116
3.7 CURRÍCULO.....	118
3.8 O EXAME SUPLETIVO COMO MECANISMO DE AVALIAÇÃO DOS ALUNOS DO PMR.....	161
4. PROGRAMA NÚMERO SEIS: Aula número sete.....	132
4.1. PROGRAMA REDIOFÔNICO DE LÍNGUA PORTUGUESA	133
4.2. PROGRAMA REDIOFÔNICO DE ESTUDOS SOCIAIS	147
4.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROJETO	155
CONCLUSÃO.....	170
REFERÊNCIAS.....	178
APÊNDICES	183
ANEXOS.....	190

INTRODUÇÃO

O Projeto Minerva via Rádio – PMR, é iniciado em 1970 e perdura até 1989. Nosso marco temporal compreende o período em que fica sob a tutela do Regime Militar, entre 1970 a 1985. Para compreender esse objeto, é preciso ter uma percepção temporal, que vai para além da sua criação oficial. Há uma ligação entre três pontos na história que culmina na criação do PMR. O primeiro em 1936 com a criação da Universidade do Ar Paulista; o segundo em 1959 com a criação do Movimento de Educação de Base – MEB; e, por fim, em 1970 com a criação do Projeto Minerva Via Rádio - PMR.

O projeto engendra uma política educacional, que aproxima atos da política administrativa de três presidentes da República: Getúlio Dornelles Vargas –(1930 – 1945) / (1951 – 1954), Juscelino Kubistchek (1956 – 1961) e Emílio Garrastazu Médici (1969–1974). O ponto comum entre eles é o uso do rádio, uma tecnologia de uso recorrente no “combate à baixa escolaridade” no Brasil. A tecnologia do rádio representa uma ideia de crescimento para o País, considerando que a comunicação pudesse alcançar àqueles que não tinham acesso à leitura. O presidente Getúlio Vargas fez investimentos na tecnologia, assim como o uso do rádio para se dirigir ao povo com discursos semanais à Nação. O rádio possibilitou ao presidente dirigir-se à população brasileira usando a fala, pois até então, só era possível a comunicação, na forma escrita.

Para os mentores do rádio no Brasil, capitaneado por Roquette Pinto, a tecnologia do rádio representa a solução para os problemas da educação. Partindo dessa perspectiva, usar o rádio como veículo educativo passa a ser uma meta e várias rádios emissoras aderem à ideia, fazendo tentativas significativas para levar educação ao povo.

Decorridos 23 anos da criação do Sistema de Rádio Educativa, o presidente da República, Juscelino Kubistchek de Oliveira, lança um plano de metas prometendo um crescimento equivalente a cinquenta anos em apenas cinco, assina, em 1959, decreto apoiando financeiramente um projeto de combate a baixa escolaridade, capitaneado pela Igreja Católica, utilizando a tecnologia do rádio, através do Sistema de Rádio Educativa - SRE.

Decorridos mais onze anos, em 1970, o presidente Emilio Garrastazu Médici, determina através de portaria interministerial, mais um projeto de combate à baixa escolaridade utilizando a tecnologia do rádio. A ação de Emilio Garrastazu Médici invalida o projeto anterior apoiado por Juscelino Kubistchek de Oliveira e desenvolvido pela Igreja Católica, criando em seu lugar, um novo projeto.

Assim, a educação ou a sua falta, reúne política e tecnologias em torno de um projeto que perpassa por vários presidentes da república e se mantém por mais de meio século. Resta que cada governo desenvolve linhas de pensamento distintas, acerca da política educacional. São os pensamentos divergentes sobre a visão de educação, em cada governo que conduz sua política educacional conforme suas ideias políticas partidárias. Tais questões permearão a escrita deste estudo, embora não seja o foco da análise, é condição primordial para compreender o Projeto Minerva via Rádio.

No Brasil, na década de 1940, constata-se, em pesquisa feita pelo IBGE, que 56,8% da população é de analfabetos. Destes, 55% tinham idade superior a 18 anos.

Diante deste problema, o presidente Getúlio Vargas resolve intervir, criando, em 14 de novembro de 1942, o Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP), através do decreto 4.958/42, que propicia a captação de recursos federais, que segundo o artigo terceiro do decreto “se destinarão à ampliação e melhoria do sistema escolar primário de todo o país. Esses recursos são aplicados em auxílios a cada um dos Estados e Territórios e ao Distrito Federal, na conformidade de suas maiores necessidades” (BRASIL, DOU, 1942. p.1658).

Em 1947, é criada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos e, em 1952, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. Ambas originadas em grupos não governamentais, contando com apoio financeiro do Governo Federal e da sociedade civil, na esperança de minimizar o analfabetismo de jovens e adultos no País.

Os projetos realizados pelo governo federal almejam extrair os entraves na montagem de infraestrutura, dando apoio ao desenvolvimento industrial, através de um plano de metas. Este ideário de crescimento e desenvolvimento do País motiva, medidas desenvolvidas no Governo Militar.

O estudo em questão é o Projeto Minerva via Rádio, considerando a experiência no Estado de Sergipe, como referência para compreender o universo do objeto e sua amplitude para o País. Analisando o Estado de Sergipe sob a perspectiva da micro história, teremos a compreensão do universo que o objeto representa.

A motivação para essa escolha começa cedo. Dentre as minhas inquietações sobre o mesmo, estão às lembranças que trago da minha infância quando ouvia o *jingle* no programa, transmitido logo após A Voz do Brasil, que iniciava com uma chamada impactante, dizendo a todos que era hora de estudar para melhorar de vida, seguido de outro *jingle* que anunciava a felicidade que os alunos deveriam ter ao aprender através daquele recurso.

Os locutores, entre eles Sérgio Chapelin¹, anunciavam suas falas dizendo: “Numa produção RADIOBRÁS... está começando... o Projeto Minerva! Hoje com as aulas de Português e Estudos sociais...”. As vozes dos locutores eram muito bem impostadas e com o “r” na ponta da língua (bastante vibrado). Ouvia-se num tom festivo o jingle que dizia: “eu quero ser feliz, eu quero ser alguém, eu cresço com o Minerva e o Brasil cresce também...pa pa pa da pada paia, pa pa pa pada pada paia...” As aulas, para quem ouve, faz lembrar uma sala de aula presencial, do ensino regular com aula expositiva.

Do que posso lembrar, o programa tinha grande audiência ao ponto que as pessoas costumavam marcar os compromissos para depois do PMR, preferindo não perder a sequência das aulas, com início às 20h00 e finalizando por volta das 20h30. Naquele momento, ouvia corriqueiramente o PMR, acreditando que aquele programa é importante, pois ensina a compreender eventos fora do comum, evidentemente para uma criança sem acesso a um ambiente letrado, como é o perfil do aluno do PMR, o rádio é o que há de mais moderno em termos de tecnologia acessível, pois embora a televisão² já fosse uma realidade, é uma ostentação para poucos.

Na época, eu estudava em uma escola rural, “Escola Rural Governador Eronildes de carvalho”, no povoado Quissamã. Obviamente não estudo pelo PMR, mas o rádio fala de coisas que eu não conhecia e achava muito importante as palavras ditas ali. Como criança, o PMR parece algo importante, considerando que os adultos param para ouvir o rádio. Ouvem-se assiduamente dois programas: a Hora do Brasil³ e o PMR. O primeiro não me interessava, mas o segundo eu ouvia e achava relação com a gramática e o conteúdo que via na escola.

Até chegar a Universidade, não havia me dado conta de que o programa, que no passado, era de grande audiência para os adultos, alfabetizados e analfabetos e que influenciava, sobremaneira, os ouvintes daquela época, provocaria o desejo de conhecer de forma detalhada a sua execução e influência na educação brasileira.

Durante o período de formação universitária em pedagogia, não encontro informação de registro do PMR na história da educação brasileira. Os livros não tratam do assunto; nem um artigo foi encontrado que abordasse este tema. No dilema da escolha do objeto para o trabalho de conclusão de curso, lembrei-me logo do PMR, achando estranho o fato de na graduação este projeto não ter sido sequer citado como algo que tivesse feito parte

¹ Famoso apresentador do jornal nacional da rede globo de televisão.

² A pré-estreia da televisão no Brasil aconteceu no dia 03 de abril de 1950, com a apresentação do Frei José Mojica, no salão dos Diários Associados, situados à Rua 7 de abril, em São Paulo. O pioneiro da TV no Brasil foi Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo.

³ Criado no governo de Getúlio Vargas no dia 22 de julho de 1935 permanece no ar até os dias de hoje, sempre às 19 horas.

da educação no Brasil. Assim, resolvo estudá-lo para compreender sua origem, além do seu tributo para o Estado de Sergipe, e as contribuições que trouxe para a educação, dado sua abrangência, incumbido de alcançar todo o território brasileiro.

As minhas memórias do projeto, a falta de pesquisas sobre o assunto, o contexto histórico, o fato de ser um projeto amplo de educação a distância, durante o Regime Militar, me motiva a continuar estudando este tema.

Para tanto, passo a eleger meus objetivos para esta pesquisa. Como objetivo geral: analisar a origem e contribuição educativa do PMR na política educacional brasileira. Os objetivos específicos: analisar a implantação do PMR enquanto política educacional; verificar a relação teoria e prática pedagógica do Projeto Minerva via Rádio, a partir das fontes documentais e orais, analisar um programa transmitido durante a veiculação do PMR.

O estudo está dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo, contempla a pesquisa: contextualização do objeto; o suporte teórico e metodológico, baseado na micro-história de Ginzburg; apresenta o processo de coleta de dados e um breve estado da arte. O capítulo dois traz o título “O rádio no Brasil e em Sergipe”, com um histórico do rádio, destacando a trajetória no País e no Estado de Sergipe, com foco na radiodifusão educativa. O capítulo três traz o Projeto Minerva via Rádio, contextualizando seus antecedentes históricos no cenário nacional e em Sergipe: a organização administrativa, parte cultural, a estrutura, o radioposto, treinamento profissional, a disseminação do projeto, o currículo, avaliação institucional e os Monitores, o exame supletivo como mecanismo de avaliação dos alunos, avaliação do material didático bruto, na sua primeira fase, antes de ser produzido e enviado para distribuição além de conter informações sobre o material didático finalizado fazendo uma análise do período concernente ao marco temporal do estudo. O capítulo quatro avalia o programa número seis exibido em 1978 com as aulas de Português e Estudos Sociais. Por fim temos a conclusão.

1. CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.

Ao fazer o levantamento sobre o estado da arte, no momento que iniciei a pesquisa, localizei apenas dois estudos acerca do tema: uma tese e uma dissertação. A tese intitulada “Projeto Minerva: caixa de jogos caleidoscópica” é um estudo desenvolvido por Thiago Pedro Pinto, pela Universidade Estadual Paulista em 2013. A dissertação de mestrado profissional em ensino de Matemática, intitulada “O Projeto Minerva e o desafio de ensinar Matemática”, de Marcia Prado Castro, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no ano de 2007. No banco de dados da CAPES localizei outros estudos que apenas citam o nome Projeto Minerva, mas não fazem nenhuma referência ao mesmo. As citações são apenas indicações, como programas de educação a distância ou programas educativos via rádio que atendem apenas ao nome pesquisado. Assim, diante de um objeto, no mínimo intrigante, dou prosseguimento ao estudo.

Para cumprir os objetivos de pesquisa, adoto alguns procedimentos metodológicos que julgo necessário ao êxito desta investigação, balizada na pesquisa histórica, ancorado no método da micro-história e suas bases do paradigma indiciário, sob a perspectiva de Carlo Ginzburg (2013). Para compreender o fenômeno social e político que envolve o tema, recorreremos ao sentido de recepção, na concepção de Pierre Bourdieu (2011).

Assim duas categorias de análise conduzem o estudo: Política educacional e recepção de mensagem através da mídia de massa. A comunicação, embora seja uma categoria mais abrangente, permeia a análise deste objeto, como uma categoria adjacente ou subcategoria.

Sendo o PMR um programa que apresenta características da educação a distância, considerando sua estrutura de comunicação imbricada nas ondas do rádio, não direcionamos nosso olhar para essa modalidade de ensino, mas para a política educacional que permeia o objeto, posto que o projeto nasce como um curso preparatório para o supletivo e está envolto as ações de política educacional durante o Regime Militar.

Considerando o pensamento de Bourdieu (2011), de que a condição primordial para constituir comunicação é a existência e a circulação da mensagem, estabelecendo uma relação entre emissor e receptor, a base para análise será a recepção da mensagem. Compreenda-se, neste estudo, por emissor da mensagem o sistema gestor de política educacional do Estado Brasileiro e por receptor os ouvintes do rádio, sendo eles estudantes ou não do PMR, uma vez que, por padrão, a mensagem leva indubitavelmente uma intencionalidade, ou a concepção de uma ideia, neste caso, uma “ideia feita”.

Num sistema de comunicação, a recepção da mensagem é o objetivo principal a ser alcançado pelo emissor. O objetivo secundário é estabelecer a compreensão ou inculcar a ideia da mensagem no receptor. Contudo o processo não é simples, pois diversas variáveis são relevantes, considerando a estrutura de comunicação e o arcabouço cultural do receptor.

Do ponto de vista do emissor, quando o objetivo principal é alcançado, uma parte da comunicação foi feita. Quando o objetivo secundário é alcançado se estabelece a comunicação por completo.

Do ponto de vista do receptor, há relatividade no processo. Se o receptor decifra o código da mensagem, aceitando a ideia nela contida, a comunicação se deu por completo. No entanto, quando o receptor recebe apenas a mensagem, mas não tem a condição cognitiva para compreender os códigos de comunicação da ideia contida na mensagem, ainda acredita que a comunicação aconteceu, apenas pelo fato de receber a mensagem, mesmo que não compreenda. Neste aspecto, via de regra, o receptor tende a acreditar em 100% dos casos, que compreendeu a mensagem, portanto acredita que a comunicação foi feita.

Neste caso, quanto mais simples for a mensagem, será mais fácil de ser assimilada, aja visto a necessidade de conhecimento de um código linguístico sofisticado para compreender as mensagens mais complexas.

Ainda assim, não obstante o receptor tenha consciência de que não entendeu a mensagem, acredita que a comunicação se estabeleceu e na tentativa de validar o fato, tenta repetir o que recebeu, em um código linguístico sofisticado, com seu código linguístico parco, modificando o resultado da mensagem sem a consciência de tal deformação.

Considerando um número alto de variáveis num processo como este, existe em volume reduzido uma quantidade de receptores que conseguem perceber que não compreendeu a comunicação enviada na mensagem e procura outros meios de ampliação do código para alcançar a compreensão. Contudo, o receptor para o qual são direcionados os programas do PMR, não se enquadra neste diagnóstico, visto que para tal, este necessita formular um pensamento sobre o processo desenvolvendo um raciocínio crítico, acerca da mensagem, mas como a referência é um meio de comunicação de massa exclua-se o tipo de receptor, capaz de uma análise crítica, posto que a mensagem circulante se destine aquele receptor que a aceita como verdadeira e definitiva, pois a este receptor, faltam os elementos da cultura letrada para alcançar um raciocínio crítico sobre a mensagem que está recebendo.

Na comunicação de massa, existe uma classificação que envolve emissor e receptor, o que Flaubert, chamou de “ideias feitas”, consiste no formato de comunicação de massa, onde o receptor não tem a oportunidade de analisar a mensagem recebida e, portanto,

não acrescenta nada à ideia. A mensagem, na emissão, tem intenção bem definida, mas não há garantias que permaneça completa na recepção. Os resultados desta comunicação são variados e nem sempre acontece exatamente como esperado, posto que entre emissor e receptor existam variáveis capazes de modificar o processo, alterando o resultado da comunicação.

Ainda assim, quando se trata de meios de comunicação de massa, Bourdieu (2001) entende que a recepção da mensagem pode influenciar significativamente um grupo social e uma sociedade.

Neste sentido, a mensagem produzida pelo emissor deve contemplar uma estrutura linguística básica, onde os signos contidos na mensagem difundida por meio de comunicação de massa, dirigida para determinado grupo, cumpra primordialmente a função de decifrar o cabedal linguístico, sob pena do grupo não compreender a forma básica da mensagem e, por conseguinte, não se estabelecer minimamente a comunicação com aquele.

Neste aspecto, os meios de comunicação de massa funcionam como instrumento tecnológico, capaz de entregar uma mensagem a determinado grupo social contendo uma intenção política que resulte numa ação comportamental de determinado grupo social.

Considerando o pensamento de Weber (2004), a estrutura social é articulada pelo sistema de modo a organizar os grupos sociais conforme a necessidade do Estado. Os indivíduos são alocados em grupos sociais, conforme seu cabedal intelectual e financeiro, preenchendo as estruturas e as necessidades do sistema social.

O Estado, por sua vez, administra essas estruturas através dos seus instrumentos institucionais como a escola, que tem o objetivo de promover a instrução. Via de regra, a condição financeira prevalece à condição intelectual, considerando que a segunda pode ser prerrogativa fundamental da primeira, não obstante as ressalvas onde a segunda ascende, sem a anuência da primeira, em situações raras.

A instrução vem através da mensagem produzida pela estrutura do sistema para ser transmitida aos indivíduos, conforme sua classe, por intermédio da escola assim como dos meios de comunicação de massa.

O processo é determinado pela emissão e recepção da mensagem instrucional, contendo uma ideia pretendente à formação de pensamentos e ação dos indivíduos, nos seus grupos sociais. As ações e o pensamento dos indivíduos são regulados conforme a classe social em que se insere.

Sendo a ação uma prerrogativa do pensamento, cada indivíduo age dentro de um sistema social conforme foi classificado.

Por outro lado, isso não é uma verdade definitiva, pois em algumas situações o indivíduo ascende à outra classe, como resultado do que pensa e o modo como age. Essa condição ocorre quando o indivíduo, por algum motivo (variável), tem acesso a outro nível de compreensão do signo linguístico ou fenômeno político. Pode ser um contato com um professor, uma conversa com amigos de outro nível intelectual, um filme ou uma leitura, fora dos padrões ao qual está habituado.

Compreendemos que as “ideias circulam” no tempo histórico, assim como no espaço geográfico, tangível ou não. São imbricadas com fundamentos conceituais da materialidade histórica e, neste percurso, acontecem significativas modificações. Alguns eventos se perdem e outros são acrescentados no fim do percurso, ainda que o fim se converta num reinício patrocinando nova circularidade para uma ideia mutante. A noção de recepção deve dar conta do hiato posto entre a emissão da informação que contém uma ideia e uma intenção (o texto) do emissor e a leitura (decodificação da ideia) pelo receptor.

A trajetória da ideia invariavelmente prossegue acrescida de novos códigos e nova intencionalidade para repetir o ciclo. No processo, as intenções imbricadas nas ideias são transformadas assumindo um novo ciclo, assim como a ideia na sua origem. Depois de recebida pelo receptor, tendo este aplicado uma decodificação correta ou não, converte a mensagem em uma nova intencionalidade, ou ideia e retransmite a quem lhes for conveniente.

O tipo de comunicação a que Bourdieu (1997), se refere não se enquadra no sentido da circularidade de ideia que permeia a materialidade histórica. Esse tipo de mensagem, televisiva ou radiofônica que circula, é o que está classificado como, “ideia feita”. Neste caso, de conotação vazia, embora contenha uma ideia, não carece da chave de decodificação para compreendê-la, logo, não traz um nível de complexidade. É banal e tende a ser aceita sem trabalho intelectual. Neste aspecto, o formato se aproxima das mensagens determinantes veiculadas através dos projetos de educação via rádio e televisão.

A troca de lugares-comuns é uma comunicação sem outro conteúdo que não o fato mesmo da comunicação. Os “lugares-comuns” que desempenham um papel enorme na conversação cotidiana têm a virtude de que todo mundo pode admiti-los e admiti-los instantaneamente: por sua banalidade, são comuns ao emissor e ao receptor. Ao contrário, o pensamento é, por definição, subversivo: deve começar por desmontar as “ideias feitas” e deve em seguida demonstrar. Quando Descartes fala de demonstração, ele fala de longas cadeias de razões. Isso leva tempo; é preciso desenvolver uma série de proposições encadeadas “portanto”, “em consequência”, “dito isto”, “estando entendido que”... Ora, esse desdobramento do pensamento *pensante* está intrinsecamente ligado ao tempo. (BOURDIEU, 1997, p 40-41)

Não é difícil compreender, nesta fala, a inferência analítica que Bourdieu (1997), faz aos meios de comunicação de massa, no que se refere à possibilidade de formação de uma ideia, por parte do receptor, através das mensagens que circulam neste veículo. Aqui reside a ideia central deste estudo, considerando a estrutura do PMR, sua forma de disseminação e a abordagem pretendida.

Para Bourdieu (1997), o formato de difusão que este veículo utiliza é incapaz de sustentar a possibilidade de formação crítica de uma ideia. Sendo transmitida com alta velocidade, sem anuência do tempo para ser processada pelo receptor, resta que este aceite como verdade a mensagem, sem questionamento e sem a possibilidade de demonstração. Portanto, a mensagem veiculada é detentora de uma “ideia feita”, disseminada socialmente para todos que aceitarão de bom grado sem criticar.

É sob essa base, que o PMR atua. A mensagem é difundida por amostragem, para uma grande quantidade de receptores que, possivelmente, não possuem a chave para decodificar a mensagem e estabelecer compreensão e reformulação de uma ideia. Assim, a mensagem veiculada no PMR, tem caráter de simplicidade e leva apenas uma “Ideia feita”, circulante no meio social, em que o indivíduo receptor está inserido. A ideia é banal e conhecida de todos. Seu objetivo é a manutenção da “ideia feita” ínfima e comum naquele meio social.

Assim, Bourdieu (1997) alavanca o questionamento de “ideia pura” e o direito ao ingresso e manutenção no campo intelectual de produção e disseminação dessas ideias, ao que ele chamou de direito de entrada e dever de saída, antagonizando a questão das relações entre o esoterismo⁴ e o elitismo.

De acordo com este autor, a questão absorveu a atenção e sobressaltou todos os pensadores, desde o século XIX, a exemplo do próprio Mallarmé, que na classificação de Bourdieu, “é o próprio símbolo do escritor esotérico, puro, escrevendo para algumas pessoas em uma linguagem ininteligível para a maioria, preocupou-se toda sua vida em levar a todos o que conquistara por seu trabalho de poeta” (BOURDIEU, 1997 p. 94).

Esta definição apresenta um distanciamento da eficiência, dos meios de comunicação de massa, em transmitir qualquer ideia concebível de aproveitamento intelectual, pois se o próprio Mallarmé, detentor do título de autor esotérico, se preocupa com

⁴ O termo esoterismo aqui acompanha o sentido da derivação grega, se refere a exterior, destinado aos leigos, popular, de compreensão simples.

a capacidade dos veículos de comunicação de massa poderem veicular suas ideias, fica evidente a redução da sua capacidade de comunicar uma ideia pura.

Considerando a proposição, além de a ideia ser representada pelo cerne de pureza, fica claro que não se ajustaria a disseminação por um veículo de comunicação de massa, dado a variedade fatores imbricados sobre o resultado negativo. Consideremos que, entre emissão e a recepção, o objeto das ideias se dissipariam completamente, visto que o receptor não tem a chave para decodificar a mensagem, portanto, acabaria por não compreender nada do que aquela carrega.

Assim, conceito de recepção margeará o processo de análise e escrita deste estudo, adornando possibilidades argumentativas, referentes à recepção dos signos imputados na mensagem, que o Estado Brasileiro disseminava através das ondas de rádio contidas, especificamente, no PMR.

Certamente, este estudo não esgotará o assunto e não é a pretensão, dado a sua abrangência. Poderá abrir caminhos para que outros pesquisadores possam aprofundar o tema e assim contribuir para melhor compreender como se deu a aplicação do PMR no âmbito da política educacional, nos anos em que veiculou esses programas.

Ao iniciar o estudo, tenho como base fundamental de pesquisa, 1) fontes documentais: jornais de circulação local, jornais de circulação nacional, expedientes que circularam na secretaria estadual de educação, atas de avaliação dos exames supletivo; parecer do conselho estadual e federal de educação, entrevistas publicadas, dissertações de mestrado tese de doutorado e periódicos que versem sobre o tema; 2) as fontes orais: entrevista com coordenadores, alunos, Monitores e colaboradores que participaram do projeto; 3) áudio: programas gravados que foram ao Ar.

As fontes analisadas são documentos, jornais, áudio e entrevista. Os documentos utilizados são: Atas do conselho Estadual de Educação de Sergipe, Avaliação do projeto pelo conselho estadual de educação de Sergipe, Relatório de Análise de Metodologias aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem no ensino supletivo – MEC, Apreciação das aulas do material bruto, Plano de implantação do Projeto Minerva – MEC/INEP, programa em áudio exibido em 25/09/1978, Resultado da consulta ao banco de dados (newshop) INEP.

Ao iniciar o estudo com os documentos, analiso o programa numero seis, transmitido no dia 25/09/1978. Para compreender como são as aulas do projeto, desenvolvo estudo analítico das atas de provas do exame supletivo; parecer do Conselho Estadual de Educação; análise das notícias publicadas nos jornais: Diário Oficial da União e Gazeta de Sergipe, com circulação significativa à época; legislação acerca do objeto; certificações

concedidas aos alunos e outros documentos oficiais emitidos pelas Secretarias de Educação do Estado de Sergipe. Além de dados estatísticos e relatórios referentes ao PMR.

Para acesso aos documentos com informações sobre o PMR no Brasil, a busca de fontes se dá por meio tangível e eletrônico.

Através do JusBrasil⁵, identificamos os jornais “Diário Oficial da União”, que alimentam os bancos de dados daquela instituição. Também consultamos dois arquivos existentes na Biblioteca Nacional, sob a seguinte identificação: Documento 01: (Fundo/coleção: Correio da Manhã / Notação: BR NA, RIO PH.0.TXT.2584 / Assunto: recortes de jornais relativos ao “Projeto Minerva”, / número de folhas 3). Documento 2: (fundo /coleção: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça – DSI/MJ/ Notação: BR.AN,RIO.TT.0.MCP.AVU.209)

Na pesquisa local (Estado de Sergipe), recorremos ao Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Sergipe (IHGSE), onde se encontram exemplares dos jornais: “Jornal de Sergipe”, com uma (sequência incompleta), e “Gazeta de Sergipe”, (sequência completa) jornal de circulação comercial, com veiculação desde 1930, com ampla tiragem e circulação.

Consultamos 3276 (três mil duzentos e setenta e seis) jornais, sendo 2005 (dois mil e cinco) do Jornal Gazeta de Sergipe, 1228 (mil duzentos e vinte e oito) do Jornal de Sergipe, e 43 (quarenta e três) são Jornais Oficiais (Diário Oficial da União). Faço uma leitura panorâmica através da busca visual por manchetes com a intenção de selecionar as primeiras notícias que dessem indícios do objetos em estudo. Em seguida, faço uma busca booleana⁶ com um operador simples, assistida pelo método IHC⁷, localizando palavras chave, fazendo a comparação por caracteres das palavras (Minerva, Projeto Minerva, madureza, radioposto, radio-posto, radioposto e rádio). Nos jornais onde foram encontradas essas palavras ou ainda onde haviam indícios nas manchetes, marco as notícias e separo os jornais para a leitura completa e análise do seu conteúdo.

O mesmo processo é realizado no jornal Diário Oficial da União, disponível através do site do Jusbrasil, usando a busca booleana, especificamente com a palavra “Projeto Minerva e Projeto Minerva via Rádio”. Após a leitura das notícias, seleciono as que considero mais relevantes pra análise e uso na escrita.

⁵ Para consultas e maiores informações: <<http://www.jusbrasil.com.br/>>

⁶ O nome do matemático George Boole está na origem da lógica **booleana**, que se baseia na teoria dos conjuntos. Os operadores **booleanos** AND (E), OR (OU), NOT (MENOS) servem para combinar vários termos numa mesma pesquisa. Disp. em: https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=o+que+%C3%A9+busca+booleana

⁷ Interação Homem computador.

No banco de dados, sob a guarda do INEP, consigo através da lei de acesso a informação, três documentos importantes: Relatório de Análise de Metodologias aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem no ensino supletivo – MEC, documentos com Avaliação das aulas do material bruto e fascículos – MEC e o Plano de implantação do Projeto Minerva – MEC/INEP

Quanto às entrevistas, localizo duas ex-coordenadoras, uma Monitora, um colaborador das atividades culturais em Sergipe e 12 alunos, dos quais apenas dois concordaram com a entrevista. Entre os alunos havia seis advogados, três professores, um juiz, um Ex-deputado e um motorista da assembleia legislativa. Destes apenas dois professores concordam em dar a entrevista e o fizeram, um terceiro professor também concordou, mas embora se mostrasse entusiasmado, alegava falta de tempo. Em seis tentativas de fazer a entrevista, sempre remarcando para outro momento, entendendo que este já estava representado, busquei outras pessoas para continuar o estudo. Todos os advogados negaram ter feito o exame supletivo. Não obstante a garantia de que os nomes seriam preservados, mantiveram sua posição em afirmar que não fizeram o exame supletivo. Cheguei aos respectivos a partir das atas dos exames supletivos.

Realizo então a entrevista com duas coordenadoras, uma Monitora, duas alunas e um colaborador da parte cultural do projeto, num total de seis entrevistas.

A entrevista com o colaborador, já falecido, que chamarei de Barreto, acontece no dia 15/09/2004, no seu instituto, situado a avenida Beira Mar em Aracaju; a entrevista com a Monitora, que chamarei de Souza, acontece na sede da Secretaria Municipal de Educação em Aracaju no dia 02/12/2004 e é repetida no dia 28/09/2013 na sua residência; a entrevista com a coordenadora, que chamarei de Góes, acontece na sede da extinta TELERGIPE, no dia 20/10/2004, refeita em 2013, mas seu estado de saúde estava abalado e concordamos que eu poderia usar a entrevista prestada anteriormente. A segunda coordenadora, que chamarei de Lima, foi entrevistada na sua residência em 19/04/2014. As duas alunas que chamarei de Barbosa e Rodrigues são entrevistadas em 2004 na Secretaria Municipal de Educação e refazem a entrevista em janeiro de 2014, sendo que Barbosa presta a segunda entrevista na sede do departamento de tecnologia da Secretaria Estadual de Educação e Rodrigues em sua Residência.

No que se refere à caracterização das pessoas entrevistadas, passo a relacionar abaixo pelo pseudônimo adotado no texto:

Barreto foi jornalista e historiador, além de colaborador do Projeto Minerva durante o tempo que esteve no ar. Foi Secretário de Educação do Estado de Sergipe, vindo a ocupar diversos cargos públicos, durante sua trajetória;

Rodrigues foi aluna do PMR, quando deu a entrevista, era diretora de uma escola municipal em Aracaju, professora de profissão, hoje está aposentada;

Barbosa foi aluna do PMR, também é professora da Secretaria Estadual de Educação, atualmente trabalha num setor de tecnologia educacional, também foi professora na Secretaria Municipal de Educação da qual está aposentada;

Souza, foi Monitora no PMR, professora de profissão, trabalhou nas Secretarias de Educação do Estado e do Município, hoje está aposentada de ambos.

Gois, Foi coordenadora do PMR, convidada pela então coordenadora, professora Marta Cruz para fazer parte da na equipe técnica do Projeto Minerva, em pouco tempo assumiu a coordenação estadual do Projeto. Professora de profissão hoje está aposentada.

Lima, foi a primeira coordenadora do Curso de Madureza Ginásial pelo Rádio - Projeto Minerva, como era chamado na época, foi convidada pela Profa. Carmelita Pinto Fontes que era Diretora Estadual do Ensino Médio, sua então, professora no Curso de Letras, na extinta Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, professora de profissão hoje está aposentada.

A abordagem ética, posta em prática, durante o processo de realização da pesquisa e confecção do relatório, embora esta pesquisa não apresente, na sua essência, questões danosas a seres humanos, no que tange a moral e/ou ética, adotamos os seguintes procedimentos: as pessoas entrevistadas prestam declaração de consentimento⁸ do uso da sua entrevista, com uso de pseudônimo no relatório final da pesquisa. Além desse procedimento, adotaremos as orientações de ética na pesquisa, publicadas pelo CNPq/PUCRS.

A orientação do método para esta pesquisa fundamenta-se na micro-história, por conseguinte nos termos do método indiciário. Esse modelo surge como um novo gênero historiográfico, na década de 1970, capitaneado por três historiadores: Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e Edoardo Grendi. Todos eles são importantes para a compreensão da micro-história, contudo, para orientar esta pesquisa será suficiente apresentar, a abordagem de Carlo Ginzburg, considerando seu aprofundamento ao paradigma indiciário, como base fundamental para a concepção do método da micro-história .

⁸ Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em anexo.

Esta abordagem historiográfica altera, na pesquisa histórica, a escala de observação, pois se volta para elementos considerados “menores”, no antigo método historiográfico. Elementos que antes passariam despercebidos e seriam sopesados como irrelevantes para a pesquisa, emergem na investigação oferecendo uma perspectiva diferente de análise.

O que a micro-história propõe é uma redução da escala de análise do objeto, com o objetivo de oferecer uma descrição minuciosa dos eventos sociais “reais”, possibilitando uma exploração mais ampla do objeto estudado. Ao relatar a redução da escala de análise, não estou fazendo referência a compartimentação ou implosão do objeto e menos ainda a redução analítica no método de pesquisa.

Ao contrário, partindo da redução da escala do elemento de análise, a micro-história, permite a emersão das experiências individuais concretas, dos elementos circundantes e da contribuição dos sujeitos envolvidos em eventos globais. Tais eventos emergem, com aspectos relevantes, para compreensão do fenômeno estudado.

Como poderemos ver a seguir, por ocasião da apresentação de Ginzburg na defesa do seu método, inúmeras variáveis podem ser consideradas no decorrer do processo.

Não conseguiremos aqumbarcar todas as possibilidades, não perceberemos todas as variáveis envolvidas, mas podemos determinar um plano e apresentar uma perspectiva, sob determinado ponto de vista e critérios escolhidos para análise. A proposta é estabelecer relações que articulem o micro e o global numa relação simbiótica com múltiplos ângulos de abordagem, mas que estabeleça uma aproximação objetiva.

Ginzburg (2012), para ilustrar o método indiciário, recorre a variadas situações históricas e sociais, com vistas a elucidar o que o método representa para pesquisa. É perceptível o quanto este método, em suas variações, adaptações e reimpressões abancadas por teóricos em áreas distintas, seguem apresentando situações novas, ao longo da história, que culminará, em teorias adaptadas e renovadas por distintos pensadores e pesquisadores.

Novos métodos são criados no entorno destas situações, conforme a necessidade da sociedade em voga. O campo da ciência se aproxima sempre de soluções para satisfazer necessidades humanas.

Considerando que a ciência, na perspectiva cartesiana, determina a necessidade de obtenção de resultados iguais em repetidas testagens para a validação do método científico, em muitas situações, utilizou o método indiciário. Como é o caso da medicina ou investigações forenses, além de variadas situações sociais, quando recorreram a este método que, por outro lado, necessita do individual e do diferente para estabelecer precisão:

O mesmo paradigma indiciário usado para elaborar formas de controle social sempre mais sutis e minuciosas pode se converter num instrumento para dissolver as névoas da ideologia que, cada vez mais, obscurecem uma estrutura social como a do capitalismo maduro. Se as pretensões de conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a ideia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la. (GINZBURG, 2012, p. 177)

O autor determina que a ideia “penetrou os mais variados âmbitos cognoscitivo, modelando profundamente as Ciências humanas.” (GINSBURG, 2012 p177), com uso de particularidades paleográficas minúsculas, mas foram estas pistas que permitiram reconstruir transformações culturais.

O que vemos nesta citação é a afirmação de Ginzburg (2012), de que pequenos indícios podem ser grandiosos se observados com a devida atenção. Sua fala traz personalidades do mundo acadêmico conceituado historicamente que, conquanto tenham definido e classificado seus métodos dentro dos parâmetros da ciência, embora não evidente, se valem dos indícios ou pistas para fundamentar o método.

Portanto, a micro-história toma como base o método indiciário, que tanto se aproximou das diversas áreas da ciência, pousando agora na historiografia moderna, renovando possibilidade que não foram exploradas pelos antigos métodos estruturalistas. Para entender o PMR, na condução desta pesquisa nos pautamos nos moldes da pesquisa histórica, recorrendo à micro-história como modelo básico para explorar o objeto em questão.

A seguir vamos tratar sobre o dispositivo que possibilita a existência deste objeto. Apresentamos a história do rádio no Brasil, bem como da rádio educativa, a fim de explicitar como o PMR se situa no contexto do regime militar e na política educacional do país e do estado de Sergipe.

2. A RÁDIO NO BRASIL E EM SERGIPE: a escola dos que não tinham escola

O rádio é um aparato tecnológico recente, surge no final do século XIX, mas opera transformações significativas na sociedade. Faz parte da revolução das comunicações e interfere diretamente na cultura social, pois trouxe consigo a capacidade de veicular informações, transmitindo o fenômeno da fala, que chegam ao cidadão comum, numa velocidade jamais vista até aquele momento. Sabemos que já havia o telégrafo (1837) e o telefone (1876), que cumpriam essa função de transmitir, de forma rápida a informação/comunicação, através da palavra falada, entretanto essa se deslocava de um ponto “A” para um ponto “B” especificamente, estabelecendo a comunicação, apenas, entre um emissor e um receptor por vez. O rádio traz uma proposta diferente: a transmissão de um emissor para muitos receptores, irradiando a informação para pontos diferentes ao mesmo tempo.

As possibilidades da criação do rádio surgem, em teoria, no ano de 1863, em Cambridge, na Inglaterra, a partir de estudos feitos pelo cientista James Clerk Maxwell (1831-1879), através da sua teoria da existência de ondas eletromagnéticas. Entretanto, Maxwell, embora conseguisse mostrar matematicamente, não conseguiu provar, na prática, sua teoria antes de morrer.

O seu experimento despertou o interesse de outros cientistas, dentre os quais, destaca-se Henrich Rudolph Hertz (1857-1894), que deu continuidade às pesquisas, construindo um aparelho em 1887 que conseguia verificar o deslocamento de faíscas através do ar, significando a transferência de energia, que viajava a velocidade da luz (300.000 km/s), através da atmosfera, no formato de ondas eletromagnéticas.

Até então, a aplicação desta descoberta ainda não apontava para sua utilização prática como sistema de radiodifusão. Quem desenvolve essa ideia é Nikola Tesla (1856-1943), mas seu interesse não era exatamente no sistema de transmissão de voz, mas queria irradiar eletricidade sem fio e gratuita por todo o planeta. De origem sérvia, em 1891, foi para os Estados Unidos. Neste período, já havia descoberto o “princípio do campo magnético giratório e dedicava-se a encontrar uma maneira de viabilizar a distribuição, irrestrita e gratuita de energia elétrica.” (MOREIRA, 2005, p. 25).

Ainda de acordo com Moreira (2005), Thomas Edson (1847-1931) desenvolveu interesse pelos seus inventos, chegando a contratá-lo para trabalhar, inicialmente em Paris e depois em Nova York.

No ano de 1885, Tesla se desliga de Thomas Edson para montar seu próprio laboratório – Tesla Electric Company, que viria a lançá-lo para novos empreendimentos. Em 1888, Tesla proferiu uma conferência sobre o sistema de corrente alternada, que lhe rendeu um contrato como consultor no American Institute of Electrical Engineers (IAEE), de propriedade de George Westinghouse. A primeira demonstração pública sobre corrente alternada foi feita por Tesla em 1891.

Em 1892, depois de trocar informações com Heinrich Hertz sobre a transmissão sem fio, foi o primeiro a patentear a amplificação de voltagem através de ondas terrestres estacionárias. Em meio aos experimentos com geradores elétricos inventou o controle remoto. A descoberta levou-o a aprofundar suas pesquisas sobre formas de comunicação sem fio. (MOREIRA, 2005, p. 25)

Embora Nikola Tesla, tenha patenteado o sistema de rádio como sua descoberta, outro cientista divulga o sistema tomando para si o reconhecimento pela invenção. No ano de 1895, o cientista italiano Guglielmo Marconi (1874 - 1937) faz uma demonstração do aparelho de rádio, mas Tesla já havia patenteado o invento. Ainda assim, Marconi é considerado, por muitos, o pai do rádio.

Contudo, as incertezas sobre quem realmente é detentor do invento na sua forma final não acabam. Temos um brasileiro considerado um dos pais do Rádio, o padre gaúcho Roberto Landell de Moura, que agora faz parte do Panteão da Pátria da Liberdade Tancredo Neves em Brasília.⁹

O padre Landell de Moura, nascido em Porto Alegre/ RS (1861-1928), é considerado um dos pioneiros na criação do telefone sem fio, que não corresponde ao aparelho sem fio que passou a ser comercializado na década de 1990, conhecido como telefone celular, mas sim um aparelho capaz de transmitir voz através de ondas irradiadas de um emissor para um ou mais receptores, ou seja, a característica que define o rádio. Da descoberta teórica das ondas eletromagnéticas, prevista por Maxwell, em 1856, passaram-se 30 anos até a sua comprovação por Hertz, em 1886. Em 1901, o padre Landell, após decorridos 85 anos, apresenta sua experiência com transmissão de som na cidade de São Paulo. Essa experiência o coloca como pioneiro da transmissão por ondas eletromagnética, fato que o torna também percussor do rádio no mundo.

⁹ No ano de 2011, mais precisamente no dia 21 de janeiro, fez 150 anos do nascimento deste herói da pátria, título outorgado pelo Estado Brasileiro através da lei 12.614 de 27 de abril de 2012, a presidente da República Federativa do Brasil confere este brasileiro o título de Herói da Pátria. Esta comenda foi publicada no Diário oficial da União em 30/04/2012.

2.1 O RÁDIO NO BRASIL

Oficialmente, a primeira rádio surge no Brasil em 20 de abril de 1923, na cidade do Rio de Janeiro, quando Roquette Pinto, cria a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, inaugurando a radiodifusão brasileira. A implantação do rádio também trouxe controvérsias. De acordo com Ortriwano (1985), em 06 de abril de 1919, alguns amadores fizeram a inauguração da Rádio Clube de Pernambuco, na cidade de Recife, “com um transmissor importado da França, foi inaugurada por Oscar Moreira Pinto, que depois se associou a Augusto Pereira e João Cardoso Ayres” (ORTRIWANO, 1985, p.13).

O autor e pesquisador, Baia Horta, em 1972 desenvolveu uma pesquisa, apresentando um histórico do rádio educativo no Brasil. Neste estudo, apresenta a rádio Clube de Pernambuco como sendo a primeira rádio inaugurada no Brasil. A rádio Clube de Pernambuco é:

Apresentada por alguns historiadores como sendo a primeira estação de radiodifusão do Brasil, a Rádio Clube de Pernambuco foi fundada a 6 de Abril de 1919, para transmissão radiotelegráfica, e reorganizada a 17 de Outubro de 1922 para se dedicar à radiodifusão, realizando, a partir desta data, irradiações experimentais de forma casual e distanciada, com um pequeno transmissor Westinghouse de 10 Watts. [...] somente em 1924 começaram realmente as transmissões radiotelefônicas em Pernambuco, quando foi adquirida uma estação de 500 watts (HORTA, 1972, p.80)

Horta (1972), coaduna com a informação de Ortriwano (1985), além disso, os dois autores também concordam que a data oficial para a inauguração do rádio no Brasil, acontece no Rio de Janeiro, então capital da República, no dia 7 de setembro de 1922, com a transmissão do discurso do presidente Epitácio Pessoa, data da Exposição Internacional, com a participação de vários países, em comemorações do centenário da Independência do Brasil.

Assim, para irradiar a solenidade, 80 receptores foram importados e adquiridos por alguns interessados na tecnologia. Esses receptores foram distribuídos no Rio de Janeiro, Petrópolis, Niterói e até em São Paulo. Eram destinados a pessoas importantes no governo e na sociedade, que tiveram o privilégio de receber a transmissão, das ondas sonoras emanadas da emissora instalada no alto do corcovado, pela empresa Westinghouse. A população também foi contemplada com a programação, que pôde ser ouvida pelos presentes, mas foi transmitida através de autofalantes instalados na praça, e alguns pontos adjacentes.

Para Roquette Pinto, a transmissão feita foi precária, assemelhando-se a um “barulho infernal, distorcido, arranhando os ouvidos, era uma curiosidade sem maiores consequências”, misturando ruído à microfonia¹⁰

Além do discurso do presidente Epitácio Pessoa, o rádio transmitiu a ópera “O Guarani”, composta por Antônio Carlos Gomes, em 1870. Esta ópera veio a se tornar tema de abertura do noticiário mais longevo do rádio brasileiro: a “A voz do Brasil”, que até os anos de 1962 se chamava “Hora do Brasil”.¹¹

Finda solenidade de inauguração, a rádio, sem recursos, passou a irradiar óperas, recitais de poesias, concertos e palestras. Sem verbas próprias para manter uma programação e também sem uma estrutura adequada, passou a contar com o auxílio dos ouvintes que emprestavam seus discos.

Em 1924, Edgar Roquette Pinto, implanta a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, com caráter educativo. O próprio Roquette Pinto costumava dizer que o “rádio era a escola dos que não tinham escola”. Naquele momento havia muitos problemas para se instalar uma rádio, dado a existência de legislação que proibia o uso das atividades de rádio por civis, uma vez que o governo temia que segredos da segurança nacional caíssem em mãos estrangeiras, afinal a Primeira Guerra havia acabado há apenas quatro anos e um clima de insegurança era compreensível.

As ondas de rádio podiam ser ouvidas por todos no país. Não sabendo ainda, como controlar o que se dizia pelo rádio, sua legalização só veio mais tarde. Como nos conta Ortriwano (1985), a radiodifusão começou a ser regulamentada em 1931, através do decreto 20.047, que concede autorização para as rádios, que até aquele momento funcionavam amparadas na regulamentação da rádio telegrafia (Decreto nº 16.657 de 05 de novembro de 1924).

O governo mostra, a partir dos anos 30, preocupar-se seriamente com um novo meio, que definia como “serviço de interesse nacional e de finalidade educativa”, regulamentando o seu funcionamento e passando a imaginar maneiras de proporcionar-lhe bases econômicas mais sólidas, concretizadas pelo decreto nº 21.111, que autorizava a circulação de propaganda pelo rádio, tendo limitado sua manifestação, inicialmente, a 10% da programação,

¹⁰ Gravação com a voz de Roquette Pinto, exibida na programação comemorativa aos 90 anos do rádio no Brasil, exibido em 07 de setembro de 2012, pela TV Brasil. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=103dDuhkUbm>>.

¹¹ Este noticiário iniciou sua veiculação no dia 22 de julho de 1935, no governo Getúlio Vargas. De acordo com Haussen (2001), O programa “A Hora do Brasil” foi criado pelo departamento de propaganda e difusão cultural – DOP que era responsável por divulgar as ações do governo Vargas. Em 1937 a transmissão do programa se tornou obrigatório. Sobre a Voz do Brasil, ver PEROSA, Lilian Maria Farias de Lima. *A hora do clique: Análise programa de Rádio “A voz do Brasil” da Velha à Nova República*. São Paulo, Annablime/ECA/USP, 1998.

posteriormente elevada para 20% e, atualmente fixada em 25%. (ORTRIWANO, 1985, p. 15)

O rádio, na sua essência, era erudito, se caracterizava como um veículo educativo por natureza e também era um veículo cultural. Em princípio, o rádio tenta sobreviver vendendo assinaturas e recebendo doações de uns poucos possuidores de receptores, mas não consegue se sustentar com esse método de arrecadação que se mostra parco para a sobrevivência.

Por este motivo, com a regularização, também vem a exploração comercial, quando as empresas compram determinado tempo para divulgar suas mensagens, propagandas. Com essa alternativa, o rádio deixa sua fase de veículo erudito para se tornar popular. Ortriwano (1985) diz que as mensagens comerciais “transfiguram imediatamente o rádio”, que passa a ser “voltado para a diversão e o lazer”. Essa mudança se deve aos patrocinadores, que tinham o objetivo de alcançar maior público possível. Depois que adere à publicidade, o rádio assume o *status* de empresa, para fazer frente à concorrência e seu mote educativo começa a perder terreno para os interesses mercantis.

Com a Revolução de 1930, o país toma outro rumo, ampliando o comércio e a indústria, que necessitam colocar seus produtos no mercado interno, sendo o rádio um veículo eficiente para chegar aos prováveis compradores, aliados a mudança que o governo de Getúlio Vargas imprime, com a centralização da estrutura na administração do Estado Brasileiro.

O Decreto nº 21.111 substitui o Decreto anterior nº 20.047 de 1931, que estabelece o rádio como sendo de interesse nacional e com fins educativos. Não obstante o decreto de 1931, assegurar ao rádio seu princípio educativo, no ano seguinte toda a sua estrutura é transformada pelo Decreto nº 21.111 dando ao rádio o status profissionalizante, embora esta mudança naquele momento não fosse bem recebida por alguns percussores do rádio no Brasil. Um exemplo disso é a posição de Edgar Roquette Pinto, que acredita que o rádio deveria ter a educação como propósito principal.

É importante ressaltar que mudanças estão ocorrendo no mundo naquele momento. A crise mundial do ano de 1929 afeta acentuadamente os países estancando a “prosperidade do pós-guerra”, forçando o Brasil a buscar outra estratégia para se sustentar, além da produção agrária.

A revolução de 1930 possibilita a inserção de um programa de governo focado em medidas destinadas à industrialização, mas com caráter nacionalista. Conforme Haussen (2001), a proposta de industrialização atrai para as cidades, a população do campo. As pessoas

que deixam as atividades agrárias para trabalhar na indústria e passam a reivindicar melhorias sociais.

Dentre as reivindicações populares, Getúlio Vargas sanciona: estabilidade no emprego, indenização por acidente, refeitórios populares, criação do salário mínimo e salários adicionais, além dos institutos e caixas de pensões que garantem ao trabalhador, assistência médica e hospitalar. Com estas ações, o industrialismo ganha força e isso influencia a radiodifusão, tanto na produção de equipamentos nacionais, quanto no consumo da produção que se acentua a partir de 1935.

Embora o lançamento oficial do rádio no Brasil tenha se dado com equipamentos importados e tenha se estendido a equipamentos profissionais de transmissão, bem como, de receptores, o Brasil passa a produzir seus próprios aparelhos.

No início o desenvolvimento da radiodifusão provocou a importação de equipamentos profissionais e aparelhos receptores. No entanto, paralelamente, devido à política protecionista, também foram criadas pequenas indústrias nacionais se utilizavam de componentes estrangeiros. Essas indústrias, por sua vez, mesmo enfrentando dificuldades, [...] eram controladas por grupos locais e se proliferavam nos períodos em que o modelo econômico, nos países latino-americanos, buscava uma industrialização substitutiva de importações. (HAUSSEN, 2001, p 32)

Posteriormente, as empresas de eletroeletrônicos internacionais utilizam da técnica de *dumping* para controlar os mercados, mas as empresas nacionais conseguem estabelecer uma produção significativa para abastecer o mercado interno.

Não obstante este fato é notório a importância que Getúlio Vargas dá ao Rádio no Brasil quando chega ao governo. Com a criação do Departamento Oficial de Propaganda (DOP), em 1931, como um órgão que tinha a função de administrar a propaganda oficial do governo, com o discurso de legitimar a eficiência e abrangência, de maneira eficaz, dos canais de difusão.

De acordo com Haussen (2001), em 1934, o DOP é convertido em Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) que, em 1939, é transformado em Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Criado com a incumbência de disseminar as ideias do Estado Novo, junto à população.

O veículo que anuncia o Estado Novo no Brasil, em 10 de novembro de 1937, segundo Haussen (2001), é o rádio. Neste pronunciamento, Getúlio Vargas anuncia ao povo a nova constituição. O principal programa, criado no governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de divulgar as ideias do seu governo é a “Hora do Brasil”, instituído pelo então DOP

em 1935, que serve ao propósito de divulgar o chamado Plano Cohen. Este plano é apresentado à população como sendo documentos que evidenciam o plano comunista para tomada de governo. No ano de 1937, o programa “A Hora do Brasil” passa a ser transmitido obrigatoriamente por todas as emissoras do País.

“A Hora do Brasil” é transmitida até os dias atuais com a nomenclatura de: “A Voz do Brasil”, irradiada cotidianamente às 19 horas no horário de Brasília. Conforme Haussen (2001), “A Hora do Brasil” foi ao ar pela primeira vez, transmitido através da Rádio Guanabara do Rio de Janeiro e teve como apresentador o locutor Luiz Jatobá. Além da Rádio Guanabara mais oito rádios brasileiras transmitiram o programa em cadeia. Naquele momento, o programa era transmitido, nos dias úteis, das 18h45m às 19h30m, em ondas médias e curtas e das 19h30m até as 19h45m apenas em ondas curtas.

O presidente Getúlio Vargas, no que se refere ao rádio e às comunicações, não estava preocupado apenas em ter uma rádio que servisse à Presidência da República, mas em ter o controle sobre as comunicações, além de difundir o projeto de seu governo através de todas as rádios existentes no País. A criação dos órgãos de controle das comunicações e a criação do programa “A Hora do Brasil” irradiado por todo o Território Nacional, obrigatoriamente, asseveram essa preocupação.

A rádio Sociedade do Rio de Janeiro, protagonista da história do Rádio no Brasil, também protagonizou a história da rádio educativa. Seu idealizador Edgar Roquette Pinto, percebendo o avanço da versão comercial do rádio, entendendo que não conseguia concorrer em audiência com as rádios comerciais, encontrou uma maneira de assegurar que a sua rádio continuasse a fazer o papel para o qual foi criada: levar educação as populações que não tem acesso.

É importante pensar a época do rádio no seu contexto, como um período de progresso e desenvolvimento tecnológico. O rádio surge como uma deslumbrante novidade da tecnologia nas comunicações, quando o mundo passa por transformações nunca vistas até então. Os programas do rádio brasileiro trazem uma conotação cultural e educativa, além de atividades desenvolvidas, naquele momento, com um caráter cívico nacionalista. No início estava ligado ao Ministério da Educação e Saúde Pública¹². “No entanto, a influência de

¹² O Ministério da Educação foi criado em 1930, logo após a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública, a instituição desenvolvia atividades pertinentes a vários ministérios como saúde, esporte, educação e meio ambiente. Até então, os assuntos ligados à educação eram tratados pelo Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça. De 1934 a 1945, o então ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema Filho, promove uma gestão marcada pela reforma dos ensinos secundário e universitário. Nessa época, o Brasil já implantava as bases da educação nacional. Até 1953, foi Ministério da Educação e Saúde. Com a autonomia dada à área da saúde surge o Ministério da Educação e Cultura, com a sigla MEC. O sistema educacional brasileiro até 1960 era centralizado e o modelo era seguido por todos os estados e municípios. Com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB),

Capanema sobre a radiodifusão seria muito breve, pois ainda em 1934, Getúlio Vargas criou o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural ligado ao Ministério da Justiça [...]” (HAUSSEN, 2001, p. 41).

A criação do DIP, embora substituísse o DPDC que substituiu o DOP, incorpora à sua organização uma divisão de radiodifusão, além do cinema e o teatro. O DIP está ligado, diretamente, a presidência da República. “É muito claro, que Getúlio Vargas e seu governo desde o início elaboraram um esquema relativo ao uso político do rádio e uma das principais armas foi a censura”. (HAUSSEN, 2001, p. 43).

O DIP foi criado em 27 de dezembro de 1939, pelo Decreto Lei nº 1.915, sua sede ficava no Rio de Janeiro, mas tinha representações nos estados, ficando estas representações sob a responsabilidade dos governadores. Para compreendermos melhor a função do DIP, vejamos, na íntegra, os artigos 2º e 3º conforme publicado originalmente em 1939.

Art. 2º O DIP. tem por fim:¹³

- a) centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional;
- b) superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo;
- c) fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, de rádio-difusão, da literatura social e política, e da imprensa, quando a esta forem cominadas as penalidades previstas por lei;
- d) estimular a produção de filmes nacionais;
- e) classificar os filmes educativos e os nacionais para concessão de prêmios e favores;
- f) sugerir ao Governo a isenção ou redução de impostos e taxas federais para os filmes educativos e de propaganda, bem como a concessão de idênticos favores para transporte dos mesmos filmes;
- g) conceder, para os referidos filmes outras vantagens que estiverem em sua alçada;
- h) coordenar e incentivar as relações da imprensa com os Poderes Públicos ao sentido de maior aproximação da mesma com fatos que se liguem aos interesses nacionais;
- i) colaborar com a imprensa estrangeira no sentido de evitar que se divulguem informações nocivas ao crédito e à cultura do país;
- j) promover intercâmbios com escritores, jornalistas e artistas nacionais e estrangeiros;

em 1961, os órgãos estaduais e municipais ganharam mais autonomia, diminuindo a centralização do MEC. Em 1985, é criado o Ministério da Cultura. Em 1992, uma lei federal transformou o MEC no Ministério da Educação e do Desporto e somente em 1995, a instituição passa a ser responsável apenas pela área da educação.

Fonte: http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171

¹³ Fonte: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>

- l) estimular as atividades espirituais, colaborando com artistas e intelectuais brasileiros, no sentido de incentivar uma arte e uma literatura genuinamente brasileiras, podendo, para isso, estabelecer e conceder prêmios;
- m) incentivar a tradução de livros de autores brasileiros;
- n) proibir a entrada no Brasil de publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros, e interditar, dentro do território nacional, a edição de quaisquer publicações que ofendam ou prejudiquem o crédito do país e suas instituições ou a moral;
- o) promover, organizar, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, concertos, conferências, exposições demonstrativas das atividades do Governo, bem como mostras de arte de individualidades nacionais e estrangeiras;
- p) organizar e dirigir o programa de rádio-difusão oficial do Governo;
- q) autorizar mensalmente a devolução dos depósitos efetuados pelas empresas jornalísticas para a importação de papel para imprensa, uma vez demonstrada, a seu juízo, a eficiência e a utilidade pública dos jornais ou periódicos por elas administrados ou dirigidos;

Art. 3º O D. I. P. será constituído de

- a) Divisão de Divulgação;
- b) Divisão de Rádio-difusão;
- c) Divisão de Cinema e Teatro;
- d) Divisão de Turismo;
- e) Divisão de Imprensa;
- f) Serviços Auxiliares, que são os de Comunicações, Contabilidade e Tesouraria Material, Filmoteca, Discoteca, Biblioteca.

O artigo 2º do Decreto Lei nº 1.915/39 apresenta em seções, classificadas alfabeticamente, as finalidades do mesmo. Verificando a seção “a” podemos compreender a intenção de controlar e difundir a propaganda nacional em benefício do Estado. Na seção “b” observa-se o caráter fiscalizador no que diz respeito aos serviços turísticos, demonstrando clara preocupação com a imagem que se possa fazer do País. Entretanto, é na seção “c” que fica explícito o tratamento de censura e controle sobre os órgãos de radiodifusão, arte e recreação, bem como na literatura e no teatro, acrescido da imprensa anunciando, inclusive na secção, a aplicação de penalidades.

As seções “d”, “e”, “f” e “g” se concentram na modalidade de filmes educativos, inclusive, classificando aqueles que poderiam receber favores do governo ou algum tipo de incentivo. Na seção “d” o decreto utiliza o termo “incentivar a Produção Nacional”, demonstrando uma determinação no que se refere à produção. O tema imprensa aparece na seção “h” quando no decreto, o incentivo e a coordenação devem ser estabelecidos entre a imprensa e o poder público, determinando a aproximação da imprensa com divulgação de fatos e interesses do governo nacional.

As seções “i”, “j”, “l”, “m” e “n” se dedicam às artes destacando a literatura, inclusive, estabelecendo a censura da literatura estrangeira, proibindo sua entrada no Brasil, quando este órgão julgar nocivo seu conteúdo. Podemos encontrar na seção “o” a determinação para promoção de manifestações populares cívicas, além de exposições demonstrativas das atividades governamentais.

A seção “p” e “q” demonstra importância nesta apresentação, pois corroboram a preocupação do governo com a radiodifusão e a imprensa, quando na seção “p” atribui ao departamento, a função de organizar e dirigir os programas de radiodifusão oficial do governo, enquanto na seção “q”, estabelece, mensalmente, o controle e manipulação da produção da imprensa devolvendo ou não seus investimentos em material utilizado em suas publicações, embora soe como um incentivo, fica claro o controle sobre as publicações.

O DIP é constituído, conforme artigo terceiro, por divisões que compreendem: Divulgação, Radiodifusão, Cinema e Teatro, Turismo e imprensa. Conta ainda com os serviços auxiliares de Comunicações, Contabilidade e Tesouraria Material, Fimoteca, Discoteca e Biblioteca. Isso favorece a radiodifusão, que, segundo Ortriwano (1985), “mostra-se um meio extremamente eficaz para incentivar a introdução de estímulos ao consumo”. Posto que os comerciais tenham inclinação, cada vez mais, a tornarem-se apelativos no sentido de vender produtos.

Nesta perspectiva, o rádio passa a superar os veículos impressos, no que se refere à propaganda. Sua estrutura favorece o processo, visto que muitas pessoas podem ouvir o rádio enquanto fazem outras atividades, seja no lazer ou no trabalho, o rádio pode ser ouvido sem prejuízo do tempo. Diferentemente de ler um jornal ou revista, o ouvinte não necessita dedicar um tempo especificamente à recepção da mensagem audível. Outro ponto favorável é que ao ouvir o rádio, a mensagem chega independente da escolha do receptor, ao passo que na leitura, o leitor pode fazer a opção de ler ou não o trecho equivalente à propaganda e com isso, o estímulo vem do veículo que dissemina a propaganda. O receptor não tem a opção de escolha, a menos que desligue o rádio. Contudo esta ação é improvável pois está motivado pela programação.

Enquanto no veículo impresso, o leitor procura ler o que já estivesse previamente interessado, no veículo sonoro, ouve todas as propagandas indistintamente, promovendo o interesse, muitas vezes, por um produto que não conhecia ou que não estava interessado. Assim, o rádio passa a se tornar um veículo que desperta, também, o interesse do comércio e da indústria, que passam a investir predominantemente na divulgação dos seus produtos, através do novo veículo. Para que possamos ter uma ideia do que o rádio representa naquele

momento podemos recorrer ao texto de autoria de Bertolt Brecht, no ano de 1932, quando afirma:

O rádio seria o mais fabuloso meio de comunicação imaginável na vida pública, um fantástico sistema de canalização. Isto é, seria se não somente fosse capaz de emitir, como também de receber; portanto, se conseguisse não apenas se fazer escutar pelo ouvinte, mas também pôr-se em comunicação com ele. A radiodifusão deveria, conseqüentemente, afastar-se dos que a abastecem e construir os radiouvintes como abastecedores. Portanto, todos os esforços da radiodifusão em realmente conferir, aos assuntos públicos, o caráter de coisa pública são totalmente positivos. (BRECHT, 2005, p.42)

Embora Brecht fosse alemão e vivesse na Alemanha, nesta época, sua visão sobre o uso do rádio nos mostra o quanto esperar desta tecnologia, que encanta o mundo, mas também determina o seu potencial enquanto instrumento de comunicação. Como autor e dramaturgo moderno, engajado com questões da sociedade, ambiciona por um meio de comunicação democrático, e na sua visão, embora o rádio seja um meio eficiente para chegar ao ouvinte, funciona em via de mão única, podendo influenciar quem o ouvia, mas não pode ouvir a opinião da sociedade, isso é nocivo.

Sendo uma tecnologia que influencia os ouvintes, converte-se no veículo de mídia mais eficiente que o impresso, ganhando a preferência do comércio e da indústria. O intento de Brecht não se realiza mesmo na contemporaneidade, o rádio continua apenas transmitindo mensagens, não obstante o avanço tecnológico, a sua estrutura não permite uma comunicação, interativa, em via de mão dupla, pela sua própria condição de emissor apenas.

Para Prado (1989), o impedimento de se utilizar essa ferramenta no sentido de enviar e também receber mensagem, não é possível em consequência da estrutura na qual o invento foi organizado: “A estrutura de atuação, pelo contrário, limitou ao máximo os canais de participação, disponibilizando e ilhando ao máximo cada ouvinte até criar uma relação ilusória interpessoal entre emissor e receptor, exercido através da persuasão”. (PRADO, 1989, p. 18).

Não fosse esse o formato adotado pelo rádio, talvez houvesse a possibilidade de se obter, o que Prado (1989) chamou de “comunicação coletiva ideal”, que culminaria na interação. Fala-se, nos dias de hoje, em interação, em interatividade nas comunicações, e, em alguns momentos, um ouvinte pode ligar para uma rádio, pedir uma música, ou dar uma opinião sobre determinado assunto. Numa interação pressupõe inferência, alteração de curso no processo, portanto pedir uma música em um programa que já foi elaborado com este fim,

não pode ser classificado como interação, mas mera ação em uma estrutura preparada com um sentido específico.

Contudo, não podemos afirmar que essa interação tenha um sentido político como gostaria Brecht ou Prado, visto que essa ação é coordenada e direcionada com fins bem específicos, ou seja, um cidadão não pode ligar para uma rádio para falar sobre qualquer assunto em qualquer momento, independente dos interesses que aquela representa.

Neste caso, esta interação é controlada e não se encaixa no conceito. De acordo com Prado (1989), a organização tradicional do rádio funciona através de um esquema comunicativo clássico, tendo um emissor, o meio de transmissão e um receptor e este esquema: emissor-meio-receptor não caracteriza uma forma de comunicação, mas um sistema hierarquizado de distribuição de mensagens.

Não obstante, inclusive nesta estruturação, o veículo possui características como a instantaneidade, a simultaneidade e a rapidez. Todas elas contribuem assim para fazer do rádio a melhor e mais eficaz meio de serviço da transmissão fatos atuais. Em vista de tudo isso, é fácil conseguir que o rádio é o meio informativo mais adequado. (PRADO, 1989, p.18)

Além das questões apontadas, outras características são acrescentadas com o intuito de validar a hipótese de Prado (1989). Um exemplo é a capacidade que o rádio tem de ser entendido por todos, pois seu manuseio não exige prática ou habilidades específicas podendo ser manipulado por qualquer pessoa, uma vez que é de fácil decodificação, além do que seu acesso pode ser feito mesmo em condições adversas de tempo e espaço, bastando que o ouvinte porte um receptor. Assim, o rádio é um veículo massificador da informação.

Conforme Ortriwano (1985), “para o rádio surgem então novas funções, diretamente ligadas ao desenvolvimento político e econômico do País.” Considerando que o rádio chegaria às residências e transmitiria mensagens e ideias ligadas à política, bem como comerciais apelativos ao consumo de produtos. Esta prática, significa a sobrevivência seguida da opulência deste veículo, graças a sua capacidade de comunicação popular. Como um negócio promissor, o que veio a seguir foi um rádio organizado como empresa pronto para fazer frente aos seus concorrentes.

Muitas rádios se instalaram no País a partir do decreto nº 21.111 de 1 de março de 1932, que autorizava o uso da publicidade no rádio. Essa abertura também permitiu a propaganda política e, em 1932, o rádio conclama o povo para a Revolução Constitucionalista (1932). Ortriwano (1985) defende que, na cidade de São Paulo, um locutor ao fazer essa convocação popular, ganhou fama nacional, ficando conhecido como o locutor da revolução.

Nos anos de 1930, muitas rádios se destacaram: a Rádio Nacional, Rádio Record, entre outras. O apelo comercial foi se afastando do propósito educativo, passam a inovar suas programações concorrendo pela audiência, pois quanto mais audiência, mais propaganda, e mais dinheiro. Seguindo esse mote:

Em 1935, ocorreram dois fatos marcantes para o desenvolvimento da programação nas emissoras brasileiras. A Rádio Kosmos, de São Paulo, depois Rádio América, cria o primeiro auditório e a partir daí “vulgarizaram-se as transmissões com a participação do público, inclusive os programas de auditório”. Paralelamente, é inaugurada no Rio de Janeiro a Rádio Jornal do Brasil, que estabelecia uma sistemática de programas na informação, dentro da conduta austera, até os dias presentes. (ORTRIWANO, 1985, p. 17)

Como veremos no tema: “**A Radiodifusão Educativa**”, o novo formato de programas focam na produção comercial, deixando o projeto de rádio educativa relegado a segundo plano, considerando a necessidade da empresa se manter comercialmente.

Na década de 1940 surge mais uma inovação no rádio. No ano 1942, a Rádio Nacional lança a radionovela intitulada a “Em Busca da Felicidade”. As demais emissoras absorvem a novidade lançando em suas programações o mesmo estilo. Em 1945, a Rádio Nacional chegou a transmitir diariamente 14 novelas. Em 1942, a Rádio Tupi, de São Paulo, leva ao ar o “Grande Jornal falado Tupi”.

De acordo com Prado (1989), um dos acontecimentos que marcaram o rádio no Brasil foi o surgimento do Repórter Esso, exibido pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro. O noticiário vai ao ar, pela primeira vez, às 12h45m do dia 28 de agosto de 1941. O programa jornalístico tinha a missão de informar, em princípio, os acontecimentos da II Guerra Mundial. O slogan do noticiário era “testemunha ocular da História” e esteve no ar por 27 anos.

No ano de 1947, a Rádio Pernambucana, de São Paulo, se especializa em transmitir esportes e com isso ganha grande audiência, pois é uma nova modalidade de transmissão que agrada os ouvintes. Em 1954, a Rádio Bandeirantes lança um noticiário diferente com notícias curtas. Para cada quinze minutos de programação, a rádio leva ao ar um minuto de notícias. O jornalismo ao vivo surge no rádio somente em 1959, permitindo a transmissão direta das ruas. Nesta modalidade, foram incluídas as entrevistas ao vivo, fato que explorava ainda mais o imaginário dos ouvintes permitindo mais audiência.

Ainda no ano de 1959, para fazer frente à televisão¹⁴, que surgiu no Brasil, em 18 de setembro de 1950, tornando-se a principal concorrente do rádio, uma nova modalidade de programação é iniciada pela Rádio Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro. Era o serviço de utilidade pública, que a princípio anunciava achados e perdidos, mas depois foi se aperfeiçoando e inserindo muitos outros anúncios de interesse do ouvinte.

Rapidamente, as demais rádios também adotaram a programação. Seguindo o mesmo raciocínio, a Rádio Panamericana, de São Paulo, instalou um serviço particular de meteorologia, enquanto isso outras emissoras informam as condições das estradas e serviços disponíveis em trajetos rodoviários. Também fazia parte do novo modelo de programação anunciar ofertas de empregos e profissionais.

Ortriwano (1985) nos conta que a Rádio Tamoio do Rio de Janeiro passou a oferecer um novo esquema na programação “música exclusivamente música”. Este esquema de programação é bem aceito para população e se torna tendência na década de 1960. A Rádio Excelsior, de São Paulo, lança em 1968 sua programação exclusivamente musical e assim continua por muito tempo.

Na década de 1960 surgem as primeiras FMs - Frequência Modulada. Inicialmente, estas rádios oferecem sonorização ambiente para assinantes. A clientela era variada desde hospitais, passando por residências até indústrias e escritórios. Já na década de 1970, as FMs passam a operar em canais abertos, com programação exclusivamente musical. Em 1969, surge na cidade de São Paulo a Rádio Mulher, como sendo a primeira rádio no Brasil especializada em assuntos femininos. Sua programação era baseada em um modelo norte americano e europeu. Apresentava, horóscopos, moda, música romântica e outros itens do gosto feminino. Na década de 70 do século XX, as rádios continuam inovando e definindo um perfil de programação de acordo com suas características. Algumas se especializando em uma programação exclusivamente musical e outras investindo em notícias ou ainda em esportes.

¹⁴ Depois de testes de transmissão, no dia 18 de setembro de 1950, a TV Tupi era inaugurada sob a razão social “Rádio e Televisão Difusora”, em estúdios na rua 7 de abril, centro paulista. A TV Tupi iniciou o seu trabalho de transmissão utilizando equipamentos RCA. Duzentos aparelhos de TV foram importados e distribuídos por Chateaubriand pela cidade, uma maneira de atrair o interesse do público, cuja grande maioria ainda não possuía aparelhos em casa. As transmissões ocorriam das 18 hrs às 23 hrs e grande parte dos profissionais que iniciaram a produção de TV no Brasil foram provenientes do rádio, jornal e teatro; nos EUA, por exemplo, as empresas de televisão abarcaram os profissionais do cinema. O primeiro programa a ir ao ar é “TV na Taba”, com Hebe Camargo, Ivon Cury e outros artistas. O primeiro telejornal, “Imagens do Dia”, entrou no ar no dia 19 de setembro, cujas matérias eram feitas com câmeras de cinema. As primeiras empresas que compraram espaço publicitário, apesar do inicial e incipiente mercado televisivo brasileiro, foram Sul América Seguros, Antártica, Moinho Santista e Prata Wolf. Fonte: <http://www.infoescola.com/comunicacao/historia-da-televisao-no-brasil/>

Em 1975, demonstrando preocupação com a expansão e conteúdo exibido pelas rádios, o presidente Ernesto Geisel, cria a Empresa Brasileira de Comunicação/Radiobrás¹⁵, através da Lei 6.301, de 15 de dezembro de 1975. Com esta lei, a Radiobrás assume a incumbência de regular as emissoras de rádio bem como criar rádio própria do Governo para a divulgação oficial dos seus atos e notícias, incluindo-se programação educativa.

Pela lei que instituiu, a Radiobrás tem como finalidade básicas: organizar emissoras, operá-las e explorar os serviços de radiodifusão do Governo Federal; montar e operar sua própria rede de repetição e retransmissão de radiodifusão, explorando os respectivos serviços; realizar a difusão de programação educativa, produzida pelo órgão federal próprio bem como produzir e difundir programação informativa e de recreação; promover e estimular a formação de pessoal especializado, necessário às atividades de radiodifusão e prestar serviços especializados no campo da radiodifusão. (ORTRIWANO, 1985, p. 24-25)

Como podemos constatar, o Governo organiza uma rede de telecomunicação com o propósito de radiodifusão no País e fora dele. Segundo essa tendência, algumas emissoras da cidade de São Paulo, no ano de 1980, resolveram fundar a Sociedade Central de Rádio, com o objetivo de defender interesses de uma rede de emissoras. Dentre os objetivos anunciados estão o fortalecimento da imagem do rádio, melhor relacionamento com o mercado e mudanças nas metodologias de pesquisa de audiências. Outra novidade do final da década de 1970 e início da década de 1980 foi o surgimento das agências de produção radiofônica. Estas agências produziam programas com artistas famosos, em formatos diversos: entrevistas, opinião e análise sobre assuntos de interesse do momento, além de informações sobre a vida daquele personagem. As produções eram vendidas para emissoras menores.

As experiências de educação a distância no Brasil, através do rádio, aconteceram concomitantes ao surgimento dessa tecnologia. O rádio nasce com a proposta de servir a educação. Nas décadas de 1960 e 1970, tivemos as duas experiências com significativa abrangência, sendo a mais extensa, o PMR que começou em 1970 e acabou em 1989.

¹⁵ A Radiobrás foi criada em 1975 com a finalidade de operar as emissoras de rádio e televisão do Governo Federal. Em 1988, absorveu a Empresa Brasileira de Notícias, sucessora da antiga Agência Nacional, e passou a ser denominada Empresa Brasileira de Comunicação. A Radiobrás já foi vinculada aos Ministérios das Comunicações e da Justiça e, desde 1992, está ligada à Presidência da República. Hoje, o sistema Radiobrás compreende uma importante agência de notícias, uma rádio-agência, duas emissoras de televisão e cinco emissoras de rádio, que operam em ondas curtas, ondas médias e frequência modulada. A Empresa possui, ainda, o maior complexo de transmissores e antenas de radiodifusão em ondas médias e curtas da América Latina, localizado no Parque do Rodeador, no Distrito Federal. Por meio de seus veículos, a Radiobrás realiza a sua missão de empresa pública de comunicação, informando com objetividade o cidadão brasileiro sobre Estado, governo e vida nacional. Atua ainda na distribuição da publicidade legal de cerca de 1.130 entidades governamentais. Fonte: <http://stream.agenciabrasil.gov.br/estatico/contatos.htm>.

Entretanto, a estrutura das aulas transmitidas pelo rádio tinha um caráter instrucional, oferecia, regularmente, alfabetização para adultos, educação supletiva e capacitação para o trabalho.

Com o surgimento da televisão, o rádio assumiu um lugar diferente, na sociedade, do que ocupava no auge de sua trajetória. Este veículo já ocupou o lugar de protagonista na lista de desejos dos consumidores e a sala era seu lugar de destaque onde se colocava o aparelho receptor e as Famílias sentavam a sua volta para ouvir notícias, novelas, músicas, futebol e também entre outras programações, ouvir aulas. Era um aparato tecnológico importante para aquele momento conferia status a quem o pertencia e também, decorava o espaço da casa onde a Família ficava reunida. Através do rádio veiculavam notícia, entretenimento e programas educativos.

O receptor de rádio, assim como sua tecnologia, passou por modificações estruturais. No caso do receptor, estas modificações vão além do formato físico e espacial. O aparelho que antes era destaque na sala das residências, agora ocupa outro espaço também muito frequentado, pois continua seus dias de glória no interior do carro. O condutor geralmente houve rádio durante o tempo em que está se locomovendo de um ponto a outro, ouve música, notícia, previsão do tempo, comentarista político e esportivo, além de vasta cronologia de programação.

O receptor passou por uma adaptação espacial que transformou a forma como sua programação era feita. Com o surgimento da internet, o rádio ocupou um espaço privilegiado, tornando possível transmitir sua programação para além do alcance das suas frequências por ondas hertzianas, alcançando todo o globo em tempo real. Neste espaço o rádio tornou-se interativo, onde o internauta pode, inclusive, montar a sua própria programação escolhendo entre as opções disponíveis com o que deseja ouvir.

O rádio, também integra outros aparelhos receptores que, embora não tenham sido criados com a função de ser rádio, incorporou com sucesso esta tecnologia. O telefone celular traz integrado em sua tecnologia, o rádio e em alguns aparelhos, podemos encontrar o rádio nas suas frequências AM e FM.

Durante sua trajetória, o rádio incorporou nos receptores, outras formas de reprodução da recepção sonora, e acrescentou à reprodução de sons previamente gravados. Nas décadas de 70 e 80, havia aparelhos que podiam reproduzir discos de vinil e fitas K7 além da recepção radiofônica. Estes receptores eram conhecidos como três em um e a maioria tinha um formato de móvel, era grande e ocupavam um espaço considerável na sala, servindo, também, como um objeto decorativo. Com o passar do tempo, os aparelhos foram

modificados, tiveram seus tamanhos reduzidos e no lugar do disco de vinil passou a reproduzir o CD a *laser*, uma tecnologia nova, com capacidade de armazenamento de músicas gravada, superior ao disco de vinil. A qualidade sonora também superou o formato de vinil.

Não obstante a velocidade com que a tecnologia avança ainda se pode encontrar, atualmente, pessoas que mantem apego aos discos de vinil, possibilitando o consumo de aparelhos com tecnologia mais antiga, assim como a tecnologia do CD e da fita K7. Portanto, em se tratando de aparelhos receptores, o mercado oferece a possibilidade de juntar todos os diapositivos disponíveis do momento, reunindo-os em um único aparelho.

Na ordem esperada para o avanço tecnológico o artifício do CD *player*, também passou por mudança e sofreu um processo de miniaturização convertendo-se nos receptores conhecidos como Mp3,¹⁶ um formato de áudio que permite reduzir o tamanho de seus arquivos sem perder a qualidade sonora, onde além do rádio, o usuário poderá gravar qualquer tipo de som, inclusive a programação do rádio. Esse tipo de receptor é usado, via de regra, pelo consumidor mais jovem, oferecendo a possibilidade de levá-lo consigo a qualquer lugar, dado a condição de transportá-lo no bolso e sendo, praticamente, imperceptível. O fato de retirar, do receptor, os alto-falantes, substituído por fones de ouvido, tornou seu uso possível em diversos ambientes, reduzindo consideravelmente seu tamanho e particularizando o receptor, onde o usuário pode ouvir o que desejar sem que outras pessoas no mesmo ambiente sejam incomodadas ou beneficiadas pelo som.

Segundo Bianco (2009), “o rádio perdeu a centralidade midiática para a televisão, mas ainda mantém forte apelo popular.” O receptor se tornou um aparelho múltiplo sendo incorporado em outras formas de mídia e assim. “o meio alcança diferentes segmentos sociais, possui ampla cobertura geográfica. [...] a atratividade está em sua linguagem oral de natureza intimista, sugestiva, simples, direta e agradável”. (BIANCO, 2009 p. 56)

¹⁶ A sigla MP3 vem de *MPEG Audio Layer-3*, um formato de arquivo que permite ouvir músicas no computador com ótima qualidade. Assim como os antigos LPs, K7 e o nem tão antigo CD, o MP3 vem se destacando como o principal formato de arquivos musicais e áudio em geral. Em 1987 o *Institut Integrierte Schaltungen* (ISS), na Alemanha, começou a trabalhar em uma codificação perceptual (um método que consiste em somente utilizar as frequências sonoras que são captadas pelo ouvido humano) para Transmissão Digital de Áudio (*Digital Audio Broadcasting*). O resultado do trabalho foi um algoritmo de compressão de áudio sem perda de qualidade, o *MPEG Áudio Layer-3*, que ficou mundialmente conhecido como MP3. A grosso modo, pode-se dizer que o MP3 corta as partes inúteis da música, deixando apenas as frequências perceptíveis pelo ouvido humano. Isto permitiu que os arquivos ficassem menores, pois não há “excesso de informações”, apenas o que realmente interessa. Fonte: TecMundo. Disponível em <http://www.tecmundo.com.br/musica/214-o-que-e-mp3-.htm> acessado em sábado, 18 de outubro de 2014.

Dado estas e outras características do rádio, amplas e abrangentes experiências com o rádio na educação, foram experimentadas no Brasil.

As experiências de educação pelo rádio no Brasil desenvolvidas nos anos 60 e 70 tiveram caráter maciçamente instrucional, com ofertas de cursos regulares destinados a alfabetização de adultos, educação supletiva e capacitação para o trabalho. Pesquisas de avaliação revelaram o insucesso dessas experiências considerando os elevados índices de evasão. Em parte, a eficácia relativa desses sistemas se devia à tentativa de reproduzir o ambiente da sala de aula na produção de programas educativos. (BIANCO, 2009 p 56)

Bianco (2009), avalia que os recursos da linguagem radiofônica eram pouco explorados nas experiências educacionais visto que abordagem dos conteúdos estava “acima das possibilidades de acompanhamento por parte da audiência” atribuindo a essa questão a falta do “caráter pessoal da comunicação pelo rádio”.

O formato como o rádio apresentava os conteúdos estava ajustado ao modelo da sala de aula e conforme o currículo vigente, as diversas tentativas de educação pelo rádio seguiam o modelo tradicional de sala de aula apresentando os conteúdos e esperando que o ouvinte estivesse acompanhando a contento.

Segundo Bianco (2009), somente na década 1990 as instituições públicas e governamentais passam a projetar princípios educacionais baseados no modelo de um pedagogo uruguaio, Mario Kaplún (1923-1998), que também era radialista e defendia a aproximação da educação com o lúdico radiofônico, acastelando o uso de formas de aproximação com recursos de linguagem para cativar um público que se utilizava dos recursos radiofônicos para estudar.

O rádio se apresenta como ferramenta tecnológica que ajuda a formar, virtualmente, o pensamento do século XXI. É uma forma de comunicação instantânea, sincronizando o tempo imediato enquanto convoca, no ouvinte, sua zona de desenvolvimento cognitivo, para completar a mensagem. McLuhan (2011),¹⁷ encara o rádio como um instrumento importante na formação e nos destinos da sociedade, quando afirma que o rádio interfere no pensamento e nas ações das pessoas.

As finalidades subliminares do rádio estão carregadas daqueles ecos ressoantes das trombetas tribais e dos tambores antigos. Isto é inerente à própria natureza deste meio, com seu poder de transformar a psique e a sociedade numa única câmara de eco. A dimensão ressonada do rádio tem

¹⁷ O texto em uso corresponde a 20ª do ano de 2011. A publicação original de 1964 publicado nos Estados Unidos da América por McGraw-Hill Book Company (Nova York, Toronto, Londres).

passado despercebida aos roteiristas e redatores, com poucas exceções..
(MCLUHAN, 2011 p. 336-337)

Para Mcluhan (2011), Hitler “só teve existência política graças ao rádio”, acrescentando a este, seus sistemas de dirigir-se ao público. Embora com ressalva de que o rádio não tenha transmitido o real pensamento hitleriano ao povo alemão, justificando que “seus pensamentos eram de curto alcance”. Argumenta que o rádio foi capaz de proporcionar uma experiência maciça do que chamou de “implosão eletrônica”, promovendo uma reversão da civilização ocidental letrada, no que se refere tanto ao sentido quanto a direção, uma vez que o rádio pode alcançar aquele de parca formação na cultura letrada.

Mcluhan (2011), afirma que a televisão promoveu uma transformação do veículo de comunicação, rádio, ao transformá-lo.

Um dos muitos efeitos da televisão sobre o rádio foi o de transformá-lo de um meio de entretenimento numa espécie de sistema nervoso da informação. Notícias, hora certa, informações sobre o tráfego e, acima de tudo, informações sobre o tempo agora servem para enfatizar o poder nativo do rádio de envolver as pessoas umas com as outras. (MCLUHAN, 2011 p. 335).

Assim o rádio, mesmo estando em papel secundário no entretenimento da sociedade, ainda ocupa um destaque na audiência que deve ser levado em consideração, dado sua condição tecnológicas frente não apenas a televisão, mas a outros recursos de comunicação que dividem com o rádio, sua popularidade, não obstante como já dissemos, o rádio ter se adaptado, passando a funcionar como sistema embarcado em outras tecnologias. Mcluhan (2011), ao fazer as afirmações acima não está analisando o rádio como um veículo educativo, embora, esta seja sua função política, ao ser inaugurado oficialmente.

A preocupação de Mcluhan se pauta numa análise sociológica, envolvendo a tecnologia com as pessoas e seu impacto social. Neste ponto, sua importância é fundamental para a compreensão do veículo na perspectiva educacional. “O rádio afeta as pessoas, digamos, como que pessoalmente, oferecendo um mundo de comunicação não expressa entre o escritor-locutor e o ouvinte”. (MCLUHAN, 2011 p. 336). Para este autor, “este é o aspecto mais imediato do rádio”, e pode ser considerada “uma experiência particular”, trazendo para o indivíduo a ativação dos seus saberes prévios, para contextualizar as informações ouvidas e formar suas opiniões.

Conforme a estrutura de formação dos indivíduos a imagem cognitiva formulada através da audiência do rádio pode determinar ações inesperadas. “A famosa emissão de

Orson Welles sobre a invasão marciana¹⁸ não passou de uma mostra do escopo todo-inclusivo e todo-envolvente da imagem auditiva do rádio” (MCLUHAN, 2011 p.337)

É importante lembrar que as tecnologias são representativas de cada época e que o arcabouço cultural tem grande influência sobre os resultados produzidos pelo uso da tecnologia em voga.

No caso da encenação radiofônica do romance de ficção “A guerra dos mundos”, o arcabouço cultural combinado com o imaginário, produziu nos ouvintes uma crença forjada na possibilidade de que tudo fosse verdade.

Embora o locutor tenha alertado no início da transmissão que se tratava de uma representação do romance, muitos espectadores, ou a maioria deles não tiveram a informação completa, ou porque não prestaram a devida atenção ao que foi anunciado no início da transmissão, ou porque sintonizaram a rádio após a informação ser veiculada, depositando assim, total credibilidade daquele veículo transmissor de informações, até então, aceitas pela sociedade, como verídicas.

Devemos levar em consideração, neste caso, o nível de formação e de informação que a sociedade vivencia naquele momento. Esta definição determina a capacidade de abstração e análise da informação, bem como o nível de confiança apostado no veículo de comunicação em uso. O formato com o qual o veículo se apresenta também pode influenciar no nível de crença da população. Se este veículo fosse um jornal, por exemplo, cada pessoa que tivesse acesso deveria ler no início do texto que se trataria de uma obra de ficção. Isso não afastaria a verdade do texto, pois sua verdade seria a promoção do entretenimento, contudo a comunicação impressa não se aplica a informação de massa, no mesmo nível da comunicação por rádio.

Na comunicação impressa existe uma seleção intelectual por parte do indivíduo que irá consumir a informação, ao passo que pelo rádio a informação será disseminada para todos indistintamente, bastando ligar o receptor e receber a informação conforme os planos do emissor. Quando essa informação é entregue pela metade pode causar ruídos que levem a uma compreensão distinta até mesmo daquela que foi objetivada pelo emissor. Acrescente-se a isso a capacidade de formação cognitiva de cada indivíduo processando a informação conforme seu arcabouço cognitivo. Esta perspectiva evidencia-se na visão de McLuhan (2011), quando afirma que “Para os povos tribais, para aqueles cuja existência social constitui uma extensão

¹⁸ Em outubro de 1938, Orson Welles era um cenarista pouco conhecido na América, decidiu encenar, através da "Columbia Broadcasting System - CBS", uma adaptação radiofônica do romance de ficção "A Guerra dos Mundos", do escritor inglês Herbert George Wells. Essa irradiação foi feita às 20 horas do dia 30 de outubro daquele ano. Os americanos acreditaram que era uma notícia real e entraram em pânico.

da vida familiar, o rádio continuará a ser uma experiência violenta. [...], Mas o mesmo não acontece com as comunidades que ainda não possuem senão uma breve e superficial experiência de cultura letrada.” (MCLUHAN, 2011, p.337).

Para Mcluhan (2011), “O poder que tem o rádio de envolver as pessoas em profundidade se manifesta no uso que os adolescentes fazem do aparelho de rádio, durante seus trabalhos de casa, bem como as pessoas que levam consigo seus transístores, que lhes propiciam um mundo particular próprio em meio às multidões.” Neste aspecto se desenvolve uma relação de interdependência subliminar durante o desenvolvimento do indivíduo, resultando num vício ou dependência. Essa manifestação cultural que se deu com o rádio, tende a se repetir com tecnologias mais recente, como é o caso do computador e da internet.

Assim, o que resta nesta crítica, tanto da perspectiva de Mcluhan, quanto de Bourdieu é a instrumentação da comunicação de massa como elemento incondicional na formação do pensamento e do comportamento da sociedade.

A convergência dessa análise retoma o pensamento de que não pode haver distinção entre o rádio educativo e outras formas de veiculação, considerando que: as formas existentes de comunicação de massa, independente da intenção, são instrutivas. Portanto, determina que os veículos de comunicação de massa sejam em todos os aspectos instrutivos, formadores de opinião, e difusor de “Ideias Prontas” que origina um arcabouço cultural, portanto exercem o papel educativo, mesmo quando não está anunciando esta intenção.

2.2 A RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

No ano de 1930 quando Getúlio Vargas assumiu o poder do Estado Brasileiro, a radiodifusão ainda vivia uma fase embrionária. As rádios existentes eram classificadas como rádio clube e ou rádio sociedade. Esta nomenclatura representava o status da rádio naquele momento, que sobrevivia de contribuições de seus associados e filiados. De acordo com Haussen (2001, p 32), “o Brasil adotava o modelo norte-americano de radiodifusão, passava a distribuir concessões de canais a particulares, o que auxiliaria a incrementar a exploração comercial do veículo”. Esse é o motivo pelo qual a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro é doada ao Governo, para manter o propósito educativo.

É importante ressaltar que a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro criada por Roquette Pinto, veio a se transformar na Rádio MEC, após ter sido doada pelo seu proprietário, dado a abertura comercial pelo decreto nº 21.111/32, ao qual, Roquette Pinto era

inteiramente contra. Contudo, sem condições financeiras para manter a rádio no padrão educativo, enviou uma carta a Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde, oferecendo-lhe a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro com a única condição de que ela continuasse a ser uma rádio cultural/educativa.

Durante o processo de doação ou reversão da rádio, como foi chamado à época, o presidente Getúlio Vargas tentou fazer a reversão em favor do Departamento Oficial de Propaganda - DOP, mas Roquette Pinto insistiu que somente doaria sua Rádio para o Ministério da Educação e Saúde do povo. Assim, no dia 7 de setembro de 1936, a conversão da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi feita ao Ministério da Educação e Saúde/MES.

A solenidade de transferência foi feita pelo então chefe de gabinete, Carlos Drummond de Andrade, com a ajuda de sua filha, Beatriz Roquette Pinto, que fez a colagem do patrimônio nos móveis e aparelhos da rádio que passou ser a Rádio MEC. No dia 7 de setembro de 1936, Edgar Roquette Pinto, entregou ao Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro com a exigência de que ela continuasse a transmitir programas educativos. Capanema se pronunciou dizendo:

Como autoridade a quem coube receber tão valioso legado, quero dizer aqui que o Ministério da Educação assume com satisfação esta responsabilidade e que procurará utilizar-se da melhor maneira possível deste instrumento que ora lhe é proporcionado para, no cumprimento da elevada missão que, com grande clarividência, lhe traçou o Sr. Presidente Getúlio Vargas: falar diariamente aos brasileiros, animá-los nos seus trabalhos do campo, da cidade e do mar, estar com eles nas suas alegrias e pesares. Este é o novo trabalho que, com coragem e fé, vamos começar. (HORTA, 1972 p. 91-92)

Neste ato a rádio Sociedade do Rio de Janeiro estava convertida em Rádio MEC, conforme, atuaria sobre o prefixo PRA-2. De posse da rádio, o governo resolve criar o Serviço de Radiodifusão – SRE, através da Lei 378, em 13 de janeiro de 1937. Estava então assegurada, em parte, a exigência de Roquette Pinto uma vez que a lei assegurava que a aludida rádio continuaria a transmitir programas educativos, além de servir aos propósitos políticos do governo, como assegurou Capanema em sua fala.

A partir daquele momento, a rádio MEC continua a transmitir programas educacionais e os atos do ministério ao qual pertence. Matem sua missão de rádio educativa, mas está submissa aos atos do governo.

Pimentel (1999) afirma que até 1942 a rádio foi improdutiva, dado as dificuldades materiais e financeiras, somente naquele ano foi trocado o seu transmissor Marconi de 2 kws, por um de 25 kws, acrescentando potencia e qualidade a rádio MEC.

Em 1943, o decreto de nº 11491, definia as Finalidades do SRE, “[...] de acordo com a política de educação do país, fixava a finalidade do Serviço, a saber: a orientação da radiodifusão como auxílio à educação e ao ensino, através da irradiação de programas científicos, literários e artísticos de caráter educativo”. (PIMENTEL, 1999 p.33).

Ainda em 1944, na chamada “época de ouro do rádio”, havia uma preocupação em estabelecer um significado de sentido no que tange o rádio educativo e o rádio instrutivo.

A direção do SRE apresentou uma distinção entre rádio educativo e rádio instrutivo, que iria determinar o rumo a ser tomado por sua programação. Segundo Fernando Tude de Souza, “rádio educativo” poderia ser todo o rádio feito no país, independente de ter um caráter instrutivo ou de ensino. Dessa forma, o mais importante é que toda a programação radiofônica não fosse “deseducativa”, mesmo a transmitida pelas emissoras puramente comerciais, que viviam, principalmente a Rádio Nacional, seu período histórico mais significativo – a “Época de Ouro do Rádio”. O rádio instrutivo, por sua vez, ficava a cargo do SRE, que inicialmente passou a realizar cursos de Português, Inglês e Geografia, com duas aulas semanais, transmitidas regularmente pela Rádio Ministério da Educação e Cultura. (PIMENTEL 1999 p.34)

Fernando Tude¹⁹ fazia distinção entre educação e ensino, classificando o processo educacional com uma amplitude para além do ensino, considerando que os indivíduos são educados a partir das suas vivências, e o rádio é uma experiência que mesmo quando não está direcionando à instrução, ainda assim está educando. Sua preocupação com as programações comerciais era a mesma de Roquette Pinto: a deseducação.

A posição de Roquette Pinto com relação ao uso do rádio fica bem definida neste texto atribuído a ele, que costuma figurar nas epígrafe dos estudos de comunicação que:

¹⁹ De acordo com Rangel (S/d), Fernando Tude Souza é natural da Bahia, filho de fazendeiro, concluiu, nos primeiros anos na década de 20, seus estudos no Colégio Nossa Senhora da Vitória dos Irmãos Maristas, em Salvador. Formou-se, em 1933, em Ciências Médicas Cirúrgicas pela Faculdade de Medicina da Bahia. Aos vinte e três anos de idade, ocupado várias posições no campo da medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, atuando como interno da Clínica Cirúrgica Infantil e Ortopédica (à serviço do Dr. Durval Gama), auxiliar da Clínica Ginecológica da Bahia (à serviço do Dr. Aristides Maltez), auxiliar do Hospital da Força Pública do Estado da Bahia, Médico Legista do Instituto Nina Rodrigues, Membro da Associação Universitária da Bahia, como também Tenente Comissionado do Serviço do Grupo de Padioleiros Divisionários do Exército do Leste. Da medicina para o da política, Fernando Tude de Souza participou como tenente revolucionário na Revolução de Outubro e, em 1935, a convite de outro Tenente, Juracy Magalhães, então Interventor da Bahia, comandaria a chefia de gabinete da Interventoria baiana. No ano seguinte, o Interventor o encaminhou para *Teachers College do Columbia University*, em Nova York, com a missão de aprimorar conhecimentos na área de educação para comandar uma reforma educacional na Bahia. O Interventor desejava construir uma escola modelo que servisse de referência para todo o estado. Fernando Tude de Souza viajou para os Estados Unidos da América. Lá, no *Teachers College* vai tomar contato com o pensamento escolanovista, estudando com Kilpatrick, Lester Wilson, Del Manzo, Harold Ruggs, Goldwin Waltson e John Dewey. Ao regressar da América do Norte, em 1938, Tude encontrou um cenário político desfavorável, tendo em vista a destituição de Juracy Magalhães, no ano anterior, da Interventoria da Bahia. Sofrendo perseguições políticas dedicou-se ao jornalismo nos *Diários Associados*, e com a ajuda dos amigos Afrânio Peixoto, Anísio Teixeira e Gustavo Capanema, tornou-se correspondente do jornal baiano no Rio de Janeiro.

O rádio é a escola dos que não têm escola, é o jornal de quem não sabe ler, é o mestre de quem não pode ir à escola, é o divertimento gratuito do pobre, é o animador de novas esperanças, o consolador dos enfermos e o guia dos sãos – desde que o realizem com espírito altruísta e elevado, pela cultura dos que vivem em nossa terra, pelo progresso do Brasil. (Roquette-Pinto, apud PIMENTEL, 1999, p. 05)

De acordo com Bianco (2009), como posição das instituições públicas, tira-se o foco dos modelos de programas baseados na educação formal, para apropriar-se de “experiências de sistemas de aprendizagem aberta por rádio”, visando a “construção de conhecimento significativo”, açambarcando cidadania, saúde, educação, meio ambiente, cultura e empreendedorismo.

Para Bianco (2009), o rádio é um instrumento pedagógico potencial:

O rádio pode ser um forte aliado na disseminação de ideias e práticas que possam ser apropriadas à dinâmica da vida desde que considere, na construção de sistemas educacionais, a importância da produção de programas instigantes e significativos. Para isso é fundamental dominar a linguagem do meio, explorar corretamente seus recursos expressivos e superar as limitações inerente à sua natureza tecnológica. (BIANCO, 2009 p. 56)

As mensagens veiculadas através do rádio, leva ao receptor, sugestões que serão absorvidas conforme seu amadurecimento intelectual. Assim o rádio educativo oferece vantagens e desvantagens, considerando que o rádio é essencialmente, um veículo de educação a distância. Portanto como meio de comunicação social, apresenta, segundo Bianco (2009), a “unissensorialidade” composta, por que trazem no seu cerne o som que pode conter texto, fala, ruído e música, além dos efeitos sonoros, complexos ou não, como: vinhetas, BGs, *Gingles*, além de outro elementos sonoros. “O código sonoro tem o poder de personificar materialmente o espaço físico, transmitir sensações (temor, medo, paixão), conceitos ou representações”. (BIANCO, 2009, p. 57).

A transmissão radiofônica pode referenciar ambientação, dando ao receptor a condição de perceber ou imaginar a temporalidade, partindo das informações de tempo e espaço, as imagens são formadas na mente do receptor conforme sua capacidade. Esse processo pode se mostrar como vantagem, e também, como desvantagem, para rádio educativa, considerando o tipo de mensagem que se quer entregar.

A radiodifusão se aplica expressivamente ao processo de educação a distância, utilizando o rádio e a televisão com veículos de comunicação de massa para levar aos receptores a mensagem educativa. A função da rádio difusão é transmitir os programas de

educação formal e não-formal, classificando-se como uma ferramenta que proporciona o suporte necessário para que a transmissão da informação ou da mensagem aconteça.

A radiodifusão está para a educação a distância como suporte dos demais materiais educativos produzidos.

A educação formal é aquela que se realiza de forma sistemática, onde cada etapa do processo de aprendizagem é planejada e sequenciada, levando os alunos à obtenção de certificados ou diplomas, o que faz com que as avaliações tenham importância fundamental, muitas vezes valorizando mais a certificação do que a construção do conhecimento. (PIMENTEL, 1999, p. 14)

No modelo de educação formal onde o principal objetivo é a obtenção de uma comprovação de aptidão profissional representada por um diploma ou certificado, ofertado por rede oficial de ensino, podemos encontrar vários projetos, como mostra Pimentel (1999), a saber: 1) no ensino de primeiro e segundo graus, destinados à crianças e jovens de áreas isoladas, ou carente de professores, não existindo a possibilidade de instalação de uma escola ou quando não seja possível implantar um sistema oficial de ensino; 2) “nos cursos supletivos ou de compensação para adultos – "madureza" – que visam dar oportunidade àqueles que não receberam formação na idade própria, e que não têm acesso a outras formas de educação”; (PIMENTEL, 1999, p. 14); 3) na formação profissional, o ensino a distância atua com destaque desde a modalidade por correspondências; 4) nas experiências de educação superior a exemplo das Universidades abertas que tem funcionado com amplitude no Brasil.

A radiodifusão também atua na educação não formal, apresentada para a sociedade como uma oferta educativa mais livre. Não tem como foco principal o diploma ou certificado, mas uma capacitação técnica, ou ainda uma atividade de formação continuada.

Neste aspecto:

Na educação não formal, a necessidade de pré-requisitos para o acompanhamento dos cursos inexistente, e o aluno pode assistir somente aquilo que lhe interessa, sem a obrigação de ser avaliado para concluir determinadas etapas no processo de aprendizagem. As oportunidades e alcance das ofertas educativas não-formais são muito amplas, como prestar serviços às populações e levar informações que irão lhes dar maior qualidade de vida.(PIMENTEL, 1999, p. 15)

Além de cursos técnicos não formais, a exemplo dos ofertados pelo Instituto Universal Brasileiro, podemos destacar: cursos de extensão rural com o oferecimento de uso de tecnologias e técnicas agrícolas, além de técnicas pecuárias; educação popular a exemplo

das atividades desenvolvidas pelos movimentos sociais, rádios comunitárias e ONGS; cursos de extensão escolar e universitária voltados para a cultura geral.

Para compreender o PMR como parte da política educacional brasileira, é necessário visitar o serviço de radiodifusão educativa SRE que teve início 34 anos antes do início do PMR. Recordemos o fato de que o SRE foi fundado no Brasil, na chamada segunda República, em 1936 sob o comando de Getúlio Vargas. O SRE fazia parte de uma série de medidas tomadas para explorar com eficiência os recursos das comunicações nos processos educacionais. As transmissões de programas educativos e culturais era um intento daquele governo e um sonho do idealizador e fundador, da primeira rádio oficial do Brasil, Radio Sociedade do Rio de Janeiro, Edgar Roquette Pinto.

Tendo o Governo Brasileiro tomado posse de uma rádio, sob uma exigência específica do seu doador, foi conveniente criar mecanismo que assegurasse o papel e a forma de condução da programação daquela rádio, estabelecendo seu funcionamento conforme a política educacional vigente.

A criação do SRE, a princípio, não garantiu efetivo funcionamento do sistema, considerando que seu regimento de funcionamento só veio seis anos depois em 1943, assim como a efetivação de sua estrutura, tendo como diretor, Fernando Tude de Souza que já era diretor da Radio MEC.

Pimentel (1999) denuncia divergências dentro do governo que prejudicou o funcionamento do SRE.

No primeiro relatório de atividades do SRE, ainda em 43, Fernando Tude de Souza anunciava uma série de iniciativas que seriam tomadas a partir de 1944, de acordo com os ideais herdados da Rádio Sociedade, e visando um alcance nacional da programação educativa. No ano seguinte, começaram a haver conflitos de interesses e de áreas de atuação entre o Serviço de Radiodifusão Educativa e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o que prejudicou o alcance dos programas do SRE. (PIMENTEL, 1999, p. 33)

Seguindo o caráter Instrutivo, o SRE, ainda em 1943, passou a realizar cursos de Português, Inglês e Geografia, com duas aulas semanais transmitidas regularmente pelo rádio Ministério da Educação e Cultura, seguindo o fluxo de seus idealizadores, sob a organização de Fernando Tude.

Durante sua gestão, fez concurso para Técnico de Educação. Fernando Tude ingressou nos quadros profissionais do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1939, se aproximando definitivamente do projeto de educação popular pelo rádio, idealizado por Edgard Roquette-Pinto, de quem se tornaria amigo e discípulo. A convite do Ministro da

Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, Tude assumiu, em 1943, como primeiro Diretor, o Serviço de Radiodifusão Educativa -SRE , órgão do Ministério de Educação e Saúde Pública. Na direção do SRE, pontuou sua gestão pela necessidade de resgatar o projeto dos pioneiros da educação pelo rádio de 1923, tendo como projeto original os pressupostos teóricos que guiou a primeira estação de rádio do Brasil, nascida na Academia Brasileira de Ciências que tinha como lema, levar a educação e a cultura aonde a escola não chegava. Durante as décadas de 40 e 50, Fernando Tude de Souza dirigiu o SRE, procurando transformar o rádio num poderoso instrumento à serviço da escolarização a população brasileira, reaparelhando todo o órgão com novas instalações e equipamentos. Neste período, o Estúdio Sinfônico da Radiodifusão Educativa foi dotado de aparelhos de longo alcance radiofônico, sendo comparado ao da BBC de Londres. Enquanto educador, atuou, entre as décadas de 1940 a 1950, não só ocupando *posições* de destaque no aparelho de Estado brasileiro, tais como: Técnico de Educação concursado do então Ministério de Educação e Saúde Pública, Delegado do Brasil nas Conferências mundiais de educadores promovidas pela United Nations Education, Scientific and Cultural Organizations (Unesco), Secretário da Presidência da Cia. Da Vale do Rio Doce, Diretor de Serviço do Departamento de Educação de Adultos da Prefeitura do Distrito Federal, atuando como membro de diversas organizações internacionais de educação, a exemplo, da *National Education Association*, entre entidades e instituições estrangeiras de educação, chefiou o Serviço de Divulgação Cultural da Unesco.

De acordo com Pimentel (1999), a população começou a fazer contato com a radio MEC, de forma incipiente. Poucos ouvintes se interessavam por informações acerca da programação da rádio. Com o tempo, passaram a surgir grupos que faziam suas inscrições coletivamente nos cursos ofertados. Deste ponto em diante, passavam a receber “material referente às aulas, numa forma primária de recepção organizada.” (PIMENTEL, 1999, p. 34)

O próximo passo da Radio foi oferecer cursos de férias para professores numa atividade conjunta com Associação Brasileira de Educação - ABE²⁰ (1924).

Em seguida o SRE investiu em aprimoramentos, tomando a iniciativa de criar “setores de educação e pesquisa e documentação e intercambio”. (PIMENTEL, 1999, p. 34).

A Rádio Nacional desenvolvia paralelamente ao SRE, iniciado em 19 de abril de 1941, o programa Universidade do Ar, direcionado a professores secundaristas. De acordo

²⁰ Vamos ressaltar aqui a pesquisa de Marta Maria Chagas de Carvalho, no que se refere a ABE. Segundo Carvalho (1998), a associação surgiu de uma tentativa fracassada de criar um partido político. A autora afirma ainda que os membros da associação cuidaram de suprimir essa parte da história da ABE. Sobre, ver CARVALHO (1998)

com Pimentel (1999), o programa chegou a ter 5.000 matriculados em todo o País, oferecia as disciplinas de Português, História da Civilização, Ciências, Matemática, Geografia, História do Brasil, Francês, História Natural, Inglês, Latim e Estatística Educacional. O objetivo do curso era auxiliar os professores nas suas atividades pedagógicas dando mais qualidade a atividade.

O curso não tinha a obrigatoriedade de oferecer material impresso, mas esporadicamente enviava resumos mimeografados como apoio para os matriculados. Conta Pimentel (1999), que o formato do curso fez reduzir o número de inscritos e, em 1943, haviam apenas 2.000 matriculado. Atribui-se essa baixa nas inscrições a adaptação dos alunos ao formato do curso.

Outra experiência semelhante aconteceu em São Paulo com nome semelhante. A nova experiência se chamou: Universidade do Ar Paulista. Conforme Pimentel (1999), essa experiência era organizada de outra maneira, pois se convertia no “marco inicial da fase da recepção realmente organizada no rádio educativo brasileiro”. Este programa, iniciado em 1947 e idealizado por Benjamin do Lago²¹, foi uma iniciativa conjunta do SESC e do SENAC de São Paulo, com o objetivo de transmitir uma campanha educativa para a classe comerciária, principalmente das cidades do interior, (PIMENTEL, 1999, p. 37)

Notamos que os objetivos das experiências, assim como sua estrutura de desenvolvimento, são distintos, para públicos diferentes. Nesta experiência, podemos vislumbrar o modelo que seria adotado pelas escolas radiofônicas e pelo PMR.

As aulas eram apresentadas por professores, a partir de uma emissora da capital paulista, que transmitia em cadeia com 11 emissoras, a maioria do interior do Estado. Os alunos se reuniam para ouvir os programas em núcleos de recepção e estudavam os temas apresentados, com o auxílio de um professor-assistente, que recebia orientação didática e propostas de exercícios para serem apresentados aos alunos. Estes recebiam o material de apoio pelos Correios, e eram avaliados através de duas provas parciais, aplicadas nos próprios núcleos de recepção. (PIMENTEL, 1999, p. 37)

Muitos programas educacionais foram implementados por entidades não governamentais, a exemplo das escolas radiofônicas que apresentam semelhanças com a Universidade do Ar Paulista e que deram origem ao MEB.

²¹ Professor, defensor da radiodifusão, autor de diversos livros, entre eles, Curso de Sociologia Política, pela editora vozes, Dinâmica social, pela mesma editora, e Radiodifusão e Desenvolvimento, pela Livraria Cultural da Guanabara, no ano de 1969.

A função da radiodifusão é oferecer as condições de veiculação da mensagem entregando ao receptor as ideias que o emissor pretende entregar, sendo assim uma ferramenta fundamental no processo. Para que este processo aconteça é preciso que exista no local a estrutura mínima de radiodifusão seja através de rádio ou de televisão. Em cada Estado o rádio surge com suas particularidades. Em Sergipe, não é diferente, vamos ver na próxima seção como o processo de implementação do rádio aconteceu neste Estado.

2.3 O RÁDIO EM SERGIPE

A primeira rádio sergipana surge no ano de 1939, quando, no dia 7 de fevereiro, é instalada na capital do Estado, a Rádio Difusora AM, fundada pelo então Interventor Federal Eronildes de Carvalho, através do Decreto-Lei nº 171, publicado no Diário Oficial da União.

A exemplo do que acontece no cenário nacional, este Decreto criava o Departamento de Divulgação do Estado de Sergipe, ligado ao DIP. Contudo, em publicação feita no Diário Oficial do Estado de Sergipe aparece, nesta data, a criação da Rádio Aperipê.

Em visita ao museu da Rádio Aperipê, fomos informados pelo gestor, que a rádio foi locada por um determinado tempo e durante esse tempo, se chamou Rádio Difusora tendo utilizado no seu histórico os dados da Rádio Aperipê. Nas décadas de 1970 e meados de 1980 ouvia-se a programação da rádio Difusora de Sergipe, por volta de 1987 a estação que funcionava como rádio Difusora de Sergipe volta a ser chamada de rádio Aperipê.

Posteriormente, a rádio foi para o Palácio do Governo e, depois para o Palácio Serigy, onde permaneceu por várias décadas. O transmissor foi instalado no bairro Siqueira Campos, entre as ruas Maranhão, Alagoas e Pernambuco. A emissora era identificada pelo prefixo PHJ-6 e tinha, prioritariamente, como meta a “Educação e Propaganda”.

Seguindo o mote do governo Federal, em 1944, o interventor Augusto Maynard, construiu nas dependências da emissora um auditório possibilitando um novo formato na programação. Daí em diante, vários locutores, músicos e produtores sergipanos se destacaram nos programas de auditório. A Rádio Aperipê passou por transformações: em 1972, o então governador Paulo Barreto de Menezes, amplia sua capacidade. Através da Lei nº 1759, de 11 de dezembro de 1972, criou a Fundação Aperipê, que passa a administrar o complexo de comunicação Rádio e Televisão Aperipê, situado no anexo III do Instituto de Educação Rui Barbosa. A sua implantação, subordinada ao DIP do Estado Novo, sempre pertenceu ao governo do Estado.

A segunda emissora implantada em Sergipe foi a Rádio Liberdade AM, inaugurada no dia 7 de setembro de 1953. É instalada para cobrir um evento que marcava a visita do Dr. Leandro Maciel, político da União Democrática Nacional (UDN), à capital sergipana. De caráter privado, fazia transmissões ao vivo e com a participação popular. Destacou-se por ser a pioneira nas transmissões de programas de auditório, concurso de Miss Brasil, um noticiário de elevada audiência entre os sergipanos, intitulado “Informativo Cinzano”, criado e apresentado pelo locutor Silva Lima. No ano de 1983, a estação de rádio ficou mais moderna, sendo considerada a mais bem equipada do País, passando a denominar-se de Super Rádio Liberdade. Fazendo parte do Sistema Globo de Rádio, sob a coordenação da Rádio Globo do Rio de Janeiro. Posteriormente, voltou a ser denominada de Rádio Liberdade de Sergipe.

Em 1958, surge a Rádio Jornal AM, uma emissora que contava com membros ilustres da sociedade aracajuana e, principalmente, com o apoio do então presidente da República Juscelino Kubtschek, que tinha como principal objetivo dar prosseguimento à campanha eleitoral do então candidato ao governo do estado, José Rollemberg Leite.

Ligada à Igreja Católica, a Rádio Cultura de Sergipe foi fundada em 21 de novembro de 1959, com o prefixo ZYM-22. Seu idealizador foi arcebispo, Dom José Vicente Távora, que objetivava implementar uma rádio educativa com o intuito de promover reformas na alfabetização, utilizando-se de programas radiofônicos. O arcebispo percorreu todas as paróquias no interior do Estado de Sergipe, para implementar as ações da Rádio Cultura e a criação de escolas radiofônicas do Movimento de Educação de Base (MEB).²²

Para expandir o projeto para o campo, criava, um radioposto onde fosse possível, nas paróquias, escolas, associação de moradores, clubes. Cada povoado do Estado tinha um radioposto com um Monitor, que às 18 horas era ligado e transmitia as aulas, distribuía as cartilhas Aos agricultores que acompanhavam a aula. Neste aspecto, o PMR se assemelha em estrutura ao MEB. Inúmeros aparelhos receptores cativos foram instalados no interior do estado, sob a responsabilidade dos Monitores que dirigiam as escolas. Os aparelhos eram denominados de cativos porque eram sintonizados exclusivamente na Rádio Cultura. Passado mais de meio século, a rádio mantém-se com os mesmos propósitos condicionados ao seu lema: “Uma emissora Católica a serviço do bem e da verdade”.

²² Sobre o MEB, consultar: BARROS, Francisca Argentina Góis. **Alfabetização de Jovens e Adultos: a experiência das escolas radiofônicas em Sergipe**. in: **Revista Educar-SE**. Aracaju: Secretaria de Estado da Educação do Desporto e Lazer, 1996. p 18-29. E BARROS, Francisca Argentina Góis. **Movimento de Educação de Base: MEB em Sergipe (1961 – 1964)**, São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

A rádio Cultura foi criada pela Igreja Católica com o objetivo principal de ocupar um espaço junto às comunidades urbanas e rurais. Naquele momento havia também uma preocupação política, que objetivava galgar um lugar de destaque junto à população através do rádio, dado ao fato de ser a tecnologia de comunicação mais moderna daquela época. Neste aspecto, a Igreja direcionou sua emissora para atender as suas necessidades de doutrinação, utilizando os recursos comunicacionais possíveis para alcançar os objetivos em pauta.

O aparelho de rádio e sua estrutura comunicativa funcionavam como um recurso poderoso de comunicação, sobretudo nos meios rurais. As transmissões radiofônicas usavam palavras de impacto, como: verdade, certeza entre outras. McLuhan (2011, p. 337) faz referência ao que denominou de “povos tribais”. O autor faz uma distinção entre os povos da cultura letrada, que pautam sua vida familiar na ênfase individualista dos negócios e na política, diferentemente dos “povos tribais”. Temos, então, aspectos culturais distintos conforme o enfoque cultural dos povos, aos quais, o rádio patrocina efeitos distintos.

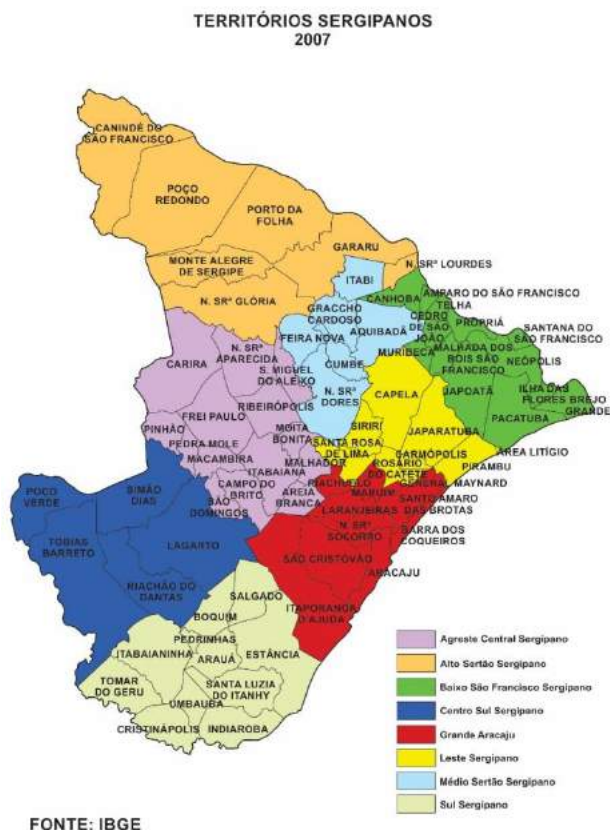
A Rádio Cultura é a quarta rádio, implantada no Estado de Sergipe. Em meados da década de 1950, as rádios existentes estavam divididas entre partidos políticos. Neste texto não darei destaque a todas as emissoras existentes atualmente, visto que a pesquisa não é especificamente sobre o rádio em Sergipe. O destaque dado às três emissoras se deve ao fato de serem as primeiras no Estado a terem participado no processo de inserção do PMR.

O Estado de Sergipe conta com 75 municípios, destes, apenas dez, contam com emissoras e rádio, conforme quadro fornecido pelo sindicato dos radialistas de Sergipe. Das trinta e quatro emissoras em funcionamento no Estado, 16 estão na capital, Aracaju, e 18 estão distribuídas nos municípios. A cidade de Itabaiana conta com 4 emissoras; a cidade de Lagarto também tem 4 emissoras; A cidade de Estância conta com 2 emissoras; A cidade de Tobias Barreto também tem duas emissoras, as cidades de Carmópolis, Canindé do São Francisco, Simão dias, Frei Paulo, Boquim e Propriá com 1 emissora em cada cidade.

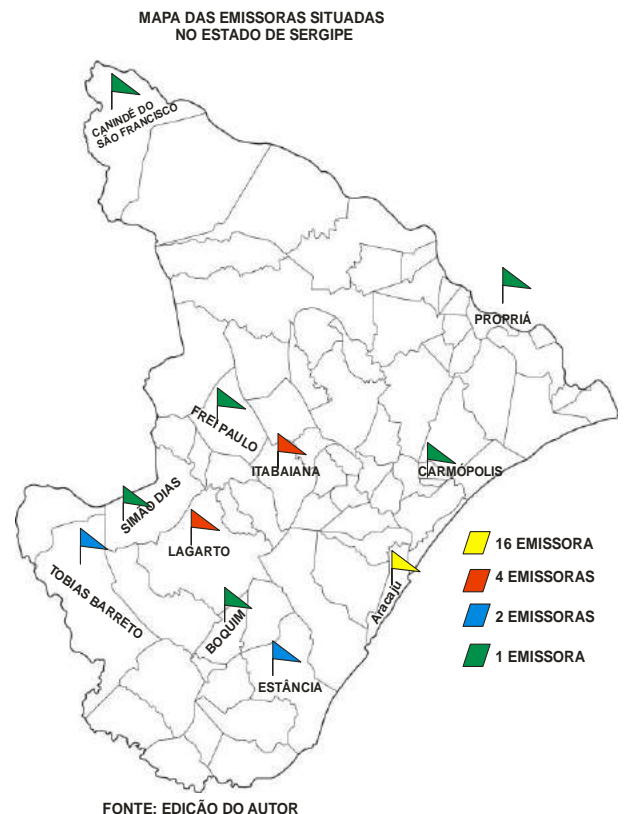
Os mapas, a seguir, oferecem uma representação gráfica da distribuição destas emissoras por territórios do Estado, identificando cada município. O IBGE dividiu o estado de Sergipe em oito territórios geográficos, conforme o mapa de territórios. Em alguns destes territórios estão distribuídas as emissoras conforme, o mapa das emissoras situadas no estado de Sergipe.

Podemos observar que no território do Alto Sertão Sergipano está contemplada a cidade de Canindé do São Francisco com uma emissora; no território do Baixo São Francisco, localizamos mais uma emissora na cidade de Propriá; no território, Leste Sergipano, a cidade de Carmópolis também recebeu uma emissora de rádio; no território do Agreste Central

Sergipano, duas cidades foram contempladas com emissoras de rádio, a cidade de Itabaiana, com quatro emissoras e a cidade de Frei Paulo que abriga mais uma emissora; excetuando a capital de Sergipe, o território foi contemplado com o maior número de cidades e o maior número de emissora, foi o Centro Sul Sergipano, com as cidades de Lagarto com quatro emissoras, a cidade de Simão Dias, com uma emissora e a cidade de Tobias Barreto com duas emissoras.



Mapa 1 - Território Sergipano



Mapa 2 - Mapa de Emissoras Situadas no Estado de Sergipe

O território que contém o maior número de emissoras foi classificado como Grande Aracaju, conta com onze municípios, entretanto apenas um tem emissora de rádio. A capital, Aracaju, com 16 emissoras e transmite para todo o Estado e além-fronteiras.

Quando o PMR foi instalado apenas quatro emissoras de rádio existiam em Sergipe e cobria todo o estado.

2.4 SISTEMA DE RÁDIO EDUCATIVO DE SERGIPE – SIRESE

A política educacional no Brasil recebeu a influência do pensamento católico, nos meios intelectuais, políticos, econômicos e, sobretudo, na educação. Não obstante a proclamação da República, o País colonizado sob a égide da cruz cristã, manteve significativa influência sobre os seus destinos, justapondo a autoridade da igreja nas decisões importantes que foram, historicamente, tomadas. De acordo com Barros (1995), “após a proclamação da república, os bispos tentaram estabelecer os respectivos limites dos poderes espiritual e temporal, devido, principalmente, à separação entre Estado e Igreja, consagrado por ela e reafirmado de 1891” (BARROS, 2014 p.69).

Através das encíclicas do Papa Leão XIII, a Igreja Católica assumiu o papel de fazer a “defesa dos oprimidos e marginalizados” e assim, fundou em 1922 o centro Dom Vital, bem como a Ação Católica em 1935, visando a nacionalização e valorização da “identidade cultural brasileira”, através da elite intelectual Católica e também da esquerda católica. Segundo Barros (2014), até então a Igreja se mantinha no seu papel imparcial, seguindo um modelo europeu, “romanizado” e se manteve assim até 1930 quando passou a tomar outra linha de atuação, considerando que, se mantinha apoiada no Estado. Apesar de não romper com o Estado, passou a fundar suas bases de sustentação nas maiorias marginalizada e nas camadas da classe média. (BARROS, 2014 p.44-59)

Na década de 1950, a Igreja desenvolve uma abordagem mais agressiva no que se referem as suas ações populares.

No início dos anos 1950, sobretudo após a criação da CNBB, “uma das primeiras conferências episcopais nacionais do mundo”, a Igreja passou a dar um encaminhamento mais racional às suas ações. Do ponto de vista interno da (da instituição), a conferência propiciará a existência de uma estrutura organizacional mais estável. Consequentemente, as várias tendências eclesiais passaram a se expressar através dos vários fóruns que, a partir de então, serão criados. Esta nova orientação buscará cada vez mais implementar a Doutrina Social da Igreja, que tem como um dos seus postulados fundamentais a concepção do homem como um ser integral dotado de corpo e alma, com necessidades que deveriam ser atendidas nesses dois aspectos da sua existência. [...] Essas mudanças, verificadas na Igreja Católica brasileira, fazem parte de um processo de mudanças bastante

significativas por que vinha passando a Igreja Católica Internacional. [...] Após a morte de Pio XII em 1958, assume o papado romano João XXIII, promotor de importantes reformas. (BARROS, 1995 p,44)

As reformas que a autora se refere podem ser representadas através das encíclicas “Mater et Magistra e Pacem in Terris, que foram publicadas, respectivamente, em 1961 e 1963. Através destas duas encíclicas, a Igreja Católica comprometia-se com a melhoria dos destinos da humanidade na terra, promovendo a justiça social. Conforme Barros (1995) a posição da Igreja no que se refere a esta ação se dá por razões humanitárias.

Neste aspecto, Barros (1995), defende que segundo este critério a Igreja de Sergipe inovou desenvolvendo exatamente a atividade que “acreditava ser possível atuar: na área educacional”. Neste sentido, a Igreja se converteu em agente de mudança dado as dificuldades pela qual passava a população marginalizada. Assim “os encontros de bispos das regionais da CNBB se constituíram [...] em momentos de discussões da problemática regional” (BARROS, 1995 p.45). Desses encontros surgiam propostas significativas que visavam resolver os problemas do País. Para tanto, a autora referencia o I e o II encontro da regional Norte e nordeste que tiveram como foro principal a discussão de alternativas para fixar o homem na terra visto que a questão fundiária se apresentava como o principal problema da região.

Em parceria com o governo, o primeiro conclave do país, considerando o problema dos retirantes que se convertiam em favelados nas grandes cidades, foram apresentadas 19 propostas que vieram a ser convertidas pelo governo em decretos, dado o compromisso de cooperação entre a Igreja e o governo federal.

Nesta parceria, a Igreja interferia diretamente nas decisões da economia e desenvolvimento de projetos governamentais, apresentando propostas para o governo que em contra partida garantia cargos no serviço público para representantes da Igreja. O segundo encontro objetivava avaliar a prática dos projetos incrementado no I encontro, bem como apresentar novas propostas de projetos que fariam parte do programa de governo. O então arcebispo Dom Távora, apresenta uma proposta para a criação de um programa educativo transmitido pelo rádio, a exemplo de uma experiência anterior que tivera na cidade de Natal, com o Serviço de Assistência Rural – SAR, no ano de 1958. O então presidente da República, Juscelino Kubitschek, transformou a ideia de Dom Távora em decreto, que foi publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - Página 15495 do dia 9 de julho de 1959, concedendo as condições financeiras e técnicas para a criação do sistema de rádio difusão do movimento de educação de base em Sergipe. Em seu argumento, Dom Távora alegava ter o objetivo de

assistir a “população dotando-a de conhecimentos, de leitura e escrita, bem como de algumas noções básicas de higiene, alimentação, religião e de sociabilidade.” (BARROS, 1995 p. 46).

A partir deste momento nasce o Sistema de Rádio Educativa de Sergipe – SIRESE juntamente com o Movimento de Educação de Base – MEB. Podemos observar a ação do governo federal, contribuindo com este processo, posto que: o decreto do presidente Juscelino Kubitschek, data de julho de 1959 e já faz referência à criação do Sistema de Rádio Educativa para o Estado de Sergipe, além da oficialização do MEB em nível nacional que acontece somente em 1961. Portanto, este processo é o embrião do MEB que inicia em Sergipe, com as escolas radiofônicas.

Um primeiro aspecto a chamar a atenção diz respeito ao fato de a criação do Movimento de Educação de Base de Sergipe (MEB) confundir-se com a criação do Sistema Radioeducativo (SIRESE) e, portanto, das escolas radiofônicas neste Estado, como já foi demonstrado no capítulo precedente. Enquanto personalidade Jurídica, o MEB tem existência a partir de 1961, muito embora para o caso específico de Sergipe, nenhuma alteração tenha sido verificada no que concerne ao tratamento que vinha sendo dispensado às escolas radiofônicas. (BARROS, 1996 p.81)

A criação do MEB como política educacional brasileira alcança outros estados do País, ganhando uma conotação nacional. O decreto nº 50.370, de 21 de Março de 1961, trazia no seu caput o seguinte texto: “Dispõe sobre um programa de educação de base, e adota medidas necessárias à sua execução através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, do Nordeste e do Centro-oeste do País a ser empreendida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil” (DOU, 1961 p. 2861)²³. As experiências com as escolas radiofônicas iniciaram-se em Natal em 1957 e em Aracaju em 1959. Foi a partir dessas experiências que surgiu o MEB, que por sua vez serviu de modelo a implantação do Projeto Minerva via Rádio em 1970.

De acordo com Niskier (1992), no ano de sua implantação, o MEB atuava em três regiões do Brasil - Norte, Nordeste e Centro-oeste, atendendo a sete Estados: Pará, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Goiás, Ceará e Rio Grande do Norte. Conforme este autor, havia 2.687 escolas radiofônicas e 38.734 alunos. Possivelmente, estes números de alunos sejam representados por estimativas, uma vez que não são apresentadas as fontes e levando-se em conta a dificuldade em quantificar quem poderia estar ouvindo o rádio e com que frequência fazia isso.

²³ O decreto publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 do dia 22 de março de 1961, Página 2801, foi assinado pelo presidente Jânio Quadros em seu breve mandato á frente da república brasileira.

O PMR utilizou-se da mesma estrutura do MEB, no que se refere às escolas radiofônicas. Sob essa perspectiva é uma cópia, mais abrangente. O que se conhecia como escola radiofônica no MEB, passa a ser chamado de radioposto no PMR.

Seguindo o exemplo de Sergipe, os Estados que tinham a estrutura das escolas radiofônicas implantadas, passam a integrar o arcabouço dos radiopostos para servir ao PMR. Os Estados onde não havia a estrutura de escolas radiofônicas, o Estado ficou responsável pela sua criação dos novos radiopostos.

Para a instalação do PMR, cada Estado assinou um convênio com SRE, representante do Governo Federal se comprometendo a criar a estrutura necessária para a veiculação do PMR. Sobre este programa trataremos no capítulo seguinte.

3. O PROJETO MINERVA VIA RÁDIO

Virtualmente, o projeto surge com as escolas radiofônicas em 1959. Ali está, em potência, o embrião do PMR que nasce com o nome de Movimento de Educação de Base - MEB oficialmente em 1961, e se transformará em 1970, no Projeto Minerva via Rádio, através de uma intervenção, do então governo militar.

De acordo com Pimentel:

O sistema de ensino brasileiro foi estruturado paralelamente ao desenvolvimento dos meios de comunicação no país, tornando-se o divulgador de uma cultura unificada, que deveria ser a responsável pelo desenvolvimento nacional, e tomou um grande impulso a partir da década de 60, com o surgimento do regime militar – que via nos projetos educativos uma forma de implementar suas ideias. (PIMENTEL, 1999, p.60)

Órgãos como: a Igreja Católica, a Igreja Protestante e outros movimentos que atuavam em nome da educação, antes do Regime Militar, tentaram implementar programas educativos, utilizando o recursos do rádio, mas não obtiveram êxito em criar programas que conseguisse abranger o País inteiro.

Embora tivesse apoio do governo, o MEB não açambarcava todo o território nacional e acabou por ceder, nove anos depois, o espaço para o Projeto Minerva Via Rádio – PMR. De acordo com documentos fornecidos pelo INEP e Andrelo (2012), o PMR, “foi ‘ao ar’ pela primeira vez em outubro de 1970 e pela última vez em outubro de 1989”. Contudo, para falar do PMR é importante referenciar, ainda que de forma sucinta, os acontecimentos que deram origem a este projeto. Para tanto vamos retornar ao ano de 1958, verificando a situação educacional do Brasil e a ação da Igreja Católica para contornar o problema, além disso, a análise perpassa o projeto de crescimento do País, idealizado pelo presidente da República, Juscelino Kubitschek. Estas questões que influenciaram, sobremaneira, o surgimento do PMR.

Os militares detinham o poder para por em prática um projeto de abrangência nacional. Assim a solução encontrada pelo governo militar foi dar continuidade ao projeto educacional, pensado por Benjamin do Lago em 1947 e retomado pelo MEB em 1961, com o uso dos meios de comunicação para fazer chegar às populações, os programas culturais e educativos, determinando através de portaria, a obrigatoriedade do sistema de radiodifusão reservando um horário obrigatório, para atender aos projetos do governo.

O ajuste para instalar um programa através dos veículos de comunicação de massa, mais especificamente o rádio, surge com o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, quando o CONTEL – Conselho Nacional de Telecomunicações, estabelece

obrigatoriedade, para toda rede de emissoras comerciais de rádio, da veiculação de programas educativos, definindo uma faixa de horários para essa transmissão.

O período decretado compreende cinco horas semanais, com as transmissões feitas durante o dia, entre sete e dezessete horas. Estabelecida obrigatoriedade, há problemas com relação ao horário determinado, considerando que os alunos/ouvintes destes programas, via de regra, têm tempo livre em horários alternativos, sobretudo, à noite.

A efetivação prática do decreto 236/67 atribui responsabilidade ao SRE pela produção e disseminação irradiada dos programas educativos, com determinação estabelecida na portaria interministerial 408/70.

Quando da implementação do PMR, estava em vigor a lei 4024/61. A referida lei não trata sobre o ensino via rádio, mas fazia referência ao ensino supletivo. No seu art. 27 reza o seguinte: “O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional. Para os que o iniciarem depois dessa idade podem ser formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento.” (BRASIL-Lei 4024/61)

Já a lei da reforma do ensino de primeiro e segundo graus, 5692 de 1971, enfatiza com mais clareza o uso do rádio na educação, além disso, destina o capítulo IV aos ensino supletivo dedicando cinco artigos ao tema. No artigo 25 faz menção ao uso do rádio. “§ 2º Os cursos supletivos serão ministrados em classes. ou mediante a utilização de rádio, televisão, correspondência e outros. meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos” (BRASIL-Lei 5692/71).

De fato, o projeto das escolas radiofônicas, assim como do MEB, não contava com a abrangência e estrutura dimensionada para o PMR, mas representa seu embrião, tendo seu funcionamento financiado pelo Estado Brasileiro. Para compreender essa questão, consideremos o problema comum ao surgimento de todos os programas alternativos de promoção da melhoria da educação no Brasil, associado ao surgimento do PMR, que tem a característica de estar motivado pela possibilidade de resolver o problema da baixa escolaridade dos brasileiros e para manter o projeto de crescimento do País.

Outra característica é a representação do pensamento político desenvolvimentista que o País adotou a partir do pós-guerra. Com o surgimento do rádio, muitas possibilidades ligadas ao projeto de desenvolvimento surgiram. Uma delas diz respeito à educação e ao ensino. Enquanto o governo incentiva o mote da modernidade e do crescimento, a baixa escolaridade demonstra um entrave no processo. Assim, diversos grupos da sociedade criam movimentos, voltados à exploração da precariedade da educação, naquele momento,

encampando bandeiras políticas baseadas na promessa de solucionar o problema. Esses movimentos contribuíram, sob aspectos distintos, não tanto com melhoria da escolaridade, mas com a exposição do problema, compelindo o governo a tomar providências.

Assim, a história do PMR começa em 1959, numa conjugação de esforços entre a Igreja Católica, representada pelos Bispos do Nordeste, na pessoa de Dom José Vicente Távora e o governo Federal, representado, pelo presidente da República Juscelino Kubistchek.

Aparentemente, quando olhamos a portaria 408/70, que cria o PMR, percebemos que o governo se apropriou de um projeto que já existia desde a década de 1960 e o converteu no PMR, não obstante esse pensamento ser correto, o fato é que a informação está incompleta quando pensamos que o projeto “expropriado” não pertencia ao governo e sim à Igreja Católica e ao movimento de classes populares que naquele momento desenvolvia projeto semelhante ao MEB.

Ao examinarmos com parcimônia o decreto nº 46.377, combinado com o decreto 46.376, ambos publicados no Diário Oficial da União de 09 de julho de 1959, chegaremos a uma conclusão mais adequada, quanto à utopia enuviada, pela falta de dados encontrada na criação do projeto a partir dos anos 1970. Estes decretos esclarecem a participação do governo no processo de financiamento.

Não obstante a crença de que o MEB tenha surgido apenas, a partir dos esforços da Igreja Católica, o fato é que este movimento se espalhou por varias regiões, foi planejado pela Igreja e custeado pelo Governo Federal. Embora a patente ideológica do MEB pertença à Igreja Católica, sob a égide de Dom José Vicente Távora e os bispos que expuseram a ideia do projeto, ao governo federal, cabe ao Estado Brasileiro a patente financeira. As articulações, para o intento, aconteceram já no I Encontro dos Bispos do Nordeste, se concretizando a partir do II Encontro dos Bispos do Nordeste, realizado na cidade de Natal.

Partindo deste encontro, o Estado Brasileiro, através do presidente Juscelino Kubitschek, publicou no dia 09 de julho de 1959, no DOU de nº 15495, dois decretos, criando as condições para a implantação da estrutura de instalação das escolas radiofônicas que veio a culminar no movimento de educação de base e mais tarde no PMR.

O primeiro decreto de nº 46.376 de 07 de julho de 1959, Constituía “Grupo de Trabalho com a validade de estudar e planejar o financiamento e a execução de um programa de educação de base no Nordeste, utilizando a radiodifusão”. (DOU 15495 seção I parte I), e o decreto de nº 46.377 na mesma data dispondo “sobre, a execução de um programa de educação de base para o Estado de Sergipe, através da radiodifusão”. (DOU 15495 seção I parte I).

Estes dois decretos demonstram, potencialmente, indícios do surgimento do PMR como sucessor sequencial dos projetos das escolas radiofônicas, a exemplo da Universidade do Ar Paulista e MEB, bem como expõe a relação de influência que a Igreja Católica tinha com o Estado Brasileiro, naquele momento, a ponto de criar e financiar uma estrutura favorecedora das escolas radiofônicas no Nordeste do Brasil.

Um olhar mais atento poderá perceber que o Presidente da República, Juscelino Kubitschek, ao assinar o decreto 46376/59, já tinha determinado²⁴ toda a estrutura necessária para a execução do projeto das escolas radiofônicas, posto que recebesse da Igreja o projeto pronto com a ideia formulada sobre a estrutura necessária, conforme anuncia em seu discurso, e utilizou-se do decreto 46.376, para justificar e ampliar para todo o nordeste, a aplicação daquele projeto.

Enquanto o estado de Sergipe teve um prazo de 60 dias a partir da data de publicação do decreto, para, através do Serviço Rádio Educativo Nacional e intermédio do Ministério da Educação e Cultura, apresentar à Presidência da República, relatório sucinto e objetivo sobre o andamento dos trabalhos, acrescido das dificuldades encontradas, bem como elencar medidas necessárias à realização do projeto, sobrepondo às dificuldades, o Estado de Alagoas teve um prazo de 120 dias para executar a mesma tarefa.

Este é um indício de que o decreto não estabelecia um prazo com base em estudo específico e padronizado para a instalação de seu intento, mas estava respeitada a condição específica de cada Estado que já sabia exatamente o que fazer e como fazer, respeitados o tempo e condição de cada ente federativo. Além disso, a estrutura do MEB, em Sergipe, já estava pronta. Desta forma o decreto assinado e publicado naquele certame era mera formalidade.

O Artigo primeiro do aludido decreto determina que:

Art . 1º , Fica constituído um Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar especificamente:

- a) formas de financiamento ou custeio para a aquisição e instalação de transmissores mediante a inclusão de recursos especiais no orçamento federal, através dos Ministérios da Agricultura e da Educação e Cultura, ou por intermédio de bancos oficiais;
 - b) formas de trabalho em cooperação entre as emissoras de educação rural e os órgãos de assistência que atuam na área de influência dessas emissoras.
- (DOU, DECRETO N.º 46.376/59)

²⁴ Assim, tanto o decreto que cria um grupo de trabalho para implantar o programa de educação de base no nordeste (46376/59), quanto o decreto que cria a estrutura para implantação do programa em Sergipe (46377/59), seguido de outro, criando o mesmo programa no estado de Alagoas (46378/59), foram assinados e publicados no mesmo dia, no Diário Oficial da União.

Portanto, o grupo criado a partir do decreto tinha como função principal encontrar o meio para dar a sustentação financeira, estrutural e técnica para o funcionamento das Escolas radiofônicas no Nordeste. O segundo artigo estabelece a criação de um Sistema Nacional, anunciando que havia já em 1959 a ambição de ampliar o projeto para outras regiões do Brasil, fato que se tornou real em todas as regiões brasileiras, com a implantação da portaria 408/70 criando o Projeto Minerva via Rádio.

Não obstante dois Estados já estarem implantando o projeto naquele momento, o artigo dois do decreto 46.376/59, cria e atribui responsabilidade pelo sistema ao ente governamental. “O Sistema Rádio Educativo Nacional do ministério da Educação e Cultura, além da sua competência específica coordenará as atividades de estudo e planejamento do Grupo de Trabalho na realização deste projeto” (DOU, DECRETO, 46376/59).

A justificativa do decreto em questão, deixa claro sua intenção de ampliação do projeto para outras regiões do País, contudo, focou pauta no problema do Nordeste para argumentar a necessidade de criação do projeto das escolas radiofônicas:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I da Constituição, e Considerando que o II Encontro dos Bispos do Nordeste, recentemente realizado em Natal com a colaboração de técnicos e administradores dos poderes públicos, apreciou, com especial empenho, a necessidade de medidas capazes de contribuir para correção do desequilíbrio de natureza econômico-social no desenvolvimento das regiões do País constante preocupação do Governo; Considerando os satisfatórios resultados das medidas governamentais tomadas em consequência das conclusões do Encontro anterior, realizado em Campina Grande, mediante a articulação de atividade de diferentes órgãos: Considerando a necessidade de, em face de um programa amplo de desenvolvimento econômico, melhorar as condições do nível de vida das populações nordestinas, [...] (DOU, DECRETO N.º 46.376/59)

A participação da Igreja Católica no processo está bem representada na justificativa do Decreto, quando faz alusão aos dois encontros realizados pelos bispos, em Campina Grande, em maio de 1956 e Natal em 1958, respectivamente, dos quais participou ativamente O presidente Juscelino Kubitschek, proferindo o discurso de encerramento, onde se comprometia com a implantação das escolas radiofônicas, afirma que “Não podíamos realmente ficar surdos, indiferentes aos graves problemas desta região” (BRASIL, 1959 p.09-16), também reafirmou a relevância da Igreja, quando dizia que: “Essa iniciativa do Governo Federal é devida, força é proclamar, à inspiração caridosa da Igreja e ao desejo enérgico de salvar da miséria tantos valerosos patrícios nossos, manifestado pelos Pastores espirituais do Nordeste, desde o primeiro encontro de Campina Grande”. (BRASIL, 1959 p.09-16)

O Decreto em questão, determinava a implementação do Sistema Rádio Educativo Nacional do Ministério da Educação e Cultura – SIRENA e representava a possibilidade de corrigir distúrbio, aos quais classificou como “correção do desequilíbrio de natureza econômico-social” se referindo à região, Nordeste do País, onde apontava a intenção de melhoria do nível de vida dos nordestinos.

Considerando que, naquele momento, a população agrária era predominante no Brasil, a implementação do SIRENA, estabeleceria com afincos na zona rural, um sistema educativo eficiente, conseqüentemente, o governo justificava a necessidade de ensino num aspecto sine qua non para a melhoria das populações brasileiras para além da região Nordeste.

De acordo com Pimentel (1999), O Ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado da Gama, em 1957 convidou professor João Ribas da Costa, para organizar um sistema de rádio educativo nacional, que seria oficialmente proposto pelo diretor do Departamento Nacional de Educação, Heli Menegale, em abril do mesmo ano. Em 20 de maio, Ribas da Costa apresentou o projeto do Sistema Rádio-Educativo Nacional, o SIRENA. Este projeto deveria iniciar suas atividades já em 1958, sendo oficialmente instalado em junho. As principais atividades do SIRENA seriam a produção, gravação e distribuição de Cursos Básicos, irradiados pelas emissoras do Sistema, e o incentivo à formação de Sistemas Rádio Educativos Regionais, em emissoras oficiais ou particulares. Inicialmente, 11 emissoras irradiavam os cursos do SIRENA. Passados três anos, em 1961, havia 65 Sistemas Regionais atuando em conjunto.

O SIRENA planejava e elaborava os programas básicos, que eram gravados em LPs para serem distribuídos por todo o país.

Ainda conforme Pimentel (1999), o Movimento de Educação de Base foi uma experiência não formal na área de educação a distância, que obteve resultados positivos, sendo desenvolvido pela Igreja Católica através de dioceses da Região Nordeste, a partir da criação de escolas radiofônicas.

A diocese de Aracaju foi a primeira a ter um projeto oficial de radiodifusão educativa, em 1959. Afirma que foi a partir da realização de um convênio com o SIRENA – Sistema Rádio Educativo Nacional, que foi montado, no estado de Sergipe, um sistema semelhante que continha uma estrutura de produção de programas, treinamento de recursos humanos, transmissão e recepção organizada.

O SIRENA foi extinto em 1963, sendo absorvido pela Rádio Educadora de Brasília, junto com todo o seu material, e esta emissora foi finalmente incorporada ao Serviço de Rádio Educativo do MEC, o SRE, em setembro de 1966.

Considerando o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação do decreto, para que o Serviço Radiodifusão Educativa de Sergipe – SIRESE, apresentasse a Presidência da República um relatório sobre o andamento dos trabalhos, a diocese sergipana, funda, em 21 de novembro de 1959, a Rádio Cultura de Sergipe, após quatro meses do decreto, apresentando estrutura pronta para funcionamento.

A Rádio Cultura de Sergipe é a primeira Estação transmissora, nos *moldes* das escolas radiofônicas. Embora já houvesse outras concessões de rádio em Sergipe, a radio Cultura foi criada, especificamente, com o fim de servir aos objetivos das escolas radiofônicas e aos projetos da Igreja Católica.

Dessa forma é retomada no Brasil, a estrutura das escolas radiofônicas que serviria ao Movimento de Educação de Base – MEB, o qual em 1970, veio a ser aproveitado como modelo viável pelo regime militar, suprimindo o MEB e criando o PMR, com ampliação para todo o território nacional e veiculado em todas as rádios transmissoras determinados pela portaria interministerial 408/70.

Assim, considerando as informações apresentadas por Pimentel(1999), sobre a rádio educativa e os programas veiculados, a exemplo da Universidade do Ar Paulista, percebemos uma semelhança entre os três programas: Escola do ar paulista, Movimento de educação de base e Projeto minerva. Portanto, podemos perceber que o PMR, não surge como um projeto pensado pelo governo militar, mas é uma adaptação dos dois últimos, sendo ampliado para o território nacional visando atender à política educacional do Governo Militar, como um projeto viável para resolver o problema da baixa escolaridade.

Veremos neste estudo, que o PMR, não tinha um processo de avaliação e acompanhamento das matrículas e do seu próprio desenvolvimento, contudo entre os anos de 1970 e 1971, fez um acompanhamento da matrícula dos alunos. Este é o único período que aparece como sendo um momento proeminente como curso preparatório. De acordo com a Empresa Brasil de Comunicações – EBC, o PMR foi um programa de rádio criado para educar adultos, capitaneado pelo Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura, iniciou sua primeira transmissão no dia 1º de setembro de 1970. O nome Minerva foi dado para fazer homenagem à deusa grega da sabedoria. A implementação legal do PMR é a portaria interministerial 408/70, referendada na Lei 5.692/71 e estabelecida em decreto presidencial. Os alunos poderiam acessar o curso de três maneiras: Recepção Organizada, Recepção Controlada e Recepção Isolada. Na Recepção organizada, o processo se dava no rádioposto, onde um grupo de alunos se reunia, sob a liderança de um Monitor, para ouvir a transmissão das aulas. Na Recepção controlada, os alunos ouviam as aulas sem a

presença do Monitor, mas semanalmente ou quinzenalmente o procurava para tirar as dúvidas. Na Recepção Isolada os alunos ouviam os programas em casa e só iam prestar a prova do exame supletivo para obter certificação de grau de estudo. Nesta modalidade o aluno não tinha contato com o Monitor.

Um documento da EBC anexo a este estudo apresenta os seguintes dados sobre matrícula: de outubro de 1970 a outubro de 1971, participaram do Projeto um total de 174.246 alunos, desses: 61.866 concluíram os cursos. De outubro de 1971 a dezembro de 1971 o projeto contou com as seguintes quantidades de alunos: Recepção isolada-2.130 alunos, Recepção controlada - 1.033 alunos, Recepção organizada 93.776 alunos, distribuídos em 1.948 radiopostos. Na seção 3.9 deste estudo, que apresenta uma análise sobre os exames supletivos em Sergipe poderemos notar que o período que apresenta estes números, não é o de maior incidência de matrícula, assim como na seção 3.7, que trata sobre o currículo, demonstrará que neste período citado havia uma distorção entre as disciplinas apresentadas e a maior parte do programa era ocupada com atividades culturais.

Embora a educação fosse o motivo justaposto para a criação do projeto, sua execução atendia requisitos políticos que extrapolavam à Política Educacional. De acordo com Ball (2011), “o desenvolvimento epistemológico nas ciências humanas, como educação, funciona politicamente e intimamente imbricados no gerenciamento prático dos problemas sociais e políticos” (BALL, 2011, p. 33). Assim, quando um governo desenvolve uma política para atender a uma demanda social, o faz, ampliando a abrangência da ação para atender também a um fato político. Como política Educacional, o PMR açambarcava outras possibilidades sociais resultantes do campo da educação, tais como a baixa escolaridade, o desamparado social, tanto no aspecto financeiro quanto cognitivo.

Para Germano (2011), A reforma do ensino médio, implementada pelo Governo Militar em 1971, dava início a uma revolução passiva, pois não contou com a participação da sociedade civil, portanto tinha o intuito de desmobilizar eventuais movimentos organizados desta sociedade. Contudo, afirma ainda que também fazia parte dos interesses do Regime Militar, atender a uma “demanda efetiva e a uma carência real de seguimentos da sociedade excluída dos privilégios concedidos pelo centro de poder” (GERMANO, 2011, p. 104). Assim, considerando o regime excludente, apresenta como um dos “seus projetos de equalização social, [...] um discurso de valorização da educação e transforma a política educacional numa estratégia de hegemonia, um veículo para obtenção de consenso”. (GERMANO, 2011, p. 104).

O autor ainda afirma que o Governo militar valorizava constantemente a educação escolar, mas esbarra no problema da “escassez de verbas para a educação pública”. Dado o exposto, o autor é contundente em dizer que a política educacional se desenvolveu em torno de quatro eixos:

1) Controle político e ideológico da educação escolar, em todos os níveis. Tal controle, no entanto, não ocorre de forma linear, porém, é estabelecido conforme a correlação de forças existentes nas diferentes conjunturas históricas da época. Em decorrência, o Estado militar e ditatorial não consegue exercer o controle total e completo da educação. A perda de controle acontece, sobretudo, em conjunturas em que as forças oposicionistas conseguem ampliar o seu espaço de atuação política. Daí os elementos de “restauração” e de “renovação” contidos nas reformas educacionais; a passagem da centralização das decisões e do planejamento, como base no saber da tecnocracia, aos apelos “participacionistas” das classes subalternas. 2) Estabelecimento de uma relação direta e imediata segundo a “teoria do capital humano”, entre educação e produção capitalista e que aparece de forma mais evidente na reforma do ensino de 2º grau, através da pretensa profissionalização. 3) Incentivo a pesquisa vinculada à acumulação de capital. 4) Descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita, negando, na prática, o discurso de valorização da educação escolar e concorrendo decisivamente para a corrupção e privatização do ensino, transformando em negócio rendoso e subsidiado pelo estado. Dessa forma, o Regime delega e incentiva a participação do setor privado na expansão do sistema educacional e desqualifica a escola de 1º e 2º graus, sobretudo. (GERMANO, 2011, p. 105-106)

Considerando os argumentos de Germano (2001), sua conclusão é que: “[...] a política educacional resulta da correlação de forças sociais existentes em determinado contexto histórico”. (GERMANO, 2011, p.106).

Assim a política educacional posta empiricamente pelo PMR, traz imbricada na sua práxis, uma receita de sociedade funcional a partir das instituições do Estado. Contudo, a política Educacional atendia concretamente a política administrativa do aparelho de Estado Militar.

O PMR perdurou, segundo a EBC, até o ano de 1989, mas passou por transformações significativas, como veremos, na seção currículo, entretanto, para situar as condições em que o processo aconteceu é preciso considerar alguns antecedentes e seus desdobramentos.

3.1 ANTECEDENTES

O ano é 1970 e o Brasil está sob a regência do Governo Militar a seis anos, neste cenário, a busca pelo controle do Estado Brasileiro, perpassa todo o País. Não obstante o controle esteja nas mãos dos militares, há grupos e partidos oposicionista que lutam pela implantação da democracia. Naquele ano, o estado de Sergipe passa por transformações na política, tanto do ponto de vista da administração da coisa pública, passando por eleições partidárias, quanto um processo de transformação social e histórica.

Em Sergipe, como no País, firma-se uma disputa entre os partidos da situação (direita) e os partidos de oposição (esquerda), com a intenção de dirigir, do ponto de vista da administração da coisa pública, os destinos da nação. De um lado, representação dos partidos de esquerda, suprimida em 1964, quando os militares assumiram a administração do País, implementando medidas restritivas à liberdade de expressão, que veio a converter-se em bandeira de luta encampada pelos movimentos partidários de esquerda que exigia do governo o direito à livre expressão. Por outro lado, a direita representada pelos Militares, ampliam as medidas restritivas à livre expressão, utilizando-se da censura (AI5), para manter-se informado sobre os movimentos dos partidos de esquerda, ávidos por acender ao poder, representada por seus militantes, em luta aguerrida sob a bandeira da liberdade de expressão. Este cenário define a estrutura política vivenciada pela sociedade, na década de 1970.

Além dos dois grupos citados, existe um terceiro representado pela Igreja Católica, desenvolvendo ações que, num determinado momento, era interpretado como defensor das ideias do grupo esquerdista, em outro se compreendia como vinculado à defesa das ideias do grupo de direita, dado ao fato da Igreja manter um diálogo com a situação. Contudo, a Igreja não comungava, totalmente, das ideias esquerdistas e nem com as da direita. Naquela ação, a Igreja reserva-se o direito de desenvolver um papel, que chamou de social, orientando suas comunidades através do ensino. Para isso necessitava manter conversa com o governo, mas sua bandeira era a doutrina cristã.

Neste aspecto, tanto as representações religiosas quanto os grupos de esquerda, desenvolvem ações junto às comunidades analfabetas, com o objetivo de oferecer a cultura letrada, mas também inculcar sua ideologia, sobretudo aos moradores do campo. Para os grupos religiosos, a oferta da cultura letrada vem seguida da inculcação dos preceitos religiosos, enquanto para os grupos de esquerda, a inculcação é dos ideais “comunistas ou socialistas”.

É importante referenciar que os problemas ligados ao ensino popular, como parte da concepção de educação, é uma preocupação recorrente e serve de mote para a criação de diversos movimentos de educação popular. Paiva (2003) desenvolveu estudo sobre a educação popular, seguindo o princípio de que esse ensino fosse destinado a adultos e afirma que: “até o final do Estado Novo o problema da educação dos adultos era discutido como parte daqueles relativos à educação popular” (PAIVA, 2003 p.26). Não obstante o tempo decorrido desde o Estado Novo, os anos 1950 e 1960 destacam-se como um período em que havia muitos movimentos voltados para a educação de adultos. Estes movimentos, mais faziam as chamadas campanhas de conscientização popular do que propriamente oferecer a possibilidade de ensino.

A política educacional brasileira, exemplo de outros países, tem uma história de lacunas que não consegue atender as demandas da sociedade abrindo espaço para que movimentos diversos possam se apropriar do problema e lançar suas campanhas ideológicas sob o mote da educação.

Os sistemas educacionais e os movimentos educativos em geral, embora influam sobre a sociedade a que servem, refletem basicamente as condições sociais, econômicas e políticas dessa sociedade. [...] Por outro lado, a forma como o movimento da sociedade se reflete na educação pode ser observado mais claramente sempre que inicia um período de transformações e o sistema educacional existente (ou em formação) Já não atende às novas necessidades criadas, necessitando ou de ampliação urgente ou de movimentos paralelos que preencham as lacunas deixadas pela organização de ensino vigente. (PAIVA, 2003 p. 29)

Podemos atribuir ao PMR, três características fundamentais: do ponto de vista estrutural, é um programa de educação a distância; do ponto de vista metodológico é um curso preparatório para o exame supletivo e do ponto de vista da política educacional, é uma solução de continuidade dos governos anteriores. Sendo um curso de Educação a Distância, com a função de preparar alunos para prestarem o exame supletivo de primeiro e segundo graus, fazendo parte de uma política educacional que visava equalizar a cultura letrada no País, o PMR é a solução viável para os problemas da educação, naquele momento. Destarte, é implementado por força de lei.

Sabemos que entre a promulgação de determinada lei ou estabelecimento de ação de atividade pública, através de decreto ou portaria e sua aplicação prática, existe um tempo de preparação da estrutura e a implantação, propriamente dita. Com o PMR, não foi diferente, embora sua portaria tenha sido do ano de 1970, a criação da estrutura necessária não estava pronta.

Assim, o PMR na sua primeira fase contratou os programas em outras instituições, o que ficou conhecido como curso de madureza ginasial – Projeto Minerva, iniciando sua segunda fase com estrutura própria somente no ano de 1973.

De acordo com Pimentel (1999) o Projeto Minerva foi ao ar, em cadeia nacional, com programas comprados das Fundações Padre Landell de Moura [Porto Alegre] e Fundação Padre Anchieta [São Paulo],²⁵ as quais já tinham experiências na produção de programas radiofônicos para o curso de madureza ginasial.

O diferencial do PMR, para o MEB, a Universidade do Ar Paulista e demais movimentos, que se utilizou dos serviços de rádio difusão, foi a ampliação obrigatória, da transmissão para todo o País e vinculação das avaliações a uma estrutura que já existia nos Estados: os exames supletivos.

A lei 5692 de 1971, que reforma o ensino de 1º e 2º grau, entra em vigor, portanto, depois da implantação do PMR, mas a segunda fase da sua veiculação ficou sob a regência da referida lei. O Ensino Supletivo está caracterizado como educação não-formal, definição que pode ser encontrada no capítulo IV, onde estão afixadas as finalidades para o Ensino Supletivo de 1º e 2º graus, no artigo 24, letras “a” e “b”:

- a) Suprir, a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria;
- b) Proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte. *Parágrafo único.* O ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas de acordo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação. (BRASIL, Lei 5.692/71)

Segundo Hildebrand (1984 p.19), “sua filosofia e doutrina constam no parecer 699/72 do Conselho Federal de Educação, que também estabelece como funções básicas: a suplência, o suprimento, a aprendizagem e qualificação, atingida mediante cursos e exames”. Embora o exame supletivo não estivesse atrelado à estrutura do ensino formal, passou a ser bastante procurado por quem desejasse acessar o mercado de trabalho. Os alunos adultos, que procuram realizar o exame supletivo estão interessados em conseguir uma colocação no mercado de trabalho, sendo o diploma um instrumento facilitador para o acesso.

O parágrafo único do artigo 24 determina que o Ensino Supletivo seja organizado pelos sistemas estaduais, conforme os Conselhos de Educação. Já o parecer nº 699/72 estabelece a aprendizagem como sendo a formação metódica para o trabalho, atribuindo

²⁵ Sobre o assunto ver: PIMENTEL. (1999).

responsabilidade às empresas ou instituições por elas criadas ou mantidas. Sendo encargo inerente à empresa, preparar seus funcionários, conforme a sua necessidade de mão-de-obra. Este mesmo parecer determina a qualificação baseada obrigatoriamente em cursos e não apenas em exames, deixando claro que o “exame visa eletivamente à profissionalização, sem preocupação da educação geral” (Parecer 699/72).

De acordo com Hildebrand (1984), no ano de 1973, o diagnóstico preliminar do Ensino Supletivo no Brasil aponta um número de 1.491.812 alunos matriculados, onde 79,4% classificaram-se através dos exames de suplência.

A suplência é a modalidade de Ensino Supletivo que mais se aproxima dos exames de madureza²⁶ que permearam a história da educação brasileira, confundindo-se, muitas vezes, com a própria escolaridade regular. “historicamente”, a suplência configura a “própria escola regular” do passado, com “épicas” preparatórios de estudos livres, desembocando nos exames de Estado, fora do processo, realizados inicialmente somente no colégio D. Pedro II e, posteriormente, nos “Liceus” [...] (HILDEBRAND, 1984 p. 21)

Com o caminho aberto para a universidade, o Exame Supletivo transformou-se num mecanismo de substituição do ensino regular, dando uma segunda oportunidade para quem não conseguiu concluir o ensino regular e isso ampliou a procura por esta modalidade. Com o aumento da demanda, o Estado busca ampliar suas ações criando, em todo o Brasil, Centros de Ensino Supletivo – CES. No entanto, Hildebrand (1984), afirma que os CES não tiveram a influência desejada na ampliação da procura e cita o insuficiente número de CES e a má divulgação do serviço como provável causa. Mesmo assim, a demanda pelos exames é alta e os CES não conseguem acompanhar com eficiência.

É importante conhecer as características da clientela dos exames supletivos como um elemento a mais para explicar a grande procura por esta oportunidade do sistema de ensino. São candidatos jovens, numa faixa etária de 18 a 25 anos, reduzido é o número dos que ultrapassam este limite de idade. (HILDEBRAND, 1984 p. 23)

Os dados apresentados credenciam uma clientela alocada socialmente na classe trabalhadora, urbana, desfavorecida, intelectual e financeiramente. A predominância do sexo masculino com 55,5%, no primeiro grau, e 62,7 no segundo grau, aponta um distanciamento do gênero, no que concerne a escolaridade normal. Sendo o gênero masculino mais afetado,

²⁶ O exame de Madureza é convertido em Exame Supletivo no ano de 1930 e pode ser feito de forma oficial fora do processo regular de escolarização, mas a idade mínima para prestar era de 18 anos. No período correspondente a 1930-1961, apenas as escolas oficiais poderiam realizar os exames de Madureza. Esta situação mudou com o surgimento da LDB 4.024/61, no seu artigo 99, embora mantivesse os exames nas escolas públicas, permitiu que a iniciativa privada explorasse o processo inclusive, oferecendo a certificação.

neste aspecto que o feminino. Um fator a ser considerado é a Família com baixa ou nenhuma escolaridade. Outro fato, o abandono da escola, para ingresso no mercado de trabalho, quer seja para ter o próprio negócio, para aderir a um emprego ou ainda por considerar que a escolaridade não é primordial para o trabalho, aponta claramente o baixo nível social, nos aspectos, intelectual e financeiro.

Ao abandonar a frequência à escola convencional, os alunos ficam excluídos do mercado de trabalho que passa a exigir, continuamente mais qualificação. Resta ao aluno compensar o tempo perdido, buscando alternativas de qualificação. Neste aspecto, recorriam aos cursos preparatórios, quer por correspondência quer por radiodifusão, ou outros meios, como é o caso dos alunos do PMR, que possa conceder o certificado de escolaridade através do exame supletivo.

Diferente do que se possa imaginar, prestar o exame supletivo, requer disciplina e desenvoltura para estudar, pois via de regra, este estudo é solitário, exige concentração e facilidade de compreensão da leitura.

No ano de 1978, no Brasil, foram inscritos para o 1º grau 816.154 pessoas e foram aprovadas apenas 197.275, sendo apenas 24,17% aprovados. No 2º grau se inscreveram 1.105.851 e foram aprovados 226.770, pessoas, sendo 20,51% aprovados. No ano de 1978, se inscreveram no exame supletivo 1.921.985 pessoas e foram aprovadas apenas 424.045, equivalente a 22,06% do total de inscritos. Conforme estes dados, podemos perceber um resultado no mínimo insuficiente para o que se espera de um programa de formação.

Os dados acima revelam apenas os aprovados naquele ano, mas a obtenção de certificado de conclusão apresenta uma situação mais grave. Em 1979 obtiveram, em todo o País, o certificado de conclusão do 1º grau apenas 5,87% e do 2º grau apenas 5,11% concluíram todas as etapas e receberam seu certificado de conclusão.

O PMR, um curso preparatório, oferecido pelo governo federal, através do rádio, visava preparar os candidatos que iriam prestar o Exame Supletivo. Era um curso acompanhado de material didático, em fascículos, e programas transmitidos pelo sistema de radiodifusão. O PMR não tinha o compromisso de realizar avaliações, aprovar ou reprovar, alunos e nem dar certificação. Quem definia a aprovação ou reprovação dos alunos, que estudaram através do PMR, eram os Estados, através dos exames supletivos.

O PMR, utilizava os recursos da educação a distância, através de um sistema de radiodifusão e uma rede de radiopostos, com a manutenção dos Estados, objetivando proporcionar a formação escolar, através do exame supletivo de primeiro e segundo graus. O PMR foi estabelecido, através de portaria interministerial, nº408/70, para veiculação de seus

programas educativos que tinha um caráter de curso preparatório. Durante as aulas, os alunos ouviam o rádio enquanto faziam seus exercícios através dos fascículos que eram distribuídos aos inscritos, mas também podiam ser comprados em bancas de jornal, dependendo a que modalidade o aluno aderisse.

Decorridos dezoito meses de estudo pelo PMR, o aluno poderia fazer o Exame Supletivo e obter sua certificação de 1º ou de 2º grau. De acordo com a Empresa Brasil de Comunicação/EBC,²⁷ o nome Minerva é uma referência à deusa grega da sabedoria. As principais características oficiais do PMR foram: a) contribuição para renovação e o desenvolvimento do sistema educacional e para a difusão cultural, conjugando o rádio e outros meios; b) complementação ao trabalho desenvolvido pelo sistema regular de ensino; c) possibilidade de promoção da educação continuada; d) divulgação de programação cultural de acordo com o interesse da audiência; e) elaboração de textos didáticos de apoio aos programas instrutivos; f) avaliação dos resultados da utilização dos horários da Portaria nº408/70 pela emissora de rádio.

Segundo a EBC, o rádio foi escolhido para transmitir o projeto, em função do custo mais baixo no que se referia à aquisição, manutenção de aparelhos receptores e também pela familiaridade da clientela com o rádio.

O formato da aula segue a metodologia de uma aula expositiva ministrada numa escola de classe regular presencial. Durante a aula os locutores, orientavam os alunos, constantemente, sobre a consulta ao fascículo, referenciando páginas e parágrafos onde se encontrava aquele assunto. Vejamos o que diz a locutora 01 no programa número seis. **“Nessa aula e na anterior, conhecemos as 10 regras básicas de acentuação gráfica. Consulte o fascículo sempre que tiver dúvida. E o pessoal do radioposto pode iniciar as atividades”**²⁸. Neste momento o **locutor 01** informa ao Monitor que já está finalizando a aula e o mesmo já pode iniciar suas atividades.

Para os alunos que frequentavam o radioposto, havia atividades com o Monitor após a transmissão das aulas via rádio. Tiravam dúvidas, resolviam exercícios e encaminhavam procedimentos locais com o Monitor, como veremos mais à frente na fala de uma Monitora.

²⁷ Criada pela lei 11.652 de 07 de abril 2008, institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.

²⁸ Grifo do autor

Embora irradiado por todas as emissoras de rádio do Brasil, o PMR era produzido para atender à determinada classe social, mas sendo de abrangência nacional não considerava a regionalidades no aspecto cultural adotando o padrão do Rio de Janeiro onde eram produzidos os programas.

Embora o PMR se utilize da estrutura pensada para as escolas radiofônicas, a centralização aplicada na produção dos programas e do material complementar, fascículos, não contemplavam as regionalidades e especificidades dos estados, com exceção dos programas culturais que iam ao ar nos finais de semana, pois eram produções enviadas por colaboradores regionais. É importante destacar que naquele momento não havia preocupação com a regionalidade e mesmo os livros do currículo escolar padrão eram produzidos no mesmo formato, eixo Rio de Janeiro São Paulo, distribuído para todo o Brasil.

O objetivo é a utilização do rádio como meio de comunicação de massa, para fins educativos e culturais, buscando complementar o trabalho dos sistemas educacionais, além de proporcionar o ensino supletivo de forma sistemática a adolescentes e adultos já alfabetizados, complementando tal atividade com a divulgação de uma programação cultural. Portanto, utilizar a tecnologia para promover a cultura letrada para o máximo número de brasileiros, acompanhando o êxito conquistado a partir da década de 1950, quando, segundo pesquisa do IBGE, o analfabetismo é reduzido consideravelmente.

De acordo com censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as ações adotadas no País contra o analfabetismo obtiveram resultados, pois conforme mostra o gráfico abaixo reduziu a analfabetismo de 50,5 em 1950 para 33,6 em 1970.

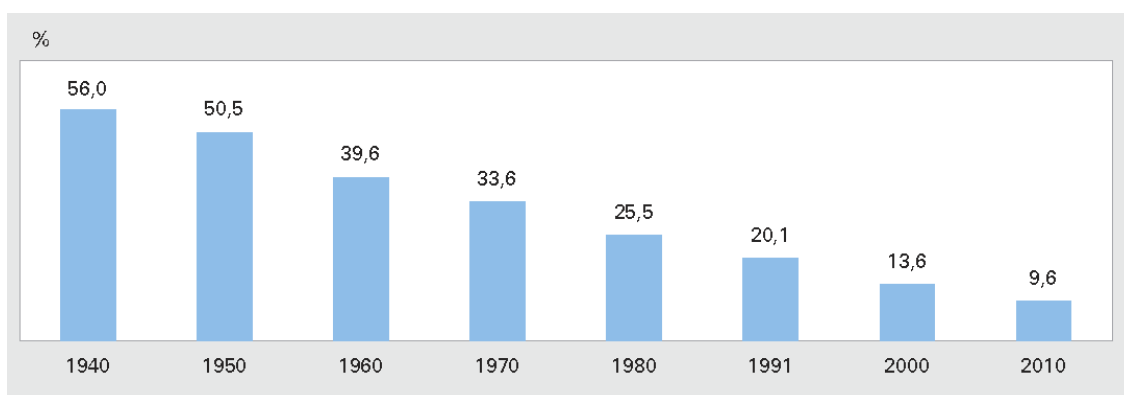


Gráfico 1 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade Brasil (1940/2010)

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Vamos considerar a diminuição na taxa de analfabetismo como referência ao acesso a cultura letrada tomando por base o gráfico acima, levando em conta cada década. Assim de 1940 a 1950, o analfabetismo reduziu em 6,5%, enquanto o período de 1950 a 1960 a redução foi de 11%, o período de 1960 a 1970 o índice volta a 6%, voltando a subir entre as décadas e 1970 a 1980 com 8,1%, mas caindo vertiginosamente para 5,4%, nas décadas de 1980 a 1990, se mantendo nas décadas seguir de 1990 a 2010 nos índices 6,5 e 4% respectivamente.

Considerando as informações oficiais, no gráfico acima, fornecido pelo o IBGE, constatamos que, para atingir a marca 40,9% da população brasileira com acesso à cultura letrada, foi preciso tempo superior a mais de meio século. Os avanços mais significativos aconteceram entre as décadas de 1950 a 1960 e 1970 a 1980, com 11% e 8,1% respectivamente, conforme dados oficiais. Nestes períodos havia o intensivo uso do rádio como veículo de ensino.

As realizações do Governo Federal objetivavam extrair os entraves na montagem de infraestrutura, dando apoio ao desenvolvimento industrial através do Plano de Metas. Na visão de Barros (1996), isso agravou as disparidades regionais, particularmente no Nordeste brasileiro.

Com a implantação do regime militar em 1964, os projetos independentes de educação, que eram capitaneados pela Igreja Protestante e por movimentos políticos foram censurados ou extintos. Apenas o MEB, com o projeto das escolas radiofônicas gerido pela Igreja Católica, em parceria com o Estado Brasileiro, resistiu por mais tempo, mas com a mudança na política de gerenciamento do País, também acabou sendo minado pela reorientação a que teve que se submeter naquele regime.

Na década de 1970, o Brasil era comandado pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici que o conduziu no período de 30 de novembro de 1969 a 15 de março de 1974. O chefe de Estado, representava os militares e estava ligado ao partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Dado o embate político entre grupos de esquerda e direita, o governo enfrentou guerrilhas rurais e urbanas com a força do exército²⁹. O desenvolvimento do País era apresentado como uma prioridade e, portanto, como um projeto de crescimento. Naquele momento, ter um terço da população analfabeta era uma preocupação para o Estado Nacional.

²⁹ Sobre isso ver: GERMANO (2011) e DANTAS (2004).

Ou pelo menos, era essa a sensação que transparecia para a população brasileira. Alguns autores apontam o governo militar como responsável por vários problemas sociais.

Em se tratando ainda, de um Estado que concorreu decisivamente para acentuar a miséria social dos despossuídos, ao adotar políticas restritivas ao trabalho e favoráveis ao capital, pergunta-se: o que conduziu o estado a se voltar, então, para as massas populares [...]? (GERMANO, 2011 p. 164)

Certamente é um questionamento válido, porém “os sistemas educacionais e os movimentos educativos em geral, influenciam sobre a sociedade a que servem, refletem basicamente as condições sociais, econômicas e políticas dessa sociedade” (PAIVA, 2003 p.29). Assim, um projeto que almeja o crescimento deve perceber a importância de uma população, no mínimo, alfabetizada.

Durante a predominância do Estado Militar, não houve ineditismo na política de educação via rádio, recordando os dados fornecidos pelo IBGE, que evidencia uma queda no analfabetismo de 8,1% como vimos no gráfico anterior, apontando o segundo melhor resultado na redução da taxa de analfabetismo, constamos que este modelo remonta o projeto desenvolvimentista da década 1950 a 1960. Assim, precisamos retomar a ideia da implementação de ações como: Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral e o Projeto Minerva via Rádio - PMR, como ações que eram condizentes com uma política educacional de governos anteriores, a exemplo do MEB. Neste contexto, com a chegada dos anos de 1970, também é promulgada, uma nova lei para educação, Lei nº 5692/71, incorporando ideias que já eram debatidas na década anterior, que institui o prolongamento da escolaridade obrigatória de quatro para oito anos.

Art. 17. O ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos.

Art. 18. O ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos e compreenderá, anualmente, pelo menos 720 horas de atividades.

Art. 19. Para o ingresso no ensino de 1º grau, deverá o aluno ter a idade mínima de sete anos.

§ 1º As normas de cada sistema disporão sobre a possibilidade de ingresso no ensino de primeiro grau de alunos com menos de sete anos de idade.

§ 2º Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes.

Art. 20. O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos Municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder à sua chamada para matrícula. Parágrafo único. Nos Estados, no Distrito Federal, nos Territórios e nos Municípios, deverá a administração do ensino fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incentivar a frequência dos alunos. (BRASIL, Lei 5.692/71)

A obrigatoriedade no escalonamento da escolaridade, entre 7 e 14 anos, vem com a lei 5692, com o objetivo de promover a escolarização na chamada idade própria, pois naquele momento acreditava-se que bastava inserir a criança no ambiente da escola e ela seria escolarizada.

Havia por parte do governo, uma preocupação em construir um número elevado de escolas para abrigar as crianças, mas o fato é que, embora fosse uma ação importante, é preciso considerar outros fatores como: estrutura curricular e qualidade. Não obstante a inserção do aluno no espaço escolar tenha sido ampliada por força de lei, a evasão é proporcionalmente inversa. Ou seja, o número de alunos que entraram na escola é, via-de-regra, proporcional ao número que abandonou. Assim, os desafios do ensino e aprendizagem, vão para além de construir escolas ou simplesmente ampliar a idade escolar obrigatória.

Neste cenário, o Governo Militar determina a implantação do PMR a ser transmitido em cadeia nacional a través das emissoras de rádio. Em alguns Estados os programas só são reproduzidos em fitas gravadas, por não haver as condições de transmissão via Embratel.

A implantação do PMR no Estado de Sergipe, assim como nos demais, carece de convênio assinado entre o Secretário de Educação do Estado e o SRE. Em 1970, em Sergipe, o Secretário é o médico Nestor Piva. Foi o primeiro Secretário de Educação a dar início ao convênios para implantação do PMR no Estado de Sergipe.

Considerando a troca de governo constante, naquele momento político, Piva não demorou como Secretário de Educação, em março de 1971, passou a pasta para o professor Marcos Monteiro Pinheiro. A exibição do PMR fica definida para acontecer em dois momentos da programação diária, no período da tarde e noite.

Para manter um programa funcionando em todo o território nacional era preciso pensar uma estrutura que conseguisse manter o programa, mas que fosse alimentada por uma equipe volumosa de pessoas. Assim uma parte coube ao governo federal, mas é nos Estados que tudo deve funcionar.

3.2 A ESTRUTURA NOS ESTADOS

Em princípio, a estrutura do PMR é determinada por força da portaria Interministerial, que estabelecia obrigatoriedade de 5 horas semanais distribuídas de segunda

a sexta feira, sendo 30 minutos diários, além de 75 minutos aos sábados e domingos. Esse horário deveria estar contido entre o período das 7 às 17 horas, contudo, percebeu-se a inviabilidade de alcançar o público desejado durante esse horário.

Percebemos a consolidação da programação, na fala da Coordenadora do projeto em Sergipe, Geovana Oliveira Lima, quando anuncia no jornal, Gazeta de Sergipe, em 27 de outubro de 1972, que a atividade ficou sendo transmitida apenas a noite em horário único, das 20h00min às 20h35min, de segunda a sexta feira, como pode ser constatado na figura abaixo.



Projeto **Minerva** tem 572 concludentes em Aracaju

A professora Geovana de Oliveira Lima, Coordenadora do Curso de Madureza Ginásial por Rádio e TV, (Projeto Minerva) em Sergipe, informou à nossa reportagem que nesse final de ano, 572 alunos estarão concluindo seus estudos através os 29 Rádio-Postos espalhados na Capital, para apresentação das aulas do curso.

Informou a prof.^a Geovana que o curso vem funcionando nor-

malmente, com monitores especialmente preparados para o serviço, e as aulas têm sempre obedecido o horário das 20 às 20,35 horas, de segunda a sexta.

Disse também, que em 19 de janeiro de 1973 iniciará uma nova turma, quando espera um número muito maior de alunos, que não têm condições de frequência a escolas, em períodos normais de aulas.

Figura 1: Jornal Gazeta de Sergipe— Projeto Minerva tem 572 concludentes em Aracaju
Fonte: Jornal gazeta de Sergipe nº 4.4322 (27/10/1972 p.08)

Os programas eram auxiliados por uma apostila, produzida pelo Ministério da Educação, que os alunos recebiam, gratuitamente, as quais, os locutores chamavam de fascículo. Durante as aulas o locutor situava o aluno dizendo exatamente a página onde se encontrava o assunto que estava sendo exposto:

Nesta fala sobre gramática, presente no programa número seis, que foi exibido numa segunda-feira, no dia 25 de setembro de 1978, o locutor faz uma referência direta ao uso do material didático e ao auxílio do Monitor, dizendo: “Língua Portuguesa, aula número sete da segunda fase. Acentuação gráfica, dois”. Os fascículos eram enumerados conforme o tema e a disciplina, Assim o aluno pode situar-se em qual apostila está o conteúdo daquela aula. As apostilas ou fascículos exibiam uma sequência de disciplina na mesma ordem em que os programas eram apresentados sendo que cada programa apresentava sempre duas disciplinas.

O material impresso estava destinado à recepção organizada. Embora as outras modalidades também pudessem utilizar o mesmo material, a dinâmica do curso previa o aluno no radioposto. O aluno que se inscrevia na modalidade organizada tinha uma relação direta com o Monitor, inclusive recebia das suas mãos as apostilas (fascículos), não necessitando ir à Secretaria de Educação e Cultura ou a qualquer outro lugar para retirar este material, como acontecia com as outras modalidades. Lima (19/04/2014), afirma em entrevista, que as aulas do rádio contemplavam a modalidade organizada.

Tanto o Convênio, como a fala das alunas e de da coordenadora, constatam que a distribuição do material didático ficava a sob responsabilidade da Secretaria de Educação, mas sua produção era no MEC.

Sobre isso:

Vinha do MEC, mas também, tinha nas Bancas de comércio, porque tinha o sistema de recepção isolado, organizado, controlado. Então eles tinham esses sistemas de recepção: Isolado ele assistia onde quisesse, era livre, recepção livre, no controlado eles levavam o material pra casa e encontravam-se a cada quinze dias ou semanalmente, e o organizado que era diariamente. Por isso que tinha nas bancas para quem fazia a opção de recepção livre. (GOIS, 20/10/2004)

Os fascículos também eram vendidos em bancas, para quem queria fazer a recepção isolada ou livre, mas para as outras modalidades eram distribuídas gratuitamente. Barbosa (23/01/2014), participou da recepção controlada e tinha a assistência do Monitor, somente quando estava com dúvidas. Mesmo assim, seus fascículos não eram comprados em bancas. Ela os retirava na secretaria de Educação.

Essa questão do material didático era discutida e ampliada durante o percurso do projeto, pois, além dos convênios apontarem para esta possibilidade, os entrevistados confirmaram que havia, também, a produção de material didático no Estado. Isso faz sentido, pois se as provas passaram a ser produzidas pela Secretaria de Educação do Estado, também era esperado que houvesse produção do material didático regional.

Também fazia parte do PMR, uma programação cultural transmitida, em princípio, aos domingos, passando posteriormente a ser transmitidas aos sábados no horário da tarde. Também havia, para estas, obrigatoriedade de transmissão para todas as rádios emissoras, determinada por força de lei constituída no governo militar do presidente Emílio Garrastazu Médici.

Para Pimentel (1999) a programação cultural atingia mais audiência do que as aulas e apresentavam sete séries específicas:

Os programas se dividiam em sete séries básicas:
 MÚSICA POPULAR – os músicos e a música brasileira
 MÚSICA ERUDITA – o entendimento da música, as principais óperas e, principalmente, os compositores brasileiros, visando despertar o interesse popular pela música erudita, principalmente nos mais jovens;
 LITERATURA – história da literatura brasileira, com a radiofonização e a análise de textos;
 EDUCAÇÃO – dúvidas de Língua Portuguesa, temas de educação brasileira, saúde, higiene e outras informações mais genéricas;
 ESPORTES – história do esporte desde sua origem até os grandes feitos deste século, no Brasil e no mundo;
 FOLCLORE – cantigas e manifestações do folclore brasileiro;
 ASSUNTOS GERAIS – abordando temas diversos, como fenômenos da Astronomia, a evolução da linguagem, hábitos alimentares, histórias infantis, entre outros. Com uma oferta de informações bastante rica em relação ao que era veiculado pelas emissoras comerciais, e somando mais de 50 séries distribuídas por 2.500 programas, os Informativos Culturais foram o maior sucesso do Projeto Mínerva. À sua maneira, provaram que um modelo menos rigoroso no que diz respeito ao formato – e sem se preocupar em alcançar certificados de graduação – é muito mais adequado para esta forma de educação a distância. (PIMENTEL 1999 p. 72-73)

A programação cultural, incorpora, aos sábados, o folclore e a arte regional. Haviam colaboradores em todos os estados que produziam seus textos e enviavam para serem apresentados na programação cultural. A música regional também fazia parte do PMR. Um dos momentos de maior audiência do PMR era exatamente a programação cultural, dado que não havia aula, propriamente dita, mas a difusão de atividades culturais ligadas à música e ao folclore. Assim mais pessoas ouviam a transmissão cultural do PMR, nos finais de semana interessados em ouvir as músicas e demais atividades culturais, posto que a música serve como divertimento para muitos, sem nenhum compromisso com a parte pedagógica. Estas

atividades têm início na segunda fase do PMR, com a criação do Programa Nacional de Teleducação – PRNTEL, criado em 26 de janeiro de 1972, a partir de decreto 70.066. Conforme Pimentel (1999), ficou também a cargo do PRNTEL a responsabilidade de promover a integração e a coordenação das atividades didático educativas do sistema.

Os programas culturais, que ocupariam um espaço de entretenimento, seriam um dos pontos mais positivos de todo o Projeto Minerva, pois não demonstravam tanta preocupação com a qualificação dos alunos, obtendo um maior interesse de toda a população, mesmo daqueles que não estavam empenhados em acompanhar os programas regularmente. (PIMENTEL, 1999, p. 64)

Na programação cultural desfilavam nomes importantes da MPB, como Luiz Gonzaga, Dalva de Oliveira, Cauby Peixoto, entre outros. A associação de amigos da rádio MEC fez um CD contendo 10 músicas inéditas com artistas que participavam do PMR.

Em Sergipe, o jornalista e historiador Luiz Antônio Barreto era um colaborador do PMR, recrutando e encaminhando grupos folclóricos, além de escrever para o projeto apresentando a cultura sergipana. Luiz Antônio Barreto, participou ativamente da vida educacional no estado de Sergipe, inclusive como Secretário de Educação. Durante o segundo governo de José Rollemberg Leite (1912-1996), no período de 1975 a 1979, Barreto foi assessor cultural, durante o mandato de Secretário de educação do professor Everaldo Aragão Prado. Neste período, participou como colaborador do PMR, escrevendo sobre a cultura e o folclore sergipano. Seus textos serviam como base, juntamente com os de outros colaboradores, para a divulgação da cultura brasileira.

Durante entrevista com Luiz Antônio, no ano de 2004, busquei localizar, possíveis documentos do PMR em Sergipe, quando obtive a informação de que seria uma tarefa complexa. De acordo com Barreto (2004)

Esse material do PMR, ele é um material de difícil localização, primeiro porque ele é um material que tem um caráter didático, em parte e outro material que tem um caráter de difusão cultural, o de caráter didático é acompanhado pela Secretaria de Educação. Havia um acompanhamento e uma avaliação da secretaria de Estado da educação e cultura da época, me lembro, uma fase quando trabalhei lá, quando era secretário, o professor Everaldo Aragão Prado no Governo José Rollemberg Leite e eu era o assessor cultural. E a parte dos programas culturais que eram no sábado à tarde e que se retransmitiam em outros horários, esse eu tive até vários textos meus, de folclore. Taieira, chagança, outros folguedos que serviram de base para a divulgação da cultura Brasileira e cheguei a manter contatos com pessoas que participam da elaboração e montagem desses programas culturais. (BARRETO, 2004)

Havia colaboradores em todo o Brasil, que elaboravam pesquisas sobre o folclore regional, produziam texto e enviavam para a coordenação nacional do PMR, a

exemplo do historiador sergipano que afirmou ter textos seus sobre o folclore sendo utilizado no PMR. Barreto afirma que a programação cultural poderia ser encontrada na rádio MEC, uma vez que, como já sabemos, a irradiação dos programas partiam daquela emissora.

Eu frequentei, [...] porque eu também morei no Rio uma fase, e lá pesquisei e trabalhei no Conselho Federal de Cultura como um colaborador da revista conceito, o que me punha em contato com o Dr Mousart de Araújo que era um dos dirigentes da rádio MEC que era uma pessoa ligada ao ensino a distância e era o secretário geral do Conselho Federal de Cultura. Era o organizador geral da revista, então por isso eu tive contato antes mesmo de voltar para Sergipe e trabalhar na secretaria de educação e de colaborar com o PMR. [...] e acho um material farto para se fazer um trabalho porque é, na minha opinião, a primeira tentativa de incorporar a cultura aos conteúdos de educação, segundo lugar é uma visão muito realista da realidade cultural Brasileira. Que eu me lembre, não havia nenhum tipo de abordagem subalterna colonialista que destacasse um tipo de cultura existente no eixo rio São Paulo e desprezasse as demais culturas que proliferavam no Brasil. (BARRETO, 2004).

Tradicionalmente, as produções didáticas lançadas no eixo Rio de Janeiro – São Paulo são ilustrados conforme a cultura vivenciada nestes Estados, sem abertura para as atividades culturais regionais. O que Barreto defende é o fato da incorporação da cultura regional no PMR. Pimentel coaduna com a de Barreto, no sentido de regionalizar a produção didática.

Ao coordenar a forma de utilização dos horários nas emissoras comerciais, para a transmissão da programação educativa e cultural, o Minerva tinha como objetivo específico dar sustentação aos Sistemas Estaduais de Ensino. Assim, prestava assistência às Secretarias de Educação durante o planejamento, a execução, a avaliação e o controle da utilização das faixas disponíveis para a transmissão, oferecia cursos e programas educativos, e produzia material didático de apoio. De forma complementar, o Projeto atuava, em cada estado, na implantação de uma estrutura de coordenação das atividades de educação a distância; na criação de um serviço de copiagem dos programas; no aperfeiçoamento da produção e distribuição da programação do SRE; na contratação de serviços para os centros de produção e na elaboração de contratos com as emissoras para a utilização dos horários. o Projeto Minerva tentava aproximar os sistemas de educação de todas as regiões do país, dando assistência ao desenvolvimento de cada um em específico e do sistema nacional como um todo – o que era viabilizado pela utilização da EMBRATEL e do tráfego de fitas magnéticas pelas emissoras das localidades que a Empresa Brasileira de Telecomunicações ainda não havia alcançado. (PIMENTEL 1999, p. 65-66)

Neste aspecto, Barreto (2004) apresenta exemplos de exibição de atividades do folclore Sergipano que, segundo ele, eram apresentados na integra durante os programas de sábado a tarde, onde apenas a cultura desfilava nas rádios brasileiras através do PMR.

A própria campanha em defesa do folclore que fez uma tentativa em 1977 com Atlas Folclórico do Brasil, só foi feliz em publicar o material referente ao estado do Espírito Santo, todos os demais estados do Brasil ficaram inéditos, inclusive o nosso Estado de Sergipe, então acho que os trabalhos da campanha defesa do folclore brasileiro sobre o folclore nos estados que foi publicada em partes, não o Atlas, mas uma análise comum a todos os estados como ação étnica, perfil histórico, perfil geográfico, manifestações folclóricas, calendários de festas, linguagens, culinária, esse tipo de publicação, acho que tem muito parentesco e se assemelha muito com a proposta do PMR. Com a vantagem do projeto que tinha vozes bonitas que eram as vozes dos apresentadores de televisão, eram as vozes dos grandes astros da televisão brasileira que estavam no rádio, como Sérgio Chapelin, se não me engano, estavam no rádio fazendo esse tipo de divulgação e como era um programa muito ilustrado em que o texto era pequeno e o exemplo era grande; quando eu escrevi sobre a chegança, então eles reproduziram a chegança de Paulo daqui de Lagarto, quando eu escrevi sobre a zabumba eles reproduziram então o compacto duplo que eu tinha gravado com a banda de pífano e a zabumba de João Chorão, também de Lagarto e aí o São Gonçalo da Mussúca que tinha um texto da professora Beatriz Góes Dantas, a taieira de Laranjeiras, também com textos da prof^a Beatriz Góes Dantas, então Sergipe era muito representado por esses trabalhos de coleta folclórica, de documentação folclórica que ganhava uma conotação naquelas cadeias nacionais, então chegava a tudo quanto é lugar num período de grande esforço divulgador da cultura popular. (BARRETO, 2004)

Participam do Projeto Minerva, nomes importantes da comunicação nacional a exemplo do Sergio Chapelin que atuava produzindo e gravando as vinhetas e era locutor durante as aulas. De acordo com Pimentel (1999), a produção cultural contava pessoas renomadas daquela época como: “Paulo Tapajós, Ricardo Cravo Albim, Rosinha de Valença, Sérgio Cabral e Guerra-Peixe” (PIMENTEL, 1999 p. 72)

Para Luiz Antônio (2004), o aspecto cultural do PMR, trouxe relevância no cenário cultural brasileiro. Defendia a experiência como bem sucedida e lamentava o fato da televisão não ter seguido o mesmo princípio.

Eu quero por fim dizer que não conheço nenhuma outra experiência tão bem sucedida de forma tão ampla, tão universalizada como o PMR e lamento muito que ele tenha desaparecido e que a televisão não tenha incorporado seu espírito porque eu gosto muito dos telecurtos, no entanto eles são dirigidos muito objetivamente para os conteúdos programáticos das diversas disciplinas, ele não deriva para nenhuma ilustração artística e cultural que seria de muito bom proveito porque a educação não pode separar os conteúdos programáticos que são seletivos, que são revistos de vez em quando nos parâmetros curriculares do manancial cultural que é permanente que se acumula ao longo do tempo e da história, então acho que o PMR cumpriu uma função muito mais importante do que cumpre hoje o telecurso. O que eu quero dizer não é no sentido de uma crítica ao que se faz hoje, mas é no sentido de uma comparação, porque naquele momento a tecnologia disponível ainda não era a melhor, com maior capacidade de universalização.

Por exemplo; quando eu trabalhava no estado que organizei os primeiros discos, eram compactos duplo em 33 rotações. Ora depois veio o CD, veio a fita de vídeo, depois a transmissão direta em tempo real, a Internet, a antena parabólica, a televisão na escola, quer dizer, ampliaram-se enormemente os meios de transmissão e o projeto ficou preso a um tipo de trabalho que é quase a escolarização comum que se faz na sala de aula. Então eu gosto do PMR porque ele me remete a uma hipótese de massificação da cultura brasileira no Brasil todo, quer dizer uma espécie de apresentação da cultura brasileira. Ele tratava de música, de folclore, de arte em geral de história era um projeto muito aberto a todas as manifestações que tinham uma feição genuína de nacionalidade, quer dizer que era a cara do povo brasileiro. (BARRETO, 2004)

Com o advento da televisão e a transmissão dos telecursos, o PMR perdeu sua força, mas o Jornalista e historiador, Luiz Antônio Barreto, viu de forma positiva a abordagem do PMR, no que concerne à cultura brasileira. O trabalho cultural realizado, contava com uma produção qualitativa e açambarcava vozes famosas da televisão, para incorporar na produção radiofônica. Desta forma, a cultura popular ganhava destaque através de um programa que tinha acentuada audiência em todo Brasil.

A estrutura do PMR é composta, em parte pelo Governo Federal, em parte pelos Governos Estaduais. O Governo Federal é responsável pela produção dos programas a cargo do Sistema Brasileiro de Radiodifusão Educativa-SRE, que tem a responsabilidade de produzir os programas, produzir os fascículos, elaborar e oferecer treinamentos para os profissionais envolvidos no projeto.

O treinamento, também é oferecido pelos Estados aos coordenadores, Monitores e professores, envolvidos com a produção de material de apoio e elaboração de provas. A definição da logística e implementação na distribuição da produção para os Estados, também fica a cargo do SRE/MEC, através da Secretaria de Estado da Educação e Cultura.

Aos Governos Estaduais, cabe administrar os Rádiospostos e cuidar da estrutura física, logística e de pessoal envolvidos no projeto. Alocação dos diretores, coordenadores, Monitores e demais profissionais envolvidos no processo, cabe responsabilidades aos Estados. Também, a critério do Estado, fica a função de disponibilizar os materiais de consumo necessários à realização do projeto, com exceção dos fascículos que vem do MEC.

A estrutura que os entes federativos precisam oferecer é originada pelo Governo Federal, estabelecida por convênio com estes, determinado o papel de cada Estado envolvido com a realização do PMR.

A União celebra através do Sistema de Radiodifusão Educativa-SRE, Ministério da Educação e Cultura, um termo de convênio ou ainda, um termo de compromisso com os

Estados, determinando o papel que cada ente deverá desenvolver junto ao PMR. Podemos perceber na primeira cláusula que os convênios são celebrados considerando a portaria 408/70 e lei de diretrizes e base da educação de nº 5692/71, mais especificamente nos artigos 24 e 25, que tratam do ensino de primeiro e segundo graus.

Nos jornais, Diário Oficial da União, constam vários termos de convênio que eram celebrados entre o Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério de Educação e Cultura, representado pelo seu diretor Dr. Avelino Henrique dos Santos e as Secretarias de Educação dos Estados, representada pelo seu respectivo Secretário. Cada termo de convênio é publicado no Diário Oficial da União, mas nem todos puderam ser localizados, dado ao fato de que uma parte significativa destes jornais, não estão legíveis o suficiente para a produção de uma cópia eletrônica.

Não obstante, o PMR ter sido desenvolvido especificamente para o rádio, na sua implantação, alguns Estados fazem a transmissão também por meio da televisão. Sobre isso não vamos nos aprofundar na discussão, pois nosso objeto é a transmissão via rádio. Os Estados que usaram apenas o rádio são: Pernambuco, Minas Gerais, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, Piauí e Sergipe.

Os programas do projeto nem sempre são transmitidos em cadeia nacional. A esse respeito, Pimentel (1999) comenta que:

A emissão das aulas era realizada de duas maneiras. Ou a Rádio MEC enviava o som à EMBRATEL ou à Agência Nacional, as quais transmitiam para as principais emissoras de cada região do país, e estas passavam a ser novos centros de distribuição para as outras emissoras menores, ou, por outra, enviava fitas magnéticas gravadas para as emissoras das localidades com dificuldades na recepção de sinais. Nas áreas que recebiam os programas através dos sinais radiofônicos, o Projeto Minerva distribuía aparelhos receptores para serem utilizados pelos alunos nos radiopostos. (PIMENTEL, 1999, p. 69)

No que se refere à recepção dos programas, havia três opções: por transmissão em cadeia, através da Embratel ou Agência Nacional e por fita magnética, enviada para as rádios transmissoras, neste segundo caso as fitas não eram enviadas para todas as rádios do Estado, mas uma rádio ficaria incumbida de retransmitir pelas demais, preferencialmente a de melhor condição técnica.³⁰

Podemos perceber a responsabilidade do Estado, pela atribuição da atividade na cláusula II do termo, em anexo, quando determina que em ambas as situações “o som

³⁰ Neste caso, a rádio transmissora nos Estados, se converte em rádio emissora.

fornecido estará a cargo das rádios emissoras do Estado de Sergipe”, visto que o convênio em questão, se deu com aquele governo.

A cláusula III estabelece a forma de veiculação dos programas do curso, determinando que fosse de segunda a sábado, obedecendo aos horários de veiculação do projeto, desde que seja de conhecimento da Secretaria de Educação e Cultura, demonstrando que, em caso de opção de uso das fitas À revelia da transmissão através da Embratel, às duas partes deveriam ser informadas.

O PMR tinha horário reservado de segunda a domingo. Embora sua programação de conteúdos pedagógicos fosse ao ar, em princípio, de segunda a Sábado, a cláusula IV do convênio determina que, aos domingos, seja veiculada uma programação cultural. Tal programação poderia ser produzida pelo SRE ou a critério do Estado. Contudo, a autonomia do Estado nesta produção é limitada, pois deveria submeter à programação cultural ao crivo do SRE, que autorizava ou não sua veiculação.

Sendo o SRE responsável pela produção da programação cultural para todo o território nacional, poderia rejeitar com segurança as programações locais, uma vez que tinha disponível uma programação a nível nacional. Ainda assim, havia colaboradores nos Estados que ficavam responsáveis em fornecer material para esta programação cultural e que a mesma era veiculada nos Estados sem dificuldade.

Era assegurado que o contato com as emissoras dos Estados ficaria sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura através do SRE, que determinaria junto à rádio em questão, seus procedimentos de transmissão, assegurando inclusive os horários a serem seguidos. Esta determinação consta da cláusula V do convênio.

Embora a responsabilidade pelo pessoal envolvido no PMR, fique a cargo de cada Estado, a Cláusula VI do convênio, determina a responsabilidade de gerenciamento ao SRE, através de um coordenador local que deveria ser apontado e custeado pelo Estado, para encaminhar o esquema estrutural de recepção organizada.

A estrutura do PMR no âmbito Nacional, gira em torno do SRE, que procura manter um padrão, treinando os supervisores, nos estados para que estes possam treinar seus Monitores. Esta determinação consta da Cláusula VIII do convênio, que atribui ao SRE A responsabilidade de treinamento dos supervisores estaduais. Esta informação será coadunada mais a frente por uma das coordenadoras do PMR, quando afirma, que vinham a Sergipe os representantes do MEC e que em outros momentos os coordenadores sergipanos viajavam para outros estados para participarem de treinamento.

A Cláusula IX define como competência do SRE assessorar tecnicamente a Secretaria de Educação e Cultura, para que esta pudesse cumprir sua parte no convênio. Portanto, o Estado de Sergipe deveria ajustar-se a coordenação nacional que ficava a cargo do SER, assim não havia total autonomia no processo por parte da secretaria de educação e cultura de Sergipe. Também estabelece critério para o material didático utilizado no PMR.

Na cláusula X, fica ajustado que ao SRE caberá responsabilidade sobre o fornecimento de apostilas, respeitados sua disponibilidade, contudo ressalva-se que o critério para o cumprimento desta cláusula fica condicionado ao SRE.

No que se refere ao custeio do projeto, o SRE criou uma estrutura própria, onde cada convênio contém um valor específico, bem como uma conta no Banco do Brasil em nome do PMR.³¹

No Estado de Sergipe, de acordo com a coordenadora do PMR, Lima (19/04/2014), os Monitores eram funcionários públicos estaduais, entretanto não havia obrigatoriedade de que estes fossem funcionários públicos, ficando a critério do Estado a forma de Seleção.

De acordo com o Jornal Gazeta de Sergipe nº 4.564, de 20 de agosto, de 1973, o Estado de Sergipe tinha a pretensão de atendimentos a 5.000 alunos adultos. Naquele ano, o Estado disponibilizou mais 70 Monitores, treinados e prontos para assumirem seus radiopostos na cidade de Aracaju. Conforme a nota, outras dezenas tinham sido treinadas em cidades do interior com alta demanda, como Estância, Propriá e Itabaiana, com índice populacional significativo. Naquele momento, estas cidades, eram as mais contempladas com treinamento de Monitores e a colocação de radiopostos.

Além dos supervisores e coordenadores, os Monitores passavam também a receber o treinamento feito pelo MEC, através do SRE, considerando sempre a recepção organizada, como modalidade principal. Fazia parte do compromisso firmado a cobertura de sinal de rádio, da área geográfica determinada pelo Estado ou o fornecimento de fitas, contendo os programas.

Na seção I do termo de compromisso, coube ao SRE a responsabilidade por cinco itens do termo, sendo os próximos 10 itens, a cargo do cumprimento pela Secretaria de Educação do Estado e Cultura Sergipe. No primeiro item caberá à Secretaria de Educação e Cultura, elaborar um projeto, respeitando as diretrizes do SRE, submetendo-o a apreciação

³¹ Neste convênio, a conta: 31.301-66-154.846-6 — Banco do Brasil destina-se exclusivamente, aos recursos do PMR, para o qual se celebra na cláusula XI, o valor de 100.000,00 (cem mil cruzeiros). Moeda da época.

num prazo de sessenta dias para aprovação. Somente depois da avaliação, o projeto poderia ser colocado em prática.

O segundo item, visava promover a integração do PMR com as atividades do sistema estadual de ensino, que coaduna com o terceiro item, que determina a implementação e operação de uma rede de radiopostos, com supervisores e Monitores permanentes operando na modalidade de recepção organizada.

Uma exigência que não aparecia no convênio, mas está presente no termo de compromisso (item quatro) reza que a Secretaria de Educação e Cultura deve se responsabilizar pelo reconhecimento do curso junto ao Conselho Estadual de Educação, além do estabelecimento dos critérios para realização dos exames e o fornecimento de certificados aos alunos aprovados no curso.

Também, diferente do convênio, a exigência do item cinco determina que a aplicação dos exames supletivos seja feita imediatamente após o término do curso, ou seja, depois de finalizada a etapa de exibição dos programas através do rádio. Esta necessidade surge com a prática, pois, em alguns estados, os calendários de aplicação de provas dos exames supletivos ficavam distante do momento em que os alunos concluíam o curso. Sendo o PMR um curso preparatório não havia sentido que o calendário se distanciasse do referido.

O item seis solicita o envio de relatórios atualizados contendo dados sobre o acompanhamento e avaliação dos cursos, enquanto o item sete responsabiliza o Estado pela remuneração de coordenadores, supervisores, Monitores e demais pessoas envolvidas no processo, deixando a cargo da SEC, estabelecer, a seu critério, convênios com outros órgãos para cumprir tal exigência. Sobre isso, Lima (19/04/2014), informou que no estado de Sergipe todos os Monitores eram pagos pelo Estado.

A redistribuição e controle do material de apoio, no Estado, também são de responsabilidade da Secretaria de Educação e Cultura e está previsto no item oito do termo. No item nove, a exigência a ser cumprida é o patrocínio das condições necessárias ao estabelecimento de contatos periódicos, entre a Secretaria de Educação e o SRE – PMR, com os grupos de trabalho. Estas condições demandam reuniões treinamento e acompanhamento dos problemas. Segundo Lima (19/04/2014), havia reuniões periódicas de avaliação do PMR em Sergipe. Destas reuniões participavam Coordenadores, Monitores e equipe de apoio, e todos tinham voz nas decisões. Após a compilação das opiniões, a coordenação, juntamente com o responsável pela Pasta da Educação, tomavam decisões, faziam ajustes e indicavam estratégias de encaminhamento de solução aos problemas relatados.

O termo de compromisso publicado no DOU, no item dez, determina como de caráter preliminar, “ser definitivamente elaborado e firmado em termos de convênio” entre três órgãos: Secretaria de Educação e Cultura do estado de Sergipe, Serviço de Radiodifusão Educativa, com a interveniência do PRONTEL.

Quando ouvimos falar do “Projeto Minerva segunda fase”, temos a tendência, equivocada, de pensar que o mesmo acontecia, repetidamente durante o ano, em duas fases distintas. O que aconteceu é que o PMR, passou por duas fases, desde a sua criação. Isso aconteceu apenas uma vez. Para compreender melhor esta questão precisamos levar em conta o seguinte fato. Ao iniciar o projeto em 1970, não havia estrutura para implantação do programa, no que se refere ao material didático. Portanto, o SRE promoveu a compra dos programas em fundações educacionais. Assim o termo segunda fase faz referência ao momento que o SRE passou a produzir seu próprio material.

Não obstante esses convênios, constatamos que todos os Estados cumpriram sua parte na determinação da portaria 408/70, pois nenhuma rádio deixou de transmitir o PMR. Depois que o SRE dispunha de uma estrutura consolidada, parou de comprar os programas para PMR, começando sua segunda fase com autonomia, produzindo seu próprio material e distribuindo para os Estados.

O PMR passou, em 1973, por reformas na sua estrutura para atender a necessidade de ajustes previstas na Lei 5692/71. A nova organização passa vigorar em âmbito nacional, valendo para todos os Estados envolvidos, os quais passaram a seguir, conforme demanda da lei vigente.

Essa mudança pode ser observada na notícia publicada no JGS, que anunciava:

A Secretaria de Educação e Cultura através da Coordenação do Projeto Minerva iniciará a programação do Projeto Minerva pelo Rádio, no dia 20 de agosto próximo vindouro. O referido curso, antigo Madureza Ginásial-artigo 99, pelo rádio; terá seu Conteúdo Programático todo reformado já dentro do espírito da Lei 5.692 e será de âmbito nacional. (JGS, 28/07/1973 p.6)

Destacam-se pontos importantes: nas notícias e escritos daquela época aparece diferentes nomenclaturas para se referir ao PMR, o que podia causar equívocos. São termos recorrentes como: curso de Madureza Ginásial, curso de Madureza pelo Rádio artigo 99, ou Madureza Ginásial artigo 99, ou ainda, Projeto Minerva pelo rádio. Estes termos estão presentes, porque na primeira fase, como vimos, os programas eram comprados e utilizava as designações adotadas na LDB/1961. O termo artigo 99 faz referências ao exame supletivo.

Na noite de ontem, contando com a presença do representante da secretaria de Educação do Estado, foram encerrados os cursos de Madureza e Regente de Ensino, realizados nesta cidade, enquanto que nas cidades de Itabaiana e Japarutuba, também foram encerrados os cursos de Madureza e ainda o de Primário incompleto na cidade de Japarutuba. Também hoje, em diversas cidades do *interland* sergipano outros cursos serão encerrados pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado. (JGS, 25/07/1970, p.01)

O encerramento a que se refere à notícia, representa o final de um ciclo de atividades de outras iniciativas independentes, no Estado de Sergipe, dando início ao PMR. A data do encerramento foi numa sexta feira dia 24 de julho de 1970, como vimos. Decorridos cinco dias do encerramento, o Secretário Nestor Piva recebeu a comissão do PMR para os últimos entendimentos sobre a implantação do projeto e em 28 de agosto daquele ano, foi iniciado o treinamento para os novos Monitores. Possivelmente, estes Monitores já trabalhavam naquela modalidade do curso de madureza. Essa afirmação demonstra que o PMR era um projeto que, aos olhos de Lima (19/04/2014), tinha a atenção do então secretário, pois a mesma estava no envolvimento no projeto.

Apesar de passar dois anos coordenando o PMR, Lima (19/04/2014), disse que não tinha noção de custos. Sabia que a parte de material de expediente e de pessoal era por conta da Secretaria de Educação, mas não tinha ideia de quanto custava esse investimento: “era uma iniciativa do MEC, em âmbito nacional e a nós cabia o desenvolvimento da parte pedagógica em nível local” (LIMA, 19/04/2014)

Cada Estado arcava com os custos de montar o PMR, embora parte desse custo não fosse diretamente computada como sendo para o projeto, como é o caso de pagamento de pessoal e estrutura, os quais acabam se diluindo nas rubricas das demais atividades do Estado. Assim um coordenador que cuida da parte pedagógica não toma conhecimento dos custos reais.

Em Sergipe há, por parte do Estado, um empenho para que o projeto logre êxito, perseguindo o resultado em que, a partir do projeto, as pessoas fossem escolarizadas. Podemos encontrar indícios desse esforço nos jornais da época. Na concepção de Ginzburg, “Se as fontes silenciam e/ou distorcem sistematicamente a realidade social das classes subalternas, um documento que seja realmente excepcional [...] pode ser muito mais revelador do que mil documentos estereotipados”. (GINZBURG, 1991 p.177) Portanto, quando o PMR desponta em manchetes de primeira página nos jornais, como é o caso do dia 03 de setembro 1973, no Jornal Gazeta de Sergipe, que dá com o destaque: “Projeto Minerva Prepara Três Mil,” podemos considerá-lo um indício relevante, para compreender tal esforço.

O curso supletivo do 1º grau, do Projeto Minerva, segundo apurou a reportagem, está funcionando dentro da reforma do ensino com fascículos atualizados tendo em seus conteúdos, passado por uma reforma visando a atualização, dentro do atual processo educativo. Segundo as mesmas fontes noticiosas, é meta prioritária do Projeto Minerva em nosso Estado atender a cerca de três mil alunos, assim distribuídos, trinta postos em Aracaju e pela primeira vez conseguiram montar trinta postos; no interior, que segundo os coordenadores do Estado, “foi uma grande vitória”. (JGS, 03/09/1973, p. 01)

De acordo com a manchete acima, o PMR passava por transformações. Nota-se pelo conteúdo da manchete que há uma pausa no projeto para atualizações didáticas. As mudanças na metodologia apontando para a reforma do ensino, conforme LDB 5.692/71. O PMR, demonstra sintonia com o ensino regular, no que se refere à legislação em vigor, também demonstra investimentos na quantidade de radiopostos, chegando, na capital a soma de trinta e dois existentes naquele ano. Há ainda, ajustes curriculares com alterações no material didático que passa a ser produzido de acordo com a reforma do ensino promulgado na legislação vigente.

No ano de 1973 foram publicadas 13 notícias no Jornal Gazeta de Sergipe acerca do PMR. Estas notícias são enviadas pela coordenação do projeto, como forma de divulgação do trabalho e também com a intenção de atrair alunos para os cursos. A exemplo da notícia presente na figura abaixo.



Figura 2: Notícia - Projeto Minerva retorna
Fonte: Jornal gazeta de Sergipe nº 4.524 (24/07/1973 p.01)

Assim, verificamos que na estrutura do PMR havia elementos fundamentais para o seu funcionamento. Embora fosse um projeto implantado por uma portaria interministerial, com o peso da determinação militar, sua sobrevivência dependia dos Estados.

Existem outros elementos que, embora também componham a estrutura do projeto, vamos apresentar de forma específica, pois carece análise. O radioposto é um destes elementos fundamentais que passaremos a apresentar em seguida.

3.3 O RADIOPOSTO

Os projetos de educação desenvolvidos por radiodifusão, necessitavam de um espaço onde os alunos se reunissem para ouvir o rádio e receber a orientação do Monitor. Com o PMR, não foi diferente, naquele momento, em Sergipe, existiam uma quantidade significativa de radiopostos, embora não haja registro do endereço geográfico de onde funcionava cada um deles. Há indícios da existência de vários espaços: quartéis, Igrejas, Centros Sociais urbanos e rurais, Escolas, Presídios, SESC, SENAC e qualquer espaço que fosse possível colocar cadeiras e ligar um rádio. Os locais de maior incidência, eram as escolas públicas, estaduais e municipais, dependendo da demanda. Sabemos que o presídio foi um espaço onde o radioposto funcionou permanentemente. Situado no bairro América, periferia da capital, foi um dos poucos endereços constantes de radioposto que funcionou até a extinção do PMR. Embora os jornais não noticiem os locais dos radiopostos, as coordenadoras e a Monitora entrevistadas fazem referências ao presídio.

Durante as entrevistas notei uma preferência, tanto das coordenadoras quanto da Monitora, pelo radioposto do presídio, pois era o mais lembrado e constantemente citado pelas entrevistadas. Foi um radioposto que tinha uma condição especial, inclusive os exames eram feitos no próprio local, uma vez que os presos, tratados carinhosamente por ela de internos, não podiam sair.

Sendo o Radioposto do presídio, um espaço onde o projeto tinha boa aceitação restava saber: como acontecia o trabalho naquele local? Havia um Monitor? Como acontecia a logística de avaliação? Onde eram feitas as provas?

Este questionamento foi elucidado por Lima (19/04/2014) afirmando que:

Em todo radioposto havia Monitor. Eu mesma fazia questão de fazer o acompanhamento no presídio, considerando a excepcionalidade da clientela. Hoje avalio que o PMR lá, teve um papel a mais do que só de escolarização, que foi o de dar um suporte mais humano aos participantes internos. Guardo

marcantes lembranças daquela turma de jovens internos. A maioria deles não tinha o curso primário e conseguimos que a Secretaria de Educação e Cultura, elaborasse provas para a obtenção do certificado desse grau de ensino, que foi aplicada no próprio presídio. (LIMA, 19/04/2014)

Lima fala sugere que havia tratamento diferenciado para atender aos presidiários, quando Lima afirma que elaborava provas específicas, o que permitia depreender que havia uma política distinta de aplicação das provas entre os presidiários e os demais alunos. As lembranças marcantes que Lima tinha “daquela turma de jovens internos³²”, decorria do fato de serem pessoas apenas que estavam naquele local por ter cometido crime. Talvez o fato de serem jovens, privados de liberdade, causasse compaixão e o sentimento de que deveria ajudar aquelas pessoas para superarem suas dificuldades, tendo acesso a escolaridade, inclusive criando condições favoráveis a sua aprovação como bem disse na sua fala.

Souza (2013), foi Monitora e, também, passou pelo radioposto do presídio, mas foi apenas aplicar testes, substituindo sua colega Monitora, a qual chamou de Shirley, que trabalhava naquele espaço. A experiência de Souza no presídio, embora tenha sido breve, marcou sua lembrança, pois também tratou com simpatia sobre aquele radioposto:

Existia um radioposto na penitenciária, numa ala masculina, eu fui até aplicar um teste lá, que era essa colega minha, Shirlei, quem ensinava [...] Então quem ensinava era ela, mas foi solicitação, não sei se foi da direção do presídio, pra dar esse supletivo, ter uma sala de radioposto lá na penitenciária. (SOUZA, 28/09/2013)

Não obstante a demonstração de interesse das entrevistadas no rádio posto do presídio, não localizei notas em jornais que fizessem referência direta.

Com exceção do radioposto do presídio, os demais funcionaram como espaços itinerantes, serviam para atender aos alunos, em duas modalidades: organizada e controlada. Neste espaço havia um Monitor que a exemplo dos projetos desenvolvidos através do SRE assistia ao aluno no espaço do radioposto, escutava a aula pelo rádio, junto com os alunos, e, em seguida, atuava.

Góis (2004) foi coordenadora do PMR, revelou o fato do Radioposto ser itinerante, “Cada delegacia, hoje diretoria regional, [...] tinham suas demandas, sempre contamos muito com as Igrejas e com as escolas, então onde tinha demanda e havia possibilidade de instalar um rádio a gente estava lá.” (GÓIS, 20/10/2004).

³² O termo “interno” é utilizado pelos próprios presos, enquanto que, para os funcionários do presídio, eles são denominados de detentos. Como chamou um representante do diretor, quando da minha visita ao presídio, para obter informações sobre o radioposto. Entrei para falar com alguns presos e identifiquei o termo “interno” utilizado por Souza e Lima, sendo utilizado por estes: “sou interno aqui desde 2005 [...]”.

Instalar um radioposto não era difícil nem demandava grande custo. Aproveitavam-se as estruturas das escolas que já contavam com salas equipadas com cadeiras e quadro negro. Assim, para transformar uma sala em radioposto necessitava-se apenas de um rádio receptor e um Monitor. Nas escolas da rede pública estadual, havia um rodizio de radioposto, que eram instalados enquanto houvesse necessidade e transferidos para onde a nova demanda surgia, conforme o imperativo se apresentava, bastando haver um espaço que facilitasse o acesso dos alunos. Souza (28/09/2013) foi Monitora, passou por mais de três radiopostos, sendo dois em escolas públicas estaduais e um Centro Social Urbano (CSU), mas também, identificou uma experiência rápida que teve no presídio.

Segundo Souza (28/09/2013), para implementar um radioposto era preciso: “Ter uma sala suficiente, mais ou menos grande, que houvesse um quadro e carteiras. Na penitenciária tinha tudo isso”. Lima (19/04/2014), que também era coordenadora, explicita onde eram os radiopostos: - “em sua grande maioria utilizamos a rede estadual, escolas, salões paroquiais, capelas de presídio do bairro América etc...”

Os estudos sobre o MEB e as Escolas Radiofônicas ou mesmo os demais projeto que usavam o SRE, fazem referência à importância do radioposto, mas não trazem seus endereços geográficos. Depreendemos que isso decorre do fato que o interesse principal era manter o espaço do radioposto o mais próximo possível dos alunos, como forma de incentivo, portanto, eram instalados em prédios e bairros ou cidades onde surgisse a demanda, convertendo-se com o tempo, em uma característica.

As Igrejas também requeriam radioposto e eram atendidas em suas demandas, bastando para isso disponibilizar uma sala com cadeiras, onde o Monitor pudesse levar um rádio para atender aos alunos.

Souza (28/09/2013), em seu depoimento, afirma que: assim que ingressou no Serviço Público Estadual foi lotada em uma cidade do interior, distante da capital, onde residia. Essa distância criava dificuldades para exercer suas atividades. Passados alguns meses, resolveu que deixaria o emprego, pois não queria ficar no local no qual foi alocada. Para sua surpresa, quando resolveu comunicar o fato, lhe ofereceram um radioposto, no Centro Social Urbano³³, localizado no bairro Presidente Costa e Silva. Souza enfatiza:

Quando eu disse que não ia querer mais trabalhar no interior, eles me ofereceram essa vaga pra ensinar no supletivo no centro social que fica no conjunto Costa e Silva, existia um centro social e o presidente da associação

³³ O Centro Social Urbano (CSU) é um espaço público gerenciado pela Secretaria de Ação e Desenvolvimento Social. Tem por objetivo integrar atividades de lazer, esporte, informação, formação e qualificação profissional visando a organização e integração das comunidades. Atua como um espaço de diálogo e no desenvolvimento de ações coletivas, em parceria com órgãos governamentais, setores privados e organizações da sociedade civil.

de bairros de lá pediu na Secretaria de Educação e Cultura, que colocasse um radioposto, como era chamado, era uma sala de aula dentro do centro comunitário. (SOUZA, 28/09/2013)

O radioposto que funcionou no Centro Social Urbano (CSU), atendeu a um requerimento do presidente do CSU à Secretaria de Educação e Cultura. Neste caso, percebemos um interesse por parte da associação de moradores que talvez, numa manobra política tenha solicitado o radioposto, com a intenção de sanar problemas de escolaridade no bairro, contudo não observou se haveria demanda, tampouco a Secretaria de Educação e Cultura observou este fato. Essa demanda não atendia à expectativa de Souza, quando afirma

Eu acho que era a solicitação, porque esse presidente da associação pediu pra lá, porque pediram a ele e ele viu necessidade, depois nós saímos divulgando, só tivemos doze alunos. Elas viram a possibilidade no outro dia de eu não ficar mais ali, por que não viam a possibilidade de chegarem outros alunos. Elas me perguntavam: “tem chegado? tem procurado?” eu respondia: Não, não. (SOUZA, 28/09/2013)

No depoimento de Souza, encontramos um dos pontos fracos do PMR. Percebemos que não havia uma pesquisa por demanda, mas a instalação do radioposto se deu baseado na solicitação do presidente da associação. O fato de ter 12 alunos apenas poderia representar, para a Secretaria de Educação, uma demanda baixa, mas para o presidente do centro talvez fosse suficiente. De qualquer forma, este radioposto ficou instalado apenas para atender a esta demanda. Em seguida, extinguiu-se e Souza foi para outro radioposto onde teve mais de 40 alunos. A esse respeito Souza diz:

Eu ensinei uma etapa no Costa e Silva e quando encerrou a etapa, que era um ano e seis meses cada etapa. [...] Era rotativo, nós tínhamos um mês de férias e aí retornava. Eu já fui dar outra etapa no Médici, na Escola Médici no primeiro grau. Lá a diretora me deu todo o apoio, foi ela que fez a divulgação nas salas para os alunos que quisessem mudar para o supletivo poderiam. No fim enchia a sala, e ela foi quem se preocupou em ir buscar os livros lá na secretaria da educação. (SOUZA, 28/09/2013)

A permanência do radioposto em determinado espaço estava atrelado à demanda de alunos, contudo o tempo mínimo de permanência era de dezoito meses, decorrido esse tempo, o projeto reiniciava seu ciclo com o radioposto ficando ou não no mesmo espaço.

No radioposto da Escola Presidente Emílio Garrastazu Médici, que recebia o nome do Presidente da República, Souza teve a sala cheia. Afirma que teve mais de quarenta alunos e considerou um sucesso. Mas como vimos, o radioposto era rotativo e ao encerrar seu ciclo, se mudava para onde houvesse nova demanda.

Podemos considerar outras questões importantes, como o fato de ser uma escola onde o aluno já estava estudando e sendo reprovado. Neste caso, a diretora se interessou em resolver o problema de repetência incentivando os alunos, que estavam naquela condição, a participarem de um projeto que viria a acelerar as etapas de sua formação.

A forma como foi apresentada a proposta para os alunos, parecia, aos seus olhos, vantajosa, pois terminaria aquela etapa dos estudos em um ano e seis meses, quando o tempo de frequência normal seria de quatro anos, no mínimo. Contudo havia desvantagens no processo, como o risco de ser reprovado na avaliação final, além da necessidade de adaptação a uma modalidade distinta de ensino.

Ainda assim a demanda foi satisfatória, e o Monitor teve participação importante no processo, pois fez, como veremos no próximo tópico, um trabalho de captação dos alunos repetentes para montar sua nova turma.

3.4 MONITORES

O Monitor é uma peça fundamental para os projetos de educação a distância via rádio. Para ilustrar como a figura do Monitor é importante no processo, vamos usar como exemplos, dois projetos de educação a distância, díspares, que antecederam o PMR, veiculados através do SRE. O primeiro exemplo a ser considerado é a criação de um projeto desenvolvido pela Rádio Nacional, citado anteriormente neste estudo, em 1941 (PIMENTEL, 1999 p. 36-41), idealizado pelo proprietário da rádio emissora, Gilberto de Andrade, intitulado Universidade do ar, destinado a professores secundaristas sob a supervisão do MEC, tendo a frente do projeto a professora, Lúcia de Magalhães, da Divisão de Ensino Secundarista do MEC. A exemplo do PMR, este também alcançava todo o Brasil, era transmitido apenas pela rádio nacional que tinha a capacidade de alcançara toda a América Latina. Sua abrangência se deve ao alcance da Radio Nacional, contudo, esta experiência não contava coma a figura do Monitor. Embora no ano de sua fundação (1943) este projeto já contasse, segundo Pimentel (1999), com cinco mil inscritos, estava fadado ao fracasso, pois nesta experiência, não havia o radioposto e nem o Monitor. Os professores ouviam o rádio nas suas residências, sem o compromisso de dedicar-se aos programas. A experiência iniciou com sucesso, mas não contemplou as variáveis necessárias à sua manutenção, chegando ao ano seguinte, com apenas dois mil inscritos.

O segundo, se refere a outra versão, não mais para professores, mas feita para estudantes: intitulada Universidade do Ar Paulista, “criada em setembro de 1947, idealizada por Benjamin do Lago, [...] foi uma iniciativa conjunta do SESC e do SENAC de São Paulo, com o objetivo de transmitir uma campanha educativa para a classe comerciária, principalmente das cidades do interior”. (PIMENTEL, 1999 p. 37).

Nesta segunda experiência, a figura do Monitor aparece e se torna fundamental para o processo de recepção organizada. Portanto, o ano de 1947 é o marco da transformação estrutural da Educação a Distância no Brasil, através do rádio, com a inserção da recepção organizada e a figura Monitor. A partir da experiência da Universidade do Ar Paulista, os projetos de educação a distância via rádio passam a inserir a figura do Monitor, considerando que a experiência torna-se bem sucedida a partir desta inserção.

Assim, acontece com os projetos de educação a distância via rádio que foram criados após essa experiência. Também acontece com MEB e depois com PMR, um projeto com tal estrutura, necessita de muitas pessoas para seu desenvolvimento e o nível de formação dos envolvidos pode ser um fator importante. Assim, ao entrevistar Lima (19/04/2014), perguntei sobre o nível de formação dos Monitores, respondeu que: “O nível de escolaridade dos Monitores era universitário, salvo naquelas cidades do interior em que eles só cursaram até o segundo grau”. Neste aspecto, percebemos que a seleção dos Monitores com atividades desenvolvidas na capital, Aracaju, embora estivesse atrelada ao nível superior, não é a principal condição para o contrato, dos Monitores que desenvolvem as atividades nas cidades do interior sergipano, considerando que no interior, não exista a condição de atendimento a tal exigência

Em se tratando das cidades do interior, onde os Monitores poderiam ter apenas o segundo grau, se dava pela condição, nestes casos, de não haver demanda para preencher as vagas. Questões como: residência, deslocamento, cumprimento de horários e conhecimento dos problemas da população, incidiam sobre a seleção, considerando o fato de já serem funcionários público do Estado.

Assim, os Monitores eram alocados na mesma cidade em que residiam, ou seja, o fato de residir próximo ao radioposto sobrepunha-se à necessidade de formação, portanto os Monitores da capital tinham nível superior, mas os do interior podiam ter ou não este nível de formação.

Tornar flexível o acesso, reduzir custos, entre outras possibilidades facilitadoras para o funcionamento do projeto, capacitavam o candidato à vaga, mesmo sem nível superior. Outra questão a considerar é que contratar um nativo no radioposto, promovia as relações

interpessoais, levando em conta que Monitor cuidava das inscrições, recrutava alunos e prestava toda a assistência, durante a aula. Em suma, o Monitor era responsável pelo radioposto. Neste aspecto, notamos a semelhança com o projeto do SRE, Universidade do Ar Paulista, com as escolas radiofônicas e o MEB, além de outros.



Fei iniciado treinamento para monitores do sistema rádio-educativo

Desde a última-terça-feira foram iniciado o treinamento para os monitores do sistema rádio-educativo a ser lançado oficialmente dentro de breves dias em nosso Estado! O referido treinamento encontra-se sendo realizado no Centro de Treinamento de Aracaju, no horário compreendido às 8 às 11:30 horas e das 14 às 17:30 horas, tendo um total de participantes de 33 pessoas.

Após a realização do treinamento serão instalados os rádio-postos na capital e no interior do

Estado, sendo que Aracaju, terá 24 rádio-postos enquanto que as cidades de Muribeca, Propriá, Estância, Lagarto, Itabi, Cedro de São João, Carmópolis e Barra dos Coqueiros terão um total de 16.

RELAÇÃO NOMINAL

Embora o total de rádio-postos seja de 40, apenas estão em treinamento 37 pessoas, sendo que o mesmo deverá ser encerrado no dia de hoje. As 37 pessoas são as seguintes:

Maria, Zelma dos Santos, Antônio Vasconcelos, José dos Anjos, Dinah Andrade, Maria Pereira dos Santos, Elizabeth Leite Melo, Maria Valdecir Dantas, Heloisa Maria Alves de Aquino, Adelson Pinheiro Silva, Maria Madalena de Bomfim, José Nelson Magalhães Oliveira, Hêni Nelson Betto da Costa, Luis Vanderlan de Azevedo, Maria Zeliade de Sá, Maria José Souza Gonçalves, Maria Amélia Cunha, Wilma Maria Menezes de Aragão, Itamar Vieira Santos Barreto,

Elizabeth Pereira dos Santos, Edilde Gonçalves da Conceição, Maria Jânine de Souza, Neide Maria Bernadete de Andrade, Maria Analtide Santos, Aldeci Pereira da Silva, Jairo Alves de Almeida, Joventino Almeida Nascimento, Sônia Maria de Aragão Cpuveia, José Freitas Cardoso, Antônio da Silva, Maria Angélica Teixeira Ribeiro, Maria Luzia Santos dos Passos, Rivandete Sobral Melo, Iclea Ruth Fontes Teixeira, Maria Iolanda Santos, Gilnete Cardoso e Maria Hortência de Sá.

Figura 3: Notícia Foi iniciado treinamento para Monitores do sistema radio-educativo.

Fonte: Jornal Gazeta de Sergipe n° 4.220 – 28/08/1970

O excerto acima faz o anúncio do curso à sociedade, mas não tem objetivo de convocar candidatos para prestar o curso. A lista já é divulgada na própria nota, demonstrando que os futuros Monitores já estão selecionados, restando apenas o treinamento para o desenvolvimento das atividades. A divulgação funciona como uma prestação de contas das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Educação, mas também como divulgação para os futuros alunos. O treinamento do qual trata a figura acima, tem uma

duração de quatro dias, de 25 a 28 de agosto de 1970. O curso de preparação para Monitor estabelece uma carga de 28 horas, acontecendo nos turnos matutino e vespertino compreendendo os horários das 08h00min às 11h30min e das 14 às 17h30min diariamente.³⁴ O curso aconteceu no centro de treinamento de Aracaju, na capital de Sergipe.

O Monitor era o ponto de ligação entre o programa, o aluno e a estrutura administrativa, criada para atender aos alunos no PMR. Significa que suas funções extrapolam a do professor. Cabem a este profissional, funções pedagógicas e administrativas. No desenvolvimento das atividades do Monitor, cabe o recrutamento, inscrição, motivação e apoio pedagógico ao aluno. Além disso, tem responsabilidade de ser o elo no projeto, mantendo o aluno focado, atendendo suas necessidades pedagógicas e buscando demandas para instalar novos radiopostos. O espaço principal de atuação dos Monitores, são os radiopostos, na modalidade de recepção organizada

No radioposto as aulas começam cedo, às 19 horas e o Monitor já deve estar de prontidão para receber os alunos:

A partir das dezenove horas, eles já iam chegando e às vinte horas, logo depois da Voz do Brasil, a gente e ligava o rádio. De dezenove às vinte horas a gente sempre debatia o assunto, passava ditado pra eles, dependendo da matéria que a gente tivesse fazendo naquele momento. Eu fazia um exercício, lia um texto, mas na hora do rádio parava tudo, se não tivesse terminado e íamos ouvir o rádio. Quando o professor terminava, que era um locutor e uma locutora. Eles tinham uma voz bonita [...] nessa época me lembro, que a voz dela era meio rouca, mas bem nítida, então a gente retomava as atividades e a turma ficava até as 22 como se fosse o horário normal de aula da escola. (SOUZA 02/12/2004)

O Monitor acompanha o aluno numa carga horária, equivalente a um professor das aulas regulares. Entretanto, seu papel era de coadjuvante, quando o programa iniciava o Monitor parava sua atividade para que os alunos pudessem ouvir o rádio, a voz rouca e bela da locutora, roubava a cena. A rotina do Monitor, no radioposto, era de auxiliar os alunos na compreensão dos fascículos e das aulas, não obstante tivesse outras atribuições fora desse horário, como: recrutar alunos e fazer inscrição, aplicar provas e corrigir. Fora o momento da

³⁴ O jornal Gazeta de Sergipe, publicou uma lista nominal dos Monitores que receberam o treinamento naquele momento. Eram eles: Marta, Zelma dos Santos, Antônio Vasconcelos, José dos Anjos, Dinah Andrade, Maria Pereira dos Santos, Elizabete Leite Melo, Maria Valdecir Dantas, Helolsa Maria Alves de Aquino, Adelson Pinheiro Silva, Marta Madalena do Bomfim, José Nelson Magalhães Oliveira, Hêni Nelson Betto da Costa, Luis Vanderlan de Azevedo, Maria Zellade de Sá, Maria José Souza Gonçalves, Maria Amélia cunha, Willma Maria Menezes de Aragão, Itamar Vieira Santos· Barreto, Elizabete Pereira dos Santos, Edilde Gonçalves da Conceição, Maria Janine de Souza, Neide Maria Bernadete de Andrade, Maria Analtide Santos, Aldeci Pereira da Silva, Jairo Alves de Almeida, Joventino Almeida Nascimento, Sônia Maria de Aragão Opuveia, José Freitas Cardoso, Antônio da silva, Maria Angélica Teixeira Ribeiro, Maria Luzia Santos dos Passos, Rivandete Sobral Melo, Íclea. Ruth Fontes Teixeira, Maria Iolanda Santos, Gilnete Cardoso e Maria Hortência de Sá.

aula, o Monitor estava mais próximo de um professor que também desenvolvia atividades administrativas. Depois começava um novo ciclo em outro lugar.

Souza foi Monitora, mas o salário era insuficiente, então ela conta que para aumentar sua renda, teve que ir a busca de alunos para montar um novo radioposto:

Às vezes, o Monitor, quando queria ampliar a carga horária ia atrás do aluno. Quando eu quis ampliar a minha carga horária pra 200 horas, elas pediram que eu arranjasse alunos que eu daria aulas à tarde, como eu já dava a da noite no Médici, eu queria ampliar e quando eu falei a coordenadora, ela disse: “então você vai arranjar alunos, pra você formar um novo rádio posto”. Então eu formei um radioposto aqui no Grageru, na Igreja, pedi e consegui um local, que era a Igreja evangélica, elas tinham uma sala onde elas davam aula pela manhã, aí me cederam a tarde e eu consegui alunos e dei aulas lá, mas cada um dos alunos teve um problema, ai um foi saindo, outro saindo e eu tive que acabar. (SOUZA, 02/12/2004).

Souza era funcionária pública, mas a ampliação da carga horária estava condicionada a conseguir mais alunos. Cabia ao Monitor uma responsabilidade que não recaí sobre o professor, que é recrutar alunos e este aspecto não havia surgido, nem nas falas das coordenações nem nos documentos. Existe aí uma variável temporal que deixa um hiato, pois as coordenadoras que prestaram entrevistas trabalharam no PMR na década de 1970, e afirmam que o recrutamento era feito através do rádio e jornais, além de panfletos. De fato, encontramos nos jornais notas que falavam do projeto, anunciado as atividades e recrutando alunos. Na década de 1980, as notas se tornam esporádicas e até desaparecem dos jornais, mostrando indícios que a metodologia pode ter mudado.

Souza, que queria ampliar sua carga horária e salário, solicitou e recebeu autorização da coordenação, para abrir um radioposto no bairro Gragerú, na cidade de Aracaju SE. O radioposto funcionaria no período vespertino. Como a irradiação do PMR só acontecia à noite, esse radioposto funcionava na modalidade controlada, onde Souza atenderia seus alunos, tirando dúvidas e ajudando com exercícios dos alunos.

Outra questão importante é que a negociação para implementar o rádio posto é feita totalmente pela Monitora, que leva a duas questões apresentadas aqui: a primeira, é que o Monitor ultrapassava seu papel de apenas acompanhar os alunos durante a irradiação das aulas, a segunda é a rotatividade e temporalidade do rádio posto, deixando claro que não havia a determinação de um espaço geograficamente definido para seu funcionamento, mas o instalando sob demanda.

No radioposto, que funcionava no Colégio presidente Garrastazu Medici, Souza tinha mais de 40 alunos, mas no Centro Social Urbano-CSU, ela só tinha doze alunos, sendo dez mulheres e dois homens.

Eu tinha 12 alunos. Esses 12 alunos eram fiéis. 10 mulheres e dois homens. As salas não tinham a menor estrutura da sala de aula, mas eu levava o rádio todos os dias, levava e trazia, com medo de deixar lá e ser roubado. Inclusive meu marido, ia me levar e todos os dias ficava na porta, como se fosse um meu segurança particular, ficava no carro ali na porta, porque não era uma escola, era uma sala, um salão, onde existia o centro social. (SOUZA, 28/09/2013).

A estrutura era ruim, como denuncia Souza, mas os alunos eram assíduos, predominantemente do sexo feminino, aproveitavam a oportunidade do radioposto na sua comunidade. O fato de levar e trazer o rádio diariamente, assim como necessitar da presença do marido, demonstra sua insegurança em trabalhar naquele local. Não explica o fato de duas pessoas ficaram comprometidas naquele horário, Souza e o marido, uma vez que anunciou em outro ponto dessa entrevista que se sentiu bem ao aplicar provas no radioposto do presídio. Ademais, ela trabalhava no período da tarde onde a tendência a violência é menor do que o período da noite. Nas décadas de 70 e 80, a cidade de Aracaju não apresentava altos índices de violência, contudo Souza vivencia uma situação de medo durante seu trabalho.

Souza (28/09/2013) afirma que era qualificada para o magistério, como demandava a qualificação de Monitor, entretanto, essa não prepara o professor para vivenciar situações de possíveis perigos, e o espaço do SCU, não tinha a estrutura de uma escola. Como funcionava em um salão aberto, Souza ficava apreensiva em enfrenar uma situação para qual sua formação não lhe deu preparo.

Gois (20/10/2004), que também foi coordenadora logo após o mandato de Lima, (1970-1975), também falou sobre as exigências de qualificação para ser Monitor:

Em princípio, que tivesse terceiro grau ou fosse universitário, mas nós tínhamos situações de Monitores que havia concluído o segundo grau. Para mim era um avanço muito grande saber que esses Monitores se saíram muito bem nos vestibulares da área de educação, então já eram professores da rede estadual, eles já tinham uma prática pedagógica e eram professores de nível médio, pedagógico na época, e muitos deles universitários, a maioria eram universitário. Aqui em Aracaju mesmo eram 100% de universitário, agora no interior é que não existia essa facilidade da formação de magistério e tinha professores leigos.(GOIS, 20/10/2004)

Lima afirma que, na condição de coordenadora do projeto, não tinha “registro de reclamação de aluno em relação ao Monitor. Ao contrário, a relação entre aluno e Monitor representava uma parceria muito saudável,” dentro do projeto. Souza, também, não relata nenhum problema com alunos, como vimos em seu depoimento, ela os elogia, mesmo quando

fala dos 40 alunos no radioposto do Colégio Medici, como é conhecido este estabelecimento, não relata problemas com alunos.

O Monitor passa por todas as etapas de preparação com o seu aluno, acompanha seu progresso e frequência, encaminha para avaliação no supletivo, mas para isso, é preciso passar por uma preparação profissional. Este treinamento era oferecido pelo PMR.

3.5 O TREINAMENTO PROFISSIONAL

Parte da logística do PMR era o treinamento profissional dos envolvidos. O MEC arremetia em treinamento, recursos financeiros e materiais, em todos os Estados Brasileiros. Lima (2014), afirma que os coordenadores e Monitores recebiam um treinamento, inclusive fora do Estado, promovido pelo Ministério da Educação.

Os treinamentos realizados também eram publicados nos jornais, como a da manchete que dizia “Projeto Minerva Prepara Monitores”

Procurando atingir a 5mil adultos, neste ano, o Projeto Minerva acaba de Preparar em Aracaju mais 70 Monitores enquanto dezenas de outros foram treinados nas cidades de Estância, Propriá e Itabaiana, em cursos que tiveram a duração de uma semana e que visaram o desenvolvimento de atividades dentro do novo programa de educação.

Em nossa capital a preparação dos 70 Monitores foi encerrada na última sexta feira, no centro de Treinamento da Secretaria de Educação. (JGS, 20/08/1973 p. 01)

Os Monitores eram treinados para assumirem os radiopostos, tanto na capital, quanto nas cidades do interior. Os periódicos publicaram diversas matérias vinculando abertura de radioposto a Treinamento de Monitores. Contudo, os Coordenadores também recebiam treinamentos, em sua grande maioria fora do Estado.

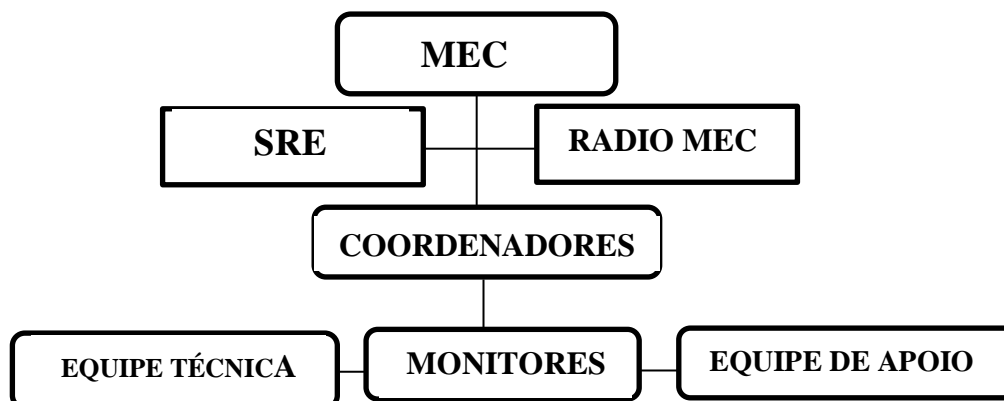


Figura 4 – Fluxograma representando a ordem de treinamento profissional (criação do autor)

O fluxo de treinamento funcionava a partir do MEC, preparado pelas equipes do SRE e da rádio MEC. Esse treinamento era passado para os coordenadores nos Estados, que por sua vez ficavam responsáveis por treinar os Monitores, equipe técnica e equipe de apoio. Podemos constatar que a estrutura de treinamento, que o MEC preparava, destinava-se apenas aos coordenadores nos Estados. Estes eram os responsáveis por ministrar o treinamento nos seus Estados.

Assim, os Coordenadores eram orientados para treinar suas equipes. Essa preparação refletia com mais intensidade nos Monitores, que eram treinados e acompanhados de perto, pois eram peças chave no processo. Lima (19/04/2014), afirma que seu treinamento ia além, pois desenvolvia pesquisa para melhorar sua coordenação. Revela:

Fazíamos vários treinamentos de qualidade com a equipe do MEC que agregava vários outros coordenadores de outros Estados, geralmente em Salvador; ou através de treinamento em serviço com a supervisão do próprio MEC que vinha aqui em Aracaju, bem como pelo próprio estudo e trabalho de pesquisa que me dedicava para o desempenho da função. (LIMA, 19/04/2014)

Referente à preparação dos Monitores, Lima(19/04/2014), demonstra considerar adequação do trabalho, com a eficiência no desenvolvimento do projeto, dizendo que: “Essa era uma das prioridades enquanto Coordenadora, porque sempre entendi que uma equipe com preparação adequada e com eficaz, acompanhamento pedagógico ajuda na superação dos desafios e atingimento das metas”.

Gois (2004) afirma que:

Nós tínhamos um trabalho pedagógico intensivo, bimestralmente, era feito um treinamento do MEC, na coordenação do Rio de Janeiro, com os coordenadores e supervisores, então nós tínhamos um encontro a nível de MEC e também tínhamos manuais preparatórios, tínhamos manual de supervisor e manual de Monitor. (GOIS, 20/10/2004)

O treinamento se realizava no Rio de Janeiro E era feito no SRE, nas dependências da rádio MEC, onde os programas de rádio, além de outros materiais didáticos, eram produzidos.

Os manuais de treinamento para supervisores, coordenadores e Monitores eram elaborados pelo MEC, com o propósito de ajustar as atividades em todos os Estados, afim de que ficassem o mais homogêneo possível, considerando que os programas eram produzidos para veiculação nacional. Outra preocupação na produção do material era a reforma escolar, a partir da lei 5692/71.

Na avaliação de Gois (20/10/2004), o encontro, para treinamento no Rio de Janeiro, era considerado o principal processo de formação dos profissionais do PMR:

O encontro regional não era assim, tão forte quanto os encontros a nível nacional. Só que a equipe do PMR era uma equipe muito comprometida com a educação, então a gente se encontrava lá e reunia por regiões, montávamos os grupos, num encontro maior. Os grupos eram norte, nordeste, sudeste. Acabava sendo, então, um encontro nacional, mas a gente trabalhava em termos de grupo regional. (GOIS, 20/10/2004)

O que acontecia nos encontros de formação, nacional e regional, era uma troca de experiências vivenciadas nos Estados. Eram experiências que os coordenadores e Monitores passavam e que, naquele momento, podiam avaliar com seus pares como o projeto estava acontecendo em cada região.

Depois os supervisores e coordenadores voltavam para seus Estados para capacitar os Monitores, na mesma perspectiva do treinamento nacional. Sobre isso Góis (2004) afirma:

nós tínhamos um encontro entre os supervisores que era bimestral ou trimestral, então nos encontros, havia esse *feedback*, porque os supervisores trabalhavam com os Monitores e a gente com os supervisores, então haviam muitos encontros a nível de MEC onde levávamos as sugestões. (GÓIS 20/10/2004)

Também descreve o processo de treinamento: “havia um debate a partir das sugestões apresentadas pelos coordenadores, baseadas nos seus problemas e experiências vivenciadas em cada Estado. Essa troca de informações ajudava a compreender como encaminhar as soluções.” (GÓIS 20/10/2004)

Contudo, temos que compreender que estas pessoas tinham envolvimento pessoal, pois trabalhavam com o projeto e há representação nas suas memórias que tendem a uma lembrança favorável e romântica. Isto posto, considerando o que já vimos até aqui, é preciso relativizar essas aparências.

Não há dúvidas que a avaliação do PMR, no ano de 1972 é positiva a ponto de o governo federal tentar fazer uma junção com o Mobral, uma Manchete do JGS de 03 de agosto de 1972, destaca o uso do PMR para treinar Monitores para o Mobral. Dizia a manchete: “Mais Monitores são treinados para alfabetizar em Aracaju”. Em seguida vinha o anúncio de que 20 mulheres seriam futuras Monitoras do Mobral, após passarem por curso de treinamento pelo rádio através do Projeto Minerva. O treinamento pelo rádio seria “levado a efeito pelo Ministério da Educação” utilizando a estrutura do PMR. Notícia destaca que as novas Monitoras receberiam diariamente aulas através do rádio durante o curso, utilizando a

estrutura do Radioposto, em um horário diferente ao das aulas para os alunos inscritos no PMR.

Os jornais do Estado de Sergipe davam cobertura ao desenvolvimento do projeto, publicando notícias sobre o mesmo. Essa é a segunda nota que circula nos jornais, naquele ano, sobre o mesmo assunto. No dia 28 de julho de 1972, foi publicada uma nota com destaque que dizia: “MOBRAL E PROJETO MINERVA VÃO TREINAR MONITORES”

MOBRAL E PROJETO MINERVA VÃO TREINAR MONITORES

Na primeira quinzena do próximo mês, será iniciado um grande treinamento pelo rádio, em convênio com o Projeto Minerva, para a formação de Monitores do Movimento Brasileiro de Alfabetização. Radiopostos serão instalados e as pessoas que participarem do treinamento receberão todo o material necessário para a alfabetização.

Em Aracaju, as pessoas interessadas deverão se dirigir com a máxima brevidade à sede do Departamento de Educação, no Edifício São Carlos, a fim de se inscreverem para o treinamento junto à comissão Municipal do Movimento Brasileiro de Alfabetização.

Figura 5- Notícia - Mobral e Projeto Minerva vão trinar Monitores
Fonte: Jornal Gazeta de Sergipe 28/08/1972

Transcrição:

Na primeira quinzena do próximo mês, será iniciado um grande treinamento pelo rádio, em convênio com o Projeto Minerva, para a formação de Monitores do movimento Brasileiro de Alfabetização. Radiopostos serão instalados e as pessoas que participarem do treinamento receberão todo o material necessário para a alfabetização. Em Aracaju, as pessoas interessadas deverão se dirigir à sede do Departamento de Educação, no Edifício São Carlos, a fim de se inscreverem para o treinamento junto à comissão Municipal do Movimento Brasileiro de Alfabetização. (JGS, 28/08/1972)

Considerando que o MOBRAL passava por dificuldades, o governo Militar tenta fazer uma aproximação dos dois programas. Notoriamente não considerou o fato da estrutura que tinha no PMR, com pessoas já alfabetizadas, o suporte dos programas vias rádio e o papel do Monitor no radioposto. Ainda quando tenta colocar o radioposto para funcionar no MOBRAL, desconsidera uma cadeia de variáveis pedagógicas que devem envolver os dois programas. Estes ponto são negativos tanto para o PMR quanto para o MOBRAL.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL foi instituído em 1967, durante o governo militar, através da Lei nº 5379/67, para atender as necessidades de alfabetização de jovens e adultos.

De acordo com Paiva (2003), no dia 8 de setembro de 1967, dia internacional da alfabetização, “havia sido assinados vários decretos prevendo a constituição de um grupo internacional para estudo e levantamento de recursos destinados à alfabetização” (PAIVA, 2003 p. 320). Conforme a autora, o grupo internacional considerou a exclusão de jovens na faixa etária de 10 a 14 anos e determinou que o MOBRAL deveria atender aos analfabetos com idade de 15 a 30 anos. “O plano a ser executado pretendia atingir a 11.400.00 analfabetos, entre 1968 e 1971, para que se pudesse pensar na extinção do analfabetismo até 1975.” (PAIVA, 2003 p. 321). Obviamente o intento do Mobral não foi alcançado, conforme o plano e o projeto perdurou até 1985.³⁵

Considerando que PMR, apresentava melhores resultados do que o MOBRAL. A função dessas novas Monitoras era alfabetizar os alunos do Mobral, ficando ainda responsável pela instalação de radiopontos de alfabetização em Aracaju. O projeto de treinamento não era restrito a Sergipe, acontecia para todo o Brasil. À programação era transmitida a partir da Radio MEC, irradiada para todo o território nacional diariamente, às 17 horas e sua duração foi de 21 de julho a 15 de agosto de 1972.

Após a capacitação, as Monitoras já tinham destino certo, iriam Monitorar vinte, dos quarenta postos de alfabetização, espelhados na capital Aracaju. O título na manchete do jornal, sugere que não foi esta a primeira experiência de treinamento para o Mobral, através do PMR.

A manchete iniciada com a palavra “mais” porquanto indicia que houve, pelo menos, mais um treinamento antes desse, destarte, o fato de já haverem 42 postos de alfabetização, um treinamento via rádio contemplado apenas vinte Monitoras, indica que dos quarenta e dois postos de alfabetização, apenas a metade necessitava das profissionais naquele

³⁵ Sobre ver PAIVA (2003)

momento. Considerando que o PMR havia formado neste mesmo ano quase 600 alunos, seria um desperdício de recurso colocar treinamento, apenas para vinte candidatos à Monitoria se a demanda fosse maior.

Não obstante encontrarmos na mesma notícia a promessa de ampliação das salas de alfabetização, num prazo de seis meses, o que demandaria mais treinamento, compreendemos o curso formou, em Aracaju, apenas a demanda para a capital.

A utilização do PMR para treinar as Monitoras do Mobral, não é uma iniciativa dos Estados, mas determinação do Ministério da Educação que pretendia ampliar as atividades do Mobral e, tendo acompanhado o resultado, considerado em sua preparação, favorável, do PMR em preparar os alunos para o exame supletivo, determinou que o Mobral pudesse ser beneficiado com essa tecnologia. Assim, o recrutamento e treinamento das Monitoras teria um baixo custo com alta eficácia no processo. De acordo com o jornal, o governo tinha o objetivo de erradicar o analfabetismo no Brasil, por isso reuniu todos os setores responsáveis, para realização da tarefa.

Contudo, não era bastante apenas a ideia e a determinação por meio de portaria. Havia a necessidade de difundir o projeto por todos os Estados e Municípios dos Brasil, portanto, do engajamento de cada Estado dependia a disseminação da ideia.

3.6 A DISSEMINAÇÃO DO PROJETO MINERVA VIA RÁDIO EM SERGIPE

O PMR no Estado de Sergipe teve uma estrutura que possibilitava o atendimento em todo o Estado. Obtivemos essa informação ao entrevistar Lima (19/04/2014) que foi coordenadora estadual do que ela chamou de “Curso de Madureza Ginásial pelo Rádio – Projeto Minerva.”³⁶ Lima (19/04/2014), trabalhou no projeto por dois anos tendo se afastado para cursar seu mestrado em educação pela PUC-RJ. Adentrou ao cargo de coordenadora estadual do PMR a convite de Carmelita Pinto Fontes, que era sua professora no curso de Letras da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, e também, ocupava o cargo de Diretora Estadual do Ensino Médio. Portanto, seu cargo lhe conferia autoridade para indicar a coordenação local do projeto. Notoriamente o fato de se conhecerem e terem uma relação interpessoal professora/aluna conferiu a Lima, o status de confiança para coordenar o PMR.

Lima (19/04/2014) afirma que a divulgação do PMR, em Sergipe, era feita, “através do rádio, da imprensa escrita e dos contatos mantidos com instituições e pessoas

³⁶ Essa nomenclatura corresponde a primeira fase do projeto, onde a produção dos programas eram terceirizados.

ligadas à área”. Essas instituições eram representadas entre outras, pela Igreja, associação de moradores e centros sociais urbanos que funcionavam nos bairros.

Lembrando que o rádio era o meio de comunicação mais abrangente naquele momento e poderia alcançar claramente a clientela do curso. Mas em se tratando de exposição, como reforço, havia as divulgações em jornais, cartazes, panfletos e também, através das pessoas ligadas ao meio. Esta última, se mostra eficiente no sentido de que, quem fala, via de regra, fala para quem necessita ou está interessado, tornando mais eficiente o resultado. Um exemplo para essa regra é caso de Rodrigues, aluna do projeto, que ouviu da sua tia e acabou por frequentar o projeto. Outras estratégias são usadas para convocação dos alunos, a exemplo de uma Monitora (Souza), que anuncia que vai convocar alunos para formarem turmas no radio posto.

Souza (28/09/2013), diz se lembrar que “havia a divulgação pelo rádio e que a procura era grande”.

Gois (20/10/2004), também foi Monitora e informa que “A Secretaria de Educação tinha uma estrutura regional, e sempre teve, e as informações eram via rádio constantemente, também havia folders e folhetos divulgando nos locais de maior acesso à população.” De acordo com os termos de compromisso e convênios, que determina competência do Estado em criar a rede de radiopostos e recrutar alunos para participarem da recepção organizada.

Observamos, através das notícias, que o recrutamento dos alunos, também era feitos por meio de jornais a exemplo dessa chamada, publicada na Gazeta de Sergipe.

Informa a SEC que, dando prosseguimento ao curso Supletivo (madureza ginasial pela rádio, artigo 99, e Projeto Minerva) as inscrições continuam abertas até o dia 10 de março. Os interessados deverão se inscrever na Coordenação do Curso, na secretaria de Educação, apresentando os documentos exigidos por lei. (JGS, 28/02/1973 p. 01)

Na década de 1970 e 1980, as formas mais comuns de exposição são cartazes pregados em pontos estratégicos como: ponto de ônibus, galerias de artes, entradas de teatros, cinemas e na porta das escolas. Também eram usados panfletos, folders, carro de som e os chamados boca a boca. Estes eram os meios mais baratos e comuns, mas também haviam as divulgações feitas através do rádio, que tinham alcance amplo, e dos jornais. No caso do PMR, o radio e os jornais eram utilizados na disseminação, contudo o descerramento junto as escolas também era um recurso utilizado.

O uso dos jornais é frequente tornando-se comum recorrer a este meio informativo para saber as notícias. Os jornais também publicam, além dos chamados para participar do curso, os locais de inscrição, período de duração entre outros detalhes sendo possível encontrar, nestes periódicos, o próprio currículo do curso.

3.7 CURRÍCULO

Nesta seção discorreremos acerca da estrutura curricular do PMR, destacando as diferenças entre a primeira e a segunda fase. Para proceder à análise dos programas, vamos dividir em três blocos: no primeiro bloco ficam as aulas preparatórias e a atividade cultural que não são consideradas disciplinas de conteúdo didático. Em segundo vem o bloco cheio com as disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, Estudos sociais e Ciências Físicas e Biológicas. Em terceiro vem às disciplinas do bloco reduzido, com: Moral e Cívica, Informação ocupacional, Educação artística e Educação física.

Essa divisão em blocos tem o objetivo de facilitar a compreensão da análise e não definir *status* de importância a esta ou aquela disciplina.

Não é nossa intenção fazer um exame de conteúdo aprofundado do currículo, pois um estudo dessa envergadura careceria aprofundamento capaz de produzir uma nova tese. Nessa apreciação damos conta do currículo enquanto aula irradiada considerando as categorias que permeiam o objeto. Assim, escolhemos dois conteúdos que serão ponderados na perspectiva de transmissão da aula. Apresentamos uma análise específica, do programa número seis, relativo às disciplinas de Língua Portuguesa e Estudos sociais na seção quatro.

O uso do rádio representou por meio século, décadas de 1930 – 1980, aos olhos dos governantes e intelectuais da educação, uma possibilidade de solucionar os problemas de baixa escolaridade e do analfabetismo no País.

Como vimos na sessão 3.1 (anteriores), o PMR, passou por duas fases no seu desenvolvimento. Na sua primeira fase adquiriu as aulas em fundações especializadas, e montou uma estrutura de transmissão de aulas com conteúdos, predominantemente, pautado em uma programação cultural.

Embora o governo tivesse a condição estrutural para a implantação de um programa de abrangência nacional, com vistas a alcançar toda a população brasileira que tivesse necessidades educacionais, falta condição de produzir seu próprio currículo. Tendo então, pressa para colocar em prática seu intento, adquire os programas prontos de fundações que já desenvolviam programas com aulas para o rádio.

O quadro abaixo representa a estrutura da primeira fase do projeto lançado na década de 1970.

Quadro 1 - Demonstrativo da distribuição das aulas do PMR 1ª Fase

1ª etapa - Período Preparató	Descrição	Atividade	Quantidade	Tempo minutos	TOTAL horas
	Aulas preparatórias	Aulas	05	30 min	2,5
2ª etapa - Período de curso	Língua Portuguesa	Aula	100	15 min	25
	Matemática	Aula	100	15 min	25
	Estudos sociais	Aula	110	15 min	27,5
	Ciências	Aula	110	15 min	27,5
	Moral e Cívica	Aula	46	15 min	11,5
	Informação ocupacional	Aula	43	15 min	10,75
	Educação artística	Aula	42	12 min	8,4
	Educação física	Aula	42	12 min	8,4
3ª etapa	Atividade cultural aos sábados e domingos	Artística	493	30 min	246,5
	Total	Aulas	1091	23.583	393,05

Fonte: INEP – Plano Implantação – Projeto Minerva PESQUISA_CX114_M1165_P2

O quadro acima apresenta a distribuição das aulas. Algumas disciplinas recebem destaque sobre as demais apresentando indícios de importância superior para a formação do sujeito, conforme a perspectiva do Estado. Entre elas podemos destacar quatro: Língua Portuguesa, Matemática, Estudos sociais e Ciências. Contudo, a primeira etapa chamada de preparatório, abrange cinco aulas com 30 minutos de duração. De acordo com Pimentel (1999), “no período preparatório, os alunos aprendiam a utilizar a leitura, a ortografia e a redação, que possibilitariam o aprendizado futuro de qualquer outra disciplina, integrando-o ao sistema de ensino pelo rádio”. (PIMENTEL, 1999, p.67). Além disso, anuncia a estrutura dos programas e orienta os procedimentos dos alunos no acompanhamento do curso. Na segunda etapa acontecia o curso propriamente dito, com 100 aulas, de 15 minutos de Língua Portuguesa, 100 de Matemática, 110 de Estudos sociais e 110 de Ciências, além de 46 de

Moral e Cívica, 43 de Informação ocupacional e 42 com 12 minutos de Educação artística e Educação física. Por fim, na terceira etapa acontece uma programação cultural que vai ao ar, aos sábados e domingos, com músicas e apresentações artísticas, contemplando: cantores, atores, humoristas e representações regionais do folclore brasileiro.

No gráfico de barras, abaixo, apresentamos a estrutura da programação da primeira fase do projeto, considerando quantidade e tempo de veiculação da disciplina, para que possamos perceber como estava distribuídos, as veiculações das aulas.

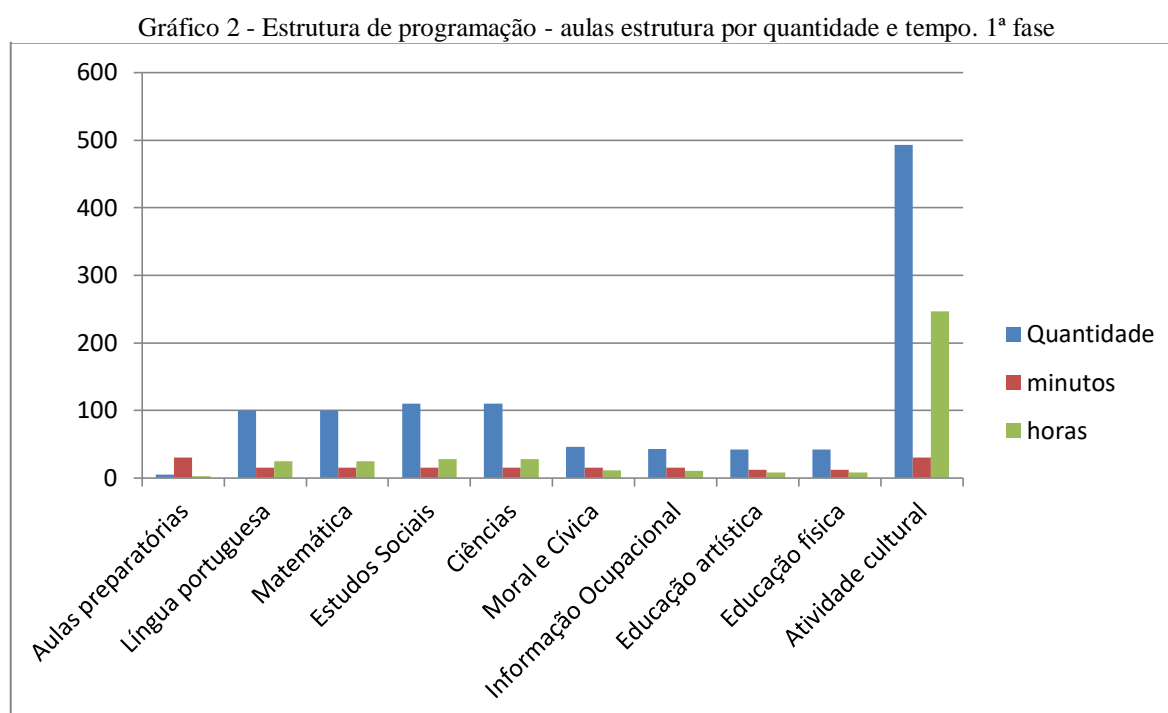


Gráfico do autor. Fonte: INEP – Plano de Implantação - Projeto Minerva PESQUISA_CX114_M1165_P2

Observando o gráfico acima podemos perceber um destaque, em quantidade, representado pela cor azul e tempo em horas representado pela cor verde, de exibição os dias, atividades que não podemos considerar como disciplinas, pois pertence à primeira etapa, aulas preparatórias e a terceira etapa, atividade cultural. Nesta primeira fase, notamos a predominância das atividades culturais.

No que se refere às disciplinas, destaca-se: Língua Portuguesa, Matemática, Estudos sociais e Ciências – bloco cheio – com carga horária maior do que as demais disciplinas. No gráfico três, veremos a representação percentual de cada disciplina. O segundo bloco de disciplinas representadas por Moral e Cívica, Informação ocupacional, Educação

artística e Educação física – bloco reduzido – representam carga horária menor, contudo são equivalentes apresentando leve diferença na estrutura.

Gráfico 3- Percentual das disciplinas Irradiadas pelo Projeto Minerva 1ª Fase.

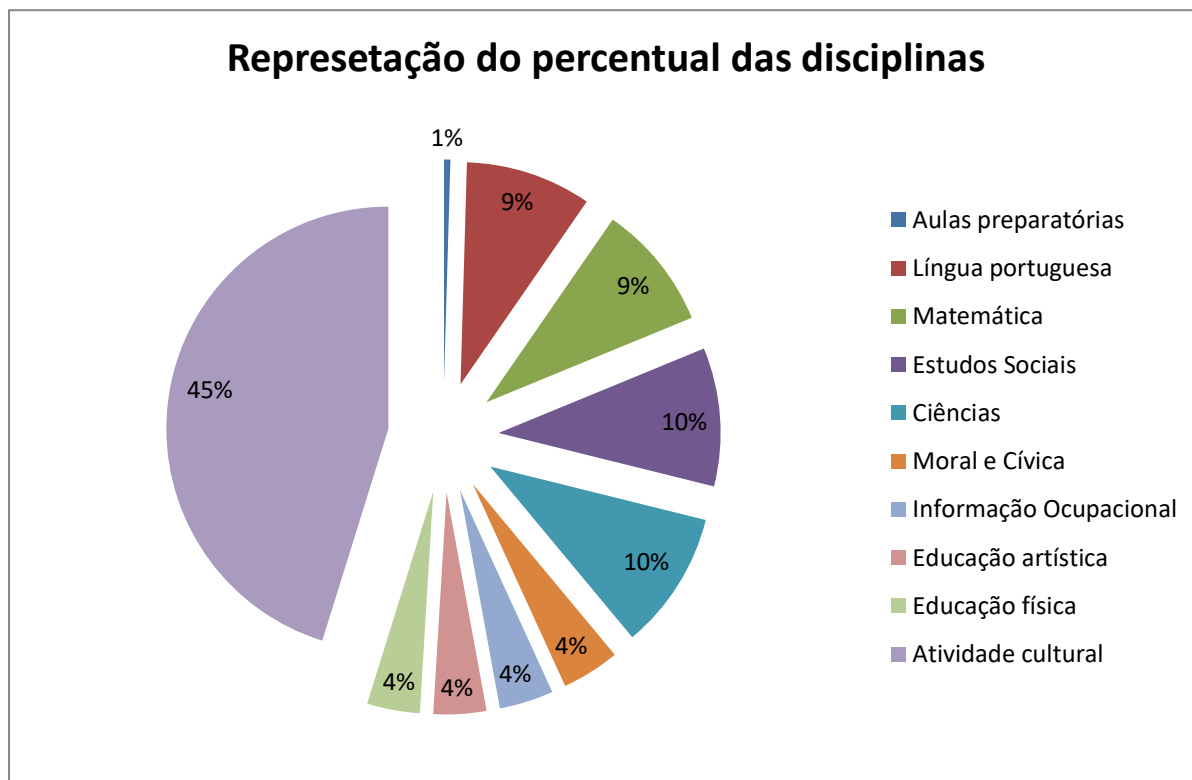


Gráfico do autor. Fonte: INEP – Plano de Implantação - Projeto Minerva PESQUISA_CX114_M1165_P2

Do total de programas irradiados na primeira fase do PMR, 45% representa a programação cultural, que, sob a perspectiva de composição curricular, não pode ser considerado como disciplinas, não contempla a função de ensino de conteúdos didáticos, assim como o preparatório que também não incide sobre as disciplinas e compreende 1% da irradiação. Portanto, resta apenas metade das transmissões, equivalente a 54% para dedicação as disciplinas de cunho didático. No compito geral da irradiação, o bloco com maior tempo, dedicado ao ensino se divide ainda em dois blocos iguais representado por Língua Portuguesa e Matemática com 9%, enquanto Estudos sociais e Ciências representam 10% do bloco maior.

O bloco reduzido, representado pelas disciplinas, Moral e Cívica, Informação ocupacional, Educação artística e Educação física, são representadas igualmente com 4% do total dos programas irradiados.

Para compreendermos claramente a parte representada das disciplinas, é preciso separar a irradiação referente ao preparatório e as atividades culturais. No gráfico, quatro, abaixo, está à representação que compreende apenas as disciplinas de ensino, com conteúdos didáticos, com os percentuais separados da irradiação geral.

Gráfico 4- Percentual das disciplinas da 1ª fase do Projeto Minerva.

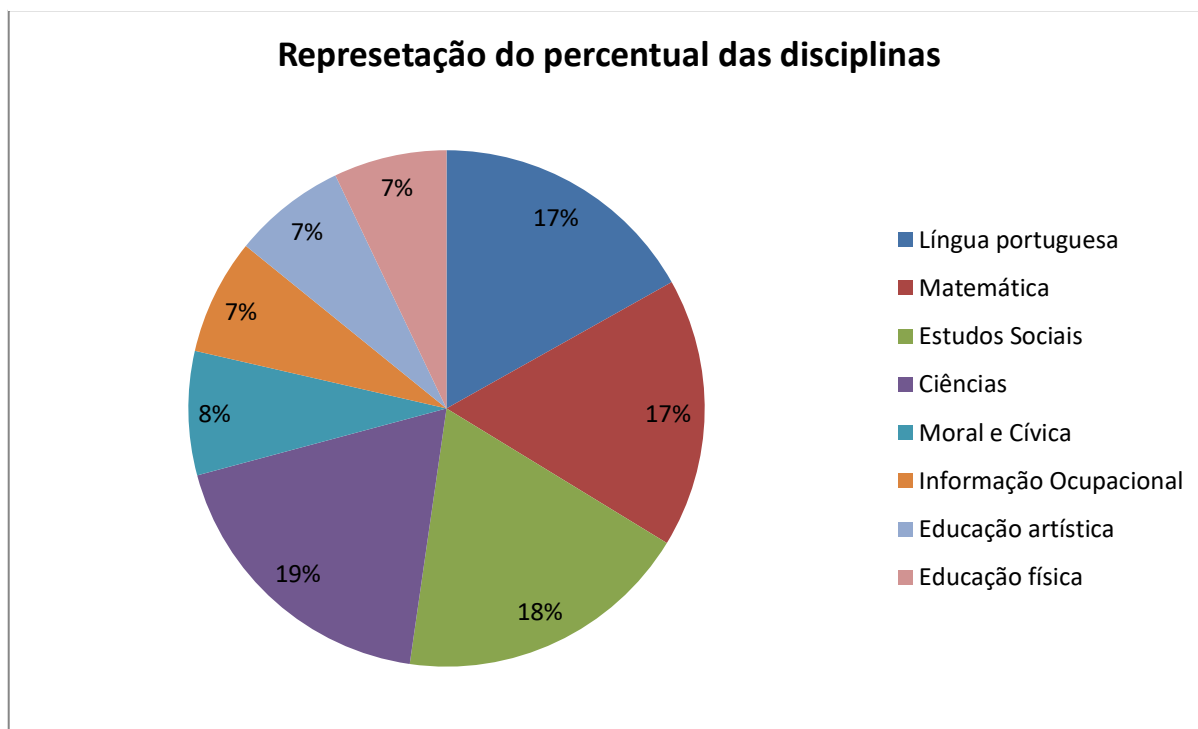


Gráfico do autor. Fonte: INEP - Plano de Implantação - Projeto Minerva PESQUISA_CX114_M1165_P2

Quando separamos as disciplinas, propriamente ditas, referentes ao processo de ensino, com conteúdos didáticos, podemos notar com mais clareza sua representação nos programas irradiados. Embora essas diferenças não alterem significativamente os percentuais, suas estruturas dissidiam, tanto da programação cultural, quanto das aulas preparatórias, que embora funcionem com o objetivo de ensinar, se aproxima mais de um treinamento para cursar as disciplinas na irradiação geral. O gráfico acima traz a representação apenas das disciplinas de ensino. Representa os 54% da irradiação geral, contemplada no gráfico anterior, mirando somente as disciplinas com conteúdos de ensino.

Embora, percentualmente, a diferença seja pequena, percebemos que a disciplina Ciências é a de maior incidência na programação com 19% do total, seguida de Estudos sociais com 18%, sendo esta última um ponto percentual acima de Língua Portuguesa e

Matemática que também fazem parte do bloco representativo com mais tempo de programação no ar. Em seguida o bloco das disciplinas com menor tempo, destina 8% a Moral e Cívica e 7% reservados para as demais.



PROJETO MINERVA INICIA AULAS PELO RÁDIO

A Secretaria de Educação e Cultura através a Coordenação do Projeto Minerva iniciará a Programação do Projeto Minerva pelo Rádio, no dia 20 de agosto próximo vindouro. O referido Curso, antigo Madureza Ginasial-artigo 90, pelo rádio, terá seu Conteúdo Programático todo reformado já dentro do espírito da Lei 5.692 e será de âmbito nacional.

Os alunos que já se encontram matriculados deverão voltar aos Rádio-postos localizados na Capital, no dia 20 de agosto. Será a seguinte a Programação do Projeto Minerva — II Fase:

Em Período Preparatório: 20 aulas de 30 minutos para o primeiro mês; 400 aulas de 15 minutos para Língua Portuguesa, Matemática, Estudos Sociais e Ciências Físicas e Biológicas; 100 aulas de 15 minutos de Moral e Cívica e Informação Ocupacional; 100 aulas de 10 minutos de Educação Física e Educação Artística; 50 programas informativo-cultural de 50 minutos aos sábados. O Curso contará com o seguinte Material Didático: 14 Fascículos do Curso; 50 Folhetos para recuperação de alunos; Um Manual para o Monitor.

Figura 6 – Notícia: Projeto Minerva Inicia aulas pelo rádio.
Fonte: Jornal Gazeta de Sergipe nº 4.546 – 28/07/1973

A segunda fase do PMR inicia no ano de 1973, com produção das aulas e material de apoio, produzidos pelo SRE/MEC. Capturamos a estrutura da programação da segunda fase, no jornal Gazeta de Sergipe, sobre a qual discorreremos a seguir:

A Notícia acima convoca os alunos matriculados para comparecerem ao rádio-posto, em 20 de agosto de 1973, quando será iniciada a segunda fase do PMR. Para melhor compreender a nova estrutura, colocamos uma nova tabela, apresentando a estrutura da segunda fase, na qual podemos observar algumas diferenças entre a primeira e a segunda fase.

Quadro 2 - demonstrativo da distribuição das aulas do PMR - 2º Fase

Preparatório	Descrição	Atividade	Qtde Aulas	Tempo minutos	Tempo horas
		Aulas preparatórias, no primeiro mês.	Aulas	20	30
2ª etapa - Período de curso	Língua portuguesa	Aula	400	15	100
	Matemática	Aula	400	15	100
	Estudos sociais	Aula	400	15	100
	Ciências Físicas e Biológicas	Aula	400	15	100
	Moral e Cívica	Aula	100	15	25
	Informação ocupacional	Aula	100	15	25
	Educação artística	Aula	100	10	16,66
	Educação física	Aula	100	10	16,66
Total		Aulas	2.020		494
3ª etapa	Atividade cultural aos sábados e domingos	Programas	50 X 50	2500	41,66
Total		Programas		32.100	535 horas

Fonte: Jornal Gazeta de Sergipe nº 4.546 – 28/07/1973

Como vimos no quadro acima, a estrutura de funcionamento para o PMR segunda fase, foi modificada, tanto a aula como material de apoio. No novo formato, o período Preparatório do curso passou a ter 20 aulas de 30 minutos durante o primeiro mês. A partir do segundo mês, o curso propriamente dito, passou a ter -400 aulas com 15 minutos cada, para Língua Portuguesa, Matemática, Estudos sociais e Ciências Físicas e Biológicas, além de 100 aulas com 15 minutos de Moral e Cívica e Informação ocupacional, por fim 100 aulas com 10 minutos de Educação física e Educação Artística. Na segunda fase as Atividades Culturais também passam por alterações no tempo, sendo 50 programas de Informativo-Cultural de 50 minutos aos sábados, com reprise no domingo.

Neste formato acompanha o curso o seguinte material didático: 14 Fascículos do Curso; 50 Folhetos para recuperação de alunos e um manual para o Monitor. Esse material de apoio não existia na primeira fase.

Programação Atual do Projeto Minerva

Horário: de segunda a sexta de 20 às 20h30 min
sábado — de 13 às 14h15 min
domingo de 10 às 11h15 min
CURSO SUPLETIVO DE 1. GRAU 2a FASE

Segunda-feira: Língua Portuguesa e Estudos Sociais
Terça-feira: Matemática e Ciências
Quarta-feira: Língua Portuguesa e Estudos
Quinta-feira: Matemática e Informação Ocupacional
Sexta-feira: Ciências e Educação Moral e Cívica
Sábado: Educação Artística, Educação Física e Minerva em Ação Cultural (série Informativo Cultural)

PROGRAMAÇÃO INFORMATIVO CULTURAL

Trata-se de uma opção que o Projeto Minerva oferece aos ouvintes. Esta programação é transmitida por algumas rádios, no horário acima citado.

Segunda-feira: Vale Mais Quem Sabe Mais
Testes de cultura Geral intercalados com música popular.

Terça-feira: A História da Música
História e análise da forma musical erudita.

Quarta-feira: Os Boêmios
Focaliza a música tradicional brasileira interpretada pelo conjunto Os Boêmios, da Rádio Ministério da Educação e Cultura, sob a direção musical do violonista Homero Gelmini.

Quinta-feira: Merece Ser Lido em Voz Alta
Procura divulgar o melhor do movimento editorial brasileiro apresentando síntese da vida e obra do autor e trechos do livro que Merece Ser Lido em Voz Alta.

Sexta-feira: Aiem do Sucesso
Programa do Projeto Minerva em colaboração com o Museu da Imagem e do Som.
Destaca as personalidades do mundo artístico científico e literário utilizando-se dos depoimentos cedidos pelo MIS.

Sábado: Minerva em Ação Cultural
Focaliza o folclore brasileiro divulgando as manifestações de nossa cultura popular em todos os Estados do Brasil.
Grande parte dos ouvintes de todas as regiões tem colaborado nessa tarefa de divulgação enviando-nos informações sobre o folclore de seu Estado.
Domingo: O Nosso Domingo Musical e Domingo com os Mestres da Música.
O Nosso Domingo Musical.

Produção de Paulo Tapajós. Apresenta a música popular brasileira explorando seus temas compositores e intérpretes.
Domingo Com os Mestres da Música.
Produção de Paulo Santos. Opção que o Projeto Minerva oferece aos ouvintes que preferem música erudita. *Se é transmitido pelas seguintes Rádios do Estado de Guanabara: Ministério da Educação e Cultura, Jornal do Brasil, Eldorado e Roquete Pinto.*
Programação de Férias

SERIE	DIA DA SEMANA	INICIO	TERMINO	N. AULAS
Informação profissional	2a. e 5a.	02/12/74	16/01/75	14
Matemática Moderna	2a. e 5a.	20/01/75	06/03/75	13
Prog. de Saúde	2a.	02/12/74	03/03/75	13
Dúvidas de Portugues	5a.	05/12/74	06/03/75	14
Educação Artística	3a.	03/12/74	04/03/75	13
Inf. Científico	3a.	03/12/74	04/03/75	13
Vale mais ...	6a.	05/12/74	07/03/75	14
Merece ser lido...	4a.	04/12/74	06/03/75	11

Figura 7 – Notícia Programação atual do Projeto Minerva.

Fonte: Jornal Gazeta de Sergipe nº 4.546 – 28/07/1973

A programação do PMR acontece de segunda a domingo, tendo duração maior na programação do sábado, pois além da aula, a programação cultural é apresentada neste dia.

As aulas acontecem em blocos de duas disciplinas, na segunda e quarta feira tem Língua Portuguesa e Estudos sociais, na terça feira, Matemática e Ciências, na quinta feira têm Matemática e Informação ocupacional, na sexta feira, tem Ciências e Moral e Cívica, no sábado tem Educação artística, Educação física e o programa Minerva em ação cultural, que faz parte da série informativo cultural.

A programação do sábado é intercalada e denominada de informativo cultural, transmitido das 13h00min às 14h15min, com a opção de transmissão fora do horário obrigatório, fato que desobriga algumas rádios a transmitir. Em Sergipe todas as rádios transmitem a programação cultural, tanto no sábado, quanto no domingo das 10h00min às 11h15min.

A programação cultural, também desfila pelas aulas da semana, a saber: na segunda feira, tem: “vale mais quem sabe mais”, com testes de cultura geral, intercalados com

música popular; na terça feira: “história da música”, apresentando a história e uma análise da música erudita; Quarta feira: “os boêmios”, com foco na música tradicional brasileira interpretada pelo conjunto Os Boêmios da Radio MEC; Quarta feira: “Merece ser lido em voz alta”, discorre sobre o melhor do movimento editorial do Brasil, apresenta sinteticamente a vida e obra do autor que merece ser lido em voz alta. Neste quadro escolhe-se um autor brasileiro, bem conceituado, para fazer a leitura de sua obra. A intenção é incentivar os ouvintes a ler autores brasileiros; sexta feira: “além do sucesso”, apresenta as personalidades do mundo artístico e também do mundo científico e literário; sábado: “minerva em ação cultural”, apresenta o folclore brasileiro divulgando as manifestações culturais regionais. Todos os estados contribuem mandando seu material de divulgação para ser veiculado através do PMR; domingo: “o nosso domingo musical e domingo com os mestres da música brasileira”, apresentando o que é considerado de melhor da música brasileira naquele momento.

A estrutura da programação apresenta uma preocupação em fazer aulas agradáveis, atrativas e não cansativas. O objetivo é criar, nos alunos, gosto pelas aulas, incentivando seu e comparecimento ao rádioposto para acompanhara às transmissões.

Embora apresente uma programação cultural intercalada, os conteúdos são bem definidos e estruturados, como podemos ver no gráfico abaixo:

Gráfico 5 - Estrutura da programação das aulas por quantidade, minuto e hora - 2ª fase

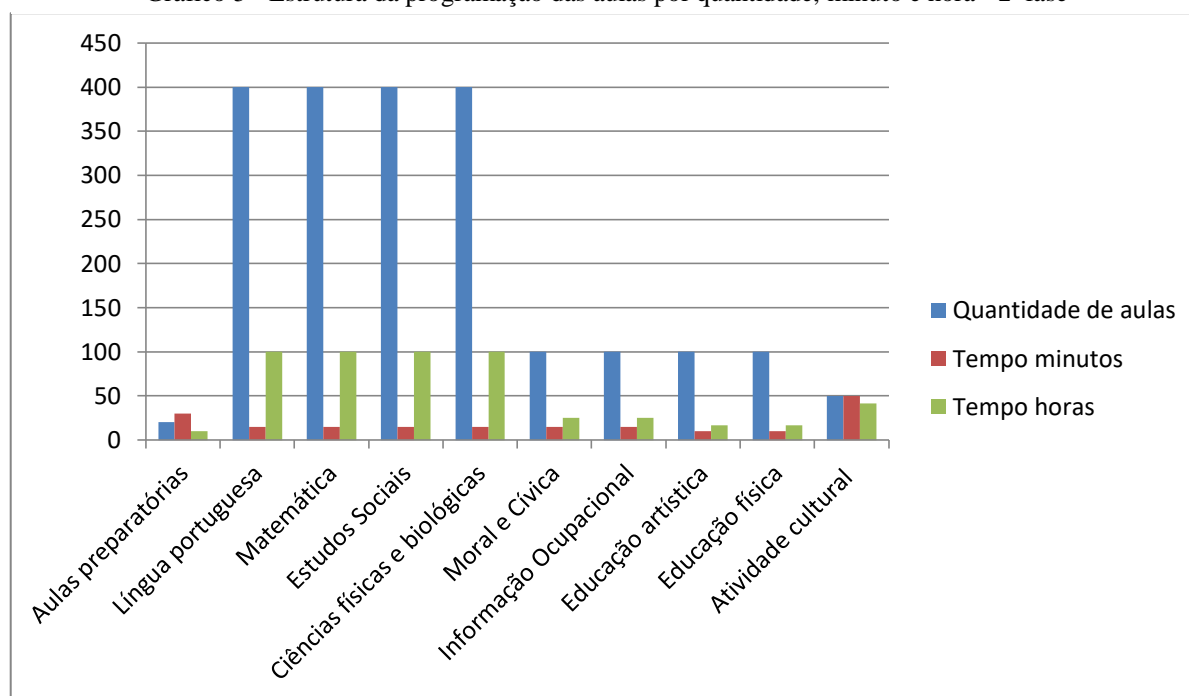


Gráfico gerado pelo autor. Fonte: Jornal Gazeta de Sergipe nº 4.546 – 28/07/1973

Nesta representação das disciplinas, exposta no gráfico acima, podemos verificar alterações significativas na estrutura, iniciando pela quantidade de aulas, com destaque para as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Estudos sociais e Ciências físicas e biológicas. Na segunda fase permanecem dois blocos de disciplinas, no que se refere à quantidade de aulas. As citadas acima fazem parte do primeiro bloco, enquanto Moral e Cívica, Informação ocupacional, Educação artística e Educação física fazer parte do segundo bloco.

Também é possível notar que as aulas do período preparatório foram ampliadas, enquanto a atividade cultural reduziu, significativamente, nesta representação. Contudo precisamos compreender que as atividades culturais passaram a ser distribuídas também durante as aulas semanais.

Uma análise visual no gráfico a seguir, pode dirimir com objetividade, dúvidas sobre as diferenças existentes, no que se refere à quantidade de aulas e sua redistribuição em relação as primeira e a segunda fase do PMR.

Gráfico 6 - Percentual das disciplinas irradiadas pelo Projeto Minerva - 2ª fase.

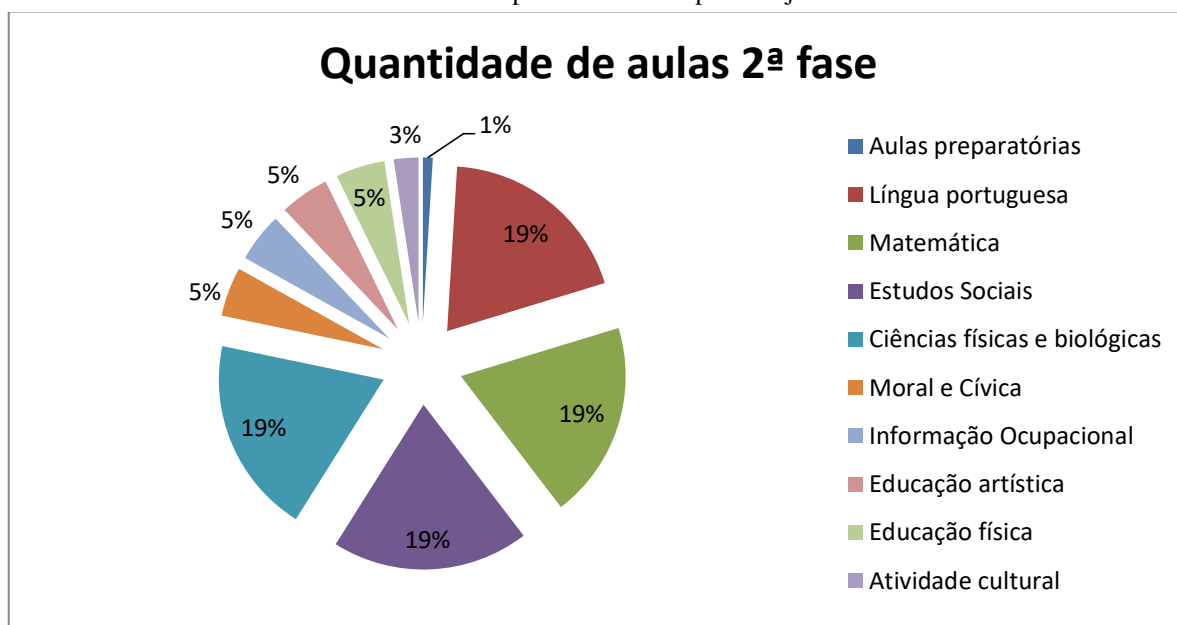


Gráfico gerado pelo autor. Fonte: Jornal Gazeta de Sergipe nº 4.546 – 28/07/1973

Notamos que a divisão em dois blocos, de disciplinas no que se refere às aulas de conteúdos, permanece demonstrando predominância de quatro disciplinas que são contempladas com quantidade, quatro vezes maior que as outras. Enquanto estas ocupam 19% do montante, as demais ficam com 5% da quantidade e tempo de aula.

As aulas do período preparatório não sofreram, percentualmente, alteração, não obstante tenha ficado quatro vezes maior em quantidade, entre a primeira e segunda fase. Na primeira fase o preparatório tinha cinco aulas de trinta minutos, na segunda passou a ter vinte aulas de trinta minutos. Sua representação quantitativa foi ampliada em quatro vezes, mas sua representação percentual se mantém em 1%. Na segunda fase, a atividade cultural que passou a ter cinquenta programas com cinquenta minutos de duração, enquanto na primeira tinha quatrocentos e noventa e três programas de 30 minutos de duração.

A atividade Cultural passa a ocupar percentualmente o espaço de 3%, na segunda fase enquanto na primeira, ocupou 45%. Essa representação considera a quantidade de programas que vão ao ar, não sua duração em minutos. Uma análise sob essa ótica recolocaria as atividades culturais em um novo patamar.

Gráfico 7 - Percentual das disciplinas irradiadas pelo Projeto Minerva 2ª fase.

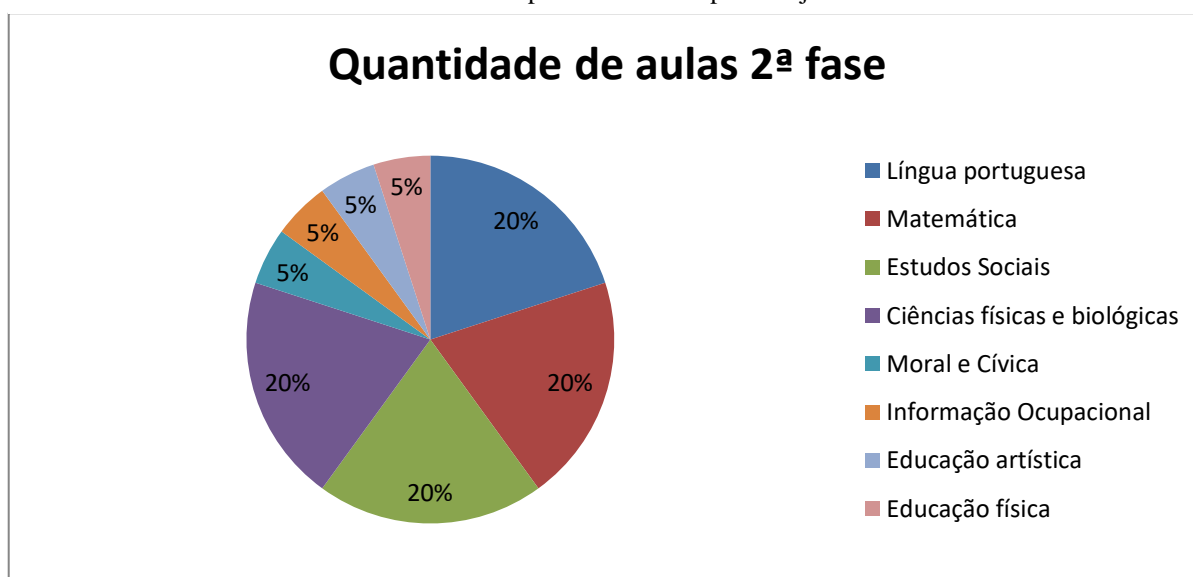


Gráfico gerado pelo autor. Fonte: Jornal Gazeta de Sergipe nº 4.546 – 28/07/1973

Vamos considerar neste gráfico, apenas as disciplinas com conteúdos didáticos. Excluindo-se o período preparatório e as atividades culturais, em termos quantitativos, temos em conteúdo efetivo, dois blocos representando diferença significativa. No primeiro bloco, as disciplinas, Língua Portuguesa, Matemática, Estudos sociais e Ciências Físicas e Biológicas, ocupam 20% do currículo, enquanto no segundo bloco, composto pelas disciplinas: Moral e Cívica, Informação ocupacional, Educação artística e Educação física, ocupam apenas 5% do conteúdo curricular.

As diferenças de quantidade e tempo distribuídos, entre as disciplinas, tem significado determinante na formação social dos indivíduos, representa o tipo de sociedade que o Estado pretende formar. Assim a escolha de qual disciplina prevalece sobre outra tem objetivos bem deliberados no contexto político-social.

Contudo, antes de passar para uma análise geral do currículo, considerando quantidade, tempo e conteúdo das disciplinas, vamos fazer uma comparação entre a primeira e a segunda fase do PMR, no que diz respeito ao tempo em que as disciplinas são exibidas, concebendo a perspectiva de tempo e quantidade de irradiação dos conteúdos, através dos dois gráficos, a seguir, que representam o tempo de exibição das disciplinas na primeira e na segunda fase.

Gráfico 8- Percentual das disciplinas Irradiadas por tempo. PMR 1ª fase.

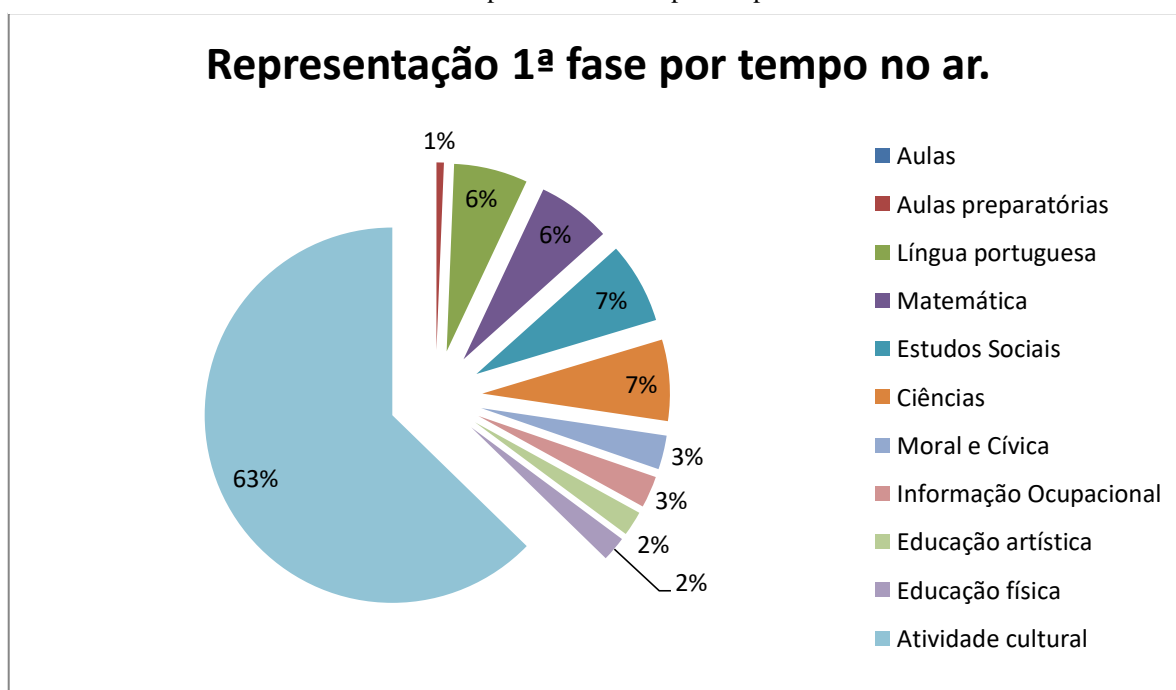


Gráfico do autor. Fonte: INEP – Plano de Implantação - Projeto Minerva PESQUISA_CX114_M1165_P2

Considerando o tempo em minutos de irradiação das disciplinas no PMR, o cenário, entre quantidade de programas que vão ao ar e o tempo de veiculação destes, demonstram, em termos percentuais, resultados bem diferentes. Enquanto, na primeira fase, a medição por quantidade de programas ocupou 45%, a medição por tempo de irradiação da atividade cultural, ocupa 63%.

Assim, o tempo destinado à irradiação das demais disciplinas apresentam percentuais inferiores. As disciplinas Língua Portuguesa e Matemática, ocupavam em

quantidade de programas, o percentual de 9%, reduziu para 6%, no tempo de irradiação; as disciplinas de Estudos sociais e Ciências que ocupavam 10% no quesito quantidade passam a ocupar 7% no fator tempo de irradiação. As disciplinas Educação Moral e Cívica, Informação ocupacional, Educação artística e Educação física, quantificadas com 4% no quesito quantidade de aulas, passam a ocupar duas posições distintas de 3% e 2% respectivamente, no quesito tempo de irradiação.

É preciso compreender a importância dessa análise, considerando o escopo quantitativo das irradiações. Por isso é importante verificar que uma quantidade superior de aulas que são irradiadas pode ser irrelevante se seu tempo de irradiação for inferior a outra disciplina com quantidade menor e tempo maior.

Vejamos um exemplo: Se tenho 30 aulas de Língua Portuguesa com 10 minutos de irradiação e em outro ponto tenho Estudos sociais com 10 aulas de 50 minutos, terei no primeiro caso 300 minutos de aula enquanto no segundo terei 500 minutos. A variável a ser observada, quantitativamente é o tempo de irradiação, pois embora o primeiro caso apresente um dado que demonstra ser três vezes maior que o segundo, sua eficácia de permanência em contato com o receptor é inferior. Assim, vamos passar a analisar o fator tempo de irradiação das disciplinas na segunda fase.

Gráfico 9 - Percentual das disciplinas Irradiadas por tempo. PMR 2ª fase.

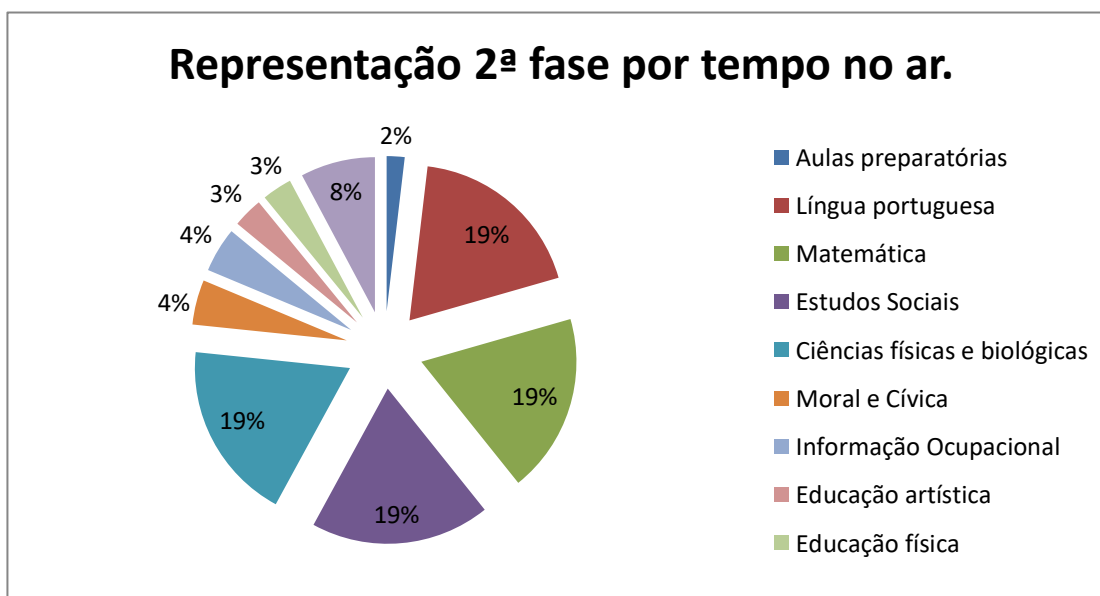


Gráfico gerado pelo autor. Fonte: Jornal Gazeta de Sergipe nº 4.546 – 28/07/1973

A mesma representação por tempo na segunda fase muda totalmente o cenário em relação à primeira fase. Enquanto a atividade cultural detinha, na primeira fase, 63% do tempo de irradiação, na segunda passa a ocupar 8% do tempo. Destarte, o período preparatório alcança o dobro do tempo percentual alterando de 1% para 2%, na sua participação.

Uma mudança notória acontece com a redistribuição do tempo e quantidade de aulas, na segunda fase do PMR, também, no quesito disciplinas. Vamos passar a análise do bloco de disciplinas com mais tempo: Língua Portuguesa, Matemática, Estudos sociais e Ciências Físicas e Biológicas, ocupam cada uma delas, o espaço de 19% do tempo de toda irradiação do programa, contra 6% e 7% respectivamente da irradiação da primeira fase, enquanto Moral e Cívica ficam com 4% cada uma e Educação artística e Educação física ficam com o percentual de 3% cada.

Neste aspecto, as disciplinas do bloco cheio ficaram equilibradas em percentual, enquanto as disciplinas do bloco reduzido se subdividiram em dois blocos, invertendo o evento ocorrido anteriormente com as disciplinas do bloco cheio, na primeira fase.

Considerando o tempo de aula com conteúdos didáticos, entre as duas fases do projeto constatam-se resultado de 36% de conteúdo didático, contra 64% de atividade cultural e aulas preparatórias na primeira fase. Na segunda fase, o cenário modifica para 90% de conteúdos didáticos conta 10% de atividade cultural e aulas preparatórias.

Podemos concluir nesta análise que a implementação do PMR, na sua primeira fase, foi feita sem um plano que considerasse o conteúdo didático como fator de importância para formação dos alunos, talvez com a intenção de definir uma metodologia diferenciada para o rádio, o conteúdo cultural foi aplicado demasiadamente em detrimento do conteúdo didático. Por outro lado podemos averiguar indícios, de uma implantação festiva, com metas políticas partidárias, a serem alcançadas, sobrepondo o projeto de ensino. Da mesma forma constatamos na segunda fase uma estrutura curricular diferenciada, considerando o veículo de transmissão como parte integrante do processo, colocando em voga um currículo equilibrado entre as disciplinas didáticas e o conteúdo de atividades culturais.

Durante o desenvolvimento deste estudo, concluí, como seu o principal ponto fraco do projeto, o fato de não haver, uma preocupação com a avaliação, no sentido de verificar sua eficiência como programa de ensino bem como avaliação dos alunos. Contudo, havia uma avaliação durante a produção do material didático e das aulas. Esta era feita por professores das disciplinas no que foi denominado de material bruto.

4. PROGRAMA NÚMERO SEIS: Aula número sete.

As aulas do PMR, apresentavam, além do conteúdo pedagógico, elementos do comportamento social dos indivíduos, bem como destacava as instituições do Estado Brasileiro, as quais tinham o objetivo de orientar e conduzir as atividades comportamental, inerentes à vida social no País. Assim, o rádio, como meio de comunicação de massa, se tornou uma ferramenta poderosa no patrocínio da educação.

Para Prado (1989), ao fazer uma análise da programação do rádio, levanta a hipótese de que o rádio é: “o melhor e mais eficaz meio a serviço da transmissão de fatos atuais”. Assim, o classifica como estando na condição de veículo informativo mais adequado, dado a algumas características específicas: atinge um grupo muito diversificado, pode ser compreendido por um universo de pessoas ecléticas; falta de percepção visual entre o emissor e o receptor, exerce capacidade de sugestão sobre o ouvinte, conforme sua capacidade de compreensão; condicionamento temporal feito pelo ouvinte, ao ouvir a mensagem, pois este só pode ser feito no presente.

É o que Prado (1989) chama “fatores de eficácia”, envolvendo a clareza e a locução. No fator clareza, o autor coloca como estrutura basilar, a técnica e a enunciativa, visto que “a técnica determina uma transmissão adequada, sem ruído no processo e com uma combinação adequada dos recursos do veículo”. Ademais, divide o item clareza comunicativa, em dois aspectos distintos que envolvem a “redação e a locução”.

Uma redação do texto deve ser feita pela mesma pessoa que fará a sua fala no microfone, isso afastaria a imparcialidade entre emissor e receptor, classificada por este autor, como sendo “fria, impessoal, de máquina falante, que veiculam os locutores profissionais quando leem um texto jornalístico.” (PRADO, 1989, p. 19). Sua defesa é que o locutor não deva ler um texto mais explicá-lo, dando vitalidade a sua fala com a finalidade de identificá-la com o ouvinte, uma vez que pode contar com sua imaginação para formar a imagem do que está ouvindo. Assim, criando técnicas inovadoras de se aproximar a cada dia do ouvinte, conquistando a audiência que garante a clientela de anunciantes.

Neste aspecto, Prado (1989) e Bourdieu (1997), apresentam teorias convergentes. Embora construídas em duas frentes, buscam resultados análogos. Enquanto Prado apresenta sua ideia no campo técnico da locução, focando o emissor, Bourdieu, analisa a perspectiva social que resulta da veiculação da mensagem, focando no receptor. Vamos considerar esta circunscrição teórica, trazendo à baila a análise da aula número sete, irradiado através do programa de número seis da segunda fase, do PMR que foi ao ar no dia 25 de setembro de

1978, numa segunda-feira. Este programa está transcrito, na íntegra, a partir do seu áudio. Na sequência analisamos a avaliação institucional que era feita no chamado “Material Bruto”, coordenado pelo SRE.

4.1. PROGRAMA REDIOFÔNICO DE LÍNGUA PORTUGUESA

O programa irradiado tem 25 minutos e 39 segundos, está dividido em duas aulas, sendo a primeira corresponde à Língua Portuguesa, com 15 minutos de duração e a segunda parte corresponde à disciplina Estudos Sociais, com duração de 10 minutos e 39 segundos.

Este programa tem seis apresentadores, sendo um ator; duas atrizes; dois locutores e uma locutora.

Para melhor compreensão vamos enumerar os apresentadores como: ator 01, atriz 01, atriz 02, locutor 01, locutora 01 e locutora 02.

Durante a exposição do conteúdo a fala da mulher, atriz ou locutora, aparece secundariamente nas frases, ou seja, o homem inicia, predominantemente, as frases e a mulher faz o complemento durante as falas. Esta ordem se repete durante o decorrer do programa. As encenações de rádio teatro, também são iniciadas pelo homem, em seguida, entra a fala feminina. A encenação se divide em duas partes principais, apresentando um tema gerador, contendo as chamadas “ideias feitas” (Bourdieu), sobre os serviços do Estado Brasileiro. Neste programa, o tema gerador é o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS.

A encenação, assim como a aula, giram em torno do tema gerador que se subdivide em outros subtemas que perpassa por toda a aula. Transversalmente, aparecem os subtemas higiene, trabalho, segurança, saúde e Família. Para dar sustentação à aula a interpretação foi feita por três atores, um homem e duas mulheres. Na primeira cena um homem apresenta um questionamento sobre a previdência social, na segunda cena apenas as mulheres atuam, fazem um papel pejorativo onde duas “comadres” se telefonam para fazer fofoca. Vamos observar que a mensagem já coloca a mulher em um papel secundário, de quem fica em casa, nada tem para fazer durante o dia, passa seu tempo gastando dinheiro com telefone e falando da vida alheia. Na mensagem, o tema da fofoca é a “Glorinha, filha do Cecéu”. Na conversa, as duas insinuam que a Glorinha era feia e gorda, mas começou a trabalhar em um ambulatório do INPS e agora “emagreceu, apumou-se, está muito elegante”, pois está trabalhando, inclusive, ficou noiva. Durante as aulas são repetidos os trechos dessa

peça para exemplificar situações presentes nos fascículos, mas ao mesmo tempo serve para massificar as “ideias feitas”.

Durante o programa são inseridas algumas vinhetas.³⁷ Neste caso a vinheta é um ornamento sonoro gravado que se repete ao longo da programação, com um pequeno comentário. Não tem estrutura musical, os ornamentos sonoros funcionam como efeitos para destacar a mensagem que está sendo entregue ao receptor. A vinheta tem a função de fixar a massificação das “Ideias feitas”, fazendo com que o receptor receba e absorva sem questionar os conteúdos adjacentes veiculados. As vinhetas também servem para identificar um programa ou uma rádio.

Para situar o leitor, vamos relembrar duas vinhetas famosas, que veiculou, massivamente, no rádio e na televisão. Embora estas vinhetas estejam fora do contexto do que trata o PMR, elas aparecem aqui com o objetivo de oferecer ao leitor uma lembrança que lhe traga a sensação de como as vinhetas funcionam, pois estas foram massificadas em todo o Brasil e poderá vir facilmente à lembrança do leitor. Uma delas ficou conhecida como “tema da vitória,” era atribuída as vitórias de Ayrton Senna quando vencida a as corridas de formula 1. A outra atribuída à notícias importantes, irrompia a programação da Rede Globo fazendo com que as pessoas parassem suas atividades para saber do que se tratava. Esta vinheta também anunciava o famoso Jornal Nacional, “carro chefe do noticiário da Rede Globo,” um dos veículos de mídia de massa do Brasil. As partituras abaixo representam as vinhetas mencionadas.

The image contains two musical scores side-by-side. The left score is titled "TEMA DE ABERTURA JORNAL NACIONAL" and is a piano score in 2/4 time with a tempo marking of 120. It features a complex, rhythmic melody in the right hand and a supporting bass line in the left hand. The right score is titled "Tema da Vitória" and is a guitar score in 2/4 time. It shows a melody line in the treble clef and a chord progression in the bass clef, including chords like C, G, F, Dm, C, E7, Am, D7, G7, Cm7, F, D, G, Dm, C7, F, D, C, A7, Dm, G7.

Figura 8 - Partituras – abertura do jornal Nacional – tema da vitória
Fonte: WEB

³⁷ As vinhetas, também conhecidas como *Spots* é um recurso musical que deriva em vinhetas cantadas, vinhetas pontes, jingles, spots, temas especiais, jingles políticos.

Outro recurso utilizado é o *jingle*³⁸, uma mensagem vinculada em uma estrutura musical, cantada e acompanhada por instrumentos, geralmente é menor que uma música completa, mas apresenta a mesma estrutura musical. É comum encontrar *jingle* com parodia de outras músicas conhecidas pelas massas com a intenção de entregar uma mensagem que funciona subliminarmente,³⁹ promovendo a fixação ou a inculcação da mensagem, no receptor.

As vozes podem ser variadas, masculina, femininas ou mistas, em alguns momentos são gravados por corais. Os *jingles* e vinhetas são recursos utilizados, massivamente pelos meios de comunicação de massa, sobretudo o rádio.

A aula do PMR, que vamos analisar, começa apresentando um tema gerador que conduz toda a aula. Contudo a abertura do programa apresenta um *Jinlge* que diz:

Jinlge- abra seus olhos é hora de ver, ouvidos atentos é tempo de ouvir, tem muitas mudanças pra gente fazer, caminhos novos pra descobrir, ser o elo da corrente, basta você ver, pra vencer, subir na vida, progredir, seguir em frente, realizando seus ideais... abra seus olhos e seu coração, aqui começa a luz e acaba a escuridão, é tempo de aprender e saber mais... Projeto Minerva.

O *jingle*, neste caso, tem um papel importante e não está na abertura do programa por acaso, não é um mero ornamento. As palavras chave distribuídas no seu conteúdo cumprem a função de massificação da mensagem. Assim vamos fazer a análise desse *Jingle* em dois momentos. No primeiro momento vamos analisar algumas palavras chave, pois poderemos compreender com mais clareza sua esta intenção. No segundo momento após apresentar o conteúdo do programa, farei uma análise contextualizada nos parâmetros da linguagem subliminar. Vamos então separar algumas palavras chave para análise. Os termos: **hora de ver; tempo de ouvir; caminhos novos; ver pra vencer; subir na vida; progredir; aqui começa a luz e acaba a escuridão,**⁴⁰ são termos utilizados para promover um produto.

³⁸ *Jingle* é um termo inglês cujo significado refere-se à música composta para promover uma marca ou um produto em publicidades de rádio ou televisão. O *jingle* publicitário é criado para cativar o público. Geralmente tem letras e melodias simples para que sejam facilmente memorizadas e inconscientemente recordadas por quem às ouve. Os *jingles* são geralmente curtos, quando muito, chega a um minuto de duração. Disponível em: <https://www.significadosbr.com.br/jingle> acessado em: terça-feira, 23 de maio de 2016.

³⁹ Termo originalmente inventado por James Vicary, um especialista em marketing americano, no ano de 1957. Mensagens subliminares são aquelas que os sentidos humanos não conseguem perceber de forma consciente, assim, a mensagem atinge outra parte do cérebro humano subconsciente. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/mensagem-subliminar.htm> acessado em: terça-feira, 23 de maio de 2016.

⁴⁰ Grifo do autor.

Neste caso, o produtor é PMR com suas ideias de estrutura social que interessava ao Governo Militar, inculcar na sociedade.

Precisamos lembrar que as mensagens, enviada aos receptores podem ocasionar inúmeras interpretações com efeitos, igualmente variados, mas a intenção do emissor é instalara a “ideia feita” e para isso o contexto subliminar presente no *Jingle*, pode massificar a mensagem por repetição até que o receptor acredite, piamente, que as ideias presentes nas mensagens, fazem parte dos seus pensamentos. Portanto, o receptor pensa que concorda com a ideia veiculada.

Ao lançar o tema: “**Olhos abertos é hora de ver**”, a primeira sensação do receptor é sentir culpa por estar desatento, despreparado, mas passará a prestar atenção daquele momento em diante. Neste caso a mensagem conduz um efeito de infantilização do receptor. Este primeiro sentimento servirá de base para a inculcação das ideias presentes na mensagem, reforçados pelas demais palavras chave presentes no *Jingle*.

Depois de introduzir a infantilização, a próxima palavra chave, coloca o receptor atento ao instrumento utilizado para a massificação da mensagem, o próprio rádio. Para isso é preciso os “ouvidos atentos”, pois “**é tempo de ouvir**” as “vantagens” advindas daquele instrumento, porque o receptor está diante de “**caminhos novos para descobrir**”. Neste ponto, um novo elemento é adicionado à mensagem: a referência ao novo, à novidade que pode trazer benefícios ao receptor. Isso representa para ele uma nova oportunidade, com a qual, deve agarra-se para não perder a chance de “**vencer na vida, progredir**”, embora haja uma condição para isso. É preciso estar em total obediência e atenção voltada para o novo caminho que lhes é oferecido. Então “**abra seus olhos e seu coração**” como requisito para a redenção das dificuldades. O *Jingle* finaliza retomando a ideia que iniciou, incapacitando o receptor e oferecendo uma oportunidade de sair da situação em que se encontra. “**Aqui começa a luz e acaba a escuridão**”. Esta análise poderia ser contestada sob a ótica do ensino tradicional, mais ortodoxo, alegando que são termos antigos usados na educação, como a etimologia da palavra “**aluno**”, referindo-se àquele que não tem luz própria, que é tábua rasa, vazio. Contudo, podemos concordar com tal contestação, mesmo assim, a análise não mudaria, pois já avançamos suficiente para encontrar num argumento deste tipo, as mesmas análises feitas sobre o *jingle*. Nas duas situações a intenção da mensagem é a mesma.

Após o *Jingle* é introduzido o tema Gerador, pelo qual, conduzirá aula em toda a sua estrutura. O tema gerador, apresentado neste programa será o Instituto Nacional de Previdência Social - INPS. É introduzido por um ator que apresenta um questionamento, sobre um desconto no seu contracheque, querendo saber o que é o INPS:

Ator 01- É a primeira vez que recebo salário, notei que há um desconto para o INPS; o que é INPS?”

Locutor 02- INPS é a abreviatura da previdência social

Ator 01- É coisa nova?

Locutora 01- Por acaso estou lendo este folheto que conta a história do INPS, ouça o que diz:

Locutor 02- A previdência social existe, no Brasil, desde 1923. Até 1966, era executada por seis institutos de aposentadoria e pensão, sendo reunidos em um só. O Instituto Nacional de Previdência Social. INPS. Quem trabalha contribui para o INPS, e quem contribui tem direito ao seguro social, assistência médica e todos os demais benefícios. Essa previdência social inclui quase todas as profissões urbanas. E, a partir de 1969, está sendo estendida ao campo, através do fundo de assistência ao trabalhador rural. O documento básico do segurado do INPS, é a carteira de trabalho e previdência social.

Ator 01- Não precisa explicar mais nada, já entendi, INPS é o Instituto! Quem não conhece o instituto?”.

Jingle- eu quero saber mais, eu quero ser alguém, eu cresço com o Minerva e o Brasil cresce também, pa pa da, pada, pada, paia, pa pa da, pada, pada, paia.

O diálogo em questão apresenta uma propaganda do projeto do Governo Militar, que criou em 21 de novembro de 1966, através do Decreto-Lei nº 72/66, o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, fazendo uma fusão dos institutos de previdências e caixa de pensão que existiam até aquele ano. Com a criação do INPS todos os benefícios de previdência social e projeto de saúde foram unificados no entorno do Governo Federal.

O tema gerador presente nas aulas do PMR, atua, inculcando a mensagem de que Estado está cuidando da saúde e previdência da população, além de oferecer “gratuitamente” o benefício da aposentadoria para os cidadãos que cumpram sua parte e contribuam com previdência. Como tema gerador, o INPS, norteará a aula de Língua Portuguesa demonstrando que vem a seguir. Nas apresentações dos *jingles*, é notória a propaganda dos órgãos governamentais. Percebemos que o segundo *jingle* traz um reforço das “ideias feitas” inseridas no *jingle* anterior.

O locutor inicia a aula, anunciando para quem se destina e para quais alunos é produzido aquele programa.

Locutor 01- Para os alunos matriculados no curso supletivo do primeiro grau, e para todos aqueles que gostam de aprender ou recordar...

Neste momento entra mais um *jingle* que introduz o assunto da disciplina que será tratado naquela aula:

Jingle- saudade rima com verdade, amar é verbo transitivo, falar muito a vontade, sujeito perde o substantivo.

Podemos notar, pelo número de *jingle*, vinhetas e BGs, que há uma preocupação didática em manter a atenção do ouvinte/aluno, no assunto que locutores estão apresentando. Vamos ver então um trecho da aula de Língua Portuguesa, focado no ensino de gramática, onde são apresentadas 10 regras gramaticais. O programa em questão se refere à segunda fase do PMR.

Locutora 01- Língua Portuguesa
Locutor 02- Aula número 07 da segunda fase.
Locutora 01- Acentuação gráfica, dois.

O termo **dois**, dito pela locutora identifica que uma parte do tema foi tratado em outra aula anterior. Neste momento, entra um esquete de rádio teatro, apresentando uma situação que se reporta ao tema gerador. É uma gravação, no estilo novela de rádio, com recursos sonoros e efeitos que provocam a imaginação do ouvinte. “[...] Quem ouve rádio já se acostumou aos programas que contém elementos de drama, afeto, amizade, humor, solidariedade e esperança [...] (BIANCO, 2009, p. 56)”.

Entra um BG⁴¹- telefone. O esquete narra duas comadres conversando pelo telefone.

Atriz 01- Alô
atriz 02- Comadre Quitéria, nem lhe conto! Imagine que hoje, saí cedo, para levar a mulher do José com a menina deles ao instituto. E sabe quem é que eu vi lá? A Gloria!
atriz 01- Não diga comadre Joana! A filha do Cecéu?
atriz 02- Essa mesmo! Ela trabalha lá minha filha, é enfermeira. Só vendo comadre, como está mudada, emagreceu, aprumou-se, e que elegância, e que limpeza, na sala dela! Olha é o que lhe digo se a gente não vê, não acredita!
Atriz 01- É o trabalho comadre, é o trabalho! Eu frequento o ambulatório e sei como é. Tudo lá é muito arrumado e limpo. A gente não precisa ter medo de pegar doença dos outros!
Atriz 02- Pois foi o que eu reparei comadre. Mas olha! Não é por falar mal não, Deus me perdoe! Mas que a Glorinha, com aquele chapéu e aquele vestido, vai fazer ciúme no noivo, ha! Isso vai.

O enfoque sobre a higiene não está posto na conversa de forma solta, tem um propósito bem definido, pois naquele momento o governo administrava uma campanha sobre higiene⁴² com vistas a solucionar problemas de saúde da população. De acordo com Colussi

⁴¹ BG, no rádio são sons que dão efeitos ao texto ou fala principal, ornamentam o que está sendo dito e provoca a imaginação do ouvinte.

⁴² Parte da Medicina que estuda os diversos meios de conservar e promover a saúde; ciência sanitária. **2** Sistema de princípios ou regras para evitar doenças e conservar a saúde. **3** Cuidados para a conservação da saúde. **4** Asseio. **H. individual:** a que compreende os cuidados de asseio corporal e do ambiente e de um modo de viver,

(2008), o Governo Militar desenvolveu na década de 1970, uma campanha em rádio e TV como o título de “Povo civilizado é Povo Limpo.” A campanha percorreu em todo o Brasil, através da mídia de massa, falada, escrita e televisada, tinha uma personagem intitulada “Sujismundo” De acordo com Colussi (2008), “foi lançada pela Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp) em 1972. A criação da campanha coube ao publicitário Ruy Perotti Barbosa, por meio de sua empresa, a Linxfilm.”(COLUSSI, 2008 p.5).

Para Elias (1996) a higiene é parte do processo civilizatório, que está mais ligado às ações que devem ser praticadas em uma sociedade, aproximando-se da delicadeza de sentidos ou das ações.

O que se observa é apenas que a “delicadeza” — ou melhor, o patamar do embaraço — está avançando. Juntamente com uma situação social muito específica, os sentimentos e emoções começam a ser transformados na classe alta, e a estrutura da sociedade como um todo permite que as emoções assim modificadas se difundam lentamente pela sociedade. Nada indica que a condição afetiva, o grau de sensibilidade, sejam mudados pelo que descrevemos como “evidentemente racional”, isto é, pela compreensão demonstrável de dadas conexões causais. Courtin não diz, como se diria mais tarde, que algumas pessoas acham “anti-higiênico” ou “prejudicial à saúde” tomar sopa na mesma sopeira com outras pessoas. Não há dúvida de que a delicadeza de sentimentos é aguçada sob pressão da situação da corte, isto de uma maneira que mais tarde será parcialmente justificada por estudos científicos, mesmo que grande parte dos tabus que as pessoas gradualmente se impõem em seus contatos recíprocos, parte esta muito maior do que em geral se pensa, não tenha a menor ligação com a “higiene”, sendo motivada — ainda hoje — apenas por uma “delicadeza de sentimentos”. De qualquer modo, o processo se desenvolve em alguns aspectos de uma maneira que é o exato oposto do que em geral hoje se supõe. Em primeiro lugar, ao longo de um período extenso e em conjunto com uma mudança específica nas relações humanas, isto é, na sociedade, é elevado o patamar de embaraço. (ELIAS, 1996 p. 123)

A higiene pode ser aprendida nos espaços sociais como: escola, Igreja, Família, entre outros, no entanto é uma prática de preservação da saúde. Conforme Elias (1996), “grande parte do que chamamos de razões de “moralidade” ou “moral” preenche as mesmas funções que as razões de “higiene” ou “higiênicas””. Portanto, condicionar as crianças a aceitar determinado padrão social, está atrelado ao desenvolvimento de hábitos educativos, ou ao menos, a formação do comportamento em sociedade. “Desta maneira, impulsos ou inclinações socialmente indesejáveis são reprimidos com mais rigor. São associados ao

de se vestir e de habitar, propício à saúde. **H. mental:** a que trata do desenvolvimento de reações e hábitos mentais saudáveis. **H. profissional:** ramo da Medicina profilática que se ocupa de preservar o homem contra as afecções e acidentes que podem resultar do exercício de sua profissão. **H. pública:** conjunto de conhecimentos e preceitos destinados a preservar e promover a saúde da coletividade. **H. social, Social:** a que se dedica ao controle da prostituição e da eliminação das enfermidades venéreas. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=higiene> acessado em quarta-feira, 24 de maio de 2016

embaraço, ao medo, à vergonha ou à culpa, mesmo quando o indivíduo está sozinho.” (ELIAS, 1996 p. 153).

A campanha do Governo Militar, objetivava orientar as Famílias a proceder os cuidados básicos de saúde, protegendo assim seus filhos de doenças, mas os cuidados era com a higiene. Era para todos. “A modelagem por esses meios objetiva a tornar automático o comportamento socialmente desejável, uma questão de autocontrole, fazendo com que o mesmo pareça à mente do indivíduo resultar de seu livre arbítrio e ser de interesse de sua própria saúde ou dignidade humana.” (ELIAS, 1996 p. 153).

Neste ponto da aula, entra um BG com as vozes das comadres, em rotação acelerada para demonstrar que estão horas fazendo fofoca. O diálogo representado pelas comadres irá ilustrar as regras de gramática que serão apresentadas durante a aula.

Locutor 01- As comadres, como gostam de comentar a vida dos outros. Vamos aproveitar a conversa das duas? Repare. Além da Glorinha, outra coisa chamou a atenção da Joana. / A limpeza da Sala/ Quitéria não estranhou, pelo contrário! Confirmou a limpeza e falou da arrumação do ambulatório, que tranquiliza quem vai lá. Pois em lugares assim como ela diz, “*A gente não tem medo de pegar doença dos outros*”.

Locutora 01- Mas não é só no ambulatório que se deve cuidar da limpeza e da arrumação.

A partir deste ponto notamos que a higiene perpassa transversalmente toda a aula. Na fala do locutor 01, sobre as comadres, aplica um tom de humor e desdém com as donas de casa. Assim retira o foco do que elas comentam e faz um recorte para a higiene.

Locutor 01- Toda e qualquer atividade, a higiene no trabalho é útil e necessária. Ela é uma garantia de saúde e de tranquilidade. De bem estar!

Locutora 01- Na aula passada, apresentamos quatro regas gerais de acentuação gráfica, releia agora os textos da primeira fala da comadre Joana. Na aula de hoje número sete.

Neste ponto, a locutora aplica um reforço positivo lembrando aos alunos do que foi estudado na aula anterior, possivelmente para situá-los no assunto. Para dar tempo, para que se preparem com seus fascículos, entra um BG com efeito progressivo do agudo para o grave em um piano, seguido de uma vinheta:

Vinheta na Voz de Sergio Chapelen - Este é o curso supletivo do primeiro grau, segunda fase do Projeto Minerva. (Volta, BG misto dedilhado em violão)

Esta vinheta será repetida várias vezes durante a programação. Ela funciona como uma identificação do programa. Em seguida repete o texto da “comadre” para servir de base para a explicação da gramática.

Artiz 02- Comadre Quitéria nem lhe conto! Imagine que hoje saí cedo para levar a mulher do José com a menina deles ao instituto.

Locutor 01- Atente para a palavra sublinhada SAÍ (BG)

Locutor 02- Saí é oxítona e termina em Í, pela regra geral não devia ser acentuada, mas aí entra a regra cinco (BG-curto)

Locutora 01- Quando Í e Ú são tônicos e formam sílabas sozinhas ou seguidos de S leva o acento agudo em qualquer tipo de palavra: Exemplo

Locutor 02- Eu saí, tu saístes, prejuízo, país. O Í dessas palavras é pronunciado separado da vogal que o antecede, portanto, recebe o acento agudo.

Locutora 01- Ciúmes, saúde, saú, baú, Esaú, Anhangabaú!

Locutor 02- A letra U, dessas palavras, é a sílaba tônica, pronunciada separada da vogal que a antecede. Portanto, recebe acento agudo. Olhe rapidamente a fala das comadres e repare as palavras sublinhadas, (BG Violão longo)

Como vimos no início da aula, seu conteúdo é de Língua Portuguesa, versando exclusivamente, sobre acentuação gráfica, portanto uma aula sobre gramática. Vamos observar que após uma bateria de informações sobre a gramática, os locutores recomendam aos alunos, que verifiquem, no fascículo, as palavras que ele destacou e que estão sublinhadas. Imediatamente, coloca um instrumento tocando, neste caso, um violão, dando um tempo para que o aluno possa fazer a leitura e acompanhamento das ideias propostas pelo locutor que estão apostas no papel.

Locutor 02- Aparece acentuadas, as palavras SÓ, VÊ e LÁ. São os monossílabos, elas não levam a. (pausa longa)

Locutor 01- Regra seis, (BG curto) os monossílabos tônicos terminados em Ó, Ê, Á, seguido ou não de S, são acentuados. Sejam as vogais abertas ou fechadas,

Locutora 01- Recordando. Quando a vogal é aberta, o acento é agudo, quando fechada, é circunflexo. Exemplo:

Locutor 02 SÓ, Ó, vogal aberta, acento agudo, VÊ, Ê, vogal fechada, acento circunflexo. Outros exemplos.

Locutor 01- Há sempre sol na nossa vida

Locutor 02- Há do verbo haver, aga_a (representando h+a) vogal aberta, acento agudo. Quem não lê, mal fala, mal houve, mal vê, (BG curto)

Locutora 01 -Lê, do verbo ler, vê do verbo ver, ambos são monossílabos tônicos, portanto acentuados graficamente. Como o Ê é vogal fechada, leva acento circunflexo.

Locutor 01- Só com fé se vai ao céu. SÓ, Ó, vogal aberta, acento agudo. O mesmo para fé, escrito com acento agudo no é.

Locutora 01- só com fé se vai ao céu. (BG longo)

Locutor 02- Esta última palavra da frase, céu nos leva a: regra sete. (BG curtíssimo)

Locutora 01- Entre os ditongos da Língua Portuguesa, são acentuados apenas, ÉU, ÉI, ÓI, (entra a fala das comadres) – A Glorinha com aquele, chapéu e aquele vestido, vai fazer ciúme no noivo, a isso vai.

Locutor 02- Chapéu, essa palavra possui o ditongo éu, que deve ser acentuado graficamente. Acento agudo, naturalmente. Outros exemplos: Antigamente, estes anéis só custavam vinte réis.

Locutor 01- anéis e réis, ditongo, ÉI, acento agudo no é.

Locutor 02- O amor constrói, a saudade dói, Constrói, dói. Ditongo, ÓI, acento agudo. (volta à fala das comadres) – eu frequento o ambulatório e sei como é.

Locutor 01- A comadre Quitéria disse que frequenta o ambulatório, observe a grafia das formas do verbo frequentar. Os dois pontinhos acima da letra U, constituem o chamado trema. O verbo frequentar nos conduz a.

Locutor 02- Regra oito, (BG curtíssimo) a letra U quando soa depois de G ou de Q leva trema, quando é átona, e acento agudo quando é tónica, sempre que: depois dela esteja um I ou E. exemplo:

Locutora 02- Faça de seu local de trabalho um ambiente limpo e tranquilo.

Locutor 02- Tranqüilo, dois pontos acima do U, o sinal gráfico chamado trema. Ninguém agüenta um ambulatório sujo.

Locutor 01- Agüenta, trema na letra U

Locutor 02- Quando as comadres se enfezam, não há nada que as apazigüe. Apazigüe, acento agudo no U, por ser a vogal tónica.

Locutora 01- Sempre que venho ao radioposto, alguém se argúi sobre acentuação gráfica.

Locutor 02- Argúi, acento agudo. As comadres costumam falar do que veem.

Locutor 01- Regra nove, (BG curtíssimo)

Locutor 02- As terminações EM, OU, levam acento circunflexo na primeira vogal. Exemplo: muitas pessoas só crêem no que vêem

Locutor 01- Crêem e vêem, levam acento circunflexo no primeiro Ê.

Locutora 01- Muitos vêem, Lêem, relêem, e não crêem. Vêem, lêem, relêem, crêem. Acento circunflexo no Ê

Locutor 02- Ao primeiro enjoo a mulher do José correu para o médico

Locutor 01- Enjôo. Acento circunflexo no primeiro Ô. Compare agora as frases:

Locutora 01- Vou ao ambulatório do instituto.

Locutor 02- José foi a maternidade, na segunda frase, o a recebe um acento chamado grave, ele é usado exatamente em casos como esse, para indicar a fusão de dois A, num só. Essa fusão de duas vogais iguais se chama crase. Repare:

Locutor 01- Vou ao ambulatório, logo vou aa maternidade. Vou a este ambulatório. Vou a aquele ambulatório, vou a essa maternidade, vou a aquela maternidade.

Locutor 02- O acento grave indica a crase, a fusão de duas vogais iguais, a aquelas, escreve-se, a, a palavra àquela tendo no À inicial o acento grave. Àquela. O acento grave não altera a pronuncia do A.

Locutor 01- Regra dez, (BG curtíssimo) usa-se o acento grave para indicar a crase de dois As.

Locutora 01- Nessa aula e na anterior, conhecemos as 10 regras básicas de acentuação gráfica. Consulte o fascículo sempre que tiver dúvida. E o pessoal do radioposto pode iniciar as atividades.

Locutor 02- E para lembrar a décima regra, lembre-se quando venho, venho dá, quando vou crase no À. Quando venho, venho dê, quando vou crase pra quê? (BG Longo)

Vinheta- Este é o curso supletivo do primeiro grau, segunda fase, do Projeto Minerva (BG longo)

Os textos presentes na estrutura das falas, além de revolver em torno de um tema gerador, buscam se identificar com a rotina e o saber do receptor, contornando temas que são valorizados e permeiam sua rotina. Frases como: “Só com fé se vai ao céu”; “O amor constrói, a saudade dói,” presentes no texto acima, são frases que apelam para o sentimento do receptor, no campo afetivo e ou religioso, buscando deixar o ouvinte receptivo para as mensagens, sem uma avaliação crítica e mesmo sem a capacidade de reflexão sobre o que está ouvindo, (Bourdieu) aceitando como verdade absoluta aquela mensagem incutida que, sem resistência, será inculcada.

Ao finalizar a aula, a **Locutora 01**, anuncia, assim como no começo, os conteúdos tratados naquela aula. “Nessa aula e na anterior, conhecemos as 10 regras básicas de acentuação gráfica.” Em seguida faz novamente a recomendação do uso do material impresso e chama os Monitores, para iniciarem suas atividades, embora estas atividades já tivessem sido iniciadas, como vimos na seção dos Monitores. **O Locutor 02**, faz a última fala, antes da vinheta final, apresentando um reforço ao que foi tratado na aula apresentando uma dica para lembrar a regra gramatical “E para lembrar a décima regra, lembre-se quando venho, venho dá, quando vou crase no À. Quando venho, venho dê, quando vou crase pra quê?”

Vimos até aqui, uma aula de Língua Portuguesa, que tem como base a gramática. Os locutores falam de forma muito pausada, demonstrando intencionalidade para com a compreensão dos alunos. Dificilmente a pontuação colocada no texto escrito, conseguirá dar conta de representar o programa falado. Existe ainda, uma característica importante, exercida pelo fenômeno radiofônico, ao qual, Prado (1989) chama de *condicionamento temporal*, segundo o qual, a mensagem, sofre modificação, tornando-se codificada, “Esta, ao ser realizada pelo ouvido, somente pode ser feita no presente, determinando assim a permanência da Mensagem.” (PRADO, 1989, p.19).

Na relação locutor/ouvinte, forma-se um processo de retroalimentação no imaginário das duas partes, estabelecendo uma fórmula simbólica: o locutor acredita que o ouvinte está dedicado a sua fala e que, naquele momento, tem a sua atenção e sua imaginação.

Outro aspecto a ser considerado é a unidirecionalidade da mensagem do rádio. O ouvinte não vê quem fala, não o conhece, nem pode manter com o interlocutor uma relação interpessoal no momento da transmissão. As possibilidades de participação ou interação na transmissão são mínimas, apenas com eventuais interferências associadas a outros meios, como

telefone, carta, fax e, raramente ao vivo, nos estúdios de gravação. (BIANCO, 2009, p. 56).

Certamente a unilateralidade pode ser considerada um problema para o PMR, considerando que em uma aula surgem dúvidas que necessitam ser dirimidas pelos alunos junto ao professor. Contudo esse problema foi corrigido desde quando foi lançada, a Universidade do Ar Paulista que inseriu a figura do Monitor nas suas aulas, garantindo o funcionamento do ensino a distância. Até hoje, a figura do Monitor é *sine qua non* para o funcionamento dos cursos, embora mude de nome, muitas vezes chamados de tutor, essa personagem, figura amplamente, nos programas de educação a distância.

Por outro lado, nos modelos de recepção isolada assim como nos demais, o ouvinte (receptor) se esforça para compreender o que está ouvindo, acreditando que aquelas palavras são direcionadas a ele, portanto solta sua imaginação, formando imagens mentais representativas, do que ele acredita, sejam as representações das palavras. Para Prado (1989), o *feedback*, é a retroalimentação do sistema. Entretanto, “Esta característica é utilizada como fórmula simbólica de bidirecionalidade quando de fato é apenas um ‘eco’” (PRADO, 1989, p.19).

Para compreender os efeitos promovidos pela radiodifusão, é preciso conhecer seus fatores de eficácia da mensagem radiofônica. Nossos sentidos são despertados pelos fenômenos que os atraem, instantaneamente. A visão é despertada pela imagem, o olfato pelo cheiro e a audição pelo som. A imagem oferece uma sugestão definitiva que é aceita, imediatamente pelos olhos, como verdade. O cheiro desperta lembranças agradáveis ou não, com a função de aproximar, ou de afastar o indivíduo do ambiente. Já o som, quando agradável, desperta a imaginação e prende a atenção. Isso nos leva aos fatores de eficácia da mensagem radiofônica que segundo Prado (1989): reúne duas facetas importantes: a clareza e a locução

A clareza é a primeira delas e tem duas facetas: a técnica e a enunciativa. Técnica determina uma transmissão adequada, sem ruídos no processo e com uma combinação adequada dos recursos expressivos do veículo. A clareza enunciativa tem, por sua vez, dois aspectos: o da redação e o da locução (PRADO, 1989, p.19)

A locução desempenha um papel importante na transmissão da mensagem. Vejamos o exemplo do texto escrito acima, referente à fala do Locutor 02, quando diz: “Há do verbo haver, aga_a, vogal aberta, acento agudo”. Na forma escrita não podemos representar corretamente a sua pronúncia. Se escrevermos apenas ha, ao lermos, teremos uma

compreensão errada do que realmente foi dito pelo locutor. Para representar, corretamente, sua fala, precisamos usar recursos linguísticos que não são comuns em um texto.

Neste caso, H+A seria uma opção, mas ainda poderia representar uma aula de Matemática e não de gramática, então podemos recorrer à escrita, como: **AGA A** seguido da explicação, representando H+A, entretanto, num roteiro de gravação radiofônica, esta expressão viria escrita da seguinte forma: AGA/A ou H/A, onde a barra representa uma pausa longa. Esta frase escrita para o estúdio provavelmente ficaria assim: “Há do verbo haver, aga/a / vogal aberta / acento agudo”.

Assim a locução, é um fator fundamental na composição e transmissão da mensagem. Para cada tipo de locução existe uma abordagem diferente.

A *locução* no terreno informativo, aspecto que nos ocupa, deve ser responsabilidade da mesma pessoa que elabora os textos, rompendo assim com a expressão fria, impessoal, de máquina falante, que veiculam os locutores profissionais quando lêem um texto jornalístico. Esta arrogância clássica contribui para estabelecer uma barreira entre emissor e receptor, situando aquele em um lugar inaceitável para o ouvinte, que vê assim aumentadas as dificuldades de interação que por si mesmas tem o rádio na sua estrutura atual. (PRADO, 1989, p.19)

A fala de Prado (1989) se refere a um contexto jornalístico, entretanto é diferente quando a “locução informativa deve ser natural. Os textos não são lidos, devem ser ditos.” (PRADO, 1989, p. 20). Num programa de ensino a distância o resultado deve ser o oposto de um programa jornalístico, pois a interação é fundamental, ainda que a estrutura do programa seja semelhante a uma aula escolarizada, tradicional, como é o caso das aulas do PMR.

No caso das aulas, vários recursos são utilizados a exemplo dos *Jingles*, Vinhetas e BGs. Estes recursos reforçam a intenção de transmissão da mensagem radiofônica porque conduz o receptor a imaginar a representação do texto. Designadamente, a difusão da mensagem, está auxiliada por três instrumentos de comunicação: a voz do locutor, os recursos sonoros, e o fascículo. Estes elementos apoiam a compreensão do receptor e facilitam a aceitação da mensagem como definitiva e sem questionamentos. Neste caso a imagem criada pelo ouvinte não busca analisar criticamente as palavras, mas tenta formara uma imagem mental das “ideias feitas” ou “verdades” proferidas pelo locutor.

Assim vamos passar a segunda análise dos *Jingles*, que traziam uma mensagem de doutrinação do projeto de Governo Militar, com vistas a inculcar nos alunos, através da recepção, seu projeto de sociedade.

O primeiro *Jingle*, na abertura do programa diz:

Abra seus olhos é hora de ver, ouvidos atentos é tempo de ouvir, tem muitas mudanças pra gente fazer, caminhos novos pra descobrir, ser o elo da corrente, basta você ver, pra vencer, subir na vida, progredir, seguir em frente, realizando seus ideais... abra seus olhos e seu coração, aqui começa a luz e acaba a escuridão, é tempo de aprender e saber mais... Projeto Minerva.

Notamos uma convocação para o aguçamento dos sentidos dando ao receptor a impressão de que ele faz parte de um projeto de País, onde sua participação é fundamental, afinal ele é ou pode ser, o “elo da corrente” e para isso basta o receptor ver e, sobretudo ouvir. Assim o governo anuncia que tem muitas mudanças para fazer com o apoio do receptor.

Neste *jingle*, podemos notar um tom apelativo, colocando o sujeito, ouvinte do programa, numa condição de inferioridade por não ser letrado. Destarte, sugere que a partir daquele momento ele pode ser outra pessoa, **progredir, vencer na vida, abandonar a escuridão e ir para luz**. Estes apelos demonstram uma proposta salvacionista do programa para aqueles que o escutam. A música que acompanha o *Jingle* tem tom alegre com notas vibrantes dando a sensação de conquista. Busca chamar toda a atenção do receptor para a cadência, convocando a adrenalina e retirando do receptor a capacidade de articulação do pensamento crítico, tornando o receptor incapaz de promover o raciocínio analítico sobre o conteúdo da letra e seus objetivos. Além disso tem como característica a repetição que, conforme Bourdieu (2011), tende a induzir as “ideias feitas” presentes na mensagem como uma verdade absoluta.

Está aí, a primeira mensagem salvacionista de que o projeto irá resolver o problema da baixa escolaridade do indivíduo e conseqüentemente suas dificuldades com o mundo letrado e a condição social. O aluno que consiga vencer a dificuldade da cultura letrada, se transformará no indivíduo detentor de novas possibilidades e oportunidades de sucesso. O *jingle* de abertura é repetido em todos os programas do PMR, com vistas a garantir a massificação dessa “Ideia feita”

Após a fala dos locutores ouvimos o segundo *Jingle* que diz:

Eu quero saber mais, eu quero ser alguém, eu cresço com o Minerva e o Brasil cresce também, pa pa da, pada, pada, paia, pa pa da, pada, pada, paia.

A repetição da mensagem, ainda que seja banal, se converte em verdade e acaba por ser absorvida pelo receptor aumentando sua crença e funcionando como um reforço positivo que, conforme Skinner (2003), pode ser representado por “uma contrapartida da ansiedade que se origina quando um estímulo precede um reforço positivo de um intervalo apreciável.” No caso dos *jingles* do PMR, a repetição e a massificação da mensagem origina a

ansiedade positiva, resultando num reforço crônico, onde o receptor desprende um esforço para conseguir o benefício que se daria através da melhoria da sua baixa escolaridade.

Para Skinner, a repetição constante da mensagem cria uma expectativa viciante pelo estímulo positivo:

Se um envelope recebido pelo correio traz más notícias, um envelope semelhante recebido mais tarde irá, antes de ser aberto, gerar a ansiedade que acabamos de descrever. Mas envelopes também contêm boas novas, talvez um cheque ou a oferta de um bom emprego. Neste caso o comportamento de evitação reforçado pelas más notícias - evitar a caixa postal, deixar a carta fechada, perdê-la antes de abrir, e assim por diante - tem seu paralelo na elevada probabilidade de olhar para a caixa, abrir o envelope precipitadamente, etc. Os reflexos emocionais na resposta ao envelope fechado serão apropriados às más notícias em um caso e as boas notícias, em outro caso. No lugar das respostas comumente observadas no desgosto, tristeza, ou medo, podemos observar respostas características, alegria e contentamento. As predisposições emocionais também se colocam nas mesmas posições polares: da depressão geral a atividade no outro. Em vez de permanecer calado e reservado o sujeito fala com todos, reage de maneira exagerada, anda mais depressa parecendo mais leve, etc. Isto é particularmente obvio no comportamento das crianças - por exemplo, na véspera de um feriado ou de uma festa.

O efeito de estímulos que precedem caracteristicamente um reforço positivo pode ser crônico em um mundo no qual “boas” coisas acontecem frequentemente. Não é visto na clínica porque não causa problemas. A ansiedade, que é crônica em um mundo onde “mas” coisas comumente acontecem, resulta em desvantagens tanto para o indivíduo quanto para a sociedade. (SKINNER, 2003 p.197)

Neste aspecto a estrutura da aula embora siga um formato de aula expositiva tradicional, como se o professor estivesse numa sala perante os alunos, está permeado de recursos sonoros, musicais e teatrais que promovem a ideia de sucesso dos alunos, vindo a funcionar como um reforço positivo pela repetição, enquanto entrega as “ideias feitas”.

4.2. PROGRAMA REDIOFÔNICO DE ESTUDOS SOCIAIS

A segunda parte da aula é sobre a disciplina Estudos sociais, separada da primeira apenas por uma vinheta. Entretanto, podemos notar que os programas foram gravados em momentos distintos e depois montados para transmissão. Considerando que na transição da primeira para a segunda aula, apresentadas no mesmo bloco, a locutora orienta os Monitores iniciarem sua parte no trabalho. Essa atividade dos Monitores com os alunos, só era iniciada após o fim das transmissões.

A estrutura de apresentação dos locutores e atores permanece igual à primeira parte, com as falas iniciadas predominantemente pelos homens. A participação dos atores nesta parte é parca, apenas ilustrativa.

A aula que inicia com um *Jingle* de abertura convocando o receptor para fazer parte das ideias apresentadas naquele programa.

Jingle- “Você faz parte da comunidade, amigo estenda a sua mão, este país vai progredir, com a sua participação”.

Podemos notar no *jingle*, a intenção de convencer o receptor da sua importância na sociedade e também, do seu compromisso com o progresso do País. Assim, como na primeira parte, o tema gerador permanece, mas a instituição muda. Sai o INPS e entra a Família.

A mensagem no *jingle assume* um tom apelativo, chamando o receptor de **amigo**, colocando o aluno na condição de responsável pelo sucesso ou fracasso da sociedade. Neste ponto, é preciso que o cidadão “estenda a mão para que tudo dê certo”. Notamos que o contexto do ensino assume uma motivação mais agressiva, atribuindo culpabilidade ao receptor, caso ele não aceite os ensinamentos que constam naquele programa.

O enredo explora as transformações na sociedade, pelas quais a Família passou ao longo da história. O desenvolvimento do programa permeia a cátedra familiar, tecida cronologicamente na sociedade, desde sua função biológica com a procriação, ao dever educativo, religioso e mantenedor da entidade familiar e seus membros.

Locutor 01- Estudos sociais.

Locutor 02- Aula número sete da segunda fase.

Locutora 01- Funções da Família, (BG longo)

Locutor 02- Na aula passada, nós estivemos vendo como a Família foi sofrendo modificações, através do tempo. (BG longo)

Locutor 01- Hoje a Família é bem menor do que antigamente e a autoridade é exercida igualmente pelo homem e pela mulher. (BG médio)

Locutora 01- Houve ainda uma série de modificações que nós vamos ver agora (BG curto)

Locutor 02- A Família é comumente chamada de unidade social básica, isso porque antigamente a função básica da Família era de garantir a sobrevivência econômica de seus membros.

Locutora 01- Tudo que ela produzia era para seu próprio consumo, para ser usado dentro da Família.

Locutor 02- Até a educação dos jovens era dada pela Família. Era muito comum também chamar-se um mestre, especialmente, para ensinar as crianças.

Locutora 01- Ou então um profissional, para iniciar um jovem no aprendizado de um ofício (BG Longo)

Locutor 01- A Família exercia ainda o papel de tribunal, o próprio grupo familiar julgava e punia as pessoas que não obedecessem às normas daquela comunidade. Vocês veem, portanto que as Famílias tinham funções variadas e centralizava as ações dos indivíduos em todos os setores de sua vida. (BG longo)

Ao apresentar o papel da Família enumerando suas atividades, o texto toma aspectos representativos das dificuldades, pelas quais, as Famílias passavam, sem a intervenção do Estado nas atividades familiares. Como cita o Locutor 02, as atividades formativas eram dever da Família. Os mais ricos contratavam professores particulares para os seus filhos enquanto os mais pobres encaminhavam a prole para um treinamento profissionalizante com alguém que já desenvolvesse tal atividade na comunidade. O ofício referenciado no texto se refere a uma profissão, para os menos favorecidos, ligada a um serviço que poderia ser prestado a outrem, a exemplo de marcenaria ou carpintaria entre outros.

Também, cabia a instituição familiar às responsabilidades de punição para aqueles que não seguissem as regras de determinada sociedade. Em determinada comunidade, as famílias determinavam as regras de conduta social, as quais, todos os membros da comunidade deveriam seguir. Quando um desses elementos descumpria uma regra, a própria família tinha a incumbência de punir o indivíduo. Contudo, o locutor faz saber que os tempos são outros, que a situação melhorou, pois naquele momento, o Estado absorveu muitas funções que a Família tinha dificuldade em desenvolver.

Criou um sistema jurídico, implantou o ensino público e investiu no progresso com a implementação da indústria, que referenda o processo de crescimento do país. Com esse crescimento, também surgiu às escolas profissionalizantes a cargo do Estado. Assim, a Família deixa de ser Juiz, Júri e Carrasco dos seus membros, passando tais atribuições, para o crivo do Estado.

Com estas mudanças as normas e regras que eram criadas para atender as necessidades das comunidades, perdem seu valor, abrindo caminho para os valores determinados no âmbito estadual. Os delitos e contravenções que, antes eram cometidos em desacordo com as normas da comunidade, passaram a serem crimes, contra o ente federativo que adveio a julgar e punir sob as regras do Estado.

Locutor 02- Atualmente, as sociedades são organizadas, procurando atender as diversas necessidades das pessoas, fora do meio familiar.

Locutor 01- Já existem instituições que desempenham funções especializadas, que antes estavam a cargo da Família, por exemplo, as escolas para ensinar, (BG curto)

Locutora 01- Os tribunais para julgar (BG curto)

Locutor 02- Mas a Família, apesar dessas modificações nas suas funções, permanecem ainda como um grupo social fundamental, uma instituição básica da sociedade. Quais são então as funções básicas da Família atualmente (BG Curto)

Locutora 01- A primeira delas é a função biológica (BG curto com barulho de criança)

Locutor 02- É a função de procriar, de gerar filhos, sem os quais a Família não poderia continuar. Isso significa a própria preservação da espécie humana.

Locutora 01- também a cargo da Família está a função de socialização

Locutor 02- Quer dizer, criar os filhos até a maior idade. Transformar um pequenino ser humano numa pessoa com capacidade de se adaptar ao mundo e aprender. (BG longo)

A socialização, que era uma atividade exclusiva da Família, também passa a ser dividida com o Estado, pois ao ir para a escola a crianças se relaciona com os seus pares e essa relação interfere na sua formação social. O Estado regula a Família no seu comportamento social, interfere culturalmente na sua cátedra, mas a forma como o programa apresenta a interferência do Estado na estrutura da Família, soa como algo benéfico.

Durante a programação eram inseridas várias vinhetas para demarcar o assunto e prender a atenção do receptor. As vinhetas são recursos sonoros importantes: Quando exerce a função de trilha musical, contribui para promover emoção que, conforme a intenção do emissor será de acordo com som da trilha. Alegria, tristeza, euforia, apreensão, medo. Os efeitos sonoros propiciam uma ambientação, aproxima o receptor da mensagem veiculada e promove a assimilação. Toda a ambientação pode ser manipulada com som ou a falta dele. O silêncio, por exemplo, causa expectativa. O recurso do silêncio é bastante utilizado nos filmes de terror. Este recurso, também usado nas novelas de rádio, prende, ainda que contra sua vontade natural, a atenção do espectador ou ouvinte. Assim os recursos sonoros são utilizados amplamente durante a programação.

Vinheta- Este é o curso supletivo do primeiro grau segunda fase do Projeto Minerva.(BG Longo)

Esta vinheta é do tipo completa e tem a intenção de despertar o interesse do receptor. Considerando que depois de ouvir o rádio por algum tempo o receptor vai se distanciando do que está ouvindo. Assim esta chamada funciona como o anúncio de notícia importante que, conforme Prado (1989), deve ter um prenúncio atrativo e se repetir continuamente, para atrair a atenção do receptor. O ouvinte do rádio tem características que favorecem o uso de recursos sonoros para conduzir suas conclusões. De acordo com Prado (1989), uma programação veiculada pelo rádio tem um público específico. “[...] as notícias

radiofônicas são veículo de informação daquelas pessoas que não leem porque não sabem ou não querem fazê-lo.” (PRADO, 1989 p. 48) Neste aspecto, o PMR utiliza o recurso da vinheta para patrocinar a atenção do receptor.

- Locutor 02-** A função de sustento, também faz parte das atribuições da Família.
- Locutora 01-** Cabe, principalmente, ao chefe da Família providenciar alimentação, abrigo, vestuário, assistência médica a todos os membros do grupo familiar.(BG médio)
- Locutor 02-** Existem ainda outras funções! A transmissão de bens, por exemplo!
- Locutor 01-** As Famílias podem acumular bens, dinheiro, propriedade, móveis, objetos diversos que passam de uma pessoa para outra.
- Locutor 02-** Essa transição de bens é regulada por leis especiais, mas geralmente é determinada pelo chefe da Família.
- Locutora 01-** Na sociedade moderna existem regras que protegem os bens familiares e os interesses da própria sociedade (BG longo)
- Locutor 02-** A Família é a primeira a transmitir à criança, durante seu crescimentos, as crenças, ideais e maneiras de comportamento de uma sociedade. A Família é o primeiro grupo social integra a criança na cultura do seu meio.
- Locutor 01-** Nessa função de Transição cultural ela é ajudada por outras instituições, principalmente, pela escola. (BG longo)
- Vinheta** (BG curto) – Este é o curso supletivo do primeiro grau, segunda fase do Projeto Minerva. (BG curto)
- Locutor 02-** Além de todas essas funções básicas, a Família atua em outras áreas, também muito importantes, dentro da sociedade. Por Exemplo, a Família funciona como um grupo social primário, em que as pessoas estão ligadas por laços de sangue.
- Locutora 01-** Todos comem, dormem na mesma casa, e tem suas responsabilidades dentro do grupo.
- Locutor 02-** Os participantes da Família, mantém contatos pessoais a vida inteira, e por isso mesmo dependem uns dos outros e se ajudam uns aos outros. (BG curto)
- Locutor 01-** A Família funciona como orientadora e moderadora da personalidade e do caráter do indivíduo.
- Locutor 02-** Existe até uma expressão popular que diz que:
- Locutor 01-** É dentro de casa que se aprende. Os membros da Família servem de modelo, uns para os outros. Por isso é que as ações de cada pessoa, são, em grande parte, reflexo do ambiente familiar. (BG Curto)
- Locutora 01-** A Família é também capaz de amparar e de confortar as pessoas. Ela atende as necessidades de segurança, de estima, de carinho, de reconhecimento que toda pessoa tem.
- Atriz 01-** Que foi que houve minha filha? Você tá meio triste hoje!
- atriz 02-** Não sei o que é não mãe, eu tô preocupada, sei lá.
- Atriz 01-** Vem cá vamos conversar passa logo,
- Locutor 02-** São coisas assim que dão mais confiança e conforto as pessoas.

No recorte acima, encontramos a definição da instituição familiar sob o novo desenho do Estado. O modelo patriarcal permanece e o homem ainda tem a patente de chefe

da Família. Ao homem cabe a responsabilidade pelas atividades familiares, sejam elas dentro ou fora das normas.

O homem está para o “novo” modelo de Família, como o principal provedor de sua existência. Assim, o Estado determina, mas o chefe familiar faz cumprir a determinação. Agindo assim, o genitor cria uma espécie de relação mútua com o Estado, ganhando o direito de manifestar sua vontade sobre sua Família. Um exemplo: é o direito a propriedade familiar, pois embora o Estado defina os direitos à propriedade, o genitor pode determinar por testamento, antes de sua morte, para quem deve ser destinado seu patrimônio. Assim, a instituição familiar funciona na sociedade como grupo social primário, com direitos e deveres, desde que siga as condições predeterminadas.

Na disciplina de Estudos sociais podemos perceber a intenção doutrinadora do conceito de Família: como deve se comportar, as mudanças que deve promover, as atitudes que pode tomar e o quanto o Estado participa das atividades sociais cotidianas da Família. Tal doutrinação vem através das ondas sonoras. Para Ortriwano (1985), o rádio pode promover 4 tipos de doutrinação: 1) doutrina demográfica dos publicitários; 2) eclética e Culturalista; 3) dogmática e 4) sóciodinâmica. Neste caso da aula pelo menos duas delas, podem ser encontradas na estrutura da aula: a eclética culturalista e a sociodinâmica:

Doutrina eclética culturalista: é representada pelas pretensões culturais existentes na maioria dos meios de comunicação de massa, seja no rádio, na televisão ou nos jornais, pretendendo representar o reflexo da atividade universal do espírito. A doutrina sociodinâmica é decorrente da doutrina culturalista e pressupõe a ação direta sobre o todo social, constituindo um retrato permanente da cultura, considerada como um conjunto de conhecimentos e de fatos em que é necessário optar entre atitude conservadora e atitude progressista. (ORTRIWANO, 1985 p.55),

Ao determinar as regras e ajustes nas ações que o grupo familiar deve seguir, incluindo sua mudança de costumes, o Estado impõe a doutrina eclética culturalista, determinando o papel dos membros familiares e alterando sua composição. Ao determinar o papel do homem no seio da instituição familiar, produzindo suas ações, estabelece a doutrinação sociodinâmica. O governo utiliza das aulas do PMR, para indicar os princípios doutrinários, orientando a Família nas suas ações.

O conteúdo de Estudos sociais constrói a doutrinação dos receptores, apelando para a história das funções da Família, classificada como um momento conservador quando cabia a instituição familiar, todas as decisões estruturais necessárias para manter a Família. Em

seguida coloca o Estado numa condição progressista assumindo parte dos deveres da Família, mas sugere, em troca, receber o apoio para seu projeto de sociedade.

- Locutor 01-** A atuação da Família é muito importante, aí.
Jingle: “ai, ai que saudade eu tenho da Bahia, ai se eu escutasse o que mamãe dizia ...”
Locutor 02- A Família em que nascemos, possui uma posição social que é reconhecida na comunidade.
Ator 01- Pode confiar que é gente muito boa. É uma Família respeitada aqui no lugar .
Locutora 01- Pois é a nossa Família que nos transmite essa posição, graças a ela somos aceitos numa sociedade.
Locutor 02- É claro que cabe a nós manter essa posição, é uma responsabilidade e um dever de cada membro da Família. A sociedade em que vivemos, oferecem a todos, meios auxiliares para estas conquistas. A escola onde adquirimos conhecimentos. (BG curtíssimo)
Locutora 01- Ou o trabalho onde somos respeitados por nossa dedicação e competência profissional (BG curtíssimo)
Locutor 02- Assim vocês estão vendo que pelo correto desempenho de suas funções a Família é a grande responsável, pelo ajustamento do indivíduo à sociedade. (BG curto)
Vinheta final- Essa audição integra as atividades do programa nacional de teleeducação, PRONTEL, numa realização da SEMPRO- Central de produção de rádio difusão educativa do MEC.

Esta parte da aula acima, segue com o processo de catequese, apresentando um reforço positivo para aqueles que aceitarem, de bom grado, submeter-se ao projeto doutrinário do Estado. Na primeira fala, o locutor 01, apresenta um lamento de alguém que por algum motivo, deixou de seguir as regras da doutrinação e por este motivo demonstra arrependimento e sofrimento. O trecho apresentado para cumprir essa função é retirado de uma música de Dourival Caimy, intitulada Saudades da Bahia.⁴³ A música, que era sucesso e veiculava no rádio, naquele momento, narra a história de alguém que sofre em demasia por não ter seguido os conselhos da família, resultando em um arrependimento que não pode ser remediado.

O texto apresenta a Família como uma instituição forte capaz de impor respeito social conforme seu nome seja de uma instituição que segue sem questionar o atavio preparado pelo Estado onde cada Família deve ser um exemplo a ser seguido. Cada membro de uma Família deve tomar como meta manter o bom nome da Família para ter reconhecimento e respeito na sociedade.

Para finalizar o programa, é repetido o *jingle* tocado no início do programa e encerra a transmissão.

⁴³ Letra completa em anexo

Podemos observar que o programa proporciona duas abordagens distintas, assim como dois conteúdos e uma concepção com duas vertentes.

As abordagens são: implícita e explícita. Na abordagem implícita figura a propaganda governamental, apresentando os feitos do Estado Brasileiro e a construção do processo de doutrinação; na abordagem explícita consta os conteúdos das aulas.

O primeiro conteúdo é de Língua Portuguesa, com o foco nas regras gramaticais, apresentando o tema: acentuação gráfica. O segundo conteúdo é de Estudos sociais, apresentando a instituição Família, com foco no comportamento dos indivíduos em sociedade.

Na primeira parte são apresentados os conteúdos de gramática, num estilo tradicional, busca preparar o aluno para que possa decorar o conteúdo e responder uma prova. Assim, na primeira parte predomina o conteúdo. Na segunda parte, embora apresente um conteúdo, este é de cunho comportamental. O tema gerador permanece, mas o foco é outro. Enquanto a primeira parte figurava como tema gerador uma instituição criada e mantida pelo Estado Brasileiro, – INPS, na segunda parte, figura a instituição familiar. Na primeira parte o programa apresenta os benefícios que está criando para população, com a previdência social, e a promessa de uma sociedade melhor. Na segunda parte, diz como a população deve se comportar perante a sociedade. A concepção do programa tem duas vertentes embutidas nas mensagens, as duas, fazem a entrega da “ideia feita” ao receptor.

Para inculcir as duas vertentes na mensagem são usados os recursos do tema gerador e os recursos de sonoridade. Na primeira vertente é inculcido valores ligados ao sucesso pessoal acrescido de civilidade, higiene e trabalho, sendo a condição para alcançar estes benefícios, a escolaridade. Assim o receptor passa ter a sensação de que conseguirá tais benefícios estudando. Neste aspecto, o Estado Brasileiro estaria oferecendo as condições como uma “segunda chance” para que o aluno possa lograr êxito, cabendo ao mesmo a responsabilidade sobre seu sucesso ou seu fracasso. (Hildebrand, 1984 p.24). As oportunidades estão disponíveis, cabe ao receptor (aluno) aceitar a “ideia feita” convencendo-se de que aquela é a sua melhor oportunidade.

Na segunda vertente, a mensagem traz a apresentação dos projetos governamentais como solução dos problemas para o País. Seu projeto de progresso, como condições de benefícios para todos. Do homem urbano ao trabalhador rural, a previdência, o progresso e o crescimento, alcançarão a todos. Contudo, estes benefícios estão reservados para quem decidir “estender a mão e ver a luz”, (*Jingle*) poderá galgar sucesso e felicidade.

4.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROJETO

Nesta seção vamos apresentar a avaliação do material bruto, o qual é feita pelo SRE/MEC. O Ministério da Educação e Cultura, através do Serviço de Radiodifusão Educativa, elaborou um plano de implantação do Projeto Minerva. Este plano pode ser encontrado nos arquivos do INEP, em Brasília, sob o título de identificação: “Plano Implantação Projeto Minerva PESQUISA_CX114_M1165_P2”.

Os textos, – roteiros – que compunham as aulas veiculadas pelo rádio, assim como o conteúdo escrito nos fascículos, passavam por uma avaliação antes de serem publicados e encaminhados para gravação dos programas radiofônicos. Os textos que compõem os fascículos, assim como os textos dos roteiros de gravação de programas radiofônicos chamavam-se de material bruto.

Uma equipe de especialistas é contratada para avaliarem a primeira produção do material bruto. A avaliação tem o objetivo de verificar a adequação do que foi produzido para os programas de rádio e os fascículos. A análise feita pelo especialista considera o conteúdo didático, o perfil do aluno, a realidade social e o conteúdo radiofônico, para verificar a eficácia do programa radiofônico e sua relação com o material impresso, com vistas a assegurar a compreensão dos receptores, referenciados no material como alunos.

Neste caso, a avaliação foi feita por Elisabeth Anna Borup, professora que fazia parte de um grupo contratado para revisar o material bruto, antes que este fosse finalizado para produção do programa. Borup não aparece em outros documentos, nem tem biografias disponíveis na rede, seu nome aparece nas listas telefônicas com endereço e número de telefone que já não existe mais, indicando o Estado da Guanabara, também extinto. Aparece ainda, no diário oficial da União nº 8560 do dia 11 de dezembro de 1945, sendo convocada para o concurso de admissão à primeira série do curso ginasial, através do edital nº 24 e boletim nº 57, convocando para comparecimento ao serviço médico. Não há mais destaques para o seu nome, nem foi encontrados, currículos publicados.

O material bruto compreende todas as disciplinas do PMR, sendo analisados por especialistas diferentes. Escolhemos o material referente à disciplina, Estudos sociais, por fazer parte do programa número seis que analisamos neste estudo.

A aula em questão é a nº 9 e trata sobre mudança nas instituições. Neste caso, a instituição em voga é a Família. O material bruto em questão conta com 136 laudas, analisa várias aulas da disciplina **Estudos sociais**. O material em questão, está no depósito do INEP em Brasília, sob a identificação: (PASTA 01, ANO 1973, CAIXA BOX: 115 / MAÇO: 1174).

O parecer compreende duas folhas de tamanho A4. Tecidas as considerações sobre o material, a avaliadora Elisabeth Anna Borup conclui que existe divergência entre eles, sugerindo que o roteiro e o fascículo destoam do material bruto que servirá para a montagem das gravações das aulas e impressão definitiva dos fascículos.

Apresentamos análise do material bruto referente a aula número nove. A aula escolhida é a mesma que terá seu áudio analisado mais a frente neste estudo. Assim será possível identificar as alterações feitas no material bruto que não parecem no áudio, portanto as considerações feitas neste material eram realmente alteradas antes da produção definitiva.

1 - INTRODUÇÃO

A Educação Fundamental é fator efetivo da Unidade Nacional, propiciando condições aos indivíduos, por ela atendidos, para uma atuação real, em todos os setores.

Aceitando-se o fato de a Educação ser capaz de desempenhar o papel de força motivadora, na realização das metas governamentais, há de se encará-la como investimento e tratá-la como tal.

Os recursos pagam dividendos quando investidos em Educação bem planejada e executada, sob a forma de aumento de produtividade do país.

Para a eficiente aplicação do investimento, é necessário estruturar programas educacionais com o máximo de adaptação funcional dos sistemas educacionais aos recursos disponíveis.

A fim de atender às peculiaridades do Brasil - país com enorme extensão geográfica e com grande clientela que, devido à faixa etária, não pode ser atendida pelo ensino regular, situação, que está, dentro das características de Ensino Supletivo - uma das soluções que se nos apresenta é a Educação através do meio de comunicação de massa de maior alcance no país - rádio.

O rádio pode suprir a curto prazo o atendimento a esta clientela, atendendo às exigências crescentes do desenvolvimento econômico, social e cultural do País.

Face a este problema, o Ministério da Educação e Cultura e o Ministério das Comunicações promulgaram a Portaria Interministerial nº 408, de 29 de julho de 1970, que possibilitou ao Serviço de Radiodifusão Educativa, do Ministério da Educação e Cultura, o desenvolvimento de um projeto, objetivando a implantação de um sistema de rádio educativo nacional. Esse projeto recebeu o nome de Projeto Minerva.

Figura 9 - Introdução – análise do material bruto – Projeto Minerva.
Fonte: INEP CX114_M1165_P2

No excerto acima, referente à introdução do plano, podemos perceber a relação, política, com o plano de metas do Governo Federal, identificando o PMR como um investimento visando retorno em forma de “produtividade para o País”. Ainda na mesma

lauda, identificamos o uso das tecnologias e do rádio como forma de adaptação funcional dos sistemas, educacional e de comunicação, para obter vantagem no alcance populacional, sendo a educação um mote funcional para o intento.

O PMR nasce destinado a atender jovens e adultos que, segundo o excerto, só podem ser atendidos pelo exame supletivo, não mais através do sistema de ensino regular. Desta feita, o uso dos meios de comunicação de massa poderá atender ao projeto de sociedade pensado para aquele governo, a custo baixo. O objetivo mais abrangente do plano é a “utilização do rádio como meio de comunicação de massa para fins educativos e culturais”, sendo a meta específica a complementaridade dos trabalhos nos sistemas educacionais usando de forma sistemática o ensino supletivo para atendimento dos jovens e adultos que já fossem alfabetizados, mas que necessitassem ampliar a sua escolaridade.

O plano de implantação do PMR apresenta um sistema operacional articulado com dezessete ações, necessárias à obtenção de êxito. A saber: a) diagnósticos das necessidades educacionais prioritárias; b) localização da clientela; c) levantamento das necessidades de recursos técnicos; d) recursos técnico pedagógico; e) recursos físicos; f) recursos financeiros; g) seleção do método por aconselhamentos e pesquisa; h) preparo do material de apoio a cada aula; i) preparo do script; j) avaliação relacionadas aos aspectos pedagógicos e de comunicação; k) preparo e impressão do material de apoio; l) Treinamento de pessoal; m) sensibilização das comunidades; n) programas preparatórios; o) início do curso; p) supervisão; q) avaliação periódica.

Ponderando o plano em questão, podemos verificar que o mesmo aponta situações que demonstram que, o referido, foi escrito depois que o PMR havia sido lançado, o que sugere que foi colocada no papel, uma adaptação do que se praticava, com o acréscimo de itens que tornam o projeto ideal na teoria, mas na prática é diferente. Portanto, também percebemos que o conteúdo do plano não coaduna com o desenvolvimento do PMR. Vamos analisar os itens do plano apontando alguns distanciamentos do projeto executado no contexto empírico. No item (a) “**diagnósticos das necessidades educacionais prioritárias**”, compreendemos que as necessidades educacionais, a qual se refere o plano, podem ser consideradas como necessidades básicas, portanto deve ser prioridade independente do local, entretanto o documento em questão, não define quais os critérios seriam usados para julgar tais prioridades educacionais no âmbito daquele governo.

Sopesando que a baixa escolaridade era uma variável constante nos anos de 1970, considera-se que por todo o País haja demanda. Além disso, os objetivos descritos no plano apontam outro caminho. Determina que o projeto seja lançado para atender as necessidades

que o Estado Brasileiro reconhece como prioridades, tais como: investimento na produção e disseminação em massa para alcançar determinada classe social necessitada do sistema educacional a qual a escola regular não pode garantir acesso.

No Item **(b) “localização da clientela”**, passou a ser uma atividade desenvolvida pelos Estados. Vimos na sessão destinada aos Monitores, que essa atividade era desenvolvida, inclusive como critério para instalação de rádioposto em determinadas comunidades. A clientela do PMR era composta por jovens e adultos com escolaridade defasada e que queriam adquirir seu diploma para acessar o mercado de trabalho. Assim, dois critérios são elementos chave, na identificação da Clientela: a condição social dos indivíduos e baixa escolaridade.

No que se refere ao item **(c) “levantamento das necessidades de recursos técnicos”**, trazemos uma representação da ideia, neste estudo, na sessão estrutura. Consideramos que parte destes recursos ficou a cargo do governo federal e a outra parte coube aos Estados. Sendo que as necessidades concernentes aos recursos de produção, coube ao governo federal e os recursos necessários à execução coube aos governos estaduais. Podemos atribuir a mesma divisão estrutural ao item **(d) “recursos técnicos pedagógicos”**, que também é desenvolvido em parceria, cabendo responsabilidades, tanto para os Governos Estaduais, quanto para o Governo Federal. Esta responsabilidade se aplica igualmente ao item **“(e) recursos físicos”**, Considerando que coube ao governo federal a produção e distribuição do material das aulas com seus conteúdos, mas os Estados, também contavam com uma equipe de pessoas que garantiam execução.

Quanto ao item **“(f) recursos financeiros”**, podemos supor que o Governo Federal, assume uma parte significativa, contudo os estados também participam, quer seja com o pagamento de pessoal ou impressão de material, a participação estadual é clara.

Quanto ao item **“(g) seleção do método por aconselhamento e pesquisa”**, não há aplicação empírica significativa desta atividade, nem poderia, ponderando a própria estrutura do projeto que é produzido no Rio de Janeiro e distribuído pelo País. O método utilizado é único, do início ao fim do projeto, transmissão da aula via meio de comunicação de massa, com apoio dos Estados onde estruturas são formadas para dar sustentação na execução do mesmo.

Vejam os item **“(h) preparo do material de apoio a cada aula”**, se refere, em âmbito nacional, aos fascículos produzidos pelo SRE sob a orientação do MEC, sendo distribuído para os Estados. Neste aspecto apenas o Governo federal investe. Contudo, vimos neste estudo, que as coordenações estaduais, preparam material de apoio, voltados para o exame supletivo propriamente dito, posto que a elaboração das provas passam a serem feitas

no Estado. Quanto ao item “**(i) preparo do script**”, corresponde exclusivamente à elaboração dos programas radiofônicos compõem o chamado **material bruto** analisado com mais detalhes na sessão “Análise de material Bruto”. O mesmo pode ser dito do item “**(j) avaliação relacionadas aos aspectos pedagógicos e de comunicação**”, analisado separadamente por disciplina através de professores contratados pelo MEC, para este fim.

O item “**(k) preparo e impressão do material de apoio**”, cabe a quem produz o material, no caso dos fascículos, a atividade se desenvolve no SRE/MEC, no caso de textos regionais de apoio as provas do exame supletivo, sua produção fica a cargo dos Estados, assim, o material de apoio, bem como o item “**(l) Treinamento de pessoal**”, fica dividido entre a coordenação nacional e as coordenações locais, cada coordenação arcando com o custo do processo. Diferente do item “**(m) sensibilização das comunidades**”, que é de responsabilidade exclusiva das coordenações estaduais, inclusive com a instalação dos radiopostos.

O próximo item “**(n) programas preparatórios**”, corresponde a um período da programação que serve para anunciar o curso propriamente dito, comunica como será a dinâmica das aulas, como funciona a estrutura do rádio-posto e como os alunos devem proceder para ingresso e permanência durante o período das aulas. Finda essa atividade come o item “**(o) início do curso**”, quando começa as aulas, conforme apresentado nas seções estrutura e currículo do curso. Deste ponto em diante cabe às coordenações colocarem em prática o item “**(p) supervisão**”, acompanha os trabalhos dos Monitores, as atividades nos radiopostos, garantindo a permanência do aluno e administrando as provas do exame supletivo.

Vários itens do plano, não foram atendidos a contento, contudo o item “**(q) - avaliação periódica**”, figura como o mais difícil de identificar ou não acontece. O aluno só presta oficialmente o exame supletivo, que não se enquadra no item. Embora na seção Monitores, deste estudo, haja depoimento, com declarações relacionadas à prática de atividade de exercício para os alunos, não havia cunho avaliativo oficial no processo, sendo apenas uma iniciativa da Monitora. Vimos que durante os encontros de treinamentos dos supervisores e Monitores, havia uma discussão avaliativa que servia de parâmetro para o encaminhamento dos cursos, mas sobre isso não foram encontrados registros escritos. Assim podemos considerar que o principal ponto fraco do PMR recai sobre o quesito avaliação.

Considerando que não havia avaliação dos alunos através do PMR, sendo o objetivo apenas obter o certificado junto ao exame supletivo, procurei entender como as coordenadoras do projeto em Sergipe avaliaram o programa. Segundo Lima (19/04/2014)

“havia reuniões que eram feitas quando membros da equipe do MEC, ou a supervisão, vinham a Aracaju para supervisionar o trabalho e avaliar o processo em nível local ou através de encaminhamento de relatórios”.

Ponderando que o PMR não tinha um instrumento específico de avaliação, que desde a sua concepção aponta para a utilização dos resultados dos exames supletivos com vistas a oferecer certificação de conclusão de grau aos seus alunos, demonstra a fragilidade no processo, pois o exame supletivo não é exclusivo para os alunos do PMR, portanto não pode servir como parâmetro para tanto.

Contudo, nas reuniões de treinamento, os supervisores e coordenadores, oferecem suas impressões acerca do andamento do projeto sobre sua responsabilidade. Partindo dessas avaliações, traça propostas e ações de correção ou ampliação de ações positivas. Na opinião de Lima (19/04/2014), o programa pretendia acertar.

Considerando-se as características de uma clientela adulta que retoma os seus estudos depois de um período significativo de ausência do processo educacional formal e, ainda, levando-se em conta as próprias condições individuais, de escolaridade e socioeconômicas do aluno, muitas vezes era preciso fazer uma caminhada de construção ou reconstrução da aprendizagem para uma adequação à experiência de ensino que estava sendo desenvolvida. Tínhamos presente este aspecto em nosso trabalho. Sempre procurávamos contextualizar os conteúdos apresentados dentro da nossa realidade. Mas, acredito que, por ser uma experiência produzida em grande centro urbano (Rio de Janeiro), por mais que o Programa se esforçasse para ser interativo e incluyente, algumas variáveis poderiam ser, melhor trabalhadas. (LIMA 19/04/2014)

Lima (19/04/2014), reconhece que a atuação do PMR, no que concerne a solução dos problemas de baixa escolaridade era insuficiente, contudo, sendo o Projeto Minerva uma ação de abrangência nacional, justifica que acabou comprometendo a avaliação por falta de planejamento, considerando as variáveis que citou: produção dos conteúdos com foco em grande centro urbano, defasagem idade/série e afastamentos das aulas por longos períodos.

Ainda assim, Lima afirma que executava ações pedagógicas no sentido de minimizar a reprovação. Certamente, na condição de coordenadora estadual, queria que o projeto lograsse o sucesso para o qual foi “criado”, entretanto, suas ações são feitas no final do processo e dificilmente teria uma repercussão regional e nacional.

A conclusão a que podemos chegar é que as avaliações que eram feitas no PMR, tinham o objetivo de atender a estrutura administrativa buscando análise de como conduzir o processo, baseados nos efeitos administrativos, sem levar em consideração o objeto fim do processo que deveria ser o aluno.

Para este último, restou submeter-se as avaliações do Exame Supletivo

Prova disto é o fato da cadeia hierárquica de treinamento e avaliação, dos quais participavam apenas os coordenadores e supervisores, cargos de comando que não estão em contato com o aluno no radioposto. Neste aspecto o Monitor que deveria ter um papel primordial, na avaliação do aluno, não participa do processo. Seu aluno é avaliado através do exame supletivo.

4.4 O EXAME SUPLETIVO COMO MECANISMO DE AVALIAÇÃO DOS ALUNOS DO PMR.

Os alunos participantes do PMR, não contavam com avaliações para obtenção do grau de formação, junto ao projeto. A única forma de avaliação para estes se dava através dos testes aplicados pelo exame supletivo, articulados pelas secretarias de educação dos Estados, onde participavam os alunos que se utilizavam das três modalidades do PMR e também aqueles que, simplesmente, se inscreviam no supletivo para conseguir a certificação de 1º e 2º graus.

No Estado de Sergipe, o local de realização das provas era itinerante, mudava conforme a disponibilidade, demandas e condições físicas do espaço. A escola Normal, o Colégio Presidente Costa e Silva, Colégio Tobias Barreto e Colégio Atheneu Sergipense foram espaços onde as provas aconteceram mais frequentemente, sendo o último, onde houve realização de mais provas. As provas realizadas para os presidiários eram aplicadas no espaço do presídio apenas para os internos. Estas informações foram obtidas observando as atas de realização de provas do exame supletivo além de notas em jornal.

O JGS, do dia 25 de janeiro de 1973, trazia a manchete de primeira página dizendo: “Madureza Começou Hoje”, em seguida anunciava que mais de oitocentos alunos prestariam a prova de exame supletivo de Madureza Primeiro grau-Projeto Minerva:

Mais de oitocentos alunos estarão hoje a partir-das-9-horas, no colégio Estadual Presidente Costa e Silva, submetendo-se aos Exames de Madureza para o 1º grau. A prova de hoje será de Português, enquanto que amanhã será realizada a de História. Dos oitocentos alunos que comparecerão aos exames, cerca de duzentos e trinta, estudaram através do Projeto Minerva. (JGS, 25/01/1973 p. 01)

Como pode ser observado na nota do jornal, nem todos os alunos eram do PMR, entretanto o Exame Supletivo era a única forma de avaliar e certificar os mesmos. Muitos fatores influenciavam a mudança de local, mas o principal deles era a capacidade de

comportar o número de alunos. Segundo Lima (19/04/2014) “as provas eram feitas onde houvesse condições físicas adequadas”.

No caso do rádioposto do presídio, as provas eram realizadas no próprio presídio, acompanhadas por um Monitor, que as aplicava, assistia aos alunos e recolhia as provas no final, levando para a Secretaria de Educação e Cultura. No interior, as provas também eram feitas em uma escola, onde funcionava o radioposto, englobando os povoados adjacentes. No caso da capital, Gois (20/10/2004) explica que a “prova acontecia no Colégio Tobias, onde reunia todos os alunos dos rádiopostos de Aracaju”, mas também acontecia no interior onde funcionava o radioposto.

Certamente essa estrutura não foi montada no início, nos anos de 1970, mas foi sendo modificada conforme demanda e a praticidade no processo, pois conforme as duas alunas entrevistadas, as provas só aconteciam em Aracaju.

Realizar a avaliação nas escolas do interior demandava custo e planejamento, porque necessitava deslocar um professor que estivesse envolvido no processo para acompanhar a aplicação e depois transportar o lote de volta para a Secretaria de Educação e Cultura em Aracaju. Gois (20/10/2004) viajou aplicando provas nos interiores: “a gente elaborava o teste, depois ia grampear e ia também para o interior.” Aquela aplicação da prova passava a ser gerenciada em todo o processo pelo professor, desde a confecção até a aplicação, “Viajei muito para o interior, acompanhando, para participar dos testes.” Gois (20/10/2004).

As provas que aconteciam no interior, possivelmente eram aplicadas em datas diferentes, o que demandava estruturas diferentes, para evitar o vazamento do conteúdo. Considerando que a coordenadora acompanhava todos os eventos de aplicação de provas no interior, concluímos que em cada local demandava uma estrutura específica para aplicação da prova. De acordo com Gois (2004), as provas eram aplicadas em muitos interiores sergipanos:

Eu já viajei [...] apliquei teste em Japaratuba, Propriá, Lagarto, Dorés, Estância, às vezes até atrasava e eu ficava lá esperando. Dai vinha a informação, tá soltando, o rádioposto de tais povoados. E aí quando a gente voltava à noite, já trazia os testes. Na outra semana a gente ia trabalhar na correção. (GOIS, 20/10/2004)

Gois afirma que viajava, aplicava as provas e ficava monitorando as equipes que estavam em sala acompanhando os alunos. Então a aplicação das provas no interior demandava mover uma estrutura significativa com professores, Monitores, pessoal técnico e de apoio. Verificamos que as provas passaram por modificações durante o período em que o

programa esteve ativo. Averiguamos nos convênios que, no início, eram elaboradas pelo MEC/SRE e enviadas aos Estados para a aplicação, onde a prova era feita.

Depois ocorreriam mudanças e as provas passaram a ser elaboradas pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado. Gois, também declarou que em princípio as provas vinham do MEC, mas depois passou a ser elaboradas no Estado de Sergipe, por uma equipe designada para este fim.

Um dos motivos pelo qual as provas foram descentralizadas do MEC/SE, se deve ao fato da repetência e, também, da desistência dos alunos que se matriculavam para prestar o exame supletivo. Detectamos através das atas de aplicação das provas do Exame supletivo um alto índice de reprovação e desistência.

Para demonstrar essa questão, colocamos abaixo um gráfico representando duas disciplinas básicas do currículo: Língua Portuguesa e Matemática.

Nos gráficos em questão podemos notar a representação de quantidades de alunos inscritos no exame supletivo, representação dos alunos aprovados, reprovados e desistentes. Constatamos ainda a comparação destas representações em relação às duas disciplinas, considerando a evolução por semestre ano e década.

O gráfico abaixo demonstra as disciplinas de Língua Portuguesa matemática começando no ano de 1969, antes do Projeto Minerva, quando a procura se mostrou baixa até o segundo semestre de 1972 com uma matrícula de 82 alunos, aumentando para 258, no primeiro semestre do ano seguinte.

No segundo semestre do ano de 1985 as matrículas atingiram 1349 pessoas interessadas no ensino supletivo. Como podemos verificar no gráfico do ano de 1969 até o ano de 1985, na disciplina de Língua Portuguesa houve um total de 19.369 inscritos. Destes, 3.846 foram aprovados, 4940 foram reprovados, enquanto 10.527 faltaram à prova.

No que concerne à disciplina de Matemática, no mesmo período, foram aprovados 625 inscritos, contra 11.425 reprovados e 5922 faltantes, perfazendo um total de 19.869, inscritos durante o período.

Gráfico 10 - Alunos aprovados, reprovados e faltas em Matemática e Língua Portuguesa.

LINGUA PORTUGUESA					MATEMÁTICA				
ANO	APROVADOS	REPROVADOS	FALTA	TOTAL	ANO	APROVADOS	REPROVADOS	FALTAS	TOTAL
1969.1	7	5	9	21	1969.2	1	5	-	6
1969.2	26	4	-	30	1970.1	4	2	-	6
1970.1	10	1	-	11	1970.2	-	33	-	33
1970.2	38	40	-	78	1971.1	8	12	-	20
1971.1	20	2	-	22	1972.1	-	4	-	4
1971.2	27	44	2	73	1972.2	40	-	42	82
1972.1	6	3	-	9	1973.1	167	8	83	258
1972.2	56	8	18	82	1973.2	24	132	-	156
1973.1	228	3	27	258	1974.1	9	112	-	121
1973.2	86	292	-	378	1974.2	73	119	94	286
1974.1	60	162	2	224	1975.1	29	337	227	593
1974.2	77	74	135	286	1975.2	9	266	147	422
1975.1	82	168	343	593	1976.1	20	331	278	629
1975.2	21	198	203	422	1976.2	25	200	119	344
1976.1	55	189	385	629	1977.2	141	282	292	715
1976.2	120	36	188	344	1978.1	16	44	30	90
1977.2	193	188	334	715	1978.1	150	377	255	782
1978.1	15	33	42	90	1978.2	-	184	88	272
1978.1	221	217	344	782	1979.1	28	412	163	603
1978.2	16	123	133	272	1979.2	59	397	301	757
1979.1	167	178	258	603	1980.1	25	420	259	704
1979.2	123	169	465	757	1980.2	97	623	277	997
1980.1	146	166	392	704	1981.1	80	791	349	1220
1980.2	275	255	467	997	1981.2	2	895	340	1237
1981.1	224	394	602	1220	1982.1	9	837	328	1174
1981.2	391	171	675	1237	1982.2	24	757	331	1112
1982.1	215	209	750	1174	1983.1	79	477	228	784
1982.2	178	158	776	1112	1983.2	43	599	254	896
1983.1	106	142	536	784	1984.1	28	627	264	919
1983.2	138	118	640	896	1984.2	60	760	342	1162
1984.1	59	262	598	919	1985.1	38	715	383	1136
1984.2	158	313	691	1162	1985.2	53	723	573	1349
1985.1	99	295	742	1136					
1985.2	203	320	826	1349					

Gráfico criado pelo autor. Fonte: Atas do ensino supletivo Secretaria de Estado da Educação - Sergipe

Podemos examinar, no gráfico acima, que a procura pelo exame supletivo aumentou exponencialmente considerando o segundo semestre dos anos de 1969 até 1985, saltando de 83 alunos para 1349.

No ano de 1969 a busca pelo exame supletivo ainda era baixa. O gráfico mostra que houve elevação na matrícula nestas disciplinas ao longo dos anos. Contudo, naquele ano, além da parca procura, havia diferença na busca por matrícula. Enquanto Matemática obteve seis inscritos, Língua Portuguesa obteve 30 inscritos, resultando na aprovação de vinte e seis alunos, sendo reprovados quatro, ao tempo que Matemática obteve seis inscritos e cinco foram reprovados, um foi aprovado e não houve faltas naquele ano.

Gráfico 11 - Comparativo entre Língua Portuguesa e Matemática no exame supletivo

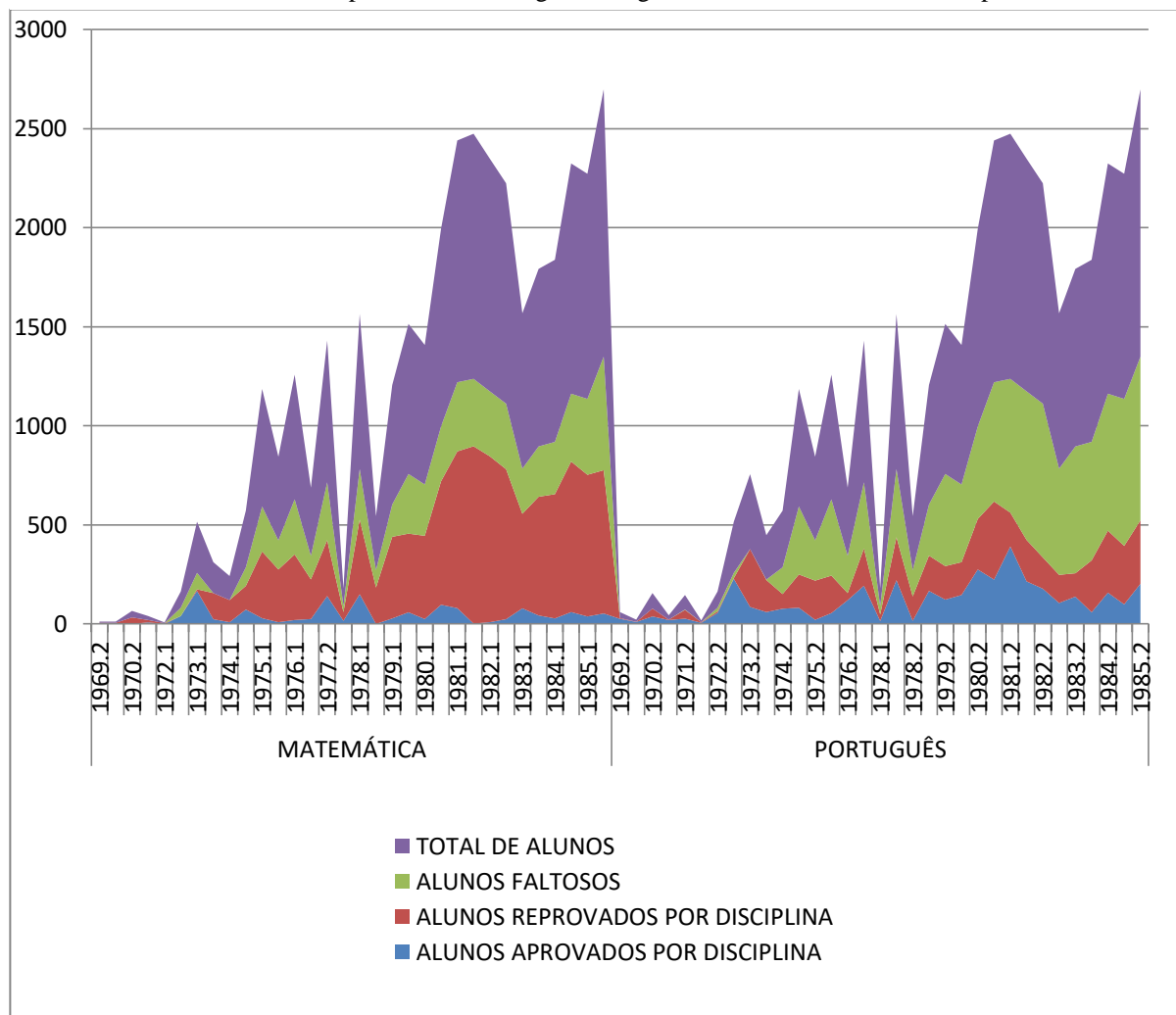


Gráfico criado pelo autor. Fonte: Atas do ensino supletivo Secretaria de Estado da Educação - Sergipe

No primeiro semestre do ano de 1973, quando já estava em vigor a segunda fase do PMR, as matrículas foram ampliadas exponencialmente tendo alcançado a equivalência no número de inscritos nas duas disciplinas, chegando ao número de 258 inscritos em ambas as disciplinas. Durante os anos seguintes essa equivalência se manteve. Assim, os alunos que se inscreviam para fazer o exame em Língua Portuguesa, também se matriculavam para o exame de Matemática. Nota-se que, embora houvesse a procura igualitária por matrícula nas disciplinas, o índice de reprovação apresentava diferenças significativas. Neste caso, na disciplina de Língua Portuguesa, dos 258 inscritos, foram aprovados 228, reprovados 03 e 27 faltaram à prova. Em Matemática, também se inscreveram, 258 alunos, dos quais, 167 foram aprovados, 08 foram reprovados e 83 faltaram à prova. Deste ponto em diante os números de

matrícula nas duas disciplinas continuaram equivalentes, mas a reprovação aumentou em Matemática assim como a desistência aumentou em Língua Portuguesa.

No segundo semestre de 1977 as duas disciplinas obtiveram o números de matrícula de 715 alunos. Em Língua Portuguesa, destes inscritos 193 foram aprovados, 188 foram reprovados e 334 faltaram à prova. Enquanto a disciplina Matemática, com o mesmo número de inscritos, aprovou 141 alunos, reprovou 282, enquanto 192 faltaram. O maior número de inscrição se dá no segundo semestre de 1985, com 1349 alunos. Em Língua Portuguesa foram aprovados 203 alunos, reprovados 320 e faltaram 826 alunos. Matemática com o mesmo número de inscritos aprovou 53 alunos, reprovou 723, enquanto 573 faltaram à prova.

Notamos que a disciplina Língua Portuguesa apresenta maior numero de desistentes, enquanto Matemática apresenta maior número de reprovação. Essa comparação pode ser visualizada com mais precisão no gráfico 11.

O gráfico oferece análise comparativa dos dados de aprovação, reprovação, faltas e totais de alunos matriculados na disciplina. Para uma compreensão mais ampla considere a numeração representada no gráfico, juntamente ao ano, separada por um ponto, significa o semestre em que as provas foram realizadas.⁴⁴

Podemos verificar que enquanto a matrícula é ampliada, dois fatores negativos aparecem nos gráficos: a reprovação em Matemática e a desistência em Língua Portuguesa.

Assim, ao questionar Souza (02/12/2004), sobre o alto índice de repetência para entender se o Monitor tinha clareza dessa situação, a mesma declarou que sim. “Era alto o índice, e nós professores ficávamos aborrecidos, porque embora fosse um programa pelo rádio e a gente estava empenhada”, A reprovação era um fato. Souza (02/12/2004), atribui a reprovação ao fato das provas virem prontas, não respeitando os aspectos regionais, “as provas tinham um nível de complexidade superior ao que a gente ensinava [...] a linguagem não era compatível com o que era ensinado.” Disse que reclamava nas reuniões, o fato das provas virem prontas e os Monitores não terem acesso antes da aplicação. Sua queixa não era de conteúdo apenas, mas também da linguagem utilizada que confundiam os alunos na hora da realização da mesma. Então, na opinião de Souza o índice de reprovação estava no fato dos alunos não conseguirem entender a prova, considerando a linguagem desconhecida presente no teste.

⁴⁴ 1972.1, primeiro semestre do ano de 1972 – 1072.2, segundo semestre de 1972.

As reivindicações no sentido de modificar o local de produção das provas, foram atendidas pelo MEC. Embora nem as coordenadoras, nem as Monitoras tivessem lembranças em que data essa mudança aconteceu, declararam que cada estado ficou responsável pela sua produção, respeitando os conteúdos apresentados no PMR. Neste sentido, Góis (20/10/2004) diz que:

O exame supletivo, em nível de Estado de Sergipe, tem determinada estrutura. Existe um setor específico que convoca seus professores e as provas são preparadas a nível de Estado de Sergipe[...] a nível de cada estado. Particularmente eu tenho a seguinte avaliação: como a equipe que trabalhava no supletivo, era uma equipe comprometida, [...] então nós fizemos uma avaliação do material e fizemos um encontro onde a gente, aqui em Sergipe, baseado na experiência dos rádio-postos, montamos uma programação, que foi chamada de aceleração, a nível de Estado. (GOIS, 20/10/2004)

Assim, os casos de reprovação foram atribuídos ao fato das provas virem do MEC e terem linguagem inacessível para os alunos do PMR. As provas passaram a ser feitas por uma equipe do Estado, mas as reprovações continuaram, contrariando os argumentos de que as reprovações se davam por conta do local onde se produzia as provas, dos alunos, pois este argumento não se sustenta. Quando buscamos as atas do exame supletivo, percebemos o aumento da reprovação, proporcionalmente ao aumento das inscrições.

De acordo com Hildebrand (1984), no ano de 1979, em todo o Brasil, dos alunos que concorreram ao certificado de primeiro grau, apenas 5,87% obtiveram êxito, enquanto para o segundo grau a aprovação foi de 5,11%. Neste aspecto a dificuldade apresentada não é condizente com a prática. Contudo o conteúdo é um fator a considerar, independente do local onde a prova possa ter sido elaborada.

Outro elemento que pode interferir nos resultados é o conteúdo exigido nas provas. Normalmente, apresenta uma condensação maciça de informações supérflua do conhecimento humano, que pouco ou nada contribui para o desenvolvimento pessoal do candidato, motivando-lhe um grande desinteresse. (HILDEBRAND, 1984 p.28)

Perguntei a Gois (2004) como a equipe do PMR, avaliava o índice de reprovação dos alunos durante o processo de exame supletivo. Ela diz ter o conhecimento de que havia reprovação em grande escala, mas justifica dizendo que:

Um curso preparatório, com um tempo definido, com várias séries em uma só, com um Monitor só, é claro e evidente que o resultado do produto não vai ser tão positivo. Agora o programa não tinha avaliação do processo não. Você está dizendo isso... não eles passaram por avaliação dos exames supletivos, o PMR não tinha avaliação de processo. (GOIS, 20/10/2004)

Essa fragilidade relatada por Gois, não desqualifica a importância do projeto para a educação no Brasil, mas não assegura a qualidade formativa dos seus alunos. Sabemos que para administrar as atividades humanas devemos avaliar seus resultados, sob pena de perder o foco dos objetivos e acarretar prejuízos, no que concernem as metas.

Sendo O PMR um curso preparatório viu-se desobrigado de avaliar os alunos, deixando a tarefa para outro programa, exame supletivo, subordinado a instância estadual.

Assim não é possível avaliar se o projeto cumpriu sua função preparatória, dado que esta preparação, em princípio, se dava apenas no campo da teoria, aja vista a falta de avaliação no âmbito do projeto. Sobre a prática, afasta a possibilidade de avaliação real, sopesando que houve o oferecimento do conteúdo e que o aluno teve acesso a ele, considerando ainda que houve emissão e recepção da informação, pois o programa era transmitido e ouvido pela população, ainda assim, não assegura resultado eficiente. Não basta fazer uma análise dos Exames supletivos para chegar ao resultado sobre uma avaliação do PMR, pois as amostras estão permeadas de alunos que não fizeram o PMR, mas prestaram o exame supletivo.

Por fim, a visão que se tinha acerca da avaliação, apontava para o fato de que não eram os processos realizados no PMR que provocavam a repetência dos alunos, mas os processos realizados no exame supletivo. Desta forma distanciava-se do PMR a responsabilidade, pela busca de resultados positivos nas avaliações e por uma preparação, por parte do projeto, para avaliar o aluno. Assim, não havendo uma avaliação dos resultados no âmbito do projeto, não havia a constatação das suas responsabilidades sobre a reprovação. Neste aspecto a atribuição pelo sucesso ou fracasso recaía sobre o aluno.

Desta forma, o Estado se exime da responsabilidade pela promoção do ensino, sob o discurso de haver oferecido a oportunidade. Este tipo de receptor, possivelmente aceitará como verdade a mensagem imbricada no projeto do Estado e aceitará sua condição.

Teoricamente Bourdieu (1997), considera que receptor devesse ter a chave potencialmente capaz de traduzir e compreender a mensagem. Essa característica é recorrente nos meios de comunicação de massa e serve bem ao projeto de Estado. Para a política, enquanto administração da coisa pública, esse tipo de mensagem assim como o meio de transmissão, não interessa uma avaliação criteriosa para saber se a mensagem propagada foi aproveitada pelos ouvintes, mas apenas visa espalhar e massificar concomitantemente a ponto de tornar uma “ideia feita” e definitiva para o receptor. Interessa lançar tal ideia por difusão

ao máximo volume de receptores, não importando o seu resultado específico, mas massificar até ser absorvida sem questionamento.

CONCLUSÃO

O Projeto Minerva foi instalado abruptamente, através de portaria, em 1970, mas os indícios da sua origem, como ideia inicial, permanecem apontando seu surgimento, para outra data na história, assemelhando-se a um “farol”, capaz de orientar a quem queira navegar em busca dessa procedência. Este “farol” sinaliza um ponto histórico no ano de 1936, em consonância com uma política educacional que visa resolver um problema histórico, semelhante. A baixa escolaridade e o analfabetismo se converteram em problema comum aos governos que dirigiram o País durante esse tempo. Assim não podemos execrar o Projeto Minerva, como se ele fosse um produto do mal, colocado em prática pelo Estado Brasileiro, buscando desarticular a sociedade. Uma análise baseada nos indícios demonstra que embora seja uma compilação dos Militares o Projeto cumpre a função de curso preparatório.

A forma imposta por decreto, hoje pode soar incômoda, mas estamos falando do Regime Militar, portanto podemos compreender o evento como uma ação esperada. Afinal, a política administrativa do Estado Brasileiro tem essa característica de implementar reformas a partir da determinação do Estado, independente do regime em voga. Ao analisar o programa, percebemos que não é um projeto de autoria do Governo Militar, não obstante seja implantado, feito e refeito pelo regime que se instalou no País em 1964, sua origem, não é anunciada nos registros históricos que acompanham o projeto. Não existe durante o tempo em que ficou em evidência, anúncio de autoria ou alguém que fosse responsável pela sua concepção, atuando nos quadros do Governo. Portanto, o primeiro objetivo a ser desvelado neste estudo foi conhecer a origem do projeto e sua contribuição para a educação.

Os programas de educação via rádio, despontam no ano de 1936, com a criação das escolas radiofônicas e os programas que surgiram depois desta data, são semelhantes. Foi inaugurado pela Universidade do Ar Paulista, que lançou a metodologia do radioposto com a presença do Monitor, como sendo condição ímpar para a educação a distância.

Desta feita, a tese que apresento, identifica a origem da estrutura, da contribuição e da política educacional contígua ao objeto, pautado em tais experiências.

No que se refere à política educacional, o Governo Militar demonstrava intenção de solucionar problemas políticos e administrativos visando acabar com o analfabetismo e a baixa escolaridade dos brasileiros. Esse problema é denunciado, sob a perspectiva de resolução através do uso do rádio, desde o seu surgimento no Brasil. A ideia foi posta em execução com a criação de estratégia e estrutura de funcionamento, através das escolas

radiofônicas. Embora não fosse, o Governo Militar, o primeiro a fazer tal tentativa, lançou mão da tecnologia disponível, estabeleceu obrigatoriedade aos meios de comunicação de massa na realização do seu projeto de educação. Ao implantar o projeto, dividiu o custo logístico e financeiro, com uma parcela da sociedade: os proprietários de rádio. O objetivo de reduzir ou acabar com o analfabetismo e reduzir a baixa escolaridade tinha endereço certo. Destinava-se aos pobres, mas tinha a intenção de mostrar para a sociedade um projeto de melhorias sociais. O Governo visava conseguir seu intento, abrangendo o território nacional e para isso, açambarcou as ideias de outros projetos menores, que lograram êxito como projeto educativo, usando a mesma tecnologia.

Para colocar em prática seu projeto, passou a utilizar a estrutura dos Estados, assim como os sistemas de radiodifusão criados em governos anteriores, apropriando-se, mais diretamente do projeto de escolarização radiofônica desenvolvido pela Igreja Católica em parceria com o Governo Federal em 1959. Na prática, tenta passar a ideia de um projeto de valorização da educação, através da equalização dos problemas sociais. Entretanto, utiliza esse recurso para difundir e massificar seu projeto de governo, transformando o PMR, numa vitrine da propaganda daquele governo, oferecendo aulas escolarizadas no padrão da educação via rádio com o incremento de transmitir para todo o País, ampliando o alcance com o PMR.

Não existe ineditismo no PMR, mas uma solução de continuidade praticada pelo Governo Militar, baseado em outras soluções implantadas por governos anteriores em parceria com entidades não governamentais. O surgimento dos movimentos educacionais via rádio em 1936, combinado com o Sistema de Rádio Educativa - SRE, e das escolas radiofônicas, são os principais projetos percussores. O PMR foi o projeto de maior abrangência nacional na sua categoria, considerando que foi o único que pôde ser irradiado concomitantemente, em cadeia nacional para todo o território, dado a obrigatoriedade de transmissão por todas as rádios do País. Foi o segundo com cobertura nacional, a exemplo da universidade do ar, transmitida pela rádio nacional, mas que não logrou êxito por problemas na estrutura.

O PMR é postulado nas ideias das escolas radiofônicas. Como um novo modelo, perseguiu a possibilidade de resolver o problema da baixa escolaridade dos brasileiros. Enquanto política educacional é compilado pelo Governo Militar, unindo a partes funcionais de outros projetos veiculados, perdurando por todo o período do governo militar.

Incentivou o projeto de desenvolvimento nacional, dando prosseguimento a outros projetos, que vislumbravam o mote do desenvolvimento, lançados por governos anteriores,

entre os quais demonstravam ter o objetivo de combater o analfabetismo e a baixa escolaridade através da aceleração do grau de ensino para jovens e adultos. Exercendo a função de curso preparatório para o exame supletivo de primeiro e segundo graus, justifica o atendimento de uma demanda reprimida do País. O PMR foi um confisco da ideia de Rádio Educativa praticada por grupos sociais e governantes que antecederam o Regime Militar de 1964. Destes, apropriou-se do que foi considerado como positivo e lançou como um projeto novo.

O projeto tem como base dois elementos fundamentais, que funcionam como variáveis, sem os quais não seria possível: o rádio e a figura do Monitor. Certamente toda a estrutura montada é necessária para o funcionamento, mas as variáveis a que me refiro, excetuando a obviedade da existência dos alunos, são pilares fundamentais sem os quais todo o resto se mostra ineficiente para funcionar. O rádio é a primeira peça fundamental como veículo de comunicação de massa, que serve para levar as variadas mensagens, sortidas com as “ideias feitas”, aos receptores.

Embora a educação a distancia não seja objeto desse estudo, é importante registrar que foi com o surgimento do rádio que essa modalidade de educação se consolidou e se tornou viável. Vimos na leitura do capítulo II como o rádio promoveu a revolução política, comercial e cultural no mundo. Essa tecnologia serve adequadamente aos projetos políticos e sociais dos governos.

A segunda peça importante nessa engrenagem é o Monitor. Quando o mote é a educação, há necessidade de alguma experiência empírica, o aprendizado se torna mais eficiente com o contato tangível. Esse fato esclarece a necessidade indubitável do Monitor. Poderíamos especular que depende do nível ao qual se deseja ensinar ou argumentar que é apenas uma questão de insegurança do aluno, mas o fato é que a comunicação visual tanto quanto vocal e relevância do contato físico altera o processo significativamente. Portanto, o Monitor se tornou fundamental na experiência da educação a distância, o qual perdura até os dias atuais embora tenha mudado de nome, agora chamamos de tutor.

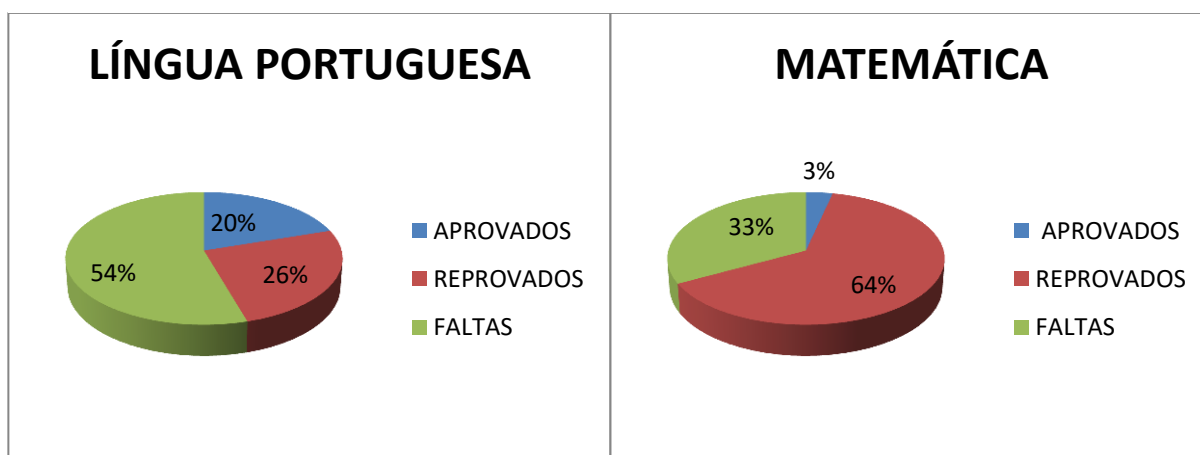
Especificamente no PMR, a figura do Monitor tem papel singular, desenvolve um modelo de militância em defesa do projeto, uma vez que assume, além de suas funções, papéis que extrapolam a Monitoria. Atua recrutando, cadastrando, incentivando e defendendo o projeto por onde passa. Se é por paixão ou apenas o interesse na manutenção do trabalho, não podemos saber, mas a militância é visível, como mostra este estudo, durante as falas da Monitora entrevistada.

Quanto às contribuições do projeto para educação, será necessário nos distanciarmos dos conceitos do bem e do mal, para dizer que aos olhos dos alunos, Monitores e coordenadores do projeto, houve efetiva contribuição, que beneficiou pessoas que não teriam, naquele momento, outra oportunidade. Por outro lado, devemos compreender que não ter outra oportunidade, também faz parte do projeto de política educacional do Estado. Assim não há benefício para aqueles que necessitam, mas apenas um paliativo para remediar um problema nacional sem a devida atenção. Não ter oportunidade educativa é um projeto que perdura no Brasil, herança da colônia portuguesa, imbricada na República. Portanto, resultado da omissão do Estado. Uma terceira vertente é a percepção do aparelho do Estado se utilizando da mídia de massa para manter as estruturas sociais, de forma que possa atender a seu projeto político administrativo. Sendo essa a situação, também não houve contribuição, no sentido de promover educação no País. Para perceber a deficiência, neste sentido, basta recorrer à experiência cotidiana e concluir que não houve melhorias significativas para a educação, nem no Governo Militar, nem nos anteriores, nem nos posteriores. Continuamos com as mesmas deficiências educacionais de outrora, considerando a tecnologia disponível e a política educacional em voga. No computo dos problemas educacionais ainda temos o favorecimento do acesso à cultura letrada, qualificado por classe social.

No que se refere à estrutura das aulas detectamos uma preocupação com a produção do material de apoio e com as aulas, visto que existe uma revisão do material bruto, mas a avaliação é o que podemos identificar como o ponto fraco, o maior agravante no projeto. O quesito avaliação ficou fora da compilação, ou seja, quando os militares reuniram as partes importantes dos projetos anteriores, para criarem o PMR, não incluíram a forma como se davam as avaliações dos alunos e do próprio projeto, tornando impossível reunir as variáveis exatas para uma avaliação de resultado dos alunos, pois o PMR não incluía uma avaliação, sob o pretexto de cursos preparatório, isso impede que se encontrem resultados positivos ou negativos quantitativamente. Assim podemos proceder a uma avaliação qualitativa, partindo dos resultados dos exames supletivos que foram apresentados neste estudo. Para proceder a essa avaliação vamos recorrer às informações quantitativas, baseados nas provas do exame supletivo. Tenhamos em mente que das avaliações prestadas o quantitativo de alunos que estudavam no PMR alcançava em média 45% dos inscritos nos exames. Para facilitar a compreensão farei uso, mais uma vez de recurso visual gráfico, oferecendo uma leitura panorâmica dos resultados, com vistas ao alcance de uma conclusão qualitativa.

Como vimos, a procura pelo exame supletivo aumentou exponencialmente depois da irradiação do PMR, no entanto a reprovação alcançava índices altos. As disciplinas que analisamos neste estudo foram Matemática e Língua Portuguesa por serem disciplinas consideradas como base para a formação. Vimos que o índice de aprovação, foi baixo, considerando o numero de inscritos.

Gráfico 12 - Comparativo aproveitamento - Língua Portuguesa e Matemática - Exame supletivo.



Fonte: Atas do Exame supletivo Aracaju SE – Gráfico gerado pelo autor!

Na disciplina de Língua Portuguesa, apenas 20% dos alunos foram aprovados, enquanto em Matemática a aprovação foi de 3%. A reprovação em Língua Portuguesa foi superior a aprovação chegando a 26%, enquanto matemática alcançou espantosos 64%. Entretanto, um detalhe chama a atenção para o numero de alunos faltosos. Enquanto na prova de Matemática, faltaram 33%, a prova de Língua Portuguesa acumulou 54% de faltas.

Sabemos que os alunos do PMR prestam o exame supletivo juntamente com quem não são alunos do projeto e não há uma identificação de quem pertence ao projeto ou não. Durante a análise das atas do exame supletivo em Sergipe, percebemos um aumento na quantidade de alunos que prestavam o exame supletivo durante o projeto, mas isso não significa que o aumento tenha se dado com alunos do projeto. Talvez o projeto tenha contribuído com o aumento da matrícula no supletivo simplesmente pelo fato de que: sendo um programa veiculado maciçamente por todo o Brasil tenha incentivado jovens a prestarem o supletivo, quando muitos deles nem sabiam dessa possibilidade, mas estes jovens podem ter sido motivados pela propaganda e a informação que poderiam fazer o exame, também poderiam fazer isto sem serem alunos do projeto e simplesmente ouvir falar da possibilidade e

tomarem a decisão de fazerem sua inscrição. Absolutamente, o fato do aumento na inscrição não aponta participação no PMR.

Embora esta análise conte com uma representação gráfica, anunciando quantitativamente os percentuais de aprovação, reprovação e faltas, não devemos voltar nosso olhar para essa informação enquanto quantidade, mas devemos perceber que embora nem todos os alunos sejam inscritos no PMR, os resultados apontam para uma reprovação extrema, bem como a desistência na hora de realização da prova. Assim a análise se volta mais para questões qualitativas do que para questões quantitativas. Assim, qualitativamente os exames influenciaram positivamente a participação das pessoas na inscrição, para prestarem a prova nos exames, mas não ofereceu a condição necessária para o êxito na aprovação dos candidatos. Considerando o propósito para qual foi implementado, o saldo é negativo, pois não existe, uma avaliação possível, que considere uma aprovação de 3% como resultado plausível, mesmo em um curso preparatório. Resultados dessa ordem podem causar uma avaliação negativa, sobretudo, por quem presta o exame.

Em Sergipe, os ex-alunos, daquela geração sentem vergonha de dizer que fizeram os exames supletivos. Negam com veemência o fato e quando indagados sobre seus nomes nas atas ficam constrangidos e irritados com o assunto. A quantidade de alunos com nomes comuns é significativa, afetando a possibilidade de encontrá-los. Obviamente os alunos identificados são aqueles que chegam a um lugar de destaque profissional e que tem nomes menos comuns. Via de regra, sua condição social familiar está em um status diferencial da maioria, talvez a condição profissional alcançada tenha mais relação com o cabedal social familiar, do que com o fato de completar o segundo grau.

Os alunos que concordaram em dar entrevistas e que demonstram estar satisfeitos com isso, eram professores e dirigentes de escolas. A meu ver estas pessoas têm interesse profissional em comum. Certamente não veem problema no fato de terem feito o exame supletivo, diferente dos alunos que alcançaram outras profissões. Na busca, encontrei outras pessoas que fizeram o Exame Supletivo, mas que não participaram do PMR. Neste sentido, fica um destaque para alguns artistas: atores, bailarinos e cantores que acharam interessante a pesquisa, mas que afirmaram que fizeram a inscrição e estudaram em casa, seguindo o programa que era distribuído pela coordenação do exame supletivo, no momento da inscrição. Nunca se utilizaram do PMR para se prepararem. Portanto, o instrumento de avaliação dos alunos do PMR não atende a uma análise capaz de avaliar o projeto.

Considerando que o PMR tem como ponto principal a transmissão de aulas via rádio, analisamos o programa número seis, transmitido no ano de 1978 com aulas de Língua

Portuguesa e Estudos sociais. Nestas aulas, nota-se o enfoque no uso da gramática, como era de se esperar, mas na aula de Estudos sociais bem como nos *jingles* presentes em todo o programa, fica perceptível a presença do que Bourdieu chamou de “ideias feitas”.

Avaliando o programa do ponto de vista pedagógico, chegamos a conclusão que reúne elementos estruturais que lhe confere qualidade didática. Numa comparação do uso daquela tecnologia com as tecnologias atuais, diria que o PMR supera pedagogicamente muitos programas que veiculam atualmente com recursos computacionais. O esmero com os recursos sonoros e o uso do tempo, assim como a estrutura das falas ou mesmo os recursos subliminares presentes no conjunto são bem articulados e demonstraria bons resultados se fossem empregados apenas de forma didática. Entretanto, os recursos subliminares, não são empregados para o ensino, mas para difundir a propaganda da política administrativa do Estado.

Os *Jingles* apresentam o PMR como uma tábua de salvação para todos aqueles que querem “aprender”, serem felizes e vencer na vida. Há uma massificação destas, além da atribuição de culpa pelo fracasso ao próprio indivíduo. Sempre que ouço essa parte do *Jingle*, me vem a mente a fala de Hildebrand, destacando que o governo afirma que há uma “segunda chance” para aqueles que quiserem aprender, existe uma “oportunidade facilitada” para o estudo. Considerando os resultados com os exames supletivos, a estrutura das aulas e do projeto. Fico convencido de que não há oportunidade facilitada ou sequer uma política educacional que considere o acesso e ascensão destes alunos. O mote da facilidade tenta inculcar nos receptores a “ideia feita” do Estado provedor de benefícios. Entretanto, o Estado se exime de sua falha em prover educação, emitindo, através das ondas do rádio a ideia de culpabilidade para o indivíduo que não se enquadra no sistema.

As aulas reforçam conceitos de discriminação social, faz distinção sobre o papel da mulher na Família e na sociedade, colocando a figura feminina em condição secundária, tanto nas aberturas das falas no programa das aulas, quanto nos esquetes de rádio teatro, onde a mulher representa a personagem da fofoqueira, a ponto do locutor dizer claramente que “as comadres estão sempre falando da vida alheia”. Embora isto seja apresentado em tom de humor, incute claramente “ideia feita” do sexo frágil inferior. À mulher cabe o papel secundário de cuidar da casa e da Família, enquanto o homem provedor mantém a Família esteio da sociedade. Essa mensagem aparece repetidamente na aula de Estudos sociais.

Contudo o principal objetivo da disciplina demonstra ser a orientação comportamental dos indivíduos em sociedade, exalta os projetos sociais do Estado e coloca o cidadão como sendo parte de tudo. Na abertura da aula nota-se a apelação no *jingle* que

afirma “você faz parte da comunidade [...] esse País vai progredir com a sua participação”. Neste ponto, a mensagem afirma que o estado está obrando maravilhas pelo cidadão, a “Ideia feita” neste caso é que depende dele, pois todas as condições foram oferecidas pelo Estado. Novamente os problemas sociais, educacionais e culturais que, por ventura, venham acontecer serão por culpa do cidadão.

Entretanto haveremos de fazer a merecida menção ao Projeto Minerva olhando para os indícios sob uma perspectiva que remeta esta análise para além do bem ou do mal, observando seus benefícios para a sociedade. Como vimos em depoimentos neste texto de pessoas que afirmaram, não terem outra opção de estudo, que o projeto funcionou como única alternativa para seu acesso a cultura letrada, convergimos ao pensamento de que o projeto foi importante e contribuiu positivamente para a educação no Brasil.

Além disso, podemos dividir o projeto em duas vertentes importantes: o projeto que apresenta indícios da ideologia dos Estados, intrínseco nas transmissões dos programas, através das mensagens imbuídas de conteúdos ideológicos e o projeto que funcionava como proposta educativa, chegando a todos os aparelhos receptores, por ondas de rádio, do País favorecendo aqueles que não tiveram a oportunidade de estudar de outras formas, se convertendo em um projeto importante para a política educacional com resultados positivos.

O processo de produção ideológica do Governo se dava, discretamente na produção dos programas em nível nacional, mas nos Estados onde os programas eram difundidos, as coordenações estavam comprometidas com resultados educativos positivos. Suas falas demonstram que seus objetivos estavam focados em promover educação. Portanto, o Projeto Minerva, contribui positivamente para o combate a baixa escolaridade no Brasil e em Sergipe.

Por fim, quando Estado Brasileiro, lançou mão de um projeto de envergadura nacional, fez compilando partes de outros projetos existentes sem considerar seu conjunto completo, foi negligente e incapaz de criar uma proposta baseada na política educacional pautada em um modelo exclusivo. Contudo o fato de ser uma compilação do Governo Militar não significa não houvesse benefícios válidos para a educação no País.

Assim o Projeto Minerva serviu tanto ao proposito de transmitir subliminarmente as mensagens favoráveis ao projeto ideológico do Estado, como patrocinou uma política educacional focada em resolver a baixa escolaridade no País.

REFERÊNCIAS

- ANDRELO, Roseane. **O Rádio a Serviço da Educação Brasileira: uma história de nove décadas** In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.47, p.147/153, Set.2012 - ISSN: 1676-2584.
- ALVES, João Roberto Moreira. **História da EAD no Brasil**. In LITO. Fredric M. & FORMIGA, Marcos.(org) **Educação a Distância: o estado da arte** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p 09-13
- BAAL, Stephen J. **Sociologia das políticas educacionais e Pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional**. in: BAAL, Stephen J. & MAINARDES, Jefferson. **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BARROS, Francisca Argentina Góis. **Alfabetização de Jovens e Adultos: a experiência das escolas radiofônicas em Sergipe**. in: **Revista Educar-SE**. Aracaju: Secretaria de Estado da Educação do Desporto e Lazer, 1996. p 18-29.
- _____. **Movimento de Educação de Base: MEB em Sergipe (1961 – 1964)**, Aracaju: Editora UFS, 2014.
- BELLONI, Maria Luiza. **A televisão como ferramenta pedagógica na formação de professores**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, nº 2, jul./dez. 2003. p. 287-301.
- BIANCO, Nelia R. Del. **Aprendizagem por rádio**. In LITO. Fredric M. & FORMIGA, Marcos.(org) **Educação a Distância: o estado da arte** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva. 2011.
- _____. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997.
- _____. **As Regras da Arte: Gênese e Estrutura do Campo Literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BRASIL, Agência Radiobrás. **A Voz do Brasil**. Disponível em http://stream.agenciabrasil.gov.br/estatico/radio_voz_do_brasil_historia.htm acessado em: domingo, 20 de outubro de 2013.
- BRASIL, Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de Dezembro de 1939**. disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html> Acessado em domingo, 17 de novembro de 2013.
- _____. **decreto-lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942** . disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4958-14-novembro-1942-414976-publicacaooriginal-1-pe.html> Acessado em quinta-feira, 10 de fevereiro de 2016.

BRASIL, MEC/INEP. **Em qual data foi extinto o Projeto Minerva via rádio?** MEC – Ministério da Educação/INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Brasília/DF disponível em e-SIC: protocolo nº 23480017651201573, disponível <http://www.acaoainformacao.gov.br/sistema> em 21/12/2015 14:21

BRASIL, Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 5692/71. Brasília : 1971.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

OLIVEIRA, Juscelino Kubistchek. **Discurso**. In BRASIL. **I Encontro dos Bispos do Nordeste**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da presidência da República. 1960.

_____, Juscelino Kubistchek. **Discurso**. In BRASIL. **II Encontro dos Bispos do Nordeste**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da presidência da República. 1959

BRECHT, Bertolt. **Teoria do rádio (1927 – 1932)** in: MEDITSCH, Eduardo (org) **Teorias do rádio**. Florianópolis: Insular. 2005. p 35-45

CARLO, Ginzburg. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: editora Schwarcz S.A. 2013.

_____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: editora Schwarcz S.A. 2012.

_____. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

CARVALHO, Marta Maria chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF. 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COLUSSI, Eliane Lucia & BALBINOT, Valmíria Antonia. **Propaganda e educação sanitária na década de 1970: “Povo desenvolvido é povo limpo”** In: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.253-275, dez. 2008.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DOMICIANO, Marques. **Landell de Moura, físico brasileiro: o primeiro a fazer uso de ondas de rádio sem a utilização de fios condutores ou cabos foi o físico brasileiro Landell de**

Moura: Site Brasil escola. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/fisica/landell-moura-fisico-brasileiro.htm> acessado em: domingo, 10 de novembro de 2013.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964 – 1985)**. 5º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Gravação com a voz de Roquette Pinto, exibida na programação comemorativa aos 90 anos do rádio no Brasil, exibido em 07 de setembro de 2012, pela TV Brasil. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=103dDuhkUbM>>. Acessado em 29/11/2013.

HAUSSEN, Doris Fernandes. **Rádioe política: tempos da Vargas e Peron**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

HILDEBRAND, Maria Helena Bastos. **Os deserdados da educação brasileira: análise das expectativas da clientela aos exames supletivos**. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 1984.

HORTA, José Silverio Baia. **Histórico do rádio educativo no Brasil (1922-1970)**, In: Cadernos da PUC-Rio. Tópicos em Educação/serie Letras e Artes, Rio de Janeiro 1972.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** Tabela 04 disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/tabela04.pdf acessado em: segunda-feira, 1 de julho de 2013

KLÖCKNER, Luciano e PRATA (org), Nair. **História da mídia sonora: experiências, memórias e afetos de norte a sul do Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. 558 p.

MARQUES, Domiciano. **Landell de Moura, físico brasileiro: o primeiro a fazer uso de ondas de rádio sem a utilização de fios condutores ou cabos** foi o físico brasileiro Landell de Moura. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/fisica/landell-moura-fisico-brasileiro.htm> acessado em: domingo, 10 de novembro de 2013

McLUHAN, Marshall. **Rádio: o tambor tribal**. In: Os meios de comunicação como extensões do homem, 20 ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2011, p. 334-345.

MEC. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171> Acessado em: 29/11/2013.

MOREIRA, sonia Virgínia. **Nicola Tesla, o inventor no ambiente de criação da transmissão sem fio**. In MEDITSCH (org) **Teorias do Rádio**. Florianópolis: Inlular, 2005, p 25-34.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história, 1500 - 2000**. 2ªed. Rio de Janeiro: Consultor, 1995.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A Informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985.

PAIVA, Vanilda Pereira. **História da Educação Popular no Brasil: Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: edições Loyola, 2003.

PIMENTEL, Fábio Prado. **O Rádio Educativo no Brasil: uma visão histórica** Rio de Janeiro: Soarmec Editora, 1999.

PRADO, Emilio. **Estrutura da informação radiofônica**. São Paulo: Summus editorial, 1989.

Rádio Cultura Re: E-mail, assunto: histórico da rádio cultura [mensagem pessoal]. enviada por: direcao@cultura670.com.br para: carlosako@gmail.com em: 29 de agosto de 2014 às 16:17

RANGEL, Jorge Antonio. **O Moderno Dom Quixote: Fernando Tude de Souza e o projeto roquetiano de educação popular através do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Saúde nas décadas de 40 e 50**. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjGjbPQurbMAhVKDJAKHWqXBYAQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fsbhe.org.br%2Fno%2Fcongressos%2Fcbhe2%2Fpdfs%2FTema4%2F0448.pdf&usg=AFQjCNHW9cg4C9zCZVvrNwxzM9N5q1iowg&sig2=0gccvhCXch9zPpyWfftFLA&cad=rja> acessado em 03 de abril de 2016.

SANTANA, Ana Lucia. **Departamento de Imprensa e Propaganda**. In revista eletrônica Infoescola. Disponível em: <http://www.infoescola.com/era-vargas/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip/> acessado em: domingo, 17 de novembro de 2013.

SKINNER, Burrhus Fredcric. **Ciência e comportamento humano**. (Trad.) João Carlos Todorov, Rodolfo Azzi. 11ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VENTURA, Magda Maria. **O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa**. Revista SOCERJ. 2007;20(5):383-386 setembro/outubro. Disponível em: http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_estudo_de_caso_como_modalidade_de_pesquisa.pdf acessado em domingo, 22 de setembro de 2013.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. BARBOSA, Reis e BARBOSA, Karen Elsabe. 5ª ed. São Paulo: Editora UNB, 2004.

Documentos:

Encerrados cursos de madureza e regente. Gazeta de Sergipe nº 4.191, Aracaju 25 de julho de 1970 p.01.

Piva recebeu especialista em curso de rádio e TV. Gazeta de Sergipe nº 4194, Aracaju 29 de julho de 1970 p.08.

Foi Iniciado treinamento para Monitores do Sistema rádio educativo. Gazeta de Sergipe nº 4.220, Aracaju 28 de agosto de 1970 p.08.

Projeto Minerva tem 572 concludentes em Aracaju. Gazeta de Sergipe nº 4.322, Aracaju 27 de outubro de 1972 p.08.

BARRETO, Luiz Antônio. **Madureza.** Gazeta de Sergipe nº 4.797, Aracaju 10 de agosto de 1972 p.03.

BARRETO, Luiz Antônio. **Educação Reformada.** Gazeta de Sergipe nº 4.768, Aracaju 04 de Julho de 1972 p.03.

Mais Monitoras são treinadas para alfabetizar em Aracaju. Gazeta de Sergipe nº s/n, Aracaju 03 de agosto de 1972 p.08.

SEC Convoca Reunião. Gazeta de Sergipe nº 4.428, Aracaju 28 de fevereiro de 1973 p.01.

Projeto Minerva Prepara Monitores. Gazeta de Sergipe nº 4.564, Aracaju 20 de agosto de 1973 p.01.

Projeto Minerva Prepara Três Mil. Gazeta de Sergipe nº 4.576, Aracaju 03 de setembro de 1973 p.01.

Professora Retorna de Portugal. Gazeta de Sergipe nº 4.660, Aracaju 27 de dezembro de 1973 p.07.

Projeto Minerva no Interior. Gazeta de Sergipe nº 4.558, Aracaju 13 de agosto de 1973 p.02.

Madureza Começou Hoje. Gazeta de Sergipe nº 4.395, Aracaju 25 de janeiro de 1973 p.01.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Termo de consentimento livre esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de pós-graduação strictu sensu (doutorado em educação) na Faculdade de educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão da professora, orientadora, Dr^a MARIA HELENA CÂMARA BASTOS, cujo objetivo é obter informações sobre O PROJETO MINERVA VIA RÁDIO.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada e transcrita para compor análise sobre o objeto em estudo, se assim você permitir, e que tem a duração indeterminada, conforme a necessidade de tempo que julgue necessário para prestar as informações.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador: José Carlos Santos fone: (079) 99814-4646 ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, fone (051)3320 3345.

Atenciosamente

 JOSÉ CARLOS SANTOS
 Pesquisador.

 Local e data

 MARIA HELENA CÂMARA BASTOS
 Orientadora.

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

 Entrevistado(a)

 Local e data

Apêndice 2 - Roteiro de entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTA coordenador

1. Nome Completo:
2. Cargo que ocupava:
3. Como ficou sabendo e como foi convidada para o Trabalho:
4. Como era feita a propaganda do projeto:
5. E o recrutamento dos alunos? Era o rádio quem anunciava? Como anunciava;
6. Como e onde os alunos faziam a inscrição para participar do projeto:
7. Como foi sua preparação para coordenar o projeto? Vinha correspondência do MEC, manual de instruções ou curso aqui ou em outro Estado:

Como era a preparação dos monitores? Seu resultado? Nível de escolaridade exigido?
8. Como eram escolhidos os locais para instalação
9. O material didático impresso? Como era? Vinha do MEC, ou era elaborado aqui?

10. Lembra das aulas do rádio? As vozes dos locutores? a clareza ou não das informações passadas? Vinhetas, musicas etc..? (Anita Taranto Atriz - Fazia a professora)
11. A coordenação local (Instrutores, monitores) opinavam sobre a dificuldade de entendimento (caso houvesse) das aulas?
12. Qual era o papel do monitor? Como ele se comportava? Lembra de reclamação de aluno acerca de algum deles?
13. Poderia me dar nomes de monitores que trabalhavam.
14. Havia reuniões com os coordenadores dos estados? Onde? Pra que?
15. Havia uma estrutura física do projeto aqui? Onde? De que dispunha?
16. Quem era o secretário de Educação na época? Como ele apoiava o projeto?
17. Quanto tempo esteve nessa Função? Por que saiu?
18. Como avalia a aceitação/inserção dos alunos
19. Você tem idéia da relação custo benefício do projeto para o Estado
20. Observamos nas estatísticas consultadas, elevados índices de reprovação nos testes. Como a coordenação avaliava isso? Havia recomendações / replanejamento regional / local / nacional?

21. Como era o trabalho no presídio? Havia monitor? Como os presos se dirigiam aos testes? Eram feitos lá mesmo? Lembra-se de algum caso de aluno em particular.
22. Além das verbas nacionais, havia algum incentivo local?
23. Os testes vinham prontos do MEC? Vocês tinham acesso a eles antes? Avaliavam sua adequação ao conteúdo trabalhado?
24. Você é capaz de traçar um perfil dos alunos do projeto? Quem se saia bem? Por quê? Quem era (homem / mulher / adulto / funcionário público / trabalhador em geral / faixa etária)?
25. Você conhece um ex-aluno bem sucedido hoje? Nomes. (Constam nas relações das atas de avaliação alguns Rabelos Leite – Você os conhece?).
26. Que avaliação geral, você faz do projeto?
27. Havia provas avaliativas exclusivamente do Projeto Minerva? Onde elas foram arquivadas, onde eram aplicadas;
28. O que eram os exames de madureza?

Apêndice 3- Roteiro de entrevista com alunos

Roteiro de entrevista para aluno

Diga primeiro seu nome completo

A senhora foi aluna do Projeto Minerva. Conta um pouquinho, pra gente, dessa história, professora, por gentileza?

Você tinha as provas

Onde eram realizadas as prova?

Onde você conseguia os Fascículos

Conhecia alguém que estivesse fazendo a prova com você.? Lembra do nome?

Você ficou sabendo do Projeto Minerva como?

Como você avalia o projeto para sua formação

Apêndice 4 - Roteiro de entrevista com Monitor

Roteiro parcial de entrevista com monitores

Diga seu nome por favor.

Era monitora no projeto minerva?

A Senhora lembra em que ano foi monitora? Quando foi que começou?

Como ficou sabendo do projeto minerva?

Como foi convidada para esse trabalho?

A senhora tinha em média quantos alunos?

A senhora lembra na época como era feita a propaganda do projeto minerva?

A senhora tem informação se tinha nota em Jornal, se era propaganda no rádio, como era feito?

Como era feito o recrutamento? Era a senhora mesmo que fazia as matrículas?

Os alunos te procuravam no mesmo horário da aula?

Que horas começava a aula e qual era sua duração

Depois que programa terminava, a aula continuava somente com os monitores

Era um rádio de pilha ou era rádio elétrico?

Tinha um material de apoio, cartilhas livros?

Era separado por matéria? Como era?

O Projeto Minerva era preparação para o supletivo?

Houve uma preparação, um treinamento antes de senhora assumir? Como é que se deu essa preparação?

A senhora já era graduada? Ou era nível médio?

Lembra de algum outro monitor, colega seu, que trabalhou na época?

O Projeto Minerva estava vinculado a Secretaria de Educação, ao Supletivo, ou ao Departamento Geral de Ensino DGE?

Professora? Como eram escolhidos os Rádipostos? Como se montava um radioposto ? Como eram escolhidos? Os locais... era solicitação? Como isso acontecia?

Professora, o material didático impresso, do projeto minerva, era distribuído gratuitamente

Vinha do MEC ou era produzido aqui?

Todos os dias eles ia ouvir o rádio e depois eles tinham uma prova específica deles?

Nos interiores tinham muitos rádiopostos?

Os monitores, opinavam sobre o material didático produzido?

Qual era exatamente o papel do monitor?

Quantos alunos havia na sala?

Quais eram os problemas mais comuns que aconteciam no rádio posto?

Quanto tempo esteve nessa função, de monitora do projeto minerva?

A Senhora lembra na época que a senhora entrou, em 81, quem era o secretário da

Como a senhora avalia a aceitação e inserção desses alunos?

O índice de repetência, nas provas era alto?

Quem elaborava as provas!

Professora que avaliação geral a senhora faz do projeto Minerva?

ANEXOS

Anexo I - Ata supletivo Aleatória.

COLÉGIO ESTADUAL ATENEU SERGIPENSIS
ARACAJU — SERGIPE

ATA DE RESULTADOS FINAIS **BIOLOGIA**

Aos **11** dias do mês de **JULHO** de **1974** terminou-se o processo de apuração das notas finais e nota global dos alunos da — série, turma — turno — do Curso **SUPLETIVO** deste estabelecimento, com os seguintes resultados:

2º GRAU

NOME DO ALUNO	MÉDIA	NOTAS	NOTAS	NOTAS	NOTAS	NOTAS
1- José Caribaldo de O. Meneses	3,5					0494
2- Valgério Vieira Santos	3,5					0628
3- José Alfredo Santos	3,0					0633
4- Jacinaldo Feitosa Silva	3,5					0630
5- Maria Lúcia de Sousa	3,0					0642
6- Maria Fátima da Silva	3,0					0609
7- Marcia M. Alves Silva	3,0					0608
8- Geraldo Alves de Almeida	3,5					0012
9- Maria Marques Santos	3,5					0490
10- Edna M. Santana Gabriel	3,5					0177
11- Manuel "Assis" Santos	3,5					0667
12- Vera Lúcia Rocha	3,0					0715
13- Carlos Abud	3,0					0439
14- Arnaldo Andrade de Oliveira	3,5					0478
15- Álvaro Roberto	3,5					0318
16- Heribaldo Meneses Leite	3,0					0169
17- Manoel Romão	3,5					0072
18- Jonilson Assado dos Santos	3,0					0009
19- Luciano Oliveira	3,0					0042
20- José Alcides Batista	3,5					0023
21- Sílvia M. de S. Pasquita	3,5					0039
22- Fernando Romão Filho	3,5					0063
23- Vivaldo José dos Santos	5,0	Ap				0085
24- Eunice Notta de Araújo	3,0					0089
25- Humberto Silveira Leite	3,0					0093
26- Helena dos Santos	4,0					0163
27- Cupertino Xavier	3,0					0158
28- Cleidioniljo Araújo de Jesus	3,0					0096
29- Geraldo Ferreira de Almeida	3,0					0103
30- Alfredo Galisto dos Santos	3,0					0108
31- Waldir Almeida de Meneses	3,5					0113
32- Manoel Carlos dos Santos	3,0					0118
33- M. Arlete A. de Oliveira	3,0					0114
34- Maurino Teles Leal	4,0					0146
35- Antônio Belizario de Andrade	3,5					0147
36- Sigival Alves dos Santos	3,0					0149
37- José R. Lins Vianna	3,0					0151
38- José Alves de Araújo	3,0					0171

judatony

Anexo 2 - Cronologia do Rádio no Brasil

ANO	ACONTECIMENTO
1892	O padre gaúcho Roberto Landell de Moura, inicia, em Campinas interior de São Paulo, as primeiras experiências com a radiodifusão no Brasil. Utilizando uma válvula amplificadora com três eletrodos, fabricada por ele mesmo, transmite e recebe a voz humana através do espaço.
1894	Landell de Moura realiza a transmissão de sons do alto da avenida Paulista para o alto de Santana, em São Paulo, cobrindo uma distância de 8 km em linha reta. Fanáticos religiosos, contudo, cientes de que o padre brasileiro poderia ter pacto com o demônio, destruíram seu aparelho e suas anotações, o que atrasou o reconhecimento de sua criação pelas autoridades científicas. Só em 1900 Roberto conseguiu fazer uma demonstração pública de seu invento.
1900	O governo brasileiro concede a Roberto Landell de Moura a patente de número 3.279 para “um aparelho apropriado à transmissão de palavras a distância, com ou sem fios, através do espaço, da terra e da água”. Ele se muda para os Estados Unidos, onde consegue construir e patentear o transmissor de ondas, o telefone sem fio e o telégrafo sem fio em 1904. De volta ao Brasil, não consegue apoio e desiste de suas invenções.
1922	Realiza-se no dia 7 de setembro a primeira transmissão radiofônica oficial no Brasil, como parte das comemorações do Centenário da Independência. A Westinghouse Electric, junto com a Companhia Telefônica Brasileira, instala no alto do Corcovado, no Rio de Janeiro, uma estação de 500 W, inaugurada com um discurso do presidente Epitácio Pessoa.
1923	Edigar Roquette Pinto e Henrique Morize criam a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que apresentava programas educativos e culturais. Influenciadas por ela, são fundadas rádios amadoras em várias partes do país, como a Rádio Clube Paranaense, a Rádio Clube de Pernambuco, a Rádio Sociedade Rio-Grandense, a Rádio do Maranhão, a Rádio Sociedade Educadora Paulista e a Rádio Clube de Ribeirão Preto. Todas nascem como clubes e sociedades e, como a legislação proibia a publicidade, são sustentadas por seus associados.
1924	Proliferam as emissoras em todo o Brasil. É regulamentada a atual faixa de Ondas Médias, compreendidas entre 550 à 1550 KHz.
1925	Nasce a segunda emissora do Rio, a Rádio do Brasil. Sai da linha cultural rígida de outras emissoras. Já despontam futuros astros da voz como Francisco Alves e Mário Reis. Popularização do rádio para descida do morro.
1927	O advento das mesas de controle de som (que permitiam que um toca-discos fosse executado diretamente, sem a necessidade de captação do áudio via microfone) marca o início da era eletrônica do rádio.
1931	Inauguração da Rádio Record, em São Paulo. A dupla Manezinho e Quintanilha inicia os programas humorísticos na Rádio Sociedade. O rádio começava, aos poucos, a se tornar um veículo mais popular.
1932	O governo do presidente Getúlio Vargas autoriza as inserções publicitárias,

	inaugurando assim o atual modelo de mídia comercial. Na época, somente 10% da grade poderia ser ocupada por comerciais (atualmente, esse índice é de 25%). Nesse mesmo ano, o governo também passa a distribuir concessões de canais a empresas privadas e a indivíduos. Waldo de Abreu cria os primeiros anúncios de rádio no Esplêndido Programa da Rádio Clube do Brasil do Rio de Janeiro. Locutores paulistas usam o rádio como instrumento para conseguir a adesão popular à Revolução Constitucionalista de 1932.
1933	César Ladeira entra para a Rádio Mayrink Veiga e faz escola na interpretação de textos, apresentação de artistas e criação de radio-teatro.
1934	Rádio Mayrink Veiga é inaugurada e se torna líder de audiência por vários anos no Rio de Janeiro, até ser fechada em 1964.
1935	Inauguração da Rádio Jornal do Brasil, no Rio de Janeiro. Instituição do programa oficial do governo de Getúlio Vargas, a Voz do Brasil, transmitido até hoje. A Rádio Kosmos, de São Paulo, cria os primeiros programas de auditório, que permitem a participação do público. Surgem os primeiros ídolos do rádio: Linda Batista, Araci de Almeida, Francisco Alves, Carmen Miranda, Orlando Silva, Sílvio Caldas, entre outros. A primeira a possuir uma equipe jornalística.
1935	Inauguração da Rádio Tupi do Rio de Janeiro. Para a inauguração, o diretor-presidente e fundador dos Associados, Assis Chateaubriand, convidou pessoalmente o inventor italiano da telegrafia sem fios, Guglielmo Marconi.
1936	Inauguração da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, a primeira grande emissora brasileira, líder de audiência durante duas décadas. Entretenimento como novelas e programas de humor despontavam audiência.
1937	Assis Chateaubriand inaugura a Rádio Tupi de São Paulo. A cantora Linda Batista é eleita a “Rainha do Rádio”.
1938	Orson Welles aproveita a interpretação e a imaginação do rádio para narrar uma obra de ficção, <i>A Guerra dos Mundos</i> , do escritor inglês Herbert George Wells, numa versão realista da invasão de marcianos, colocando centenas de pessoas em pânico nos EUA.
1939	Criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) em dezembro de 1939.
1940	Ary Barroso, autor de Aquarela do Brasil, compõe jingles para remédios Urudonal, cantado por Orlando Silva, e Fandorine, interpretado por Sílvio Caldas. Se destaca como apresentador de programas de auditório e como narrador esportivo. O governo do presidente Getúlio Vargas estatiza a Rádio Nacional do Rio de Janeiro. As primeiras agências de publicidade começam a atuar e os programas de rádio recebem patrocinadores como Coca-Cola, Gessy Lever, Colgate, Esso, Goodyear, etc
1941	A Rádio Nacional lança o Repórter Esso, primeiro rádiojornal brasileiro, que ia ao ar na voz de Heron Domingues. Em Busca da Felicidade, a primeira radionovela brasileira, é transmitida pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro.
1944	Inauguração da Rádio Globo, do Rio de Janeiro.
1945	Sucesso de Ary Barroso na Rádio Tupi no Rio. Futebol, orquestras, radionovelas que se expandiam por todo Brasil.

1947	O futebol vira uma febre e o narrador Oduvaldo Cozzi se destaca como o melhor dessa época. Era criativo, possuía um estilo muito especial de criar expressões, tinha boa influência descritiva e revolucionou a forma de transmitir, adotando no Brasil o estilo de Lalo Peliciari, um locutor uruguaio que se destacava na Argentina. Oduvaldo Cozzi deixou muitos imitadores, formando o que se poderia chamar de “Escola Cozzi”.
1947	A famosa série de programas Incrível, Fantástico, Extraordinário, foi criada por Almirante, um dos mais importantes produtores do rádio brasileiro. Durante o programa, Almirante narrava com a ajuda do elenco de rádio-teatro da Rádio Tupi, histórias sobrenaturais enviadas pelos ouvintes.
1948	Inicia-se a fase áurea dos programas de auditório, quando despontam cantoras como Emilinha Borba e Marlene.
1949	Francisco Alves descobre o talento dentro de casa. Sua empregada doméstica é levada para a Rádio Nacional. O Brasil descobre a voz de Carmen Costa. A eterna “cantora do rádio” faleceu em abril de 2007 aos 86 anos
1949	Um grande incêndio tomou conta dos estúdios Rádio Tupi, o que levou a emissora a realizar suas transmissões de um estúdio emprestado pela Rádio Guanabara, na Avenida 13 de Maio. Depois de muitas obras, a Rádio Tupi passou a ocupar três andares do prédio da Avenida Venezuela.
1950	Chegada da Televisão no Brasil. Radialistas se sobressaem: Maestros como Radamés Gnatalli, cantores como Silvio Caldas, Francisco Alves e as irmãs Batista. A Rádio Nacional lança o programa “Incrível, fantástico e extraordinário” com apresentação de Almirante.
1954	Um jovem locutor chama atenção na Rádio Mauá. Haroldo de Andrade apresenta o “Musifone”. Um dos primeiros programas a atender ouvintes pedindo música. Anos mais tarde seria um dos maiores comunicadores do país. Depois de sair da Rádio Globo abriu sua própria emissora. Faleceu em 01 março de 2008. Inauguração da Rádio Bandeirantes, em São Paulo, a primeira a divulgar notícias durante toda a programação.
1955	Primeira transmissão experimental de rádio FM, pela Rádio Imprensa do Rio de Janeiro, extinta no final de dezembro/2000.
1956	Invenção do transistor que permitiu a fabricação de rádios menores que iam a qualquer lugar. O rádio se torna mais companheiro com essa mobilidade.
1958	Inauguração da Rádio Eldorado, de São Paulo.
1959	O rádio inicia a corrida para o jornalismo ao vivo dado o grande sucesso das reportagens de rua, ao vivo, e das entrevistas fora dos estúdios.
1960	O primeiro programa “Patrulha da Cidade” foi ao ar no dia 02 de janeiro de 1960. O jornalista Afonso Soares, que criou o programa policial humorístico, era quem lia as notícias policiais em tópicos curtos, sucintos e cheio de gírias de policiais e bandidos. No início, Afonso teve que lutar com a direção da rádio por causa dos termos ousados e avançadíssimos para a época, mas conseguiu manter o programa no ar.
1962	Primeira transmissão Via Satélite
1964	A voz de Jorge Majestade se destaca como “símbolo de emoção”. “Sua Majestade”, como era chamado entre os amigos, grava comerciais para diversos produtos e se destaca no programa “Música somente música” na Rádio Tamoio – RJ.

1966	Surge o som estéreo. João Saldanha – Jornalista e treinador de futebol brasileiro, levou a Seleção Brasileira a classificar-se para a Copa do Mundo de 1970. Dizem que Saldanha foi retirado do comando da seleção por causa da sua negativa em selecionar jogadores que eram indicados pessoalmente pelo presidente Emílio Garrastazu Médici. Saldanha teria dito: “o presidente cuida de seu ministério, mas quem toma conta daqui sou eu”. Morreu em Roma em 1990, onde foi cobrir naquele ano a Copa do Mundo para a TV Manchete.
1969	Fim do Repórter Esso. Sua credibilidade era tanta, que houve um tempo em que se dizia: “Se o Repórter Esso não deu, não aconteceu”.
1970	Surgimento das primeiras emissoras de frequência modulada (FM) do país.
1972	A Rádio Mundial AM que se tornou a cara da zona sul do Rio revelou um dos maiores disk-jockeys da época, o inovador Big Boy e seu “Alô crazy people”. Ouça a “bagunça” que Big Boy fazia no estúdio. Ao contrário do que muitos imaginam, Big Boy não morreu de overdose, mas de uma crise de asma. Não viu a transformação do FM.
1975	A Rádio Globo se consagra nas transmissões de partidas de futebol.
1977	Inauguração da Rádio Cidade FM, no Rio de Janeiro, líder de audiência na década de 80. Nomes como Eládio Sandoval, Fernando Mansur, Romilson Luís, Paulo Martins, Sérgio Luís e Jaguar fazem escola em FM sob a coordenação de Carlos Townsend . O mercado de rádio jamais seria o mesmo.
1979	O comunicador da Rádio Globo AM, Waldir Vieira é campeão de audiência nas tardes do Rio de Janeiro com o programa “As Canções do Roberto” e a “Carta da Vovó”. No auge da carreira, em novembro de 1985 – foi encontrado morto em um motel devido a um vazamento de gás.
1982	A Rádio Fluminense FM, mais conhecida como “Maldita”, criou uma nova linguagem de locução nas FMs. Era a Rádio Rock!. Na época do primeiro Rock in Rio, estava entre as cinco mais ouvidas regularmente. Num segmento mais informativo desponta a Rádio Del Rey FM.
1985	A Transamérica FM passa a transmitir ao vivo para o Rio de Janeiro com uma equipe jovem e criativa. O rock nacional desponta. Com a coordenação de Eduardo Andrews , locutores como Adriana Riemer, Paulo Beto, Ruy Jobim, Jairo Roberto e Carlos Alberto despontam no mercado. Produção de Cláudio Carneiro. Sonoplastia de Renato Justino .DJ Marcelo Mansur. Programação Musical com Fernandinho e Sônia Freitas.
1990	No Rio de Janeiro uma Rádio se destaca no berço do rádio brasileiro. Era a Rádio RPC FM da Praça Mauá para a liderança na audiência. Uma “rádio doída”, como era conhecida.
1991	Com o slogan “A rádio que toca notícia”, o Sistema Globo de Rádio inaugura a Central Brasileira de Notícias (CBN-AM), com 24 horas de informações.
1994	Inaugurada a Escola de Rádio no Rio de Janeiro.
1995	Início da campanha pelo fim da obrigatoriedade de transmissão do programa oficial A Voz do Brasil. A Igreja Católica forma a Igreja-Sat, maior rádio do país.
1996	Lançamento da CBN-FM São Paulo, primeira rádio só de notícias em frequência modulada. O governo envia ao Congresso projeto de lei que

	prevê a regulamentação do funcionamento das rádios piratas.
1997	O percentual de domicílios brasileiros com aparelhos de rádio chega a 90,3%, contra 84,9% em 1992, segundo o IBGE. Na Região Sul, o índice é de 94,8%; na Sudeste, 94,3%; na Centro-Oeste, 87,2%; e na região Nordeste, 83,3%.
2000	Começam a ter destaque as rádios virtuais pela internet. Entra em atividade a RadioClick do Sistema Globo de Rádio.
2004	Inauguração do FM Hall no Shopping Rio Sul no Rio de Janeiro. As rádios Paradiso FM e Jovem Pan são as primeiras a transmitir em fibra ótica de estúdios envidraçados onde o público assiste ao trabalho dos locutores.
2005	O Sistema Globo de Rádio tira do ar a Globo FM com 32 anos de atividade e põe em seu lugar a Rádio CBN que até então estava em AM. A Rádio Globo FM passa a transmitir pela internet, pela SKY TV, Net Digital, para Curitiba 93,9 e Maringá 97,9 Mhz. Obs. No ano em que o rádio comemora 83 anos de transmissão analógica no Brasil, as principais emissoras do país começam a testar a difusão digital de sua programação. A tecnologia é testada por parte das emissoras dos grupos Eldorado, Bandeirantes, Jovem Pan, RBS e Sistema Globo de Rádio.
2006	A Rádio Cidade FM do Rio de Janeiro sai do ar para dar lugar a Rádio OI FM. Em 1977 a Cidade FM fez história no rádio brasileiro com uma linguagem coloquial e uma programação diversificada. Depois da Rádio Cidade o rádio FM nunca mais seria o mesmo.
2008	Em 27 de maio entra no ar a nova Rádio Mundial 1180 no Rio. Com a ideia de unir rádio e TV pela internet, o projeto não durou 9 meses.
2012	A Presidente Dilma Russef em abril de 2012 incluiu o nome de Landell de Moura no Livro dos Heróis da Pátria. No momento em que completa 90 anos, o rádio atravessa a fase final da definição de seu modelo digital. Governo promete que, até o fim do ano, as diretrizes para a digitalização estejam definidas. Nesse mesmo ano, também, o País ganha o primeiro Grand Prix de rádio no Festival de Criatividade de Cannes. A peça vencedora foi desenvolvida pela Talent para a revista Go Outside, que usava uma frequência radiofônica imperceptível ao ouvido humano, mas que conseguia ter um efeito repelente aos mosquitos.

Fonte: Escola de Rádio, disponível em: <http://escoladeradio.com.br/website/?page_id=988>

Anexo 3 - Resposta de consulta à EBC, sobre PMR



Empresa Brasil de Comunicação - EBC
SCS Quadra 08, Bloco B 50 - 1º subsolo
Edifício Super Center - Vinte e Nove
Cabe Postal 08840 Brasília - DF
CEP: 70333 900
www.ebc.com.br

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – SIC

Empresa Brasil de Comunicação – EBC

Protocolo: 03950004431/2013-27

Demandante: José Carlos Santos

Pedido de Informação:

“Estou fazendo um doutorado em educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS e preciso desenvolver uma pesquisa sobre o PROJETO MINERVA neste doutoramento em educação. Para tantos peço a ajuda de vocês em me conceder documentação necessária a esta pesquisa. Tenho a necessidade de fontes em áudio e documentais, além de fotografias. Sei que o projeto minerva era produzido pela RADIOBRAS e veiculou através da rádio MEC em cadeia nacional obrigatória, no período de 1970 a 1983. Solicito: Informações sobre os custos do projeto: quem custeava, quanto custou.”

Resposta:

Informamos que quem custeava o projeto Minerva era o Ministério da Educação. Repassamos algumas informações e algumas fontes onde você poderá buscar mais informações. A Internet pode ser uma grande fonte de pesquisa e também teses sobre o projeto Minerva, além da portaria interministerial:

SOARMEC - Sociedade dos Amigos da Rádio MEC - soarmec@soarmec.com (eles têm uma bibliografia sobre o rádio que pode ter esses dados)

Marlene Blois - m.blois@terra.com.br (trabalhou no Minerva e foi chefe do Setor de Educação muito tempo na MEC).

O Projeto Minerva foi um programa de rádio brasileiro elaborado pelo governo federal e que teve por finalidade educar pessoas adultas. Todas as emissoras do país eram obrigadas a transmitir a sua programação.



Empresa Brasil de Comunicação - EBC
 SCS Quadra 06, Bloco B 30 - 1º subsolo
 Edifício Super Center - Verâncio 2000
 Caixa Postal 08840 Brasília - DF
 CEP: 70333 900
www.ebc.com.br

Foi criado pelo então *Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura*. Iniciou suas transmissões 1º de setembro de 1970. O nome Minerva é uma homenagem à deusa romana da sabedoria.

Sua divulgação foi decorrente de um decreto presidencial e uma portaria interministerial de nº 408/70, que determinava a transmissão de programação educativa em caráter obrigatório, por todas as emissoras de rádio do país. Esta obrigatoriedade é fundamentada na Lei 5.692/71.

Principais características oficiais do Projeto Minerva foram

O nome Minerva é uma referência à deusa grega da sabedoria.

- a) Contribuição para renovação e o desenvolvimento do sistema educacional e para a difusão cultural, conjugando o rádio e outros meios.
- b) Complementação ao trabalho desenvolvido pelo sistema regular de ensino;
- c) Possibilidade de promoção da educação continuada;
- d) Divulgação de programação cultural de acordo com o interesse da audiência;
- e) Elaboração de textos didáticos de apoio aos programas instrutivos;
- f) Avaliação dos resultados da utilização dos horários da Portaria nº408/70 pela emissora de rádio.

Foi escolhido o da rádio em função dos seguintes aspectos:

- a) Custo mais baixo no que se referia a aquisição e manutenção de aparelhos receptores;
- b) A familiaridade da clientela com o rádio.

Críticas

O projeto Minerva foi por muito tempo divulgado pela televisão durante a época do Regime Militar de 1964. Sua eficiência sempre foi questionada. As demais emissoras de rádios eram obrigadas a transmitir a sua programação e com o passar do tempo sua atuação foi considerada anacrônica.

Para auxiliar no aprendizado eram distribuídas cartilhas para o ouvinte poder seguir a aula de rádio.



Empresa Brasil de Comunicação - EBC
 SCS Quadra 08, Bloco B 50 - 1º subsolo
 Edifício Super Center - Vinte e Nove
 Caixa Postal 08840 Brasília - DF
 CEP: 70333-900
www.ebc.com.br

Projeto criado em 1970 para atender os objetivos do governo militar brasileiro que, desde 1964, propunha mudança radical no processo educativo com a utilização do rádio e da televisão. Nesse contexto, a proposta do governo era solucionar os problemas educacionais existentes com a implantação de uma cadeia de rádio e televisão educativas para a educação de massa por meios de métodos e instrumentos não convencionais de ensino.

O Projeto Minerva foi, então, concebido pelas seguintes instituições: Ministério da Educação, Fundação Padre Anchieta e Fundação Padre Landell de Moura, com base na Lei 5692, com ênfase na educação de adultos. O Projeto Minerva foi transmitido, em rede nacional, por várias emissoras de rádio e de televisão, visando a preparação de alunos para os exames supletivos de Capacitação Ginásial e Madureza Ginásial, produzidos pela Fundação Padre Landell de Moura e pela Fundação Padre Anchieta. Ele foi implementado como uma solução a curto prazo aos problemas do desenvolvimento do país, que tinha como cenário um período de crescimento econômico onde o pressuposto da educação era o de preparação de mão de obra. O Projeto Minerva foi mantido até o início dos anos 80, apesar das severas críticas e do baixo índice de aprovação - 77% dos inscritos não conseguiram obter o diploma.

Citação bibliográfica:

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Projeto Minerva" (verbetes). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira* - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=291>, visitado em 19/11/2013.

PROJETOS DE EDUCAÇÃO VIA RÁDIO: EXEMPLOS HISTÓRICOS E ATUAIS

Autor: Márcia Prado Castro

O Projeto Minerva nasceu no Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura. Foi iniciado em 1º de setembro de 1970. O nome Minerva é uma homenagem a deusa grega da sabedoria. Do ponto de vista legal foi ao ar tendo como escopo um decreto presidencial e uma portaria interministerial de nº 408/70, que



Empresa Brasil de Comunicação - EBC
 SCS Quadra 08, Bloco B 50 - 1º subsolo
 Edifício Super Center - Vinte e Nove
 Caixa Postal 08840 Brasília - DF
 CEP: 70333-900
 www.ebc.com.br

determinava a transmissão de programação educativa em caráter obrigatório, por todas as emissoras de rádio do país. A obrigatoriedade é fundamentada na Lei 5.692/71.

O objetivo maior do projeto atendia à Lei nº5.692/71 (Capítulo IV, artigos 24 a28) que dava ênfase à educação de adultos. O parecer nº 699/72 determinava a extensão desse ensino, definindo claramente as funções básicas do ensino supletivo: suplência, suprimento, qualificação e aprendizagem. A meta a atingir pretendia utilizar o rádio para atingir o homem, onde ele estivesse, ajudando-o a desenvolver suas potencialidades, tanto como ser humano, quanto como cidadão participativo e integrante de uma sociedade.

Podemos destacar como principais características do Projeto Minerva:

- a) contribuição para renovação e o desenvolvimento do sistema educacional e para a difusão cultural, conjugando o rádio e outros meios.
- b) Complementação ao trabalho desenvolvido pelo sistema regular de ensino;
- c) Possibilidade de promoção da educação continuada;
- d) Divulgação de programação cultural de acordo com o interesse da audiência;
- e) Elaboração de textos didáticos de apoio aos programas instrutivos;
- f) Avaliação dos resultados da utilização dos horários da Portaria nº408/70 pela emissora de rádio.

O rádio foi escolhido quando da idealização do projeto em função dos seguintes aspectos:

- a) Custo mais baixo no que se referia a aquisição e manutenção de aparelhos receptores;
- b) A familiaridade da clientela com o rádio.

O projeto contou com a seguinte estrutura:

- a) Recepção organizada - desenvolvia-se em radiopostos locais, onde 30 a 50 alunos se reuniam, sob a liderança de um monitor, para ouvir a transmissão das aulas. O radioposto funcionava em escolas, quartéis, clubes, igrejas e outros locais.
- b) Recepção controlada - os alunos recebiam isoladamente a transmissão dos cursos reunindo-se semanal ou quinzenalmente sob a orientação do monitor, a fim de discutir idéias e dirimir dúvidas.



Empresa Brasil de Comunicação - EBC
 SCS Quadra 08, Bloco B 50 - 1º subsolo
 Edifício Super Center - Verâncio 2000
 Caixa Postal 08840 Brasília - DF
 CEP: 70333 900
www.ebc.com.br

c) Recepção isolada- os alunos recebiam emissões em suas casas.

De outubro de 1970 a outubro de 1971 participaram do Projeto um total de 174.246 alunos, desses: 61.866 concluíram os cursos. De outubro de 1971 a dezembro de 1971 o projeto contou com as seguintes quantidades de alunos:

Recepção isolada-2.130 alunos

Recepção controlada-1.033 alunos

Recepção organizada 93.776 em 1.948 radiopostos.

A concretização dessa experiência demonstrou elementos negativos como a flutuação de matrícula e evasões durante o curso. Além disso, a Avaliação do rendimento dos alunos não foi concretizada, tendo os mesmos sido encaminhados e orientados a prestarem exames supletivos (Madureza) que acontecia duas vezes ao ano sob a responsabilidade do Departamento de Ensino Supletivo - DSU/MEC.

Projeto Minerva na Amazônia.

Na Amazônia foi implantado o curso Primário Dinâmico de oito meses, atingindo uma única região brasileira que ainda não havia sido beneficiada pelo programa.

A popularidade do Programa foi uma consequência do trabalho da atriz Anita Taranto, que interpretava a professora no programa radiofônico - reconhecida pelos alunos que aplaudiram quando a mesma compareceu para fazer a entrega dos certificados no Estádio de futebol Rio Negro, em Manaus.

Projeto Minerva no Rio de Janeiro.

Foi importante a experiência deste Projeto nas favelas do Rio de Janeiro (biênio 1981/1982), visto que as mesmas abrangiam 32% do total de habitantes do estado e comportavam pessoas oriundas de várias partes do território nacional.

O Projeto Minerva constituiu-se em um importante laboratório de experimentação, permitindo avaliar positivamente as possibilidades do uso do rádio educativo em nosso País. É importante destacar porém, que o contexto brasileiro favoreceu o uso do programa para uma educação massificadora e pouco preocupada com as condições sociais do país.



Empresa Brasil de Comunicação - EBC
SCS Quadra 08, Bloco B 50 - 1º subsolo
Edifício Super Center - Verâncio 2000
Caixa Postal 08840 Brasília - DF
CEP: 70333-900
www.ebc.com.br

Este projeto deve ser lembrado no sentido de não cometermos no presente os erros históricos do nosso passado recente.


Fonte:

http://www.pucsp.br/pos/edmat/mp/dissertacao_marcia_prado_castro.pdf

Abaixo seguem as informações abaixo sobre o material de áudio que temos respeito do Projeto Minerva. Favor, orientar o ouvinte para procurar a equipe do acervo - lacy.barca@ebc.com.br ou acervoradiosj@ebc.com.br

- 4 programas digitalizados em HDs externos, que encontram-se conosco, no prédio da TVBrasil;
- 224 programas em fitas K7. Contudo estas ainda encontram-se no prédio da Rádio MEC, de forma que não temos fácil acesso a elas, bem como equipamentos para digitalizá-las no momento.
- Por fim, temos fichários em papel com a descrição sumária destas 224 fitas K7.

Anexo 4 - Carta documento Biblioteca Nacional sobre PMR


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL

Coordenação-Geral de Acesso e Difusão Documental

Coordenação de Atendimento a Distância
 Praça da República, 173 – Prédio A – Nivel 0 – Térreo – Sala 11
 20211-350 Rio de Janeiro- RJ - Brasil
 Tel. (21) 2179-1257, fax (21) 2179-1302
 consultas@arquivonacional.gov.br
 http://www.arquivonacional.gov.br

Carta AN/COACE/COADI n° 0568/2013 (PB)

Rio de Janeiro, 05/3/2013.

Ao Senhor,

José Carlos dos Santos.

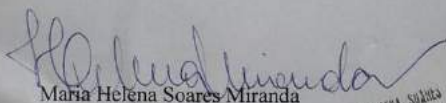
Assunto: 422 - Consulta.


Senhor,

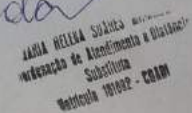
Em atendimento à requisição de Vossa Senhoria de 23/01/2013, e de acordo com sua solicitação, encaminho cópia, em mídia digital, da seguinte documentação:

- Fundo/coleção: Correio da Manhã / Notação: BR AN,RIO PH.0.TXT.2584 / Assunto: Recortes de jornais com artigos relativos ao "Projeto Minerva". / Número de folhas: 3;
- Fundo/coleção: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça – DSI/MJ / Notação: BR.AN,RIO.TT.0.MCP.AVU.209

Atenciosamente,


 Maria Helena Soares Miranda
 coordenadora substituta


 Pedro Badini da Costa
 técnico responsável pelas informações


 MARIA HELENA SOARES MIRANDA
 Coordenação de Atendimento a Distância
 Substituta
 Centro de Apoio - COAM

Anexo 5 - Termo de convênio SRE /MEC – SEC.

Serviço de Radiodifusão Educativa

TERMO DE CONVÊNIO

Convênio que entre si firmam o Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura de agora em diante denominado SRE, com sede à Praça da República, 141-A-3.º andai, Cidade do Rio de Janeiro, GB, neste ato representado pelo seu Diretor — Dr. Avelino Henrique dos Santos, e, de outro lado a Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Estado de Sergipe, com sede. Em Aracaju, representada por seu titular: Nestor Piva, visando a participação desse Estado no Plano Nacional da. Educação pelo Rádio, veiculando o (s) Cürso (s) e Programa (s) do PMR do Serviço de Radiodifusão Educativa.

O. Diretor do Serviço de Radiodifusão Educativa, no uso de suas atribuições especialmente delegadas pela Portaria nº 95, parágrafo 1, do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação e Cultura, publicada em *Diário Oficial* resolve celebrar convênio com a Secretaria da Educação do Estado de Sergipe, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula I — O presente acordo tem por objeto a utilização dos espaços radiofônicos decorrentes da Portaria Interministerial 408-70, de vinte e nove de julho de 1970, tendo por finalidade a transmissão de cursos destinados à Educação Supletiva (arts. 25 e 24 da Lei nº 5.692-71), que fixa as diretrizes e Bases- para o ensino de primeiro e segundo graus) e serem transmitidas pelo PMR, através do Serviço de Radiodifusão, via Embratel ou através do envio de fitas magnéticas gravadas.

Cláusula II — Em uma ou outra configuração do item anterior, o som local será, fornecido pelas radio emissoras do Estado de Sergipe.

Cláusula III — Deverá o(s) Curso(s) ou Programa(s) ser transmitido nos horários do Projeto Minerva, do serviço de Radiodifusão Educativa e do conhecimento dessa Secretaria da Educação cultura, de segunda a sábado.

Cláusula IV — Aos domingos será veiculado um programa cultural no horário nacional do Projeto Minerva, produzido pelo Serviço ele Radiodifusão, ou pela Secretaria da Educação e Cultura do Estado. Na segunda hipótese deverá ser previamente submetido ao SRE para aprovação.

Cláusula V — Caberá ao SRE, a realização de contatos com as emissoras -de Rádio do Estado de Sergipe, para acerto da transmissão do(e) Curso(s) ou Programa(s) e acordos com as mesmas para -veiculação dando cumprimento a Portaria 408 dos Ministérios da Educação e Cultura e Comunicações.

Cláusula VI — Caberá ao SRE, atreves de um Coordenador Estadual do Projeto Minerva, já constituído nesse Estado, a Coordenação do esquema de Recepção Organizada.

Cláusula VII — Caberá ao SRE o planejamento do(s) Curso(s) ou Programa(s) e, com base nos elementos a serem fornecidos pela Secretaria, da Educação, a avaliação global dos resultados do convênio.

Cláusula VIII — Caberá ao SRE, o treinamento inicial dos supervisores estaduais, que treinarão os Monitores necessários à montagem do esquema de Recepção Organizada do Estado.

Cláusula IX — Caberá ao SRE assessorar tecnicamente, e dentro de suas possibilidades, a Secretaria da Educação e Cultura do Estado de Sergipe, para o bom cumprimento deste Convênio.

Cláusula X — Caberá ainda ao SRE, caso se trate de Curso(s) ou Programa(s) para o qual disponha de apostilas o fornecimento das Mesmas, a seu critério e dentro de suas disponibilidades.

Cláusula XI — As despesas porventura decorrentes deste Convênio, previstas nas cláusulas IV (primeira hipótese) VI — VII — VIII — IX — XI, de responsabilidade de SRE, cuja estimativa máxima é de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), serão efetuadas na conta 31.301-66-154.846-6 — Banco do Brasil, recursos do Projeto Minerva.

Cláusula XII Caberá à Secretaria Estadual da Educação e Cultura:

1.º) O acompanhamento, a supervisão e a avaliação do(s) Curso ou Programa(s).

2.º) Constituir um grupo de trabalho para articular a Recepção Organizada em consonância com o Coordenador Estadual do Projeto Minerva.

3º) Iniciar desde logo, os trabalhos para montagem -da Rede de radiopostos e seleção de Monitores,

4.º) Em conjugação com o Coordenador Estadual do Projeta Minerva promover gestões junto a comunidade para pagamento dos Monitores.

5.º) Fornecer local apropriado para o financiamento da estrutura local do Projeto Minerva, assim como o material de escritório necessário a seu desempenho.

Cláusula XIII — O presente convênio terá a duração de doze (12), meses e poderá ser automaticamente prorrogado, de comum entre as duas partes

Cláusula XIV — Os casos omissos serão resolvidos ainda de comum acordo entre as duas partes.

Cláusula XV - O presente convênio poderá também ser cancelado, de comum acordo entre as duas partes, com prévio aviso de 60 (sessenta) dias desde que haja motivo relevante.

Cláusula XVI — Ao firmar o presente, válido da data de sua assinatura, as duas partes declaram que aceitam sem restrições as condições.

Anexo 6 - Música Saudade da Bahia - Dorival Caymmi

Música Saudade da Bahia - Dorival Caymmi

Ai, que saudade eu tenho da Bahia
Ai, se eu escutasse o que mamãe dizia
Bem, não vai deixar a sua mãe aflita
A gente faz o que o coração dita
Mas este mundo é feito de maldade, ilusão
Ai, se eu escutasse hoje não sofria
Ai, esta saudade dentro do meu peito
Ai, se ter saudade é ter algum defeito
Eu pelo menos mereço o direito
De ter alguém com quem eu possa me confessar
Ponha se no meu lugar
E veja como sofre um homem infeliz
Que teve que desabafar
Dizendo a todo o mundo o que ninguém diz
Veja que situação
E veja como sofre um pobre coração
Pobre de quem acredita
Na glória e no dinheiro para ser feliz
Ai, que saudade eu tenho da Bahia
Ai, se eu escutasse o que mamãe dizia
Bem, não vai deixar a sua mãe aflita
A gente faz o que o coração dita
Mas este mundo é feito de maldade, ilusão
Ai, se eu escutasse hoje não sofria
Ai, esta saudade dentro do meu peito
Ai, se ter saudade é ter algum defeito
Eu pelo menos mereço o direito
De ter alguém com quem eu possa me confessar
Ponha se no meu lugar
E veja como sofre um homem infeliz
Que teve que desabafar
Dizendo a todo o mundo o que ninguém diz
Veja que situação
E veja como sofre um pobre coração
Pobre de quem acredita
Na glória e no dinheiro para ser feliz

Anexo 7 - Decreto que Cria o INPS

**decreto-lei n.º 72
de 21 de novembro de 1966**

**Unifica os Institutos de Aposentadoria e
Pensões e Cria o Instituto Nacional de
Previdência Social**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 30 do Ato Institucional n.º 2, de 27 de outubro de 1965, combinado com o art. 2.º do Ato Complementar n.º 23, de 20 de outubro de 1966, decreta:

Art. 1.º Os atuais Institutos de Aposentadoria e Pensões são unificados sob a denominação de Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Art. 2.º O INPS constitui órgão de administração indireta da União, tem personalidade jurídica de natureza autárquica e goza, em toda sua plenitude, inclusive no que se refere a seus bens, serviços e ações, das regalias, privilégios e imunidades da União.

Art. 3.º O fôro do INPS é o de sua sede ou da

capital do Estado em que houver órgão local, para os fatos dêste emanados. O réu será acionado no fôro de seu domicílio.

Art. 4.º O INPS será dirigido por um presidente, nomeado em comissão pelo Presidente da República, por indicação do Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Art. 5.º Ao presidente do INPS são conferidas atribuições gerais de gestão do Instituto, na forma que o regulamento dispuser.

Art. 6.º O sistema geral da previdência social constitui-se de um órgão executivo, representado pelo INPS e dos seguintes órgãos de planejamento, orientação e controle administrativo ou jurisdicional, integrantes da estrutura do Ministério do Trabalho e Previdência Social, sob a supervisão do Ministro de Estado:

I — Departamento Nacional da Previdência Social (CRPS);

II — Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS);

III — Juntas de Recursos da Previdência Social (JRPS);

IV — Serviço Atuarial.

Art. 7.º O DNPS será dirigido por um Conselho-Diretor, composto de 8 (oito) membros, sendo 4 (quatro) representantes do Governo, nomeados pelo Presidente da República por indicação do Ministro de Estado, 2 (dois) representantes dos segurados e 2 (dois) representantes das empresas.

§ 1.º O Conselho-Diretor será presidido por um dos representantes do Governo, designado pelo Ministro de Estado, com direito aos votos de qualidade e de desempate, cabendo-lhes, outrossim, dirigir os serviços administrativos do DNPS.

§ 2.º Os representantes de segurados e empresas serão eleitos pelas respectivas Confederações Nacionais, na forma que o regulamento dispuser, com mandato de 2 (dois) anos.

Art. 8.º Ao DNPS, além de outras atribuições previstas em lei, compete:

I — Planejar, orientar e controlar a administração da previdência social, expedindo normas gerais para êsse fim e resolvendo as dúvidas que forem suscitadas pelo INPS na aplicação de leis e regulamentos;

II — Rever a proposta orçamentária do INPS e respectivas alterações, encaminhando-as à aprovação do Ministro do Trabalho e Previdência Social, com as modificações que julgar convenientes;

III — Aprovar o orçamento analítico do INPS e suas alterações;

IV — Estabelecer as metas prioritárias para aplicação de capitais do INPS e rever os planos por êste elaborados;

V — Preparar, em colaboração com o Serviço Atuarial, o "Plano de Custeio da Previdência Social";

VI — Proceder à análise dos balanços anuais do INPS;

VII — Pronunciar-se nos processos de prestações de contas, antes do seu encaminhamento ao Tribunal de Contas da União;

VIII — Julgar os recursos interpostos pelo presidente do INPS e membros do Conselho Fiscal, contra decisões por êstes proferidas;

IX — Julgar os recursos interpostos pelos servidores do INPS contra atos da respectiva administração;

X — Rever, de ofício, ou mediante representação do Ministério Público, do Serviço Jurídico da União ou de outros órgãos ou autoridades de contrôle, e, ainda, por determinação do Ministro de Estado, os atos e decisões do INPS e do Conselho Fiscal que infringirem disposição legal;

XI — Autorizar a alienação de bens imóveis e de bens móveis do INPS, nos limites que vierem a ser estabelecidos;

XII — Provocar, perante o CRPS, dentro do prazo de 5 (cinco) anos, nas questões de interêsse dos beneficiários e das emprêsas, a revisão das decisões do INPS e das JRPS, que tenham contrariado disposição de lei, de regulamento ou de norma expedida pelo Conselho-Diretor do DNPS, ou, ainda, prejudgado do CRPS ou do Ministro de Estado;

XIII — Gerir o "Fundo de Liquidez da Previdência Social", elaborando a respectiva proposta orçamentária e o processo de prestação de contas.

§ 1.º Competem privativamente ao presidente do Conselho-Diretor a atribuição prevista no item IX dêste artigo e outras que o regulamento fixar.

§ 2.º Compete ao Conselho-Diretor rever, de ofício, os atos que, na conformidade do parágrafo anterior, houverem sido praticados contra disposição legal.

§ 3.º Ao Conselho-Diretor e a seu presidente é facultado fazer delegação de competência.

Art. 9.º Das decisões do Conselho-Diretor do DNPS, ou de seu presidente, por fôrça de sua competência privativa, sòmente caberá recurso, em última e definitiva instância, para o Ministro de Estado, quando proferido contra literal disposição de lei.

§ 1.º As decisões de que trata o artigo serão publicadas no boletim do INPS.

§ 2.º Os prazos para interposição de recursos, improrrogáveis e contados da publicação da decisão recorrida, ou da ciência do interessado, se ocorrida antes, serão os seguintes:

I — de 30 (trinta) dias para o Distrito Federal e os Estados da Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás.

II — de 60 (sessenta) dias para os demais Estados e Territórios.

§ 3.º Os recursos não terão efeito suspensivo, salvo se, em cada caso, assim o determinar a autoridade recorrida, que poderá, ainda, reconsiderar suas próprias decisões.

§ 4.º Em matéria de pessoal, a decisão que implicar efeitos financeiros somente será executada quando não mais couber recurso na via administrativa.

Art. 10. Junto ao INPS funcionará, como órgão auxiliar, do DNPS, um Conselho Fiscal (CF), constituído de 8 (oito) membros, sendo 4 (quatro) representantes do Governo, nomeados pelo Ministro de Estado, por indicação do presidente do Conselho-Diretor do DNPS; 2 (dois) representantes dos segurados e 2 (dois) representantes das empresas, eleitos pelas respectivas Confederações Nacionais, na forma que o regulamento dispuser. Os representantes classistas terão mandato de 2 (dois) anos.

Parágrafo único. O servidor do INPS não poderá ser membro do CF.

Art. 11. O CF será presidido por um dos representantes do Governo, designado pelo Ministro de Estado, com direito aos votos de qualidade e de desempate, cabendo-lhe, outrossim, dirigir os serviços administrativos do Conselho.

Art. 12. Compete ao CF:

I — Acompanhar a execução orçamentária do INPS, conferindo, inclusive segundo a técnica de amostragem, a classificação dos fatos e examinando sua procedência e exatidão;

II — Proceder, em face dos documentos de receita e despesa, à verificação periódica dos balancetes do INPS, encaminhando-os ao DNPS;

III — Examinar as prestações e respectivas tomadas de contas dos órgãos responsáveis por adiantamentos e valores;

IV — Opinar sobre as alterações orçamentárias propostas pelo INPS;

V — Aprovar, previamente, a aquisição de bens imóveis pelo INPS, nos limites que vierem a ser estabelecidos;

VI — Examinar, na forma que o regulamento dispuser, a legitimidade dos contratos, acordos e convênios celebrados pelo INPS;

VII — Pronunciar-se sobre a alienação de bens do INPS;

VIII — Remeter ao DNPS, com parecer, o processo de tomada de contas do INPS, instruído na forma da legislação em vigor;

IX — Requisitar ao presidente do INPS as informações e diligências que julgar necessárias ao bom desempenho de suas atribuições e notificá-lo para a correção de irregularidades verificadas, representando ao DNPS, quando desatendido;

X — Organizar os seus serviços administrativos;

XI — Rever as próprias decisões.

Art. 13. O Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS) será constituído de 17 (dezesete) membros, sendo 4 (quatro) representantes dos segurados, 4 (quatro) representantes das empresas, eleitos pelas respectivas Confederações Nacionais, na forma que o regulamento dispuser, e 9 (nove) representantes do Governo, nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado, dentre servidores do sistema geral da previdência social, com mais de 10 (dez) anos de serviço e notórios conhecimentos de previdência social; todos com mandato de 2 (dois) anos.

§ 1.º O CRPS será presidido por um dos representantes do Governo, designado pelo Ministro de Estado, cabendo-lhe, com direito aos votos de qualidade e desempate, presidir o Conselho Pleno, assim como dirigir os serviços administrativos do Conselho.

§ 2.º O CRPS desdobrar-se-á em 4 (quatro) Turmas, de 4 (quatro) membros cada uma, mantida a proporcionalidade de representação, presididas por um representante do Governo, designado pelo Ministro de Estado, com direito aos votos de qualidade e desempate, sem prejuízo da função de relator.

Art. 14. Compete às Turmas do CRPS julgar os recursos das decisões das JRPS, bem como as revisões de que trata o artigo 8.º, item XII.

Art. 15. Ao Conselho Pleno compete, ressalvado o disposto no artigo 25, julgar, em última e definitiva instância, os recursos das decisões das Turmas que infringirem disposição de lei, de regulamento ou de norma expedida pelo Conselho-Diretor do DNPS no exercício de sua competência legal, ou que divergirem de decisão da mesma ou de outra Turma ou do Conselho Pleno.

Parágrafo único. O recurso para o Conselho Pleno será interposto nos prazos estabelecidos no art. 9.º, § 2.º, contados da publicação da decisão recorrida no **Diário Oficial** da União ou outro órgão de divulgação oficialmente reconhecido ou, ainda, da ciência do interessado, se ocorrida antes.

Art. 16. As Turmas do CRPS não conhecerão de recurso sobre matéria definida como prejudgado pelo Conselho Pleno ou pelo Ministro de Estado.

Art. 17. O CRPS será assessorado por procuradores do INPS, legalmente requisitados e em número fixado pelo Minis-

tro de Estado, com a atribuição de opinar nos recursos, sempre que houver matéria jurídica relevante a apreciar, e de dar assistência às sessões das Turmas e do Conselho Pleno.

Art. 18. Funcionará junto ao CRPS o Consultor Médico da Previdência Social, auxiliado por médicos legalmente requisitados ao INPS e em número fixado pelo Ministro de Estado, com a atribuição de opinar nos recursos em que houver matéria médica relevante a apreciar e de dar assistência às sessões das Turmas e do Conselho Pleno.

Art. 19. Em cada Estado e no Distrito Federal será instalada, a critério do DNPS, pelo menos uma JRPS.

Parágrafo único. Nos Territórios poderá, também, ser instalada JRPS.

Art. 20. Cada JRPS será constituída de 4 (quatro) membros, sendo 2 (dois) representantes do Governo, designados pelo Ministro de Estado, dentre servidores do INPS, 1 (um) representante dos segurados e 1 (um) representante das empresas, eleitos pelas respectivas Federações estaduais ou, na falta destas, pelos Sindicatos, na forma que o regulamento dispuser, todos com mandato de 2 (dois) anos.

Art. 21. As JRPS serão presididas por um dos representantes do Governo, designado pelo Ministro de Estado, com direito aos votos de qualidade e de desempate.

Art. 22. Compete às JRPS no âmbito de sua jurisdição, julgar os recursos voluntários, interpostos pelos interessados no prazo de 30 (trinta) dias, contados da respectiva ciência, contra as decisões proferidas pelas autoridades competentes do INPS, nas questões de interesse dos beneficiários e das empresas.

Art. 23. Das decisões das JRPS poderão os beneficiários e as empresas recorrer para o CRPS, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência do interessado.

§ 1.º Nos casos de débitos, o recurso para o CRPS só será admitido mediante depósito do valor da condenação ou apresentação de fiador idôneo, feitos dentro do prazo de recurso.

§ 2.º Cabe ao chefe do órgão local do INPS, no prazo previsto no artigo, recorrer ao CRPS da decisão da JRPS que contrariar disposição de lei, de regulamento ou de norma expedida pelo Conselho-Diretor do DNPS, ou, ainda, prejudgado do CRPS ou do Ministro de Estado. O Presidente do CRPS poderá dar efeito suspensivo ao recurso, a requerimento do recorrente.

Art. 24. O Serviço Atuarial, com a organização e as atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, terá a assistência de um Conselho Atuarial, órgão de deliberação coletiva, presidido pelo Diretor do Serviço, e constituído de 4

(quatro) chefes do mesmo Serviço e de 4 (quatro) atuários, designados pelo Ministro de Estado.

Art. 25. O Ministro de Estado poderá rever, de ofício, os atos dos órgãos ou autoridades integrantes do sistema geral da previdência social.

Parágrafo único. O prejulgado estabelecido pelo Ministro de Estado obriga a todos os órgãos do sistema geral da previdência social.

Art. 26. Os membros dos órgãos colegiados, excluídos os presidentes do CRPS e do Conselho-Diretor do DNPS, perceberão, por sessão a que comparecerem, uma gratificação de presença, nas bases seguintes:

I — 1/12 (um doze avos) do vencimento atribuído ao cargo em comissão, símbolo 1-C, até o máximo de 12 (doze) sessões mensais, para os membros do Conselho-Diretor do DNPS;

II — 1/20 (um vinte avos) do vencimento atribuído ao cargo em comissão, símbolo 1-C, até o máximo de 20 (vinte) sessões mensais, para os membros do CRPS e do CR;

III — 1/20 (um vinte avos) do vencimento atribuído ao cargo em comissão, símbolo 1-C, até o máximo de 15 (quinze) sessões mensais, para os membros das JRPS;

IV — 1/15 (um quinze avos) do vencimento atribuído ao cargo em comissão, símbolo 1-C, até o máximo de 5 (cinco) sessões mensais, para os membros do Conselho Actuarial.

Art. 27. Aos presidentes do CRPS, do Conselho-Diretor do DNPS, e do INPS será atribuído vencimento mensal igual ao limite máximo estabelecido no art. 13, da Lei n.º 4.863, de 29 de novembro de 1965.

Art. 28. Cada representação nos órgãos Colegiados referidos neste Decreto-Lei terá uma suplência, obedecendo a convocação, no caso das representações classistas, à ordem decrescente da votação apurada.

Art. 29. A contribuição da União de que trata o art. 71, da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, bem como a amortização e os juros, a que se refere o art. 136, da mesma Lei, constituirão "Fundo de Liquidez da Previdência Social" (FLPS), que será depositado, em conta especial, no Banco do Brasil, à ordem do DNPS, sob cuja gerência ficará.

§ 1.º O DNPS reterá uma parcela do FLPS para atender primordialmente aos reajustamentos gerais dos valores de benefícios.

§ 2.º O limite de retenção do FLPS guardará relação com o montante das despesas de benefícios e será periodicamente fixado pelo DNPS.

§ 3.º O DNPS transferirá, mensalmente, para crédito do INPS, o excedente sobre a importância retida após deduzir

a quantia destinada ao custeio das despesas de administração do FLPS e de aparelhamento do órgão administrador.

§ 4.º A quantia destinada ao custeio das despesas a que se refere o parágrafo anterior não poderá ultrapassar, em qualquer hipótese, o limite de 1% (um por cento) do produto da arrecadação, sendo vedada a sua utilização para atender a encargos com vencimentos e vantagens fixas do pessoal.

§ 5.º O montante da retenção será aplicado em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, mediante convênio a ser estabelecido com o Banco Central da República do Brasil, no qual fique assegurado o seu imediato resgate sempre que, nos termos do § 1.º dêste artigo, se fizer necessária a utilização dos recursos retidos.

Art. 30. Os orçamentos do INPS e do FLPS elaborados de acôrdo com as normas e princípios da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, serão aprovados pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Art. 31. Os serviços administrativos das JRPS e do CF serão executados por servidores do INPS, postos à sua disposição, observados os quantitativos fixados pelo DNPS.

§ 1.º Do quadro de pessoal do INPS constarão os cargos e funções necessários a atender o disposto neste artigo.

§ 2.º As demais despesas administrativas das JRPS e do CF serão custeadas por dotações específicas do orçamento do INPS, a título de adiantamento, a ser reembolsado à conta do FLPS.

Art. 32. A partir da vigência dêste Decreto-Lei, fica extinta a personalidade jurídica dos Institutos de Aposentadoria e Pensões e do Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (SAMDU), passando os respectivos bens, direitos e obrigações a integrar o patrimônio do INPS.

§ 1.º Até que seja efetivada a unificação de seus serviços, os Institutos de Aposentadoria e Pensões com as atribuições que atualmente lhe são conferidas, inclusive na parte referente à movimentação de valôres, passam a constituir Secretarias Especializadas do INPS, chefiadas por Secretários-Executivos, cargos a serem providos pelo Presidente do INPS.

§ 2.º Com a posse dos Secretários-Executivos, ficarão extintos os Conselhos Administrativos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões.

§ 3.º As atuais Juntas de Julgamento e Revisão extinguir-se-ão à medida em que se instalar pelo menos uma JRPS no Estado ou no Distrito Federal, extinguindo-se, igualmente, os Conselhos Fiscais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões ao se instalar o do INPS, permanecendo em vigor até então as

normas legais e regulamentares que dispõem sobre o funcionamento e atribuições dos órgãos em extinção.

Art. 33. As atividades ora desempenhadas pelo SAMDU serão, provisoriamente, exercidas por qualquer Secretaria Especializada referida no § 1.º do art. 32, na forma que vier a ser determinada pelo Ministro de Estado.

Art. 34. Caberá ao Ministro de Estado expedir as normas orientadoras da unificação administrativa de que trata o presente Decreto-Lei.

Art. 35. O Presidente do INPS e os Secretários-Executivos constituirão, sob a presidência do primeiro, a Comissão Executiva da Unificação, observadas as normas expedidas pelo Ministro de Estado, de acordo com o disposto no artigo anterior.

Art. 36. O DNPS, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da publicação do presente Decreto-Lei, promoverá a realização das eleições dos representantes dos segurados e das empresas para os órgãos nele referidos, respeitados os atuais mandatos dos membros classistas do Conselho-Diretor do DNPS e do Conselho Superior da Previdência Social, para aproveitamento destes últimos no CRPS.

Art. 37. O atual Conselho Superior da Previdência Social fica transformado, a partir da vigência deste Decreto-Lei, no CRPS.

Parágrafo único. O Presidente do CRPS submeterá ao Ministro de Estado, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Decreto-Lei, anteprojeto do decreto com as modificações necessárias à adaptação do regulamento do Conselho às disposições deste Decreto-Lei.

Art. 38. O Poder Executivo, por proposta do Ministério do Trabalho e Previdência Social, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei, dispondo sobre o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e visando a transferir suas atividades para outro órgão da administração pública ou a incorporar, total ou parcialmente, seus serviços ao INPS.

§ 1.º Cessa, a partir da vigência deste Decreto-Lei, a contribuição dos extintos Institutos de Aposentadoria e Pensões destinada ao SAPS, ficando revogado o § 4.º do art. 35, da Lei n.º 4.863, de 29 de novembro de 1963.

§ 2.º Para o custeio das despesas administrativas, o SAPS utilizará a receita de seus próprios serviços excepcionalmente complementada, quando necessário, por recursos fornecidos pelo DNPS, através do FLPS.

§ 3.º A complementação, de que trata o parágrafo anterior, só poderá ser concedida para custeio de despesas devidamente justificadas, de pessoal atualmente existente e até a promulgação da Lei prevista no artigo.

Art. 39. A unificação de que trata este Decreto-Lei não alterará a situação dos atuais segurados que sejam filiados a mais de um Instituto de Aposentadoria e Pensões, quanto ao regime de contribuições e às prestações a que ora tenham direito.

Art. 40. Os atuais servidores dos Institutos de Aposentadoria e Pensões e do SAMDU passam, sem alteração do regime jurídico a que estiverem sujeitos, a ser servidores do INPS.

Art. 41. Os servidores que ora venham legalmente acumulando dois cargos de médico nas instituições de previdência social não ficarão obrigados a optar por um deles, em consequência da unificação prevista neste Decreto-Lei.

Art. 42. Os serviços em postos de assistência médica, unidades hospitalares ou unidades mistas, e em setores de processamento de dados, bem como os serviços de artífice, guarda, conservação, limpeza, comunicações, transporte, portaria e de natureza braçal serão atendidos no INPS, de preferência por pessoal admitido sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho e Legislação complementar.

Parágrafo único. A admissão do pessoal a que se refere este artigo far-se-á mediante concurso público e obedecerá a tabelas próprias, aprovadas pelo Ministro de Estado.

Art. 43. Caberá ao INPS a realização dos concursos públicos, destinados ao provimento dos cargos efetivos do seu Quadro de Pessoal e à admissão de pessoal trabalhista.

Art. 44. Ficam revogados os artigos 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 4.371, de 10 de junho de 1942, e a Lei n.º 4.103-A, de 21 de julho de 1962.

Art. 45. Ficam mantidas as disposições da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, que não contrariem o disposto neste Decreto-Lei, e revogam-se quaisquer outras disposições em contrário.

Art. 46. O presente Decreto-Lei entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês seguinte ao de sua publicação.

Brasília, 21 de novembro de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República.

H. Castello Branco

L. G. do Nascimento e Silva

Anexo 8- Solicitação de documentos no INEP_ Lei de acesso a Informação.

Dados do Pedido	
Protocolo	99936000188201597
Solicitante	José Carlos Santos
Data de abertura	03/12/2015 11:27
Orgão Superior Destinatário	EBC – Empresa Brasil de Comunicação S.A.
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de atendimento	23/12/2015
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Data, hora e local para consulta agendados)
Forma de recebimento da resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Relatório com a programação da radio MEC do periodo 1970 a 1996
Detalhamento	<p>Felicitções! Estou fazendo um doutoramento na PUC-RS sobre o projeto Minerva. Necessito saber as datas e horário em que este programa ia ao ar, durante todo o tempo que veiculado. Do primeiro dia ao último.</p> <p>Assim gostaria receber o histórico da programação com as data e horário em que este programa foi exibido, iniciando no ano de 1970 até o ultimo dia de sua veiculação.</p> <p>Obrigado!</p>

Dados da Resposta

Data de resposta	10/12/2015 15:36
Tipo de resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de resposta	Data, hora e local para consulta agendados
Resposta	<p>A Diretoria de Conteúdo e Programação informa que há registros acerca de episódios do Projeto Minerva, sob a guarda da Gerência Executiva de Acervo da EBC.</p> <p>Nos arquivos do Acervo da EBC constam fichários com informações sobre programas, como sinopses das séries, número de episódios e datas de exibição.</p> <p>Quanto aos horários de veiculação dos episódios, não há registros.</p> <p>Sugerimos, em razão da exiguidade de tempo para resposta e considerando a capacidade de atendimento da equipe da Gerência de Pesquisas do Acervo da EBC, que o interessado entre em contato diretamente com o setor, por meio do endereço centraldepesquisas@cp.ebc.com.br para que seja agendada uma visita que viabilize a pesquisa necessária.</p> <p>Por oportuno, encaminhamos informações relativas às séries e respectivos anos de veiculação.</p> <p>Programas educativos, do Programa de Qualificação Profissional do Magistério</p> <p>Artes - 1984 a 1985 Ciências - 1985 a 1986 Didática - 1984 Educação Física - 1990 Fundamentos - 1984 a 1986 Integração Social - 1988 Língua Portuguesa - 1984 Matemática - 1986 Multimeio - 1987 Música - 1985 a 1986 Saúde: 1985</p> <p>Programa cultural: Minerva em Ação Cultural - 1973 a 1975</p> <p>---</p> <p>Conforme o disposto no Art. 21, do Decreto 7.724, de 2012, que estabelece que "no caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, por meio do e-SIC, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior à que adotou a decisão, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação."</p>

Classificação do Pedido

Categoria do pedido	Ciência, Informação e Comunicação
Subcategoria do pedido	Informação - Gestão, preservação e acesso
Número de perguntas	1

Histórico do Pedido		
Data do evento	Descrição do evento	Responsável
03/12/2015 11:27	Pedido Registrado para o Órgão EBC – Empresa Brasil de Comunicação S.A.	SOLICITANTE
03/12/2015 12:16	Pedido em Atendimento	EBC – Empresa Brasil de Comunicação S.A.
10/12/2015 15:36	Pedido Respondido	EBC – Empresa Brasil de Comunicação S.A.

Anexo 9 - Artigo 99, base da promoção social.

Correio no Ensino

ARTIGO 99, BASE DA PROMOÇÃO SOCIAL

Para Rui Barbosa a educação popular era a mais criadora de idéias e forças econômicas, a mais fecunda de lutas e medidas financeiras. Adam Smith, já em 1776, pregava a educação como um estágio social, uma responsabilidade que impõe ao Estado...

Como meio eficaz a status social do povo brasileiro? Para isso tem que valer-se para produzir resultados para consumo. Semente através da qualificação profissional, conquistada através da educação, somente assim poderá o homem vencer a barreira da pobreza...

Gilson Amado chama de política social que não conseguiu passar pelas portas da escola e de lá saiu sem batizado para a promoção social. Mas não se trata de nível médio, mas de nível básico, com esperanças de melhores dias...

Como meio eficaz a status social do povo brasileiro? Para isso tem que valer-se para produzir resultados para consumo. Semente através da qualificação profissional, conquistada através da educação...

Como meio eficaz a status social do povo brasileiro? Para isso tem que valer-se para produzir resultados para consumo. Semente através da qualificação profissional, conquistada através da educação...

No Brasil a população analfabeta acima de dez anos é de mais de 25 milhões. Cifra imensa e impressionante, superior a população inteira de vários países da Europa e da América...

A estrutura do exame

Regulamento, sua estrutura e particularidades referentes a artigos de Lei que instituem o exame de qualificação para o ensino de 1.ª e 2.ª séries de escolas primárias...

ESTABELECIMENTOS AUTORIZADOS

Os exames serão realizados no Colégio Pedro II e nos estabelecimentos de ensino sob o patrocínio federal, para os alunos devidamente matriculados...



Esta é uma das comissões

Comissão examinou a situação do Madureza

Uma comissão de especialistas em educação de adultos examinou a situação do Madureza, uma escola de ensino de adultos em São Paulo...

EXERCÍCIOS

Instituído em 1927, nos dias 15 e 16 de maio, o Exame de Qualificação para o Ensino de 1.ª e 2.ª séries de escolas primárias...

EXERCÍCIOS

Uma comissão de especialistas em educação de adultos examinou a situação do Madureza, uma escola de ensino de adultos em São Paulo...

TAXA DE INSCRIÇÃO

A taxa de taxa de inscrição, e estabelecimento de escolas de ensino de adultos não poderá cobrar, por inscrição, taxa superior a 5% do salário mínimo...

IDADE

Interpretado e Declaração nº 128, em 20 de maio de 1954, do Conselho Federal de Educação, com o parecer nº 1.200, de 20 de maio de 1954...

ARTIGO 99 NA GUANABARA

Os exames de qualificação no Estado de Guanabara, em 1954, foram realizados em 10 e 11 de maio de 1954...

AGENDA ESTUDANTIL

Para alunos na Universidade de Brasília, o Conselho Federal de Educação, com o parecer nº 1.200, de 20 de maio de 1954...

AGENDA ESTUDANTIL

Para alunos na Universidade de Brasília, o Conselho Federal de Educação, com o parecer nº 1.200, de 20 de maio de 1954...

AGENDA ESTUDANTIL

Para alunos na Universidade de Brasília, o Conselho Federal de Educação, com o parecer nº 1.200, de 20 de maio de 1954...

AGENDA ESTUDANTIL

Para alunos na Universidade de Brasília, o Conselho Federal de Educação, com o parecer nº 1.200, de 20 de maio de 1954...

AGENDA ESTUDANTIL

Para alunos na Universidade de Brasília, o Conselho Federal de Educação, com o parecer nº 1.200, de 20 de maio de 1954...

AGENDA ESTUDANTIL

Para alunos na Universidade de Brasília, o Conselho Federal de Educação, com o parecer nº 1.200, de 20 de maio de 1954...

Curso pela TV atenderá a todos com 700 mil impressos

Até maio de 1954, o curso de alfabetização de adultos, em 1.ª e 2.ª séries, será ministrado por meio de impressos distribuídos em todo o Brasil...

AGENDA ESTUDANTIL

Para alunos na Universidade de Brasília, o Conselho Federal de Educação, com o parecer nº 1.200, de 20 de maio de 1954...

AGENDA ESTUDANTIL

Para alunos na Universidade de Brasília, o Conselho Federal de Educação, com o parecer nº 1.200, de 20 de maio de 1954...

AGENDA ESTUDANTIL

Para alunos na Universidade de Brasília, o Conselho Federal de Educação, com o parecer nº 1.200, de 20 de maio de 1954...

AGENDA ESTUDANTIL

Para alunos na Universidade de Brasília, o Conselho Federal de Educação, com o parecer nº 1.200, de 20 de maio de 1954...

AGENDA ESTUDANTIL

Para alunos na Universidade de Brasília, o Conselho Federal de Educação, com o parecer nº 1.200, de 20 de maio de 1954...

AGENDA ESTUDANTIL

Para alunos na Universidade de Brasília, o Conselho Federal de Educação, com o parecer nº 1.200, de 20 de maio de 1954...

AGENDA ESTUDANTIL

Para alunos na Universidade de Brasília, o Conselho Federal de Educação, com o parecer nº 1.200, de 20 de maio de 1954...

AGENDA ESTUDANTIL

Para alunos na Universidade de Brasília, o Conselho Federal de Educação, com o parecer nº 1.200, de 20 de maio de 1954...

AGENDA ESTUDANTIL

Para alunos na Universidade de Brasília, o Conselho Federal de Educação, com o parecer nº 1.200, de 20 de maio de 1954...

Escola Técnica de Química

Em 1954, a Escola Técnica de Química, do Estado de Guanabara, iniciou suas atividades...

O professor Gilson Amado, diretor da Universidade de Cultura, propõe a criação de cursos de aperfeiçoamento, de extensão e de especialização em áreas como: pedagogia, administração, economia, direito, medicina, engenharia, etc.

Anexo 11 - Portaria interministerial 568_80

QUARTA-FEIRA, 5 NOV 1980

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I 22107

Considerando que foram atendidos o Decreto-lei nº 808/69, o Decreto nº 79.705/77 e o Decreto nº 80.501/77,

Considerando o disposto na Resolução nº 117/79 do Conselho Interministerial de Preços (CIP), RESOLVE:

ESTABELEÇER os seguintes preços para o transporte de passageiros na Baía de Vitória:

- a) Vitória/Paul e vice-versa:
- | | |
|------------------|-----------|
| Por pessoa | Cr\$ 3,60 |
| Estudante | Cr\$ 1,50 |
- b) Vitória/Vila Velha e vice-versa:
- | | |
|------------------|------------|
| Por pessoa | Cr\$ 12,00 |
| Estudante | Cr\$ 6,00 |
- c) Turismo:
- | | |
|------------------|------------|
| Por pessoa | Cr\$ 61,00 |
|------------------|------------|

Esta Resolução entrará em vigor 5 (cinco) dias após a data de sua publicação no Diário Oficial da União, ficando revogada a Resolução nº 6061. (proc.R.78/23019 e C.80/25774).

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1980.

JOSÉ CARLOS PALHARES DOS SANTOS

Ministério da Agricultura

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA

Departamento de Fomento da Pesca e Fiscalização

PORTARIA DEFOP No. 244, DE 03 DE NOVEMBRO DE 1980

O Diretor do Departamento de Fomento da Pesca e Fiscalização-DEFOP, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 03, de 04 de fevereiro de 1976, do Sr. Superintendente da SUDPE, e tendo em vista o que consta do processo Coreq-PA nº 664/80,

RESOLVE:

Art. 1º - Nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei nº 221, de 28.02.67, combinado com os artigos 3º e 7º da Portaria nº N-20, de 09.11.77, conceder inscrição à embarcação pesqueira "ARACU", de propriedade da armadora de pesca SANDRA SUELI SANTANA COLARES, residente à Rua Siqueira Campos, nº 302 - Santana, Estado do Pará e, consequentemente, autorização para atuar na pesca de REDE DE ESPERA, no Baixo e Médio do Amazonas, cumpridas as restrições da Portaria SUDPE nº N-10, de 17 de maio de 1980.

Art. 2º - A embarcação fica proibida de transportar ou ter a bordo, rede de arrasto ou lance de quaisquer espécies, conforme determina a alínea "a" do artigo 2º da Portaria nº 466, de 08.11.1977.

Art. 3º - As infrações aos dispositivos desta Portaria serão aplicadas as penalidades previstas no Artigo 56 do Decreto-Lei nº 221, de 28.02.67.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OCTÁVIO AUGUSTO BOTAFOGO GONÇALVES

Ministério da Educação e Cultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 568, de 21.10.80

Regulamenta o tempo obrigatório e gratuito que as emissoras comerciais devem destinar à transmissão de programas educacionais.

OS MINISTROS DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA E DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Decreto nº 61.312, de 8 de setembro de 1967, no Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 e nos Decretos nº 81.454, de 17 de março de 1978 e nº 84.240, de 28 de novembro de 1978,

RESOLVE:

Art. 1º - O tempo obrigatório e gratuito que as emissoras comerciais, com exclusão das que operam em frequência modulada, conforme disposto na Portaria MEC/MC nº 903, de 27.8.74, devem destinar à transmissão de programas educacionais será de 5 (cinco) horas semanais, assim distribuídas: 30 (trinta) minutos diários, de segunda a sexta-feira, e 75 (setenta e cinco) minutos, aos sábados e domingos.

Art. 2º - Esses programas educacionais poderão destinar-se à complementação do trabalho de sistemas regulares, à educação supletiva de adolescentes e adultos ou à educação continuada. Podem, ainda, abranger, em qualquer nível de escolaridade, setores de divulgação ou orientação educacional, pedagógica e profissional, ou de informações sobre unidades ou sistemas escolares de interesse das instituições.

Art. 3º - Para os fins previstos no artigo anterior, deverá ser intensificado o intercâmbio de programas ou subsídios para sua produção entre instituições competentes e especializadas, públicas e privadas, nacionais ou internacionais, além de outras áreas de educação sanitária, cívica, rural, profissional, artística e para o lazer.

Art. 4º - A responsabilidade pela execução e coordenação das atividades previstas nesta Portaria caberá ao Ministério da Educação e Cultura, por intermédio da Secretaria de Aplicações Tecnológicas que, por sua vez, poderá conceder a outrem a execução e coordenação daquelas atividades.

Art. 5º - O Ministério da Educação e Cultura, por intermédio da Secretaria de Aplicações Tecnológicas, poderá utilizar os horários acima referidos, diretamente ou mediante convênios; delegá-los, total ou parcialmente, às Secretarias de Educação dos Estados, Municipais, Distrito Federal e Secretarias ou Departamentos de Educação dos Territórios Federais.

Art. 6º - As delegações de competência às entidades referidas no artigo anterior devem visar, principalmente, ao preenchimento de lacunas educacionais, no âmbito nacional, regional ou local, em programações ao vivo ou não.

Art. 7º - Nos casos de delegação, deverá o Ministério da Educação e Cultura, por intermédio da Secretaria de Aplicações Tecnológicas, prestar direta ou indiretamente assessoramento e assistência técnica às entidades relacionadas no artigo 5º desta Portaria, bem como manter um sistema conjunto de acompanhamento dos progra-

Anexo 12 - Decreto Cria o movimento de educação de base em Sergipe

¶
 Quinta-feira 9-DIARIO OFICIAL (Seção I—Parte I)-Julho de 1959-15495¶

¶
 DECRETO-Nº. 46.377—DE 7 DE JULHO DE 1959¶

Dispõe sobre a execução de um programa de educação de base para o Estado de Sergipe, através da radiodifusão. ¶

¶
 O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e ¶
 Considerando que o II Encontro dos Bispos do Nordeste, recentemente realizado em Natal com a colaboração de técnicos e administradores dos poderes públicos, apreciou com especial empenho, a necessidade de medidas capazes de contribuir para correção do desequilíbrio de natureza econômico-social no desenvolvimento das regiões do país, ¶

constante preocupação do Governo; ¶

Considerando os satisfatórios resultados das medidas governamentais tomadas em consequência das conclusões do Encontro anterior, avalizado em Campina Grande, mediante a articulação de atividades de diferentes órgãos; ¶

Considerando a necessidade de, em face de um programa amplo de desenvolvimento econômico melhorar as condições do nível de vida das populações nordestinas, decreta: ¶

¶
 Art. 1.º Os órgãos federais mencionados neste decreto, diretamente ou em cooperação, promoverão as medidas necessárias à execução de um programa de educação de base através da radiodifusão para o Estado de Sergipe. ¶

¶
 Art. 2.º O projeto a que se refere este decreto objetivava a instalação de uma emissora de educação rural e uma rede de escolas radiofônicas, com as seguintes estrutura e organização: Centro de execução; Centro de Treinamento de Pessoal; Estação Transmissoras e Escalas Radiofônicas. ¶

¶
 Art. 3.º O sistema Rádio Educativa Nacional SIRENA do ministério da educação e Cultura além da sua parte executiva, coordenará os trabalhos de Planejamento e execução a cargo de quaisquer entidades investidas de atribuições na realização do presente projeto. ¶

¶
 Art. 4.º Cooperarão com o Sistema Rádio Educativo Nacional, no empreendimento, a Campanha Nacional de educação Rural; o Departamento Nacional da criança; o Serviço social Rural; a Superintendência do Ensino Agrícola e veterinária; o Serviço de Informação Agrícola e outras entidades federais, estabelecendo-se, mediante entendimento mútuo, a missão ou tarefa de cada entidade em um plano de conjunto a ser submetido ao Presidente da República dentro de 30 trinta dias, a partir da data da publicação deste decreto. ¶

Parágrafo Único. Q. Sistema Rádio Educativo Nacional articular-se-á, ainda com outras entidades publicas ou privadas nos termos do plano que for estabelecido. ¶

¶
 Art. 5.º O plano em alude o artigo anterior deverá especificar as providências cabíveis e os fins a atingir, estes, referidos em termos numéricos com a indicação dos prazos previstos para cada etapa do empreendimento. ¶

Art. 6.º — Os órgãos coordenador e cooperadores, mencionados nos artigos 3.º e 4.º, deverão incluir anualmente nas respectivas propostas orçamentárias as dotações específicas e necessárias ao atendimento das tarefas que lhes couberem, na execução do plano que se refere o artigo 4.º deste decreto. ¶

¶
 Art. 7.º Dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data deste decreto, o Serviço Rádio Educativo, Nacional, por intermédio do Ministério da Educação e Cultura, apresentará a Presidência da República relatório sucinto e objetivo sobre o andamento dos trabalhos, dificuldades encontradas, bem como as medidas que se façam mister para a realização do projeto. ¶

¶
 Art. 8.º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 7 de julho de 1959: 138º da Independência e 71º da República. ¶

¶
 JUSCELINO KUBITSCHEK. ¶

Carlos Cyrillo Júnior. ¶

S. Paes de Almeida ¶

Lúcio Aleira ¶

Mário Meneghetti ¶

Pedro CalmouQuebra de página ¶

Anexo 13 - Decretos que criam as escolas Radiofônicas

Quinta-feira 9 DIÁRIO OFICIAL (Seção I — Parte I) Julho de 1959 15495

DECRETO N.º 46.376. — DE 7 DE JULHO DE 1959

Constitui Grupo de Trabalho com a validade de estudar e planejar o financiamento e a execução de um programa de educação de base no Nordeste, utilizando a radiodifusão.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I da Constituição, e Considerando que o II Encontro dos Bispos do Nordeste, recentemente realizado em Natal com a colaboração de técnicos e administradores dos poderes públicos, apreciou, com especial empenho, a necessidade de medidas capazes de contribuir para correção do desequilíbrio de natureza econômico-social no desenvolvimento das regiões do país constante preocupação do Governo; Considerando os satisfatórios resultados das medidas governamentais tomadas em consequência das conclusões do Encontro anterior, realizado em Campina Grande, mediante a articulação de atividade de diferentes órgãos: Considerando a necessidade de, em face de um programa amplo de desenvolvimento econômico, melhorar as condições do nível de vida das populações nordestinas, decreta:

Art. 1º. Fica constituído um Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar especificamente:

- a) formas de financiamento ou custeio para a aquisição e instalação de transmissores mediante a inclusão de recursos especiais no orçamento federal, através dos Ministérios da Agricultura e da Educação e Cultura, ou por intermédio de bancos oficiais;
- b) formas de trabalho em cooperação entre as emissoras de educação rural e os órgãos de assistência que atuam na área de influência dessas emissoras,

Art. 2º, o Sistema Rádio Educativo Nacional do ministério da Educação e cultura, além da sua competência específica coordenará as atividades de estudo e planejamento do Grupo de Trabalho na realização deste projeto.

Art. 3º. Cooperarão com o SIRENA no empreendimento, o Serviço de informação agrícola Campanha Nacional de Educação Rural, Serviço Social rural, superintendência do Ensino agrícola e Veterinário e outras entidades federais, estabelecendo-se, mediante entendimento mútuo, a missão ou tarefa de cada entidade no plano de conjunto a ser submetido ao Presidente da República dentro de 90 (noventa) dias, a partir da data da publicação deste decreto.

Parágrafo único, O SIRENA articular-se-á ainda com outras entidades públicas ou privadas nos termos do plano que for estabelecido.

Art. 4º O plano a que alude o artigo anterior deverá especificar as providências cabíveis e os fins a atingir, estes referidas em termos numéricos com a indicação dos prazos previstos para cada etapa do empreendimento.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposições em contrário,

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1959:

138.9 da Independência e 719 da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Carlos Cyrillo Júnior.

S. Paes de Almeida

Lúcio Meira

Mário Meneghetti

Pedro Calmon.

Anexo 16 - - Regulamento do SRE



Patrimônio

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
DIÁRIO OFICIAL
 SECÇÃO I

ANO LXXXII - N. 31

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 6 DE FEVEREIRO DE 1943

ATOS DO GOVERNO

DECRETO-LEI N. 5.227 - DE 4 DE FEVEREIRO DE 1943

Transferir a Mesa de Rendas Alfandegada, com sede em Porto Xavier, no Estado do Rio Grande do Sul, para Porto Lucena, no mesmo Estado.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transferida para a cidade de Porto Lucena, no Estado do Rio Grande do Sul, a Mesa de Rendas Alfandegada de Porto Xavier, no mesmo Estado, mantida a atual jurisdição.

Art. 2.º Para ocorrer às despesas com a transferência da Mesa de Rendas de que trata o artigo anterior e sua instalação na nova sede, fica destacada da Verba IV - Eventuais, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), a importância de trinta mil cruzeiros (Cr\$ 30.000,00).

Art. 3.º O custeio dos serviços da Mesa de Rendas Alfandegada de Porto Lucena será atendido pelas dotações da Verba II - Material, concedidas à Mesa de Rendas Alfandegada de Porto Xavier.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO N. 11.491 - DE 4 DE FEVEREIRO DE 1943

Aprova o Regimento do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Regimento do Serviço de Radiodifusão Educativa (S.R.E.) que, assinado pelo Ministro de Estado da Educação e Saúde, com este boizo.

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Regimento do Serviço de Radiodifusão Educativa

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1.º O Serviço de Radiodifusão Educativa (S.R.E.), órgão subordinado diretamente ao Ministro da Educação e Saúde, tem por finalidade orientar a radiodifusão como meio auxiliar de educação e ensino, promover, permanentemente, a irradiação de programas científicos, literários e artísticos de caráter educativo e informar e esclarecer quanto à política de educação do país.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2.º O Serviço de Radiodifusão Educativa compreende:

Seção de Preparo da Irradiação.

Seção de Transmissão.

Seção de Administração.

Art. 3.º As seções terão chefes designados pelo Diretor do Serviço.

Art. 4.º O Diretor será auxiliado por um Secretário, por ele designado dentre funcionários do S.R.E.

Art. 5.º As seções que integram o S.R.E. funcionarão perfeitamente coordenadas, em regime de mútua colaboração, sob a orientação do Diretor.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Art. 6.º À Seção de Preparo da Irradiação compete:

a) elaborar textos dos programas do S.R.E. a serem transmitidos pela estação - P.R.A. 2;

b) elaborar textos educativos para serem irradiados pelas radiodifusoras que funcionam no país;

c) redigir os textos para os discos gravados pela Seção de Transmissão;

d) promover, quando necessário, a irradiação em rede dos programas da estação transmissora;

e) promover a publicidade dos serviços da estação emissora;

f) coordenar as medidas relativas às transmissões de teatros, auditórios, etc.;

g) distribuir pelas estações radiodifusoras que funcionam no país os textos educativos redigidos para esse fim e os discos gravados pela S.T.;

h) manter fichário e catálogo completo dos discos gravados ou adquiridos por qualquer meio;

i) selecionar as músicas e os discos para os programas da estação transmissora; e

j) organizar programas de estúdio, cursos e palestras com o concurso de professores, artistas e cientistas de valor, já consagrados no país.

Art. 7.º À Seção de Transmissão compete:

a) operar a estação transmissora, observando as leis e regulamentos em vigor para a radiodifusão;

b) montar e reparar aparelhos;

c) realizar pesquisas no terreno da radiodifusão, tendentes a aperfeiçoar os recursos técnicos do Serviço;

d) operar os amplificadores de áudio para transmissão de auditórios e teatros e reproduzir música mecânica;

e) proceder à gravação sonora em discos e outros processos;

f) receber boletins de impressos (Press); e

g) proceder montagens externas de altofalantes.

Art. 8.º À Seção de Administração compete:

a) promover as medidas necessárias à administração de pessoal, material e orçamento do S.R.E., observando as normas e métodos de trabalho prescritos pelo Departamento de Administração do Ministério da Educação;

b) promover as medidas necessárias às atividades de comunicações do S.R.E.;

Continua na pág. 1.691



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria Acadêmica
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: proacad@pucrs.br
Site: www.pucrs.br/proacad